

Revista do Instituto Humanitas Unisinos



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Nº 477 | Ano XV
16/11/2015

ISSN 1981-8769
(impresso)
ISSN 1981-8793
(online)



Kabengele Munanga: *A preponderante geografia dos corpos*

Simone Vieira da Cruz: *Duas faces de preconceito em uma só*

Alex André Vargem: *O Atlântico Negro reeditado*

Elsa Bevia:
Capitalismo biocognitivo
- máquina de triturar
trabalhadores

**Fernanda Frizzo
Bragato:**
Conflitos Guarani
Kaiowá: descolonizar
é preciso

**Marcio Gimenes de
Paula:**
A Reforma e o convite
aos reparos

Resistência Viva. A luta de Zumbi e Dandara continua

Em novembro se evidencia mais intensamente a memória das lutas afro-brasileiras. Desde as primeiras mobilizações por liberdade nas batalhas travadas nos diversos quilombos espalhados pelo país, até os embates mais recentes, que têm ocorrido nos "outros" espaços que a população negra pouco a pouco vem conquistando e que historicamente não lhe são atribuídos. O **Dia Nacional da Consciência Negra**, celebrado em **20 de novembro**, marca essa história de conquistas da qual são ícones **Zumbi e Dandara**, guerreiros líderes da resistência no Quilombo de Palmares, que se mantêm vivos em todos aqueles que lutam por uma sociedade com mais equidade e menos discriminação. A revista IHU On-Line desta semana debate este tema a partir do olhar de diversos pensadores envolvidos com esta causa.

Excepcionalmente esta edição conta com uma novidade. Junto às entrevistas serão publicadas as fotos de cada entrevistado com uma pergunta, ao mesmo tempo simples e complexa: Quem é você? A ideia é apresentar algumas pistas do "lugar de fala" dessas pessoas, de como elas se veem no mundo e a partir de que lentes o observam.

Contribuem para as discussões o doutor em Ciências da Comunicação pela Unisinos e professor da Ulbra, **Deivison Campos**, que analisa as origens do 20 Novembro a partir da trajetória do Grupo Palmares, proponente da data. O pesquisador também apresenta em uma entrevista inédita e exclusiva as impressões de **Oliveira Silveira**, poeta e um dos fundadores desta mobilização histórica, falecido em 2009.

O antropólogo e professor da USP **Kabengele Munanga**, pensa os mecanismos de funcionamento do racismo no Brasil, que segundo suas análises, são fortemente baseados nas diferenças fenotípicas.

José Antônio dos Santos, doutor em História pela PUC-RS, aborda o papel da imprensa negra nas lutas dos negros. "A população negra sempre tomou a iniciativa de participar das discussões e criar seus próprios canais de representação política e cultural", frisa.

"Movimentos afro-latino-americanos: unidos pela diáspora e contra a opressão" é o tema da entrevista com **Laura Cecilia López**, professora dos Programas de Pós-graduação em Saúde Coletiva e em Ciências Sociais

da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos.

O tema da entrevista do doutor em Teologia **Volney J. Berkenbrock** é a experiência religiosa do Candomblé e seu diálogo com o Catolicismo. Para o teólogo essas duas tradições religiosas se afetam mutuamente na tarefa de encontrar o sentido da vida.

Alexandre Ciconello, advogado e assessor de direitos humanos da Anistia Internacional, fala sobre a vulnerabilidade da população negra quanto à violência no Brasil e destaca que os estereótipos racistas são fatores que intensificam esse problema.

O sociólogo e integrante do Instituto do Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil, **Alex André Vargem** aponta que os fluxos migratórios contemporâneos resgatam a noção de Atlântico Negro, porém com elementos que revelam estagnações e retrocessos.

Simone Vieira da Cruz, psicóloga, mestre em Saúde Coletiva pela Unisinos e integrante da Associação Cultural de Mulheres Negras, fala das dificuldades de ser mulher negra na atualidade, em uma sociedade racista e machista.

Também nesta edição podem ser conferidas as seguintes entrevistas:

Fernanda Frizzo Bragato, professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Direito da Unisinos, reflete sobre a violação dos direitos humanos dos povos indígenas brasileiros.

Os desafios à preservação da saúde do trabalhador na atualidade é o tema da entrevista de **Elsa Cristine Bevian**, doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Na mesma linha, a psicóloga e doutora em Psicologia Social e Institucional, **Carla Garcia Bottega** discute a saúde mental no mundo do trabalho.

A filosofia Ubuntu é debatida na entrevista do filósofo congolês **Jean Bosco Kakozi Kashindi**.

O legado da Reforma Luterana é analisado pelo doutor em Filosofia pela Unicamp, **Márcio Gimenes de Paula**.

O teólogo leigo italiano, **Andrea Grillo** avalia que o Sínodo dos bispos traz sinais de uma Igreja que sai de si e olha o mundo.

A todas e a todos uma boa leitura e uma ótima semana!

Foto da Capa: arte sobre ilustração de Wikipédia

IHU ON-LINE

A IHU On-Line é a revista do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no site www.ihu.unisinos.br e no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da **IHU On-Line** é *copyleft*.

Diretor de Redação

Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br)

Jornalistas

João Vitor Santos - MTB 13.051/RS (joavovs@unisinos.br)

Leslie Chaves - MTB 12.415/RS (leslies@unisinos.br)

Márcia Junges - MTB 9.447/RS (mjunges@unisinos.br)

Patrícia Fachin - MTB 13.062/RS (prfachin@unisinos.br)

Ricardo Machado - MTB 15.598/RS (ricardom@unisinos.br)

Revisão

Carla Bigliardi

Projeto Gráfico

Ricardo Machado

Editoração

Rafael Tarcísio Forneck

Atualização diária do site

Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia Fachin, Cristina Guerini, Fernanda Forner, Matheus Freitas e Nahiene Machado.

Colaboração

Jonas Jorge da Silva, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR.



Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Av. Unisinos, 950
São Leopoldo / RS
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128

e-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Inácio Neutzling

Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br)

Sumário

Destaques da Semana

- 6 Destaques On-Line
- 8 Linha do Tempo
- 10 Cobertura de eventos - A luta por dignidade e contra a invisibilidade
- 11 Estante - Adilson Felício Feiler: Amor e destino: antídotos para o positivismo da lei
- 15 Eventos IHU - Fernanda Frizzo Bragato: Conflitos Guarani Kaiowá: descolonizar é preciso
- 20 Eventos IHU - Elsa Cristine Bevia: Capitalismo biocognitivo: máquina de triturar trabalhadores
- 27 Eventos IHU - Carla Garcia Bottega: Quando a chaga vem do silenciamento

Tema de Capa

- 36 Zumbi presente
- 37 Deivison Campos: Origens do 20 de Novembro: Grupo Palmares e sua estratégia subversiva
- 43 Deivison Campos: Oliveira Silveira: a face poética da luta
- 47 Kabengele Munanga: A preponderante geografia dos corpos
- 52 José Antônio dos Santos: Do apagamento à visibilidade - Os negros, a imprensa e a luta política
- 56 Laura Cecilia López: Movimentos afro-latino-americanos: unidos pela diáspora e contra a opressão
- 63 Volney J. Berkenbrock: Religiões de matriz africana e cristianismo: um diálogo possível?
- 69 Alexandre Ciconello: Os corpos matáveis de uma sociedade
- 74 Alex André Vargem: O Atlântico Negro reeditado
- 79 Simone Vieira da Cruz: Duas faces de preconceito em uma só

IHU em Revista

- 84 Agenda de Eventos
- 85 Jean Bosco Kakozi Kashindi: Metafísicas Africanas - Eu sou porque nós somos
- 93 Teologia Pública - Marcio Gimenes de Paula: A Reforma e o convite aos reparos
- 100 Teologia Pública - Andrea Grillo: Uma porta que se abre para o novo
- 105 Publicações
- 107 Retrovisor



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

WWW

ihu.unisinos.br



unisinos.br/blogs/ihu



fb.com/InstitutoHumanitasUnisinos



instagram.com/_ihu



youtube.com/ihucomunica



twitter.com/_ihu

IHU ON-LINE



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Destques da Semana

Destques On-Line

Entrevistas publicadas entre 09-11-2015 e 11-11-2015 no sítio do IHU

Lei antiterrorismo: uma falsa solução para um falso problema

Entrevista especial com Adriano Pilatti, graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, mestre em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio e doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, com pós-doutorado em Direito Público Romano pela Universidade de Roma I - La Sapienza.

Publicada em 11-11-2015

Disponível em <http://bit.ly/1Lef015>

O PL 101/15, conhecido como Lei antiterrorismo, aprovado no Senado, é um “desastre” do “ponto de vista das liberdades individuais e coletivas e dos direitos fundamentais”, diz Adriano Pilatti à IHU On-Line, na entrevista concedida por e-mail. Na avaliação dele, o PL representa um “retrocesso” que, se aprovado, nos jogará de volta “para os tempos do arbítrio e do terror de Estado e que pode produzir injustiças e sofrimentos em quantidades industriais”.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Direitos sociais na mira de novas alianças políticas

Entrevista especial com Guilherme Delgado, doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Trabalhou durante 31 anos no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea.

Publicada em 10-11-2015

Disponível em <http://bit.ly/1MNThhD>

“Vejo cada vez mais difícil qualquer aliança, qualquer proposta que vá na linha da desconstrução de direitos sociais”, diz Guilherme Delgado à IHU On-Line, ao defender que qualquer aliança política que se faça nesse momento “no sentido de retroagir as salvaguardas da igualdade social na Constituição só irá piorar a situação”. A alternativa agora, enfatiza, é “defender a Constituição e nenhum retrocesso”. Na entrevista, analisa a atual conjuntura política, na qual se evidenciam “jogos de chantagem recíproca, em que o PT e o Cunha estão metidos”.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Lei antiterrorismo. Da insegurança jurídica à derrota da democracia

Entrevista especial com Patrick Mariano, advogado, mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília - UnB e integrante da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares - Renap.

Publicada em 09-11-2015.

Disponível em <http://bit.ly/1PGie3z>

“Não existe razão jurídica, não existe razão política nem razão técnica” para a sanção do PL 101/15, que tipifica crimes de terrorismo no país. De acordo com Mariano, o ordenamento jurídico brasileiro “já prevê penas para todos os delitos que, por ventura, possam se vincular a atos de terrorismo. Por exemplo, em caso de explosão em ataque a aeronaves, já existe punição para isso, ou seja, já está previsto no Código Penal, inclusive com uma penalidade alta. Modificações legislativas recentes, inclusive na lei de organizações criminosas, já dão às autoridades brasileiras mecanismos de combate a esse tipo de ato”.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br



Cadernos IHU ideias

O Cadernos IHU ideias apresenta artigos produzidos por palestrantes convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores(as) em diversas universidades e instituições de pesquisa.



Acesse: ihu.unisinos.br

Linha do Tempo

A IHU On-Line apresenta seis notícias publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, entre os dias 09-11-2015 e 13-11-2015, relacionada a temas que tiveram repercussão ao longo da semana

Um projeto que pode piorar ainda mais o calvário das vítimas de estupro

Luísa, uma jovem carioca de classe alta, foi estuprada aos 21. Em uma madrugada de maio deste ano, saiu de uma festa, entrou em um táxi e, ao perceber o caminho estranho, foi impedida de abrir a porta pelo taxista, que a ameaçou com uma arma enquanto a levava a um lugar ermo. Outro homem esperava no local e ambos a violentaram até ela desmaiar. O pavor, o nojo, a revolta a impediram de procurar uma delegacia. “Eu só quis dormir, esquecer, ficar em posição fetal e não pensar mais nisso. Não queria me expor a mais sofrimento, não queria ter que falar sobre isso. Não queria correr o risco de ser considerada culpada.” Sua família comprou em uma farmácia a pílula do dia seguinte e, com uma médica amiga da família, conseguiu os medicamentos para evitar HIV, sífilis, gonorreia.

A reportagem é de Talita Bedinelli, publicada pelo jornal El País, 12-11-2015.

Maria, uma mulher pobre, moradora de uma favela em São Paulo, foi estuprada pelo chefe do tráfico local. Sabe que aquilo que viveu não poderá ser compartilhado com a polícia, pois ela certamente será morta logo depois, por vingança. Engravidou, mas não quer de jeito nenhum que um filho seja gerado daquela violência.

<http://bit.ly/1Y9Cq10>

Mariana: desastres viram chance de ganhar dinheiro sobre o sofrimento

“Para a Vale, a BHP, para o governo federal, para os deputados financiados pelas grandes mineradoras que querem mudar o Código da Mineração, tem coisas que é melhor não pensar - pois pensar demais pode atrapalhar os lucros”, escreve Felipe Milanez, jornalista, em artigo publicado por CartaCapital, 12-11-2015.

Confira um trecho do artigo.

Tragédias ecológicas de proporções catastróficas, logo quando ocorrem, rompem o silêncio da mídia sobre situações de riscos que estavam marginalizadas e dão grande atenção aos espetáculos - sensacionalizando os aspectos macabros. No caso da cobertura da catástrofe em Mariana, essa atenção da mídia tem sido parcial, baseada em informações prestadas pela Samarco, que se tornou inclusive a “sede” do governo de Minas para uma coletiva de imprensa.

<http://bit.ly/1YcT2ov>

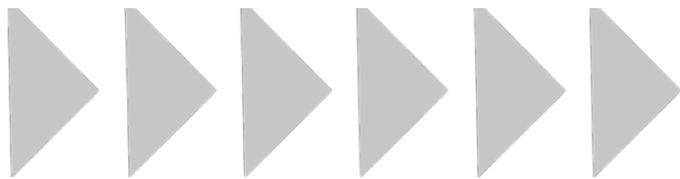
O PMDB e a reforma fiscal: ponte para o inferno social

“A essência da proposta é, portanto, a de rasgar a Constituição de 1988 no que diz respeito à rede de proteção nela estabelecida e retirar, do Executivo, toda e qualquer influência que este hoje dispõe para formular, propor e implementar programas que coloquem em risco a meta sagrada do ajuste fiscal”, esclarece Fabrício Augusto de Oliveira, Doutor em economia pela Unicamp, membro da Plataforma de Política Social e escritor, em artigo publicado por Carta Maior, 10-11-2015.

Confira um trecho do artigo.

Depois de operar e atuar por décadas nas sombras do poder, de uma maneira geral contra os interesses da sociedade como um todo, o PMDB, visando manter seu espaço de influência nas decisões estratégicas da política do governo, acaba de lançar oportunisticamente, para dele não se afastar, diante do enfraquecimento da presidente Dilma, um documento com propostas de reformas para o País sair da crise, intitulado “Uma ponte para o futuro”.

<http://bit.ly/1NvqdMv>



Não há crise que possa justificar o desmantelamento do SUS

“Aproveitar-se do momento de instabilidade para aumentar a possibilidade de lucros de seus patrocinadores é mais uma demonstração de oportunismo político do lesa-pátria que ocupa a Cadeira da Presidência da Câmara”, escreve Gerson Salvador de Oliveira, médico infectologista, em artigo publicado por Carta Maior, 09-11-2015.

Confira um trecho do artigo.

Até 1988 atenção à saúde era acessível a quem pudesse pagar, ou a trabalhadores com empregos formais, segurados pelo INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social), sendo que o aumento das taxas de desemprego e consequente diminuição no número de segurados, a partir de meados da década de 1970 e durante toda a década de 1980, aumentou exponencialmente o número de pessoas que dependiam de filantropia, ou que não tinham acesso a qualquer serviço de saúde, porque o Estado não reconhecia o dever de lhes prover assistência.

<http://bit.ly/1H0WoXm>

Projeto de “lei antiterrorismo”: para quem?

A nova lei antiterrorismo mostra-se instrumento adequado para inibir protestos contra a atual onda conservadora”, frisa Guilherme Leite Gonçalves, professor de Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em artigo publicado por CartaCapital, 11-11-2015.

Confira um trecho do artigo.

Em meio às perplexidades ao redor do projeto de lei antiterrorismo (PL 2016/2015), chama a atenção o fato de que o texto de propositura tenha a assinatura dos ministros José Eduardo Cardoso e Joaquim Levy. Que o Ministério da Justiça se ocupe da matéria, nada de novo. Mas desde quando a “guerra ao terror” virou tema da Fazenda?

A surpresa se desfaz com a leitura da justificativa, na qual se aponta o dever de combater o financiamento ao terrorismo para cumprir “acordos internacionais firmados pelo Brasil, sobretudo em relação a organismos como o do Grupo de Ação Financeira (GAFI)”. Há muitos compromissos desse tipo que não se tornaram direito interno. Por que tamanha atenção com os acordos do grupo?

<http://bit.ly/1MNV1Hy>

Pacto das Catacumbas. Por uma Igreja servidora e pobre. Livro de José Oscar Beozzo

No dia 16 de novembro, segunda-feira, celebra-se o 50º aniversário do Pacto das Catacumbas. Celebrando este evento, as Edições Paulinas estão lançando o livro Pacto das Catacumbas. Por uma Igreja servidora e pobre. O autor é José Oscar Beozzo. O livro tem como objetivo resgatar e conservar a memória do gesto profético denominado Pacto da Igreja servidora e pobre, mais conhecido como Pacto das Catacumbas. O livro é um excelente subsídio para uma oração ou vigília em torno do Pacto e também em memória de D. Enrico Angelelli, bispo de La Rioja que o assinou e foi assassinado pelos militares na Argentina.

O livro, em pdf, pode ser acessado em <http://bit.ly/1Sw0J5o>.

COBERTURA DE EVENTOS

A luta por dignidade e contra a invisibilidade

Os coletivos de ocupação urbana reivindicam o direito à moradia digna e atenção do poder público



FOTO: LESLIE CHAVES

10

Por Leslie Chaves

Estão se intensificando as lutas por espaço nas metrópoles, que são cada vez mais amplas, mas ao mesmo tempo restritas, uma vez que o acesso da população não é livre a todas as áreas. Tal limitação se dá pelo custo do transporte público, que é caro e em geral de má qualidade, pela redução de áreas de convivência abertas ao acesso de todos e pela remoção de comunidades para áreas afastadas do centro da cidade em nome do “progresso”. Todos esses elementos de restrição têm a mesma raiz: a lógica capitalista, que se baseia no lucro e na propriedade privada e está aos poucos construindo um modelo privatizado de cidade, que se divide em guetos regidos pela especulação imobiliária, pela exclusão e acentuação das desigualdades sociais.

Esse foi o foco da roda de debates com integrantes de coletivos

de ocupações urbanas na tarde da quinta-feira, dia 05-11-2015, na sala Ignacio Ellacuría e Companheiros. A atividade **Movimentos sociais de resistência: coletivos de ocupação urbana. Relatos de experiências** encerrou o **2º Ciclo de Estudos Metrópoles, Políticas Públicas e Tecnologias de Governo. Territórios, governo da vida e o comum**. Participaram Guilherme Schroder, integrante da Ocupação Pandorga, Lorena Castillo, do Coletivo Ateneu Libertário a Batalha da Varzea, Darci Campos dos Santos, da Vila Gaúcha, e Orley Maria da Silveira, da Vila União, ambas comunidades de uma área do Morro Santa Teresa em Porto Alegre.

“Nós somos invisíveis para o poder público”, aponta **Darci Campos dos Santos** ao compartilhar sua experiência de luta por regula-

rização fundiária. Morador há mais de 30 anos do Morro Santa Teresa, ele conta que as mobilizações se intensificaram após uma ação de despejo recebida pelos cerca de 20 mil moradores da área de 74 hectares localizada na região. “Em 2010 recebemos a ordem de despejo por causa do PL 388 e começamos uma luta muito difícil, quase desistimos. O governo queria vender a área para a iniciativa privada e alegava que não havia ninguém vivendo lá. Mas sabemos que há pessoas morando neste espaço do Morro há pelo menos 60 anos. Então nos mobilizamos e começamos a bater na porta dos deputados e dizer que nós existimos e reivindicamos nosso direito à moradia”, conta.

Leia mais em <http://bit.ly/1kmP9iz>.

ESTANTE

Amor e destino: antídotos para o positivismo da lei

Em seu livro, Adilson Felício Feiler retoma Hegel e Nietzsche para pensar uma ética cristã costurada por esses dois conceitos

Por Márcia Junges e João Vitor Santos

O filósofo e professor Adilson Felício Feiler reflete sobre o cristianismo. Para isso, busca nas críticas de Hegel e Nietzsche outro olhar sobre esse “ser cristão”. Para ele, entre os autores, há diferenças nas formas como apreendem e criticam o cristianismo enquanto lei e moral. “Enquanto Hegel a faz com certa propriedade, mergulhando no interno da esfera do Cristianismo, Nietzsche realiza esta crítica com um tom um tanto caricato e ressentido”, esclarece. Revisitando ambos os autores, Feiler sustenta que “é através deste Cristianismo, estabelecido numa prática, uma instituição para além de toda a instituição, que Hegel e Nietzsche consideram possível se viver neste mundo moderno”.

Na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Feiler também revela de que forma as ideias de amor e destino operam como dispositivo para compreender esse caminho trilhado pelos autores. Para ele, os conceitos funcionam como chave de leitura que ameniza a dureza da lei. “O amor é a disposição pela qual nos colocamos diante da vida

que se apresenta, muitas vezes, na sua mais dura realidade. A ética da *Lebensfülle* acolhe o todo com amor, tal como o Jesus histórico, razão pela qual a prática de vida que ele inaugura leva a acolhida do todo com disposição alegre e jubilosa”, explica.

Adilson Felício Feiler possui graduação em Filosofia pela Fundação Educacional de Brusque - Febe e em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia - Faje e pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR. É mestre em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos e doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC-RS. Vem atuando como pesquisador visitante na Georgetown University. É professor na Unisinos, trabalhando com os temas: Nietzsche, Hegel, moral, ética e Cristianismo.

Confira a entrevista.



Hegel e Nietzsche: A ética cristã concebida pelo amor e o destino. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2015

IHU On-Line - Qual é a centralidade dos conceitos de amor e destino em sua pesquisa?

Adilson Felício Feiler - Os conceitos de amor e destino são centrais em minha pesquisa sobre a ética cristã no período do Romantismo alemão porque apontam para uma ética que é reconciliação e que está sempre voltada ao porvir. O amor não evoca um sentimentalismo, mas um movimento de oposição àquilo que di-

vide, portanto de reconciliação. O destino não é um determinismo fatalista, mas abertura, porvir. Por isso, amor e destino constituem antídotos para procurar sanar aquele estranhamento e positivismo da lei. Do amor, a lei ganha em unidade, contra o formalismo próprio do centramento na parte e do destino em abertura, contra o determinismo e o fechamento. O amor e o destino reforçam o aspecto organicista da vida que é

plenitude, abertura, *Lebensfülle*¹, expressão que tanto Hegel² no *Es-*

¹ **Lebensfülle** (Plenitude vital): referente à abertura orgânica e anímica da vida, conceito utilizado por Nietzsche na *Gaia Ciência* (NIETZSCHE, GC, KSA, § 370, 1999, p. 620) e por Hegel no *Espírito do Cristianismo e seu destino* (HEGEL, ECD, TWS, 1994, p. 354). (Nota do entrevistado)

² **Friedrich Hegel** (Georg Wilhelm Friedrich Hegel, 1770-1831): filósofo alemão idealista. Como Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, tentou desenvolver um sistema filosófico no qual estivessem integradas todas as contribuições de seus principais predeces-



O que difere basicamente Hegel e Nietzsche, com respeito às críticas ao Cristianismo como lei e como moral, reside na maneira como cada um realiza a crítica

pírito do Cristianismo e seu destino e Nietzsche³ na *Gaia Ciência* utilizam.

sores. Sobre Hegel, confira no link <http://bit.ly/iHuon217> a edição 217 da **IHU On-Line**, de 30-04-2007, intitulada *Fenomenologia do espírito, de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1807-2007)*, em comemoração aos 200 anos de lançamento dessa obra. Veja ainda a edição 261, de 09-06-2008, *Carlos Roberto Velho Cirne-Lima. Um novo modo de ler Hegel*, disponível em <http://bit.ly/iHuon261>, e *Hegel. A tradução da história pela razão*, edição 430, disponível em <http://bit.ly/iHuon430>. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Friedrich Nietzsche** (1844-1900): filósofo alemão, conhecido por seus conceitos além-do-homem, transvaloração dos valores, niilismo, vontade de poder e eterno retorno. Entre suas obras figuram como as mais importantes *Assim falou Zaratustra* (9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998), *O anticristo* (Lisboa: Guimarães, 1916) e *A genealogia da moral* (5. ed. São Paulo: Centauro, 2004). Escreveu até 1888, quando foi acometido por um colapso nervoso que nunca o abandonou até o dia de sua morte. A Nietzsche foi dedicado o tema de capa da edição número 127 da **IHU On-Line**, de 13-12-2004, intitulado *Nietzsche: filósofo do martelo e do crepúsculo*, disponível para download em <http://bit.ly/H17xwP>. A edição 15 dos **Cadernos IHU em formação** é intitulada *O pensamento de Friedrich Nietzsche*, e pode ser acessada em <http://bit.ly/HdcqOB>. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista **IHU On-Line**, de 10-05-2010, disponível em <http://bit.ly/162F4rH>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica, parte integrante do **Ciclo de Estudos Filosofias da diferença** – Pré-evento do **XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana**. Na edição 330 da Revista **IHU On-Line**, de 24-05-2010, leia a entrevista *Nietzsche, o pensamento trágico e a afirmação da totalidade da existência*, concedida pelo Prof. Dr. Oswaldo Giacoia e disponível para download em <http://bit.ly/nqUxGO>. Na edição 388, de 09-04-2012, leia a entrevista *O amor fati como resposta à tirania do sentido*, com Danilo Bilate, disponível em <http://bit.ly/HzaJpJ>. (Nota da **IHU On-Line**)

Pelo amor que une as partes divididas e formalizadas e pelo destino que abre o dogmatizado e inerte, a vida é acolhida em sua plenitude e com tudo o que dela demanda, *amor fati*, acolhida jubilosa ao destino, ao *fatum*. O amor é, portanto, a disposição pela qual nos colocamos diante da vida que se apresenta, muitas vezes, na sua mais dura realidade. A ética da *Lebensfülle* acolhe o todo com amor, tal como o Jesus histórico, razão pela qual a prática de vida que ele inaugura leva a acolhida do todo com disposição alegre e jubilosa.

IHU On-Line - Que aproximações são possíveis de serem estabelecidas entre Hegel e Nietzsche, tomando em consideração O Espírito do Cristianismo e seu destino e O Anticristo?

Adilson Felício Feiler - Jürgen Habermas⁵ diz que se Nietzsche tivesse conhecido este escrito da juventude de Hegel (*O Espírito do Cristianismo e seu Destino*), certamente teria concordado com Hegel, porque neste escrito são antecipadas muitas das críticas de Nietzsche ao Cristianismo. Wilhelm

4 **NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Obras incompletas**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Jürgen Habermas** (1929): filósofo alemão, principal estudioso da segunda geração da Escola de Frankfurt. Herdando as discussões da Escola de Frankfurt, Habermas aponta a ação comunicativa como superação da razão iluminista transformada num novo mito, o qual encobre a dominação burguesa (razão instrumental). Para ele, o logos deve construir-se pela troca de ideias, opiniões e informações entre os sujeitos históricos, estabelecendo-se o diálogo. Seus estudos voltam-se para o conhecimento e a ética. (Nota da **IHU On-Line**)

Dilthey⁶, inclusive, chega a afirmar que este é um dos escritos mais belos de Hegel, por respirar o romantismo alemão, e, deste movimento, *O Espírito do Cristianismo e seu Destino* acentua principalmente o organicismo vital. Falamos de escrito e não obra porque Hegel não teve a intenção de publicá-lo, contendo no mesmo, inclusive, inúmeros cortes, erros e partes obscuras. Contudo, os germens dos temas principais da filosofia hegeliana já repousam neste escrito de uma forma não sistêmica.

A tese de Hegel, neste escrito, é a de que o Cristianismo, fundado por Jesus, está ligado ao seu espírito; ou seja, diz respeito àquilo que verdadeiramente faz parte dele. Contudo, o legado de Jesus efetuado pelos seus seguidores conduziu ao seu estranhamento, pelo positivismo legal que foi se instaurando. Esta crítica de Hegel a um Cristianismo estranhado vem ao encontro das críticas de Nietzsche de uma falsificação do Cristianismo. É que aquela prática cristã, relativa à vida de seu fundador, foi crucificada juntamente com Jesus. Assim, em torno ao espírito (Hegel) e prática (Nietzsche) temos uma chave de aproximação entre *O Espírito do Cristianismo e seu Destino* e *O Anticristo*.

IHU On-Line - Por que o ethos cristão enquanto um telos é o ponto de convergência dessa aproximação?

Adilson Felício Feiler - Porque o ethos cristão é o que, de fato, distingue o Cristianismo enquanto uma prática de vida; é o espírito

6 **Wilhelm Dilthey** (1833-1911): foi um filósofo hermenêutico, psicólogo, historiador, sociólogo e pedagogo alemão. Dilthey lecionou filosofia na Universidade de Berlim. Considerado um empirista, o que contrastava com o idealismo dominante na Alemanha em sua época, mas sua concepção do empirismo e da experiência difere da concepção britânica de empirismo. Seus principais conceitos procuram fundamentar as “ciências do espírito” como forma de conhecimento humano, em oposição às ciências da razão. Para tal diálogo e aprofunda o pensamento de Kant, John Locke, Auguste Comte, Stuart Mill, Berkeley, Rudolf Hermann Lotze, entre outros (Prefácio de Maria Amaral em Filosofia e Educação, 2010, pg. 13 a 30). (Nota da **IHU On-Line**)

cristão, a sua dimensão crística, e não um conjunto de dogmas, regras e mandamentos. E é esta dimensão crística, o Cristianismo como práxis, o que aproxima as críticas de Hegel e de Nietzsche a uma forma pela qual o Cristianismo tem sido vivido.

A defesa do Cristianismo singular, em Hegel e Nietzsche, se apresenta com um único *telos*: a maximização da vida, *Lebenshöhepunkte*⁷. O *ethos* cristão que se depreende da aproximação das concepções hegeliana e nietzschiana entre amor e destino, normatividade e organicidade, o amor como movimento de reconciliação destinado a estar sempre em movimento, aberto em momentos de desconstrução e criação, é a vida que, na sua diferença, se afirma como plenitude: *Lebensfülle*. A vida em sua plenitude se traduz em potência, força aberta a criar pontos sempre mais culminantes: *Lebenshöhepunkte*. Por isso, é evidente que Nietzsche teve como alvo de seus ataques o Hegel do sistema e não o Hegel da juventude, pois não o conheceu e, com esse último, há um projeto comum: o de crítica à moral em nome da afirmação do *ethos* cristão como reconciliação no amor, destinado à fatalidade da vida que se abre a sua plenitude e culminância.

IHU On-Line - Quais são as diferenças fundamentais de ambos os autores em seus posicionamentos acerca do Cristianismo?

Adilson Felício Feiler - O que difere basicamente Hegel e Nietzsche, com respeito às críticas ao

7 Essa metáfora é resultado da junção de duas outras: plenitude vital *Lebensfülle*, a abertura plena da vida (Hegel-Nietzsche) e pontos culminantes de potência *Macht-Höhepunkte*, a multiplicidade de força que a vida assume (Nietzsche). Pela *Lebenshöhepunkte* temos a intenção de aproximar o vitalismo de Nietzsche ao Jovem Hegel, resultando numa dialética aberta, ou seja, da afirmação na imediatidade passando pela negação na mediatidade, atingindo um grau máximo de resistência na reconciliação. Daqui se prepara uma nova afirmação: pontos culminantes que apontam para um pensamento em rede. (Nota do entrevistado)

Cristianismo como lei e como moral, reside na maneira como cada um realiza a crítica. Enquanto Hegel a faz com uma certa propriedade, mergulhando no interno da esfera do Cristianismo, Nietzsche realiza esta crítica com um tom um tanto caricato e ressentido, de modo que suas críticas, embora no essencial sejam convincentes, tornam-se muitas vezes mal entendidas por deixar transparecer elementos de cunho pessoal. Isto torna a crítica um tanto tendenciosa.

“

As críticas ao Cristianismo moral têm em Hegel o seu início e em Nietzsche o seu acabamento

É sabido, de acordo com inúmeros biógrafos de Nietzsche, que sua educação na fé foi bastante repressora e pietista⁸, de modo que a imagem do Deus cristão que ele assimilou no seio da família foi a de um Deus severo e castigador, muito mais pronto a ditar normas e leis do que conduzir a uma prática de vida que conduz à liberdade. Essa imagem lamentável do Cristianismo que Nietzsche herdou foi a causa, em grande parte, de suas críticas terem sido tão vorazes. O que incorre, em muitos pontos, em uma grande injustiça, pois muitas vezes parece reduzir o Cristianismo, como um todo, ao erro.

O fato de tanto Hegel como Nietzsche terem sido herdeiros do pietismo protestante, com Hegel

8 **Pietismo**: é um movimento oriundo do luteranismo que valoriza as experiências individuais do crente. Tal movimento surgiu no final do século XVII, como oposição à negligência da ortodoxia luterana para com a dimensão pessoal da religião, e teve seu auge entre 1650-1800. (Nota da IHU On-Line)

na qualidade de seminarista, em Tübingen, e com Nietzsche como filho de pastor, nos faz ver que a crítica que ambos endereçam ao Cristianismo é dirigida a um Cristianismo tipicamente protestante. Hegel chega a apresentar, em uma carta a Schelling⁹, de 2 de novembro de 1888, que preferiria residir numa cidade católica a uma cidade protestante. Isso porque, como na teologia protestante o sacerdócio e as mediações históricas são inexistentes, o Catolicismo preserva tais mediações como importantes para a encarnação de Deus na história, tema tão caro a Hegel.

IHU On-Line - Por que as tendências teológicas de Hegel e Nietzsche apontam para um modelo ético que sinaliza para uma abertura da vida?

Adilson Felício Feiler - Karl Löwith¹⁰, em sua obra *De Hegel a Nietzsche*¹¹, diz que as críticas ao Cristianismo moral têm em Hegel o seu início e em Nietzsche o seu acabamento. O que motivou tais críticas é justamente a maneira pela qual o Cristianismo tem sido vivido, não como uma prática de vida, mas como uma lei, uma regra, sufocando aquilo que é mais caro ao fundador do Cristianismo, a práxis. Por essa razão, num determinado modelo de Cristianismo tem se supervalorizado a lei e a norma, coibindo aquilo que são as inclinações humanas vitais e impondo prescrições dietéticas.

Tanto Hegel como Nietzsche se insurgem contra tal situação, abrindo uma perspectiva de vi-

9 **Friedrich Schelling** (Friedrich Wilhelm Joseph von Schelling, 1775-1854): filósofo alemão. Suas primeiras obras são geralmente vistas como um elo importante entre Kant e Fichte, de um lado, e Hegel, de outro. Essas obras são representativas do idealismo e do romantismo alemães. Criticou a filosofia de Hegel como “filosofia negativa”. Schelling tentou desenvolver uma “filosofia positiva”, que influenciou o existencialismo. Entrou para o seminário teológico de Tübingen aos 16 anos. (Nota da IHU On-Line)

10 **Karl Löwith** (1897-1973): filósofo alemão. Sua obra mais famosa é *Von Hegel zu Nietzsche* (Stuttgart, Kohlhammer, 1958). (Nota da IHU On-Line)

11 São Paulo: Editora UNESP, 2014 (Nota da IHU On-Line)

vência cristã que valoriza a vida naquilo que lhe é mais característico: as manifestações orgânicas e pulsionais. A vida entendida nesta perspectiva é potência, é uma inclinação, uma disposição ativa para a abertura ao fazer, ao criar. Nessa potencialidade a vida se abre para a acolhida da diversidade. Neste sentido, as diferenças ocupam um lugar privilegiado. Estas diferenças tendem a atingir a cada instante um ponto máximo de potência, porém não é apenas um ponto mais diverso, mas pontos culminantes de potência, que é vida, daí a fórmula por mim elaborada de que a vida é uma manifestação de um máximo de potência: *Lebenshöhepunkte*. Esta fórmula foi possível mediante os conceitos de *Lebensfülle* em Hegel e Nietzsche e de *Macht-Höhepunkte*¹² de Nietzsche.

Desse modo, a vida que, em si, é potência, atinge um máximo de potência a cada instante. Portanto, cada instante é uma plenitude, pois é o ser humano completo que está implicado e, em sua completude, está aberto ao criar, reinventando a vida e permitindo a ela que manifeste o máximo que pode oferecer. Tanto Hegel como Nietzsche pactuam desta compreensão da vida por serem tributários do pensamento de Heráclito, para quem tudo está em constante movimento.

12 Pontos culminantes de potência, cf. NIETZSCHE, FP Outono 1887-9 [8], 1999, p. 343. (Nota do entrevistado)

IHU On-Line - Como a crítica de Nietzsche a Hegel perpassa sua investigação?

Adilson Felício Feiler - A crítica de Hegel a Nietzsche perpassa a minha investigação pela compreensão que ambos têm do Cristianismo, com suas ênfases às dimensões de totalidade e de plenitude, para além do dualismo e do racionalismo positivista instaurado pelo iluminismo. Nietzsche critica o Hegel do sistema, e não o de seus textos da juventude, já que destes não teve conhecimento. Não adentro nas críticas de Hegel a Nietzsche por não tomar nenhum texto do seu período sistemático maduro. Mas o que faço é mostrar semelhanças, aproximações e distanciamentos delineados pelos textos da juventude de Hegel, o que não é igualar o pensamento de ambos. A crítica de Hegel e Nietzsche à moral cristã em nome da afirmação de um *ethos* cristão singular mostra o seu otimismo para com o Cristianismo.

O Cristianismo tal como viveu seu fundador não é só possível, mas até necessário por ter reconciliado Deus ao mundo para além de uma institucionalização e ter concretizado o amor ao assumir a vida até seus pontos culminantes. Num mundo pós-niilista, o Cristianismo continua existindo na forma de atitude e disposição do coração e se concretiza como uma prática. É através deste Cristianismo, estabelecido numa prá-

tica, uma instituição para além de toda a instituição, que Hegel e Nietzsche consideram possível de se viver neste mundo moderno, pois promove a liberdade pela intensificação da potência que marca cada instante da vida: *Lebenshöhepunkte*. A cada instante, os valores que se depreendem da maximização da vida assumem uma forma representada por uma categoria diferente: na descrição fenomenológica como força, organicidade pulsional, *Leistungsfähigkeit*¹³, na crítica lógica como diferença, *Vielfältigkeit*¹⁴, e na atualização política como relationalidade e reconhecimento social, *Gegenseitigkeit*¹⁵.

É na reciprocidade que acontece nas relações sociais o lugar do reconhecimento de uma sempre nova *Leistungsfähigkeit*, que é intensificação da potência. De uma sempre nova *Leistungsfähigkeit* se constitui a *Lebenshöhepunkte*, um movimento de plenitude do qual demandam valores não deontológicos, com uma normatividade fraca, como práxis, aplicáveis às diferentes circunstâncias que permeiam o mundo em constantes transformações. Tais valores remontam àqueles do Cristianismo da prática de Jesus. ■

13 Potencialidade, a disposição ativa em assumir um máximo e potência. (Nota do entrevistado)

14 Diversidade, a abertura a acolher as diferenças. (Nota do entrevistado)

15 Reciprocidade, a capacidade de estabelecer relações em redes potenciais, múltiplas e anímicas. (Nota do entrevistado)

REFERÊNCIAS

HEGEL, G. W. F. *Der Geist des Christentums und sein Schicksal (1798/1800): Der Geist des Judentums, Der Geist des Christentums*. In: HEGEL, G. W. F. *Frühe Schriften*. Frankfurt: Suhrkamp Taschenbuch, 1994. Werk 1, p. 317-418. (Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft, 601).

_____. O espírito do cristianismo e seu destino. *Revista Opinião Filosófica*, Porto Alegre, n. 2, v. 1, p. 190-191, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.abavaresco.com.br/revista/index.php/opiniaofilosofica/article/view/24/24>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

NIETZSCHE, F. W. *Der Antichrist*. In: COLLI, von Giorgio; MONTINARI, Mazzino (Herausgegeben). *Kritische Studienausgabe in 15 Bänden*. München: Taschenbuch Verlag de Gruyter, 1999. Bd. 6.

_____. *Nachgelassene fragmente: herbst 1887 bis märz 1888*. In: COLLI, von Giorgio; MONTINARI, Mazzino (Herausgegeben). *Achte Abteilung*. Berlin: Walter de Gruyter, 1970. Bd. 2.

EVENTOS IHU

Conflitos Guarani Kaiowá: descolonizar é preciso

Fernanda Bragato mergulha no universo de violação de Direitos Humanos aos povos indígenas e reflete sobre a necessidade de abandonarmos o pensamento colonizador

Por João Vitor Santos

A célebre frase de Fernando Pessoa, “navegar é preciso”, faz pensar sobre a necessidade de conhecer novos mundos. Entretanto, também traz consigo uma ideia europeia de conquista, colonização, ideais muito bem aceitos pela modernidade. Quando “se conquista”, “se coloniza”, há uma recusa do outro. Sua forma de vida, seu mundo, é ignorado e visto como entrave, tendo como único ideal o legado europeu-moderno. É desta perspectiva que a professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Direito da Unisinos, Fernanda Frizzo Bragato, olha para a questão indígena brasileira. “Os brancos veem e tratam o ‘índio’ como um ser inferior, e seu sistema de crenças e valores como a expressão do atraso e, às vezes, da barbárie. As demandas por território não são, por isso, vistas como legítimas porque, segundo essa visão, são um entrave ao modelo de desenvolvimento econômico que impera em nosso país”, dispara.

Fernanda está iniciando uma pesquisa que pretende compreender a lógica que coloca brancos e índios em terreno de disputas. Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, a pesquisadora revela que um de seus desafios: incursionar por uma das regiões mais conflituosas do Brasil, Mato Grosso do Sul, para entender a questão de fundo Kaiowá Guarani. “É um projeto de pesquisa e intervenção sobre direitos territoriais indígenas e que vamos elaborar, conjuntamente com colegas da Clínica de Direitos Humanos da Uniritter e da Cardozo Law School, um *amicus curiae* no Supremo Tribunal Federal em ações que discutem a anulação de demarca-

ção de terras indígenas no Mato Grosso do Sul”, explica.

É na contramão do ideal colonizador que Fernanda retoma a perspectiva da descolonização. “A perspectiva descolonial supera a necessidade de se reportar ao sistema de valores da modernidade ocidental como o parâmetro inafastável para julgar o que é certo e errado, belo ou feio, bom ou mau em qualquer tempo e lugar”, explica. Lógica essa que também está por trás da PEC 215. “Segundo o Instituto Socioambiental - ISA, caso aprovada, ela impactará diretamente os processos de demarcação de 228 terras ainda sem homologação, os quais devem ser paralisados, afetando uma população de 107.203 indígenas. Devem ser afetadas ainda 144 terras cujos processos de demarcação estão judicializados, com uma população de 149.381 pessoas”, alerta a pesquisadora.

Fernanda Frizzo Bragato possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, mestrado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos e doutorado em Direito pela mesma instituição, tendo realizado pós-doutorado na University of London (School of Law - Birkbeck College), Inglaterra. Atualmente, é professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Direito e coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos na Unisinos. A pesquisadora proferirá a conferência “**O genocídio do povo Kaiowá Guarani em debate**” na próxima quinta-feira, dia 19 de novembro, às 17h30min, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU. Confira mais detalhes em <http://bit.ly/1MnUMUm>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como compreender os conflitos de Mato Grosso do Sul? O que está por trás das disputas entre brancos e índios?

Fernanda Frizzo Bragato - Os conflitos entre indígenas e brancos em Mato Grosso do Sul envolvem longas disputas sobre terras. Os indígenas vivem em terras daquele estado há gerações, porém, por volta da década de 1940, as suas áreas originárias começaram a ser ocupadas por fazendeiros. Neste período, inicia-se um processo de desmatamento para plantações agrícolas e/ou criação de gados, e os indígenas começam a ser removidos forçadamente pelos próprios fazendeiros e levados para reservas, confinados em pequenas áreas nestas novas "propriedades" ou simplesmente expulsos.

Ocorre que mesmo os que eram removidos voltavam a ocupar as terras originárias e lá permaneciam de diversas formas, inclusive trabalhando como peões das fazendas. Há alguns anos, especialmente a partir do fim da década de 1980, os indígenas iniciaram um intenso processo de retomada destas terras e passaram, com base no artigo 231 da Constituição da República de 1988, a exigir a sua demarcação. De acordo com o Decreto nº 1.775, de 08/01/1996, o processo de reconhecimento das terras indígenas envolve diferentes estágios, a saber: identificação, delimitação, demarcação e registro.

Em Mato Grosso do Sul, as terras indígenas estão em diferentes estágios, mas em relação aos Guarani e Kaiowá¹ ainda há várias em processo de demarcação e muitos acampamentos onde sequer se iniciaram os processos de identificação. Em muitos casos, o cenário é de tensão deflagrada: de um lado, os in-

1 **Guarani-Kaiowá** povo indígena do Paraguai, do estado brasileiro de Mato Grosso do Sul e do nordeste Argentina. No Brasil, eles habitam Nhande Ru Marangatu, uma área de tropical floresta tropical. São um dos três guaranis subgrupos (os outros são Nandeva e Mbya). Estima-se que mais de 30.000 guaranis vivem no Brasil. No Paraguai eles são cerca de 40.000. O Guaraní língua é uma das línguas oficiais do Paraguai, ao lado de língua espanhola. (Nota da **IHU On-Line**)

dígenas ocupando terras que lhes foram retiradas e, de outro, fazendeiros com títulos de propriedade que reagem, muitas vezes, violentamente a esta ocupação, lançando mão da ação de pistoleiros. De 2003 a 2014, foram 390 indígenas assassinados em Mato Grosso do Sul e praticamente nenhuma condenação. Porém, o conflito não pode ser entendido como uma mera contraposição dos interesses do fazendeiro x ou y, mas como resultado de um projeto econômico em que os indígenas são vistos como um entrave ao desenvolvimento.

IHU On-Line - No que consiste e quais os objetivos do seu projeto de pesquisa sobre a situação Guarani-Kaiowá?

Fernanda Frizzo Bragato - Coordenado um projeto de pesquisa, iniciado no primeiro semestre de 2015, intitulado "Direitos Territoriais Indígenas no Brasil e a Prevenção de Atrocidades", que não se limita apenas à situação do povo Guarani e Kaiowá, mas que procura compreender a relação entre a privação dos direitos territoriais indígenas e o risco de atrocidades contra os afetados. A pesquisa envolve análise documental (legislação e jurisprudência) e saídas de campo para realização de entrevistas com povos indígenas, advogados e autoridades envolvidas na causa indígena.

Especificamente, estamos analisando duas decisões em que o Supremo Tribunal Federal anulou a demarcação das terras indígenas Limão Verde (povo Terena)² e Guyraroká (povo Guarani Kaiowá), ambas em Mato Grosso do Sul, sob o entendimento de que o direito previsto no artigo 231 (demarcação das terras tradicional-

2 O sítio do **Instituto Humanitas Unisinos** - **IHU** vem publicando uma série de artigos sobre a questão. Dentre os quais destacamos: "Povo Terena retoma três fazendas da TI Taunay/Ipegue, em Mato Grosso do Sul", disponível em <http://bit.ly/1Obq43N>; e "Os governos de esquerda são os que mais decepcionaram os povos indígenas". Entrevista com Lindomar Terena, disponível em <http://bit.ly/2oWteiP>. Confira mais <http://bit.ly/1PvCy9B>. (Nota da **IHU On-Line**)

mente ocupadas) da Constituição da República só se aplicaria caso os indígenas estivessem ocupando tradicionalmente a terra em 05/10/1988 (data da promulgação da Constituição), o que no seu entendimento não se verificou. Trata-se da chamada "tese do marco temporal". A consolidação deste entendimento afetará diversos processos em curso, seja impossibilitando novas demarcações, seja anulando áreas já demarcadas que estão em litígio judicial.

Paralelamente, analisamos se este fato [a aplicação judicial da tese do marco temporal] pode configurar fator de risco para crimes de atrocidades (crimes contra a humanidade, genocídio, crimes de guerra e limpeza étnica), de acordo com o quadro de análise criado pela Organização das Nações Unidas - ONU em 2014. Este quadro de análise visa proporcionar aos Estados uma ferramenta de identificação de fatores objetivos de risco para crimes de atrocidade, permitindo que estes ajam de forma preventiva ou em cooperação internacional em razão de sua responsabilidade primária de proteger as próprias populações vulneráveis, sob pena de intervenção humanitária.

IHU On-Line - Que leitura a senhora faz da situação dos Guarani-Kaiowá hoje? O que essa sua primeira incursão na área indígena revelou?

Fernanda Frizzo Bragato - Como são muitas comunidades Guarani e Kaiowá no sul do estado (distribuídas em mais ou menos 30 terras em alguma fase do processo de demarcação - algumas das quais já regularizadas - e 25 acampamentos em fase de estudo), a situação varia. Porém, a minha primeira visita à área permite dizer que a situação é, em geral, preocupante e, em alguns casos, dramática.

3 A pesquisadora esteve em Mato Grosso do Sul entre 4 e 7 de novembro de 2015. Nesse período, realizou entrevistas com membros de três comunidades indígenas, além de terido contato com vários missionários do Conselho Indigenista Missionário - CIMI. (Nota da **IHU On-Line**)

Preocupante porque a integridade física, psíquica e cultural deste povo depende do reconhecimento de seu território tradicional, o que só pode ser feito pelo Estado (atualmente, pelo Poder Executivo Federal). No entanto, as perspectivas de solução para as demarcações pendentes não são promissoras e algumas terras já regularizadas correm o risco de anulação. Os povos Guarani e Kaiowá ocupam diversas terras em disputa, sendo que muitas comunidades vivem acampadas em beiras de estradas e/ou em torno das fazendas. A disputa, por si só, os expõe a riscos de violência (assassinatos, atropelamentos, ameaças, estupro, desaparecimento forçado), privação de meios de subsistência, restrições à liberdade de ir e vir, tensões internas, impossibilidade de implementação de políticas públicas e, acima de tudo, de viver de acordo com seus costumes, línguas, crenças e tradições, conforme lhes assegura o artigo 231 da Constituição.

Existem algumas áreas, especialmente acampamentos (como, por exemplo, Kurussu Amba e Ypoi) e aquelas já homologadas ou identificadas (como, por exemplo, Nãnde Ru Marangatu⁴ e Panambi⁵), que apresentam quadro dramático. Há registro de assassinatos praticados por homens armados, fome, miséria, estupros, perseguição e/ou superpopulação.

IHU On-Line - Como avalia o papel do Estado na proteção de povos indígenas, em específico os

4 O sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU vem publicando uma série de artigos sobre o tema. Entre os quais destacamos: “Para compreender Nãnde Ru Marangatu”, disponível em <http://bit.ly/1j3ew7n>; e “Com homologação suspensa há dez anos, Guarani e Kaiowá retomam cinco áreas em Nãnderu Marangatu”, disponível em <http://bit.ly/1kzW8oi>. Leia mais em <http://bit.ly/1HOIPdQ>. (Nota da **IHU On-Line**)

5 O sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU vem publicando uma série de artigos sobre o tema. Entre os quais destacamos: “Barragens e violação de direitos: a história se repete com Garabi e Panambi”, disponível em <http://bit.ly/1MhupY>; e “Deferimento da hidrelétrica de Pai Querê era indefensável. Entrevista especial com Paulo Brack”, disponível em <http://bit.ly/1PKbd1K>. Leia mais em <http://bit.ly/1NzFRuX>.

Guarani-Kaiowá? E como avalia o papel do Executivo, Legislativo e Judiciário?

Fernanda Frizzo Bragato - Um dos objetivos da pesquisa é avaliar a percepção dos povos indígenas sobre a atuação e a postura dos poderes públicos, portanto seria precipitado apresentar conclusões neste momento em que a pesquisa se encontra em estágio inicial. No entanto, já foi possível perceber nas entrevistas realizadas que, em Mato Grosso do Sul, os povos, em geral, têm confiança no Ministério Público Federal e têm percebido

“

De 2003 a 2014, foram 390 indígenas assassinados em Mato Grosso do Sul e praticamente nenhuma condenação

positivamente a atuação da Fundação Nacional do Índio - Funai. O mesmo não se percebe em relação à Polícia Federal, Polícia Militar, Governo Federal, Poderes Legislativo e Judiciário, embora seja claro para os indígenas que todos têm capacidade, em tese, de atuar em favor de seus direitos.

Pessoalmente, eu concordo com a visão dos indígenas. O Executivo Federal tem nas mãos (pelo menos, por enquanto) o poder de regularizar todas as terras indígenas dos Guarani e Kaiowá, mas os processos encontram-se simplesmente paralisados a alimentar os conflitos e a incerteza sobre o futuro deste povo. Paralelamente, o Judiciário acirra o quadro de privação de seus direitos quando anula demarcações já homologadas ou paralisa demarcações em curso, principalmente por meio da aplicação da tese do

marco temporal, uma criação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal no julgamento do caso Raposa Serra do Sol⁶ em 2012.

Segundo esta tese, a tradicionalidade de uma terra só deve ser reconhecida nos casos em que a área se encontrava ocupada na data da promulgação da Constituição (05/10/1988), a menos que se prove que tenham sido impedidos de ocupá-la por “renitente esbulho”, ou seja, porque o grupo foi expulso à força e comprovadamente tentou retornar à área e foi impedido. É importante registrar que este requisito não consta no texto constitucional e é muito difícil provar o renitente esbulho em uma época em que os índios eram tutelados e não tinham capacidade civil plena (antes de 1988).

Por fim, há denúncias de omissão da Polícia Federal na proteção da integridade física das comunidades ameaçadas constantemente por homens armados. Isso, além de diversos inquéritos em que não se apura a autoria dos crimes e, portanto, resultam impunes.

IHU On-Line - Como avalia a PEC 215? Quais os riscos de se dele-

6 **Raposa Serra do Sol**: área de terra indígena (TI) situada no nordeste do estado brasileiro de Roraima, nos municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, entre os rios Tacutu, Maú, Surumu, Miang e a fronteira com a Venezuela. É destinada à posse permanente dos grupos indígenas ingaricós, macuxis, patamonas, taurepangues e uapixanas. Raposa Serra do Sol foi demarcada pelo Ministério da Justiça através da Portaria Nº 820/98, posteriormente modificada pela Portaria 534/2005. A demarcação foi homologada por decreto de 15 de abril de 2005, da Presidência da República. Em 20 de março de 2009, uma decisão final do STF confirmou a homologação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, determinando a retirada dos não indígenas da região. Nas Notícias do Dia do sítio do **IHU** é possível ler diversas entrevistas especiais sobre o tema. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **PEC 215**: Proposta de Emenda à Constituição 215, de 2000. Pretende delegar ao Legislativo a aprovação de demarcações de terras indígenas, quilombolas e áreas de preservação ambiental. A proposta foi aprovada por comissões internas da Câmara e segue os trâmites em plenário. Confira a íntegra da proposta em <http://bit.ly/1kpiLvM>. Nas Notícias do Dia do sítio do **IHU** há uma série de materiais sobre o tema. Confira em ihu.unisinos.br A última entrevista publicada so-

gar ao Legislativo a atribuição de demarcações de áreas de terra?

Fernanda Frizzo Bragato - Esta pergunta complementa a anterior, porque a PEC 215 é a iniciativa do Poder Legislativo que constitui o golpe de misericórdia nos direitos indígenas. A PEC 215 é um pacote de alterações constitucionais que visa transferir a competência do Executivo para o Legislativo para decidir sobre as demarcações de terras indígenas. Segundo o Instituto Socioambiental - ISA⁸, caso aprovada, ela impactará diretamente os processos de demarcação de 228 terras ainda sem homologação, os quais devem ser paralisados, afetando uma população de 107.203 indígenas. Devem ser afetadas ainda 144 terras cujos processos de demarcação estão judicializados, com uma população de 149.381 pessoas.

Mas não se resume a isso. O mesmo documento do ISA apresenta, de forma resumida, as demais alterações propostas pela PEC 215:

a) A abertura das terras reconhecidas como indígenas a empreendimentos econômicos e atividades de impacto, como aquelas definidas em lei complementar como sendo de relevante interesse público da União à exploração mineral e de potenciais hidrelétricos e à construção de oleodutos, gasodutos, portos, aeroportos, linhas de transmissão de energia, entre outros, e obras de infraestrutura (estradas, ferrovias e hidrovias), bem como assentamentos rurais de não indígenas e atividades agropecuárias, inclusive mediante arrendamento de terras. Isso configura grave ameaça a todas as 698 Terras Indígenas do Brasil, inclusive as já demarcadas.

b) A vedação à ampliação das Terras Indígenas já demarcadas, o que afetaria 35 Terras Indígenas, com uma população de 33.603 indígenas.

bre o tema é de Maurício Guetta, sob o título "PEC 215: a expressão da disputa de terras no país", de 26-10-2015, disponível em <http://bit.ly/1ObqJ5a>. (Nota da **IHU On-Line**)
8 <http://bit.ly/1ODWVRK>. (Nota da entrevistada)

c) Inserir a tese do "marco temporal" no texto da Constituição Federal, impactando não somente as terras sob processo de demarcação, mas as já demarcadas.

d) Aplicar retroativamente as disposições da proposta às Terras Indígenas que estejam sendo objeto de questionamento perante o Poder Judiciário, apesar de já demarcadas e homologadas. Atualmente, segundo o ISA, há pelo menos 144 terras indígenas *sub judice*, sendo que 79 delas já têm demarcações consolidadas.

Mesmo que o Congresso Nacional, a quem seriam reservados os atos relacionados a efetivar ou intervir nas propriedades comunitárias indígenas, mude sua atual composição altamente comprometida com os interesses do agronegócio, ainda assim os efeitos seriam devastadores para o futuro dos povos indígenas. Difícil pensar em uma proposta de Emenda Constitucional que tenha contrariado de forma tão clara e incisiva os objetivos e os fundamentos da Constituição e violado de forma direta instrumentos internacionais ratificados pelo Brasil, como é o caso da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

IHU On-Line - Em que medida o aparato legal brasileiro dá conta de proteger os povos indígenas? Numa perspectiva histórica, desde a Constituição de 1988, como avalia a preocupação com os povos indígenas através das peças legais? E em que medida, de fato, essas leis se efetivam?

Fernanda Frizzo Bragato - O direito anterior à Constituição de 1988 regulava a questão indígena sob o signo do assimilacionismo e aplicava aos povos nativos o regime tutelar. Nesse contexto, a condição de indígena era reconhecida como uma situação transitória, um estágio na caminhada civilizatória, que poderia ir desde o estado de "isolados" até o estado de "integrados". Porém, com a promulgação da Constituição de 1988, altera-se profundamente o paradigma sob o qual viria a ser re-

gulada a questão indígena no país. Na Constituição de 1988, "as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios" foram mantidas entre os bens da União (art. 20, XI), mas, diferentemente das anteriores, o texto tratou de reconhecer aos povos indígenas o direito à diferença, ou seja, o direito de serem indígenas e de permanecerem como tais. O texto inovou ao estabelecer, no art. 231, não apenas o direito sobre as terras que tradicionalmente ocupam, mas de afirmar que esse direito é de natureza originária, ou seja, anteriores à formação do próprio Estado brasileiro, existindo independentemente de qualquer reconhecimento oficial.

Não obstante, a avaliação, até o momento, era a de que o aparato constitucional brasileiro era limitado, pois, em comparação a Constituições de outros países com populações indígenas (Bolívia, Equador e Canadá, por exemplo), deixou de reconhecer uma série de direitos que derivam da autodeterminação e de sua condição cultural diferenciada. Logo, havia necessidade de avançar no reconhecimento de direitos indígenas, até porque ainda há mais de 200 terras em alguma fase do processo demarcatório, sem solução definitiva. O que se vê, ao contrário, é um assustador retrocesso, pois, ao menos, existem dispositivos na atual redação constitucional que permitem ao poder público implementar as demarcações, o que falta é vontade política.

IHU On-Line - Em que consiste a perspectiva "descolonial" e como ela pode contribuir para compreender uma lógica de poder subjacente à situação de violação com povos indígenas.

Fernanda Frizzo Bragato - A perspectiva descolonial supera a necessidade de se reportar ao sistema de valores da modernidade ocidental como o parâmetro inafastável para julgar o que é certo e errado, belo ou feio, bom ou mau em qualquer tempo e lugar. A modernidade não é tratada como um evento intraeuropeu, emanci-

patório e moralmente superior. Ao contrário, é vista como um fenômeno ambíguo, cujo lado obscuro é a colonialidade. Obscuro porque colonialidade é a característica de poder que nasce com o colonialismo, mas a ele sobrevive, e que opera por meio de processos de depreciação e inferiorização de tudo o que não se enquadra nos padrões epistemológicos, estéticos, éticos e políticos ditados pela Europa Moderna, com a finalidade de dominação e controle.

Como consequência, a perspectiva descolonial propõe que se provincialize o legado europeu-moderno não com o objetivo de descartá-lo, mas de considerar também outras perspectivas a partir das quais se compreende o mundo, como, por exemplo, as cosmovisões indígenas, e de valorizá-las naquilo em que aportam para um projeto realmente emancipador. Desde a crítica descolonial, vê-se que a forma como tanto agentes estatais quanto não estatais, no Brasil, lidam com a questão indígena ainda é fortemente marcada por leituras colonialistas. Supõem a inferioridade natural destes povos e desconsideram suas formas de conhecimento e de relação com a natureza, comumente descritas como atrasadas, selvagens e impeditivas do desenvolvimento econômico brasileiro. Por isso, negam o direito humano à diversidade e à identidade cultural diferenciada garantido nos mais contemporâneos marcos normativos internacionais e permitem que floresçam condições para a extinção física, cultural e espiritual destes povos.

IHU On-Line - O que os conflitos de Mato Grosso do Sul revelam acerca da relação entre homem branco e índios? E o que podem significar na compreensão de outros conflitos no Brasil?

Fernanda Frizzo Bragato - Revelam o mesmo padrão de relação que se estabelece em basicamente todo território brasileiro. Os brancos veem e tratam o "índio" como um ser inferior, e seu sistema de crenças e valores como a expressão do atraso e, às vezes, da barbárie. As demandas por território não são, por isso, vistas como legítimas porque, segundo essa visão, são um entrave ao modelo de desenvolvimento econômico que impera em nosso país.

IHU On-Line - Como avalia a atuação de organismos internacionais, como a ONU, na proteção de povos indígenas? Em que medida a interferência desses organismos pode contribuir para dirimir os conflitos em Mato Grosso do Sul?

Fernanda Frizzo Bragato - A ONU tem se posicionado de forma favorável aos interesses dos povos indígenas, muito embora o Estado Brasileiro não tenha se mostrado receptivo aos seus constantes alertas. Alguma atuação nos foros da ONU sobre genocídio e responsabilidade de proteger, ligados ao Conselho de Segurança, poderia ter sucesso no constrangimento do Estado Brasileiro. Resoluções do Parlamento Europeu ou outras tentativas de cooperação internacional, até mesmo para financiamento das demarcações, poderiam

também ser eficazes. Atualmente, em Mato Grosso do Sul, movimentos sociais vêm promovendo ações de boicote nacional e internacional aos produtos agrícolas do estado sob a acusação de que a produção econômica viola direitos humanos, especialmente a vida dos povos indígenas.

IHU On-Line - Quais os caminhos para se proteger os povos indígenas hoje? Qual o papel de agentes estatais e não estatais nessa proteção?

Fernanda Frizzo Bragato - A primeira e mais urgente medida é a rejeição da PEC 215. Em segundo lugar, a revisão do posicionamento judicial acerca da aplicação da tese do marco temporal. Em terceiro, a conclusão dos processos demarcatórios por parte do Poder Executivo Federal e o incremento da segurança daqueles povos ameaçados de sofrer atos de violência, especialmente em Mato Grosso do Sul. Estas medidas apenas conteriam o retrocesso e a perda de perspectiva de futuro digno para os povos indígenas.

Para avançar, seriam necessários o reconhecimento de novos direitos e a implementação de políticas públicas de educação, saúde e subsistência nos territórios indígenas. O papel dos agentes estatais é fundamental, portanto. Por outro lado, enquanto sociedade civil temos o grande desafio de nos descolonizarmos e aprendermos a respeitar a cosmovisão dos povos originários. ■

LEIA MAIS...

- *A construção permanente dos sentidos dos Direitos Humanos*. Entrevista com Fernanda Bragato, publicada nas **Notícias do Dia**, de 16-11-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1ROo7Li>.
- *A diversidade cultural negada pela modernidade*. Entrevista com Fernanda Bragato, publicada na revista **IHU On-Line** número 431, de 04-11-2013, disponível em <http://bit.ly/1SiWYjJ>.

Capitalismo biocognitivo: máquina de triturar trabalhadores

Elsa Bevia analisa os desafios à preservação da saúde do trabalhador na atualidade, momento em que a lógica do capital provoca desumanização, adoecimento físico e mental

Por João Vitor Santos

O mundo do trabalho mudou. Entretanto, o que parece não ter mudado é a necessidade de se produzir mais e mais para alimentar um sistema capitalista agora atualizado. O resultado é o adoecimento desse trabalhador, que vê a lógica maquinica da empresa borrar o limite profissional e contaminar toda a vida. A professora e pesquisadora Elsa Bevia olha para esse momento como fruto do capitalismo biocognitivo, que para ela é “a junção do capitalismo cognitivo com a bioeconomia”. E os resultados não podiam ser outros: “adoecimento físico e mental dos trabalhadores, vítimas das constantes reestruturações, precarização dos processos e relações nos ambientes de trabalho, gerando preocupação, especialmente com o sofrimento gerado”, destaca.

Na entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Elsa aprofunda os efeitos nefastos dessa lógica no mundo do trabalho. Segundo a pesquisadora, homens e mulheres não têm mais espaço para serem eles mesmos, tendo o caráter humano triturado. Em nome da produtividade e eficiência, precisam ser despersonalizados, coisificados, sem razão ou emoção. “Esta *des-humanização* do trabalho leva ao sofrimento patológico, através de doenças físicas e psíquicas, no sistema musculoesquelético, neurológico, na pele, no sistema digestivo, circulatório e em outros inúmeros diagnósticos. A iniciativa e a criatividade são cerceadas pela maneira como é organizado e controlado o trabalho”, diagnostica. Assim, diante dessa lógica, de competitividade, longas jornadas, mais produção em me-

nos tempo, agindo e - não - pensando como máquinas, traz consequências que ainda vão além das doenças. “Os mercados financeiros fornecem o lubrificante para o processo de acumulação no sistema capitalista, e a acumulação acontece com o endividamento dos cidadãos e das instituições. Os trabalhadores se endividam e não sabem mais se estão vivendo ou se estão produzindo”, aponta.

Elsa Cristine Bevia é doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Durante o doutorado, passou pela Universidade Rovira i Virgili, Tarragona, e pelo Instituto de Pesquisas Sociais (Institut für Sozialforschung), em Frankfurt. É, ainda, mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí - Univali. Possui graduação em Direito pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB e é professora titular do Departamento de Direito da FURB. Na área jurídica, atua no Direito do Trabalho, Direitos Sociais e Direito Previdenciário, atuando especialmente no controle social de políticas públicas, assessoria jurídica sindical e organizações populares de defesa da saúde do trabalhador e de economia solidária. No dia 26 de novembro, estará no **Instituto Humanitas Unisinos - IHU** para a conferência “Capitalismo Biocognitivo e Trabalho: desafios à saúde e segurança”. O evento integra o **Ciclo de Estudos: Saúde e segurança no trabalho na região do Vale do Rio dos Sinos**, uma promoção conjunta do IHU com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo. Saiba mais em <http://bit.ly/1WOFMJy>.

Confira a entrevista.



A gestão é desenhada de forma a evitar espaços de manifestação dos afetos e dos sentimentos

IHU On-Line- Que desafios à saúde e segurança do trabalhador o capitalismo biocognitivo impõe?

Elsa Cristine Bevian - O capitalismo biocognitivo - definição terminológica do capitalismo contemporâneo, em que há a junção do capitalismo cognitivo com a bioeconomia, está gerando um fenômeno crescente de adoecimento físico e mental dos trabalhadores, vítimas das constantes reestruturações, precarização dos processos e relações nos ambientes de trabalho, gerando preocupação, especialmente com o sofrimento gerado. O corpo sofre, se sujeita, violentando seu desejo e seu querer, para sobreviver. Os trabalhadores, muitas vezes, não podem ser eles mesmos, humanos, precisam ser entes despersonalizados, coisas, objetos, seres sem emoção e razão - representa um personagem.

Esta *des-humanização* do trabalho leva ao sofrimento patológico, através de doenças físicas e psíquicas, no sistema musculoesquelético, neurológico, na pele, no sistema digestivo, circulatório e em outros inúmeros diagnósticos. A iniciativa e a criatividade são cerceadas pela maneira como é organizado e controlado o trabalho. Os gestos exigidos pelo trabalho são vazios de sentido e ocultam a possibilidade de mudar a situação. A gestão é desenhada de forma a evitar espaços de manifestação dos afetos e dos sentimentos, negando a função reguladora da subjetividade no ato de trabalhar.

Este fenômeno é crucial, pois neutraliza, imobiliza os corpos e as mentes dos trabalhadores. É o

pior dos mundos! Nosso grande desafio é: como reverter esta situação em que se encontra a classe trabalhadora? Sem saúde física e mental as pessoas não conseguem viver com dignidade. Como resistir, como enfrentar a inércia e resgatar a dignidade da luta por melhores condições humanas no trabalho? Como enfrentar o sentimento de impotência diante da realidade?

IHU On-Line - Que relação é possível estabelecer entre o adoecimento do trabalhador e a globalização da economia? Em que medida a lógica do capital impacta na produtividade e saúde do trabalhador e em sua relação com o meio?

Elsa Cristine Bevian - O adoecimento dos trabalhadores é um fenômeno local e global, acontece em nossos municípios, no Brasil e em todos os continentes, e inclusive em países que muitas vezes são considerados modelos de sociedade desenvolvida e justa, como, por exemplo, na Alemanha, nos Estados Unidos, no Reino Unido, na China e na Coreia do Sul. A Organização Internacional do Trabalho - OIT¹ estima que, a cada ano, 2,34 milhões de pessoas morrem de acidentes ou enfermidades relacionadas com o trabalho, equivalendo a algo em torno de 6.300 mortes diárias. Deste número, em torno de 2,2 milhões falecem em função de alguma das muitas enfermidades profissionais

¹ Organização Internacional do Trabalho. *La Prevencion de Las Enfermedades Profesionales*. Publicado em 28 abr. 2013. http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic_/gender/doc/dia282013b_1007.pdf. Acessado em: 11 ago. 2014. (Nota da entrevistada)

que existem. A OIT calcula que a cada ano se produzem 317 milhões de acidentes laborais não mortais, assim como 160 milhões de casos de enfermidades não mortais relacionadas com o trabalho. A cada 15 segundos, um trabalhador morre de acidente ou doença relacionada com o trabalho e 115 trabalhadores sofrem um acidente laboral. Os dados da OIT colocam o Brasil como quarto colocado no ranking mundial de acidentes fatais de trabalho.

Com a mais-valia globalizada e a competitividade acirrada no mercado mundial, as exigências sobre os trabalhadores para que estendam suas jornadas, trabalhem mais tempo, produzam mais em menores medidas de tempo, em ritmos acelerados ditados pelas esteiras e máquinas, estão provocando o adoecimento dos trabalhadores. Além disso, os mercados financeiros fornecem o lubrificante para o processo de acumulação no sistema capitalista, e a acumulação acontece com o endividamento dos cidadãos e das instituições. Os trabalhadores se endividam e não sabem mais, como afirma Fumagalli², se estão vivendo ou se estão produzindo. Não há mais tempo livre, somos constantemente consumidores, inclusive de valores, somos controlados com "cartões-fidelidade", produzimos valor para os outros. A globalização está se impondo como uma "fábrica de perversidades",

² **Andrea Fumagalli**: doutor em Economia Política, é professor no Departamento de Economia Política e Método Quantitativo da Faculdade de Economia e Comércio da Università di Pavia, Itália. Dentre seus vários livros publicados, citamos: *Il lavoro. Nuovo e vecchio sfruttamento* (Milão: Punto Rosso, 2006) e *Crisi dell'economia globale. Mercati finanziari, lotte sociali e nuovi scenari politici* (Verona: Ombre corte, 2009). Confira as seguintes entrevistas concedidas por Fumagalli à IHU On-Line: *Os impactos da financeirização sobre o sujeito*, edição 343 de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>; *As finanças no comando bioeconômico do trabalho vivo*, edição 327, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/c68dqC>; *Os mercados financeiros são o coração pulsante do capitalismo cognitivo*, edição nº 302, de 03-08-2009, disponível em <http://bit.ly/brJzel>. (Nota da **IHU On-Line**)

afirmou Milton Santos³, e é o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista.

IHU On-Line - Como o trabalhador adocece no mundo capitalista da pós-modernidade?

Elsa Cristine Bevian - O sistema de Estado do Bem-Estar Social entra em crise no final dos anos 1960, quando surgem os processos de paralisação dos processos de produção, críticas ao gigantismo do Estado, não recolhimento dos impostos e outros. A alternativa que se constrói mais recentemente é a volta à situação anterior, pregando-se, entre outras coisas, uma desregulamentação do trabalho. No início dos anos 1980, surgem governos neoliberais e com eles há maior precarização do trabalho estrutural, assim como o desemprego. Constitui-se, como afirma Giovanni Alves⁴, um

3 Milton Santos (1926-2001): geógrafo brasileiro, foi um dos pensadores de nosso país mais respeitados em sua área. Em 1994, ele recebeu o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud, na França, uma espécie de Nobel da Geografia. Santos exerceu boa parte da carreira acadêmica no exterior (França, Canadá, EUA, Peru, Venezuela etc.). Foi professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, tendo falecido em 2001. Santos publicou mais de 40 livros e 300 artigos em revistas especializadas. A Editora Unesp publicou o livro SANTOS, Milton. 1926-2001. Testamento Intelectual/Milton Santos; entrevistado por Jesus de Paula Assis; colaboração de Maria Encarnação Sposito. São Paulo: UNESP, 2004. (Nota do **IHU On-Line**)

4 Giovanni Alves: professor da UNESP-Marília, livre-docente em teoria sociológica, pesquisador do CNPq com bolsa-produtividade desenvolvendo projeto de pesquisa intitulado "A derrelição de Ícaro - Sonhos, expectativas e aspirações de jovens empregados do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil (2003-2013)". É um dos líderes do Grupo de Pesquisa "Estudos da Globalização" - GPEG, inscrito do diretório de grupos de pesquisa do CNPq; e da RET - Rede de Estudos do Trabalho. Coordena os seguintes projetos de extensão universitária: Projeto de Extensão Tela Crítica, voltado para a produção de material pedagógico de conteúdo sociológico que visa discutir temas da sociedade global através da análise crítica de filmes do cinema mundial; Projeto Cine-Trabalho/Praxis Vídeo, voltado para a produção de vídeos que tratam das experiências vividas e experiências percebidas do mundo do trabalho e o Projeto OST (Observatório Social do Trabalho) que visa criar um acervo virtual que trate das experiências narrativas de precarização do trabalho no Brasil. É autor de vários livros e artigos na área de trabalho, sin-

novo modo de vida: o modo de vida *just-in-time*, favorecendo a "corrosão do caráter" (Sennett) e deformação da personalidade humana, com uma captura cada vez mais intensa da subjetividade humana.

As pessoas acabam mergulhando no mundo da solidão profunda, perdem a verdadeira aspiração de autodeterminação e a vida passa a não ter mais sentido ou a ter um sentido meramente econômico. O indivíduo sofre ameaças no plano imaginário, simbólico e real. Os distúrbios psicossomáticos, desenvolvidos em decorrência do sofrimento pela prática do assédio moral (insônia, síndrome do pânico ou transtorno de ansiedade generalizado), são uma constante. Sobram desânimo, apreensão e angústia nos trabalhadores, nas pessoas que trabalham.

“
Nosso grande desafio é: como reverter esta situação em que se encontra a classe trabalhadora

Surge o "precarizado", tornando os seres humanos precários. Não há mais alteridade e solidariedade, não há mais coletivo. Os sindicatos perdem sua força política e reivindicatória. O medo do desemprego, da vergonha, da discriminação e da solidão está em todo lugar!

Segundo as estatísticas nacionais e internacionais, assim como da OIT, os casos de transtornos musculoesqueléticos - TME aumentaram significativamente nas últimas décadas e há estudos que relacionam o estresse com as patologias musculoesqueléticas, cardíacas e digestivas e com graves transtornos

dicalismo e reestruturação produtiva. (Nota da **IHU On-Line**)

cardiovasculares. A OIT alerta que a crise econômica e a recessão do sistema capitalista estão levando a um aumento de estresse, ansiedade, depressão e outros transtornos mentais relacionados com o trabalho. A vida, para muitos, passa a ser um peso intolerável e a única alternativa é o clímax do adoecimento e da barbárie: o suicídio! O sistema capitalista não é acolhedor, literalmente, não favorece uma vida digna para o ser humano!

IHU On-Line - No Brasil de hoje, quais as novas modalidades de degradação do trabalho? Que racionalidade está por trás dessas novas formas de degradação?

Elsa Cristine Bevian - Além dos fatores mencionados na questão anterior, há ainda outros fatores como a má gestão, a falta de educação e cultura de segurança nas empresas, a falta de fiscalização pelo falta de auditores fiscais do trabalho e estrutura eficaz do Ministério do Trabalho e Emprego, as economias perigosas e o lucro a todo custo. Todos esses fatores favorecem as tragédias humanas que atingem trabalhadores todos os dias no Brasil. O modo de vida *just-in-time*⁵, que significa uma maior carga de pressão no plano psíquico dos trabalhadores, implicando no fenômeno denominado por Giovanni Alves por "vida reduzida". O capital avassala a possibilidade de desenvolvimento humano-pessoal dos indivíduos sociais, na medida em que o tempo de vida disponível

5 Just-In-Time: é um sistema de administração da produção que determina que nada deve ser produzido, transportado ou comprado antes da hora exata. Pode ser aplicado em qualquer organização, para reduzir stocks e os custos decorrentes. O *just in time* é o principal pilar do Sistema Toyota de Produção ou produção enxuta. Com este sistema, o produto ou matéria-prima chega ao local de utilização somente no momento exato em que for necessário. Os produtos somente são fabricados ou entregues a tempo de serem vendidos ou montados. O conceito desse sistema está relacionado ao de produção por demanda, onde primeiramente vende-se o produto para depois comprar a matéria-prima e posteriormente fabricá-lo ou montá-lo. (Nota da **IHU On-Line**)

das pessoas está avassalado pela lógica do trabalho estranhado e a lógica do consumismo desenfreado. Para Alves, a vida reduzida possui alguns traços característicos fundamentais: significa *vida veloz*, *vida sinalizada*, *vida enxuta*, *vida capturada* e *vida invertida*.

No Brasil, o número de suicídios aumentou em 705% nos últimos 16 anos, segundo Miguel Jorge⁶, professor associado de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, que considera o estresse e a grande competitividade profissional como causas importantes desse aumento.

IHU On-Line- Como subverter a lógica do capitalismo global, primando pela saúde do trabalhador enquanto espaço de resistência? Como sindicatos e entidades de classe vêm desempenhando esse papel de resistência?

Elsa Cristine Bevia - Pelo fato de o capitalismo ser vivenciado como religião, é difícil enfrentá-lo, desconstituir a fé. O capitalismo, aliado à técnica e à financeirização⁷, passa a ser um fenômeno complexo. Mas o capitalismo não pode tudo! O Estado deve permitir a resistência, para que sejamos governados um pouco menos. Não dá para primeiro esperar uma sociedade totalmente perfeita, para que seja possível melhorar a sociedade

6 Miguel Roberto Jorge: professor Associado do Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina (EPM) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Realizou seu pós-doutorado no Western Psychiatric Institute and Clinic da Universidade de Pittsburgh (EUA) e obteve seu título de Livre-Docência em Psiquiatria Clínica na UNIFESP. Sua produção científica iniciou-se na área das dependências químicas e está atualmente relacionada ao diagnóstico e classificação em psiquiatria, envolvendo instrumentos padronizados e aspectos transculturais. Sua principal linha de pesquisa envolve estes aspectos e mais recentemente questões relacionadas ao estigma e discriminação dirigidas aos portadores de transtornos mentais, desenvolvendo projetos em colaboração com instituições internacionais. (Nota da **IHU On-Line**)

7 O número 468 da **IHU On-Line** debateu o tema da *financeirização*. Confira em <http://bit.ly/1UeXijs>. (Nota da **IHU On-Line**)

em que se vive. Também é ilusão acreditarmos que vamos conseguir resolver tudo. A resistência hoje é mais difícil, porque a economia é global e a política é local. A ética não é universal, porque a política não é universal, porém, as pessoas não são só totalmente governáveis, também têm capacidade de se insurgir, especialmente em sociedades democráticas.

“ O adoecimento dos trabalhadores é um fenômeno local e global

A globalização com primazia do econômico, buscar a riqueza e tornar isto principal, como a coisa mais importante da vida, é o problema. É necessário lutar contra a primazia do econômico, para tornar possível outra globalização. Globalizar a política, tornar a política importante. Também chamamos a atenção para a importância de termos em conta a supremacia da técnica, neste biocapitalismo cognitivo. E, neste contexto, urge que vejamos as possibilidades de resistência ao que acontece, vinculando a primazia do econômico ao endeusamento da técnica, o que leva o ser humano a ser cada vez mais servo da máquina.

É necessário regulamentar as condições de trabalho de forma igualitária, em todos os países, com a finalidade de coibir o *dumping* social, que, em nosso entendimento, é o principal fator que favorece o adoecimento dos trabalhadores nas últimas décadas. Como exemplo, há casos em que no setor industrial, em 2011, na China, os salários pagos eram cerca de US\$ 1,80/hora, enquanto nos EUA, US\$ 20/hora e no Japão, US\$

18/hora. Esta disparidade salarial não é admissível. É necessária uma cidadania cosmopolita, uma ordem jurídica que não permaneça reduzida àquela do Estado nacional, mas um novo sistema global de normas jurídicas, com humanidade comum, ameaças compartilhadas e obrigações mínimas. Urge haver uma interpretação das normas de direitos humanos e da OIT comunicadas com as normas da Organização Mundial do Comércio - OMC, de forma paritária, caracterizando o *dumping* social, e com previsão de sanções aos países transgressores. Há necessidade do reconhecimento de direitos no âmbito universal, regras da OIT com racionalidade ampliada.

Movimento sindical

O movimento sindical em sua quase totalidade está sendo colonizado e vê diminuída sua força, renunciando a uma radicalidade que já teve e tendo pouco conhecimento para fazer frente de luta contra a exploração dos trabalhadores, que estão extrapolando seus limites físicos e mentais. Marx⁸, no século XIX já havia alertado que toda a luta sindical sem uma perspectiva de classe, de superação da escravidão assalariada, teria efeitos parciais e temporários, corroi-

8 Karl Marx (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Leia a edição número 41 dos **Cadernos IHU ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da **IHU On-Line**, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/ihuon278>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da **IHU On-Line**, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon327>. A **IHU On-Line** preparou uma edição especial sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI*, que retoma o argumento central da obra de Marx *O Capital*, disponível em <http://bit.ly/IHUOn449>. (Nota da **IHU On-Line**)

dos pela própria lógica do capital, e contribuiria somente para educar a classe.

As lutas sindicais restringem-se a instituir estratégias que são de resultado, limitadas a ações envolvendo assuntos salariais e da jornada de trabalho, e não estão questionando o sistema capitalista e a forma como o trabalhador está sendo explorado e assujeitado. Neste contexto, a resistência por parte dos trabalhadores poucas vezes inclui na sua agenda uma preocupação com a luta para mudar a sociedade no seu todo, mas se satisfaz com reivindicações corporativas, não se interessando pela situação do conjunto das classes subalternas na sociedade em que se vive. Assim, os próprios sindicatos contribuem para que o mesmo modelo de sociedade se fortaleça e nunca seja questionado.

O movimento sindical precisaria investir mais na estratégia da formação, para desenvolver entre os trabalhadores um senso crítico da realidade, de tomada de consciência de si. É preciso trabalhar com a subjetividade dos trabalhadores para formar um senso crítico sobre sua condição no mundo e da sua inserção social, com intuito de emancipação e liberdade. É necessário avançar na comunicação do movimento sindical entre si, deste com os trabalhadores e com a sociedade, com formação de grupos, educação sindical e política da classe trabalhadora.

Sindicalismo em rede

Também não é mais possível o isolamento sindical restrito à jurisdição de cada sindicato. Urge que o sindicalismo funcione em rede, como sugere Daniela Muradas⁹, com o intuito de ampliar a

⁹ **Daniela Muradas Reis:** possui Graduação em Direito, mestrado em Filosofia do Direito e doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. É professora adjunta de Direito do Trabalho da Universidade Federal de Minas Gerais. Foi membro do Conselho Universitário e Chefe do Depar-

solidariedade entre os trabalhadores e categorias, pois as empresas multinacionais estão produzindo em todos os cantos do planeta. Há dificuldade para formar esta rede de organização, a começar pelos diferentes idiomas e culturas.

O fato é que a atuação dos sindicatos, por jurisdição, nos tempos atuais, só serve para fragmentar a luta. É preciso juntar os sindicatos com diferentes movimentos sociais, movimentos de ação em rede. Há necessidade de a sociedade civil se organizar e alargar o conceito de negociação coletiva, pois há um déficit democrático em relação à questão racial, de mulheres etc. Uma luta articulada para construção do sujeito de direitos pelo reconhecimento. Os sindicatos

“

A cada 15 segundos, um trabalhador morre de acidentes ou doenças relacionadas com o trabalho

não conseguem garantir direitos e, apesar de haver um esvaziamento das consciências, o movimento sindical pode conquistar seu lugar na defesa da consciência de classe dos trabalhadores.

IHU On-Line - Numa perspectiva histórica, como traçar um paralelo entre os acidentes de trabalho e as doenças adquiridas em decorrência do trabalho?

tamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito da UFMG. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: Retrocessos sociais, direitos humanos sociais e trabalho decente. (Nota da **IHU On-Line**)

Elsa Cristine Bevian - A responsabilização dos empregadores pelos riscos a que os trabalhadores se submetiam não era admitida no século XIX. A formação do Direito Social, com nova racionalidade jurídica, segundo Jorge Luiz Souto Maior¹⁰, foi impulsionada, sobretudo para se chegar à solução do maior problema social do século XX, os acidentes de trabalho, que não poderiam ser devidamente cuidados na concepção jurídica liberal. O aspecto da solidariedade deixa o campo da ordem moral para se integrar ao campo da coerção jurídica, reconhecendo-se que do vínculo social advém a responsabilidade de uns para com os outros.

A luta pela obtenção de salários justos ou dignos existe desde que surgiu o capitalismo e vemos que hoje, em pleno século XXI, cada vez mais os capitalistas se deslocam pelo planeta à procura de mão de obra mais barata, para obtenção de mais-valia e, conseqüentemente, mais lucros. Há quem defenda estes movimentos, sob o argumento da sobrevivência das empresas. Então, pode-se dizer que, desde pelo menos três séculos, há uma correria desenfreada pela mais-valia, e as classes dominantes geram sempre novas técnicas e tecnologias para controlar física e mentalmente os trabalhadores. O resultado é um estrangulamento cada vez maior da força de trabalho, das

¹⁰ **Jorge Luiz Souto Maior** (1964): jurista e professor livre docente de Direito do Trabalho brasileiro na Universidade de São Paulo – USP, desde 2001. É juiz titular na 3ª Vara do Trabalho de Jundiá desde 1998, palestrante e conferencista. Formado na Faculdade de Direito do Sul de Minas – FDSM, especializou-se em direito em 1987 pela mesma faculdade, e pela USP, em 1990. Mestre em Direito pela USP com a dissertação “Requisitos da petição inicial nos dissídios individuais trabalhistas” em 1995 e Doutor em Direito pela mesma Universidade de São Paulo com a tese “Procedimento oral, um pressuposto da efetividade do processo trabalhista” em 1997 e pela Université de Paris II, UP II, França com a tese “Modes de Règlement des Conflits Individuels du Travail”, em 2001. Além disso, é livre-docente pela USP com a tese “O direito do trabalho como instrumento de justiça social”, de 1999. (Nota da **IHU On-Line**)

energias e uma apropriação indevida da subjetividade dos trabalhadores, gerando consequências e afetando sua saúde, pois estão cada vez mais inseguros e desprotegidos. E os detentores do poder econômico e financeiro querem flexibilizar e precarizar cada vez mais as condições de trabalho...

IHU On-Line - A automação decorrente da Revolução Industrial¹¹ trouxe outra relação com o trabalhador da fábrica. De que forma essa mudança impactou na saúde do trabalhador e na sua lógica de relação com o trabalho? Em que medida a tecnologia do mundo pós-moderno atualiza essa relação e reproblematisa o ambiente da fábrica?

Elsa Cristine Bevia - Com certeza, a automação industrial, desde o sistema fordista até o sistema atual, toyotista, vem gerando consequências nefastas sobre a saúde dos trabalhadores. Hoje, são os trabalhadores que precisam se adaptar às máquinas e não o contrário, em que as máquinas deveriam ser adaptadas aos trabalhadores, ao ser humano. O ritmo não é humano, é das máquinas; porém, ser humano tem limites físicos e mentais, então, não deveria ser assim, é contra a natureza humana. Além do mais, cada pessoa é uma pessoa, com suas características, capacidades e habilidades. É lógico que as pessoas estão adoecendo, pois não têm nenhum controle sobre o ritmo e o alcance do trabalho. O trabalho é completamente

¹¹ **Revolução Industrial:** foi a transição para novos processos de manufatura no período entre 1760 a algum momento entre 1820 e 1840. Esta transformação incluiu a transição de métodos de produção artesanais para a produção por máquinas, a fabricação de novos produtos químicos, novos processos de produção de ferro, maior eficiência da energia da água, o uso crescente da energia a vapor e o desenvolvimento das máquinas-ferramentas, além da substituição da madeira e de outros biocombustíveis pelo carvão. A revolução teve início na Inglaterra e em poucas décadas se espalhou para a Europa Ocidental e os Estados Unidos. (Nota da **IHU On-Line**)

alienado na maioria dos casos e o trabalhador não sabe nem o que está fazendo ali naquele local, naquele trabalho, naquela tortura que vivencia.

Diante desta realidade, e considerando que um dos princípios gerais da atividade econômica do nosso Estado é a busca do pleno emprego, de acordo com o art. 170, inciso VIII da Constituição da República Federativa do Brasil, e

“

Somos controlados com ‘cartões-fidelidade’, produzimos valor para os outros

considerando que hoje a automação industrial é a responsável pela extinção de milhares de postos de trabalho no planeta, há a necessidade de regulamentação da aplicação da tecnologia. Não podemos continuar a ser reféns da tecnologia. A tecnologia deve existir para ajudar o ser humano e não para torná-lo um escravo. Poderíamos começar regulamentando em nosso país o art. 7º, inciso XXVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

IHU On-Line - Como avalia a legislação brasileira do trabalho no que diz respeito à proteção da saúde do trabalhador? Quais os avanços e limites?

Elsa Cristine Bevia - A política pública em saúde do trabalhador instituída na Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, proporcionou avanços jurídicos e práticos, embora não seja integralmente eficaz. Compreende princípios constitucionais, a exemplo do art. 1º da Constituição Fe-

deral que fala do direito à dignidade humana, do art. 196 cujo texto afirma que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Da mesma forma, o art. 200 da Constituição Federal, que institui o Sistema Único de Saúde - SUS, a quem compete, dentre outras tarefas, “executar as ações de saúde do trabalhador, assim como colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho”. Além de princípios constitucionais, são inúmeras as leis federais, estaduais e municipais, portarias, decretos, instruções normativas e outras que regulamentam as ações, a educação, a prevenção, a elaboração de estatísticas e a reparação de danos.

Um grande avanço da nossa Constituição Federal foi a instituição do controle social, introduzido pela política pública como um espaço para os trabalhadores exercitarem a ação política, com intuito de preservação da sua saúde. Este controle social pode ser exercitado através de inúmeras formas, com a participação nos conselhos, como efetivação da democracia participativa. Tem significado permanente como educação para a cidadania. A sociedade conquistou um espaço de corresponsabilidade na definição de leis e políticas garantidoras dos seus direitos. Este objetivo da lei nem sempre é alcançado, mas este é um espaço de poder que permite mudanças, a exemplo da escolha de prioridades para aplicação dos recursos públicos destinados à saúde. Há, no entanto, o problema do quórum para decisões, pois nem sempre o interesse dos trabalhadores é aceito e deliberado pelos conselhos.

Há críticas por parte de alguns autores, que entendem que o Estado, muitas vezes, ao levar os

trabalhadores para dentro dele, os limita no sentido de traduzir as reivindicações dentro do formato que ele previamente determina. Para alguns, sem a força das ruas, os trabalhadores não têm sequer condições de avançar dentro do Estado.

IHU On-Line - O que a realidade de Blumenau, em Santa Catarina, seu objeto de pesquisa, diz sobre a política pública de saúde do trabalhador? Em que medida pode-se extrapolar essa realidade para uma experiência brasileira?

Elsa Cristine Bevian - Os índices de adoecimento em Blumenau, que é atualmente a quarta economia do Estado de Santa Catarina, são muito elevados, chegando a 10% a média percentual de trabalhadores com emprego formal recebendo benefícios do INSS por auxílio-doença e auxílio-doença decorrente de acidente de trabalho. Blumenau, com 309 mil habitantes no ano de 2010, tinha 128,9 mil trabalhadores no mercado formal, sendo o maior número na indústria têxtil e do vestuário. É um problema epidemiológico.

O juiz do Trabalho em São Paulo, José Antonio Ribeiro de Oliveira Silva, em sua tese doutoral, fez um estudo sobre como as condições de trabalho, em especial as jornadas de trabalho, têm a ver com essa realidade de adoecimento dos trabalhadores. Analisou a realidade do Brasil e da Espanha. Fez uma investigação sobre as cidades que apresentaram, em 2008, a maior quantidade de doenças ocupacionais não declaradas, com o intuito de investigar quais apresentaram o maior índice de sinistralidade em relação ao seu número de empregados, assim como analisou as atividades econômicas predominantes nessas cidades.

No Brasil, analisou as estatísticas de doenças ocupacionais não declaradas do ano 2008, segundo o Nexo Técnico Epidemiológico - NTEP, e

verificou que a cidade com maior número de doenças presumidas (não notificadas) é São Paulo, com 14.603 casos. Em segundo lugar, aponta as cidades do Rio de Janeiro e Salvador. Blumenau aparece como quarta cidade do país nesta estatística. Com relação às cidades com maior número de doenças ocupacionais, Blumenau aparece como quinta cidade do país. Perde apenas para Nuporanga, Erechim, São Vicente e Chapecó.

Do diagnóstico às estratégias

A perspectiva primordial da pesquisa que realizei e que terá continuidade, é que, com seus resultados até agora obtidos e com seus potenciais avanços, se possa

“

O capital avassala a possibilidade de desenvolvimento humano-pessoal dos indivíduos sociais

contribuir com a formulação de um diagnóstico, o qual pode contribuir com a formulação de estratégias mais eficazes e humanizadas, aptas a diminuir o impacto das transformações econômicas no mundo do trabalho e dos agravos à saúde do trabalhador. A estrutura estatal não é suficiente para desenvolver ações preventivas em meio a tantas irregularidades que chegam, através de denúncias, todos os dias, aos órgãos públicos. São muitos fatores a serem analisados, e é necessário agir no mundo macro e no mundo micro.

O primeiro passo no planejamento de estratégias de prevenção em saúde do trabalhador consiste

em ter um diagnóstico preciso dos principais problemas relacionados ao tema, compreendendo as principais vulnerabilidades da política. A prevenção em saúde do trabalhador não somente produzirá imensa economia aos cofres públicos, como causará impacto imediato e profundo na qualidade de vida de cada trabalhador e trabalhadora.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Elsa Cristine Bevian - É necessário persistir para entender o que acontece, para encontrar a saída. Compreender melhor a situação atual da falta de saúde e segurança dos trabalhadores nos ambientes de trabalho e buscar possíveis resistências frente à ausência da política e à concomitante primazia do econômico. Não é a simples reorganização ou reestruturação do Estado de Direito, ou da legislação, que vai resolver. Por maior e mais complexa que seja a tarefa de compreender o que acontece hoje, não podemos ceder a um pessimismo ou a um conformismo que parecem predominar na cena tanto teórica quanto prática atual.

Não é sem motivo que se projetam novas leituras e novas experiências, mesmo que elas abdicuem de um costumeiro caráter universal ou microfísico, e aconteçam em plano microfísico. Quem sabe, exercitar a resistência seguindo o caminho sugerido por Spinoza¹² seja interessante, desenvolvendo a potência de ação através da afetividade, possibilitando aos seres humanos o encontro de uns com os outros para conservar e expandir sua potência, para a autopreservação. ■

¹² **Baruch Spinoza** (ou Espinosa, 1632–1677): filósofo holandês. Sua filosofia é considerada uma resposta ao dualismo da filosofia de Descartes. Foi considerado um dos grandes racionalistas do século XVII dentro da Filosofia Moderna e o fundador do criticismo bíblico moderno. Confira a edição 397 da IHU On-Line, de 06-08-2012, intitulada *Baruch Spinoza. Um convite à alegria do pensamento*, disponível em <http://bit.ly/ihuon397>. (Nota da **IHU On-Line**)

Quando a chaga vem do silenciamento

Carla Bottega discute a saúde mental de trabalhadores e trabalhadoras que, pela lógica atual do mundo profissional, são silenciados e oprimidos pela necessidade de mais produção com menos relações

Por João Vitor Santos

Existe uma velha máxima que diz que *a diferença entre o remédio e o veneno é a dose*. A frase pode ser transposta para o mundo do trabalho, uma vez que este pode tanto enobrecer o ser humano como torná-lo doente. O desafio de melhorar o ambiente e a relação com o trabalho, preservando a saúde física, é grande. Porém, o desafio com relação à saúde mental é imenso. Carla Bottega, do Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, reconhece que a preservação da saúde mental do trabalhador não é sempre tratada da mesma forma que a preservação da dita saúde física. “É preciso atenção e constante atualização com o que acontece no cotidiano da vida, no real do trabalho, pois o sofrimento no trabalho tem levado as pessoas à retração, ao silenciamento, e se não há espaço para a fala, significa que também não há espaço para a escuta”, alerta.

Na entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Carla analisa os fatores que levam homens e mulheres ao adoecimento em decorrência de suas atividades profissionais. Entre eles, os principais são o individualismo e a competitividade do novo mundo corporativo. “O adoecimento tem demonstrado que as estratégias coletivas de defesa, que possuem papel de extrema importância de resistência aos efeitos nocivos da organização do

trabalho, estão perdendo espaço para o individualismo e a solidão”, destaca. A consequência, segundo a pesquisadora, é que “na medida em que não há espaço para uma construção do sentido do sofrimento nas relações sociais, surge o desânimo, a decepção e, até mesmo, o desespero. Trabalhadores e trabalhadoras, apesar de doentes, não querem se afastar de seus postos de trabalho pelo medo da substituição imediata por outro profissional e pelo estigma que ainda permanece em relação ao adoecimento mental”, completa. Assim, mesmo doentes, seguem em seus postos, cada vez produzindo menos e se afundando num ciclo de adoecimento.

Carla Garcia Bottega é psicóloga, doutora e mestre em Psicologia Social e Institucional. É docente na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS. Ainda integra o Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Atua em temáticas da Saúde Mental e Trabalho, Prevenção e Humanização em Saúde, temas que estão presentes nos debates do **Ciclo de Estudos: Saúde e segurança no trabalho na região do Vale do Rio dos Sinos**, promovido pelo **Instituto Humanitas Unisinos - IHU** em parceria com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo. Saiba mais em <http://bit.ly/1Mn1War>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line- Em que medida o trabalho (e as relações de e com o trabalho) impacta na saúde mental do indivíduo?

Carla Garcia Bottega - Entendo o trabalho como constituidor da identidade e articulador entre a es-

fera social e a vida privada do trabalhador. Nesse sentido, o trabalho permite promover saúde mental, mas não sem o confronto com a organização do trabalho, que pode gerar prazer, mas também sofrimento e adoecimento. A partir do que tenho estudado, escutado e

vivenciado com trabalhadores, as mudanças operadas na realidade do trabalho têm sido as de ordem mais perversas e perturbadoras com impactos significativos na vida dos trabalhadores. São situações geradoras de elevado nível de sofrimento e por vezes adoecimento,



Tudo na atualidade tem a ver com práticas gerencialistas e invadiu a vida dos sujeitos controlando as relações sociais

sendo que os trabalhadores sempre buscam criar estratégias para lidar com esse sofrimento e continuar trabalhando. Mas o que ocorre, por força da atual organização do trabalho, é que o trabalhador tende a um processo doloroso de confronto com seus colegas, e consigo mesmo, relegando sua condição de trabalho a um plano escondido, recalçado e silencioso.

São visíveis as intensas modificações que o trabalho sofreu nas últimas quatro décadas: diminuições no número de empregos, aumento de serviços, precarização dos contratos e flexibilização de leis trabalhistas, entre outras mudanças. Ao mesmo tempo, como referência social, tem sido questionado, ressignificado, criticado e resgatado por alguns teóricos. Uns chegam a colocar em xeque a centralidade do trabalho, mas é visível o aumento da sua exploração. Todas essas transformações influenciam, direta ou indiretamente, a sociedade, seja o trabalhador empregado ou sem emprego e suas famílias, e impactam diretamente na subjetividade do trabalhador.

IHU On-Line - Quais as principais causas de sofrimento e transtornos psíquicos relacionados ao trabalho? O que causa sofrimento no trabalho hoje e em que medida o mundo capitalista da atualidade, da lógica do consumo e do descartável impacta nesse sofrimento?

Carla Garcia Bottega - A ampliação das vivências de sofrimento psíquico e, muitas vezes, o adoecimento, em maior escala do que há

pelo menos 20 anos, têm demonstrado que as estratégias coletivas de defesa, que possuem papel de extrema importância de resistência aos efeitos nocivos da organização do trabalho, estão perdendo espaço para o individualismo e a solidão. No enfrentamento às adversidades, presentes no trabalho, e às condições de vida desestabilizantes, os trabalhadores têm de resistir e novamente estabilizar o que se desorganiza. A partir da habilidade, da inteligência e astúcia, os trabalhadores constroem estratégias defensivas, que permitem a permanência da normalidade.

Mas o que ocorre é que a solidariedade e cooperação tão necessárias ao enfrentamento cotidiano do trabalho, como recursos coletivos para a manutenção da saúde, estão desaparecendo. Para que realmente se possa desenvolver o “viver junto”, é preciso atenção e respeito ao outro, o que tem sido substituído pela competição exacerbada e banalização do sofrimento alheio a partir das mudanças, evoluções e variantes dos modelos de gestão.

Concordo com Margarida Barreto¹ e Roberto Heloani², que apon-

¹ **Margarida Maria Silveira Barreto**: especialista em Medicina do Trabalho e doutora em Psicologia Social pela PUC-SP, está entre os especialistas da área médica precursores no estudo sobre assédio moral no trabalho e efeitos das jornadas extensas sobre a saúde de trabalhadores. Suas pesquisas jogaram luz sobre a realidade vivida tanto por executivos quanto por operários em rotinas de desgaste físico e emocional, sob o abuso de poder por parte de empregadores, situações relatadas no livro *Violência, saúde e trabalho* – uma jornada de humilhações (Educ/Fapesp). (Nota da **IHU On-Line**)

² **José Roberto Montes Heloani**: graduado em Direito pela Universidade de São Paulo e em Psicologia pela Pontifícia Universidade

tam que as funções de recursos humanos, ou os subsistemas de Recursos Humanos que foram se desenvolvendo ao longo do tempo, como avaliação de desempenho, remuneração e carreiras, além de outros, sempre fizeram parte do controle sobre o trabalhador e apropriação de sua subjetividade. Principalmente visando o aumento da produtividade e o modo de operar o trabalho. Ao mesmo tempo, essas funções têm sido “disseminadas” a todos os gestores e não apenas a um setor específico de RH nas empresas.

O que se busca, nestes modelos, são melhores condições para o aumento da produtividade e que os trabalhadores, além de participarem, o façam de acordo com as orientações, com as prescrições dos gestores e que estão contidas nos manuais de Recursos Humanos. Apesar de solicitarem a participação coletiva, os subsistemas de recursos humanos propõem que as ações sejam individualizadas, o que demonstra as contradições internas destas políticas.

Lógica generalista e individualismo

É importante e necessário o processo de planejamento, de organização e de racionalização da produção. E estas preocupações são justas na medida em que melhoram a vida das pessoas e as relações, inclusive no trabalho. Mas o que ocorre é que a lógica gerencialista, originada na área privada, tem avançado nos setores públicos e na vida da sociedade. Tudo na atualidade tem a ver com práticas gerencialistas, e invadiu a vida dos sujeitos controlando as relações sociais.

Católica de São Paulo. É mestre em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – SP, doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pós-doutor em Comunicação pela USP e Livre Docente em Teoria das Organizações pela Unicamp. Atualmente é Professor Titular e pesquisador da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, na área de Gestão, Saúde e Subjetividade. (Nota da **IHU On-Line**)

Na prática clínica e de observação, verifica-se que não existem espaços abertos e democráticos nos locais de trabalho. Ao contrário, estão presentes condições para a emergência do individualismo, dos comportamentos desleais, intrigas e traições. Ou seja, a possibilidade de fazer sofrer e da injustiça entre os pares. Como não é possível construir uma perspectiva de futuro, a perspectiva atual está marcada por ansiedade, angústia e um sentimento de vazio de sentido. O estímulo ao individualismo exacerbado não permite a construção de vínculos, sejam eles na comunidade ou no trabalho.

As pessoas deixam de utilizar os espaços públicos, seja para realizarem discussão do seu trabalho ou de qualquer outra questão que diga respeito às suas vidas. Se não há espaço para uma construção do sentido do sofrimento nas relações sociais, surge o desânimo, a decepção e, conseqüentemente, o desespero. A transformação do sofrimento passa pelo uso da palavra, em um espaço público de discussão.

Patologias da solidão

Em pesquisa que realizei recentemente para minha tese - "*Clínica do Trabalho no Sistema Único de Saúde: Linha de cuidado em saúde mental do trabalhador e da trabalhadora*" - com entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras pude verificar que as situações de adoecimento foram aquelas provenientes da exposição a vivências de violência. Estas geraram conseqüentemente depressões, estado de pânico e fobias, angústias, estresse e tentativa de suicídio, entre outras. Que podem ser denominadas patologias da solidão, patologias sociais e do silêncio.

Neste sentido, são comuns casos de assédio moral fazendo parte de ações de violência psicológica que tomam proporções maiores do que atos isolados ou de acontecimento esporado. A exposição a situações vexatórias, xingamentos e maus tratos se tornaram cotidianas, es-

tabelecendo perseguições ao sujeito em foco. A violência psicológica tem origem em uma relação de abuso de poder, como ameaça ou ainda omissão nas relações de trabalho. Busca neutralizar o trabalhador, ou um grupo, no sentido de controle de ações principalmente inibindo questionamentos.

“

Não existem espaços abertos e democráticos nos locais de trabalho

Com modelos de gestão tão coercitivos e punitivos, os espaços de reunião e encontro se reduziram à passagem de informação, cobranças coletivas ou de exposição individual dos trabalhadores, sendo mais um palco para evidenciar atos violentos. Ocorre que, no quadro dos novos modelos gerenciais, o reconhecimento pelo trabalho bem feito não é um valor a ser considerado, mesmo que algum movimento neste sentido seja feito pela organização, é fugaz e nem sempre verdadeiro, na medida em que visa aumento de produtividade e lucro.

Os novos modelos de gestão, adotados por grande parte das empresas e até mesmo instituições públicas, favoreceram a intensificação dos sentimentos de insegurança, desesperança, medos e autoexigências. Tudo isso acaba impondo aos trabalhadores um nível mais elevado de sujeição diante de práticas gerenciais que exploram e violentam.

IHU On-Line - Como ocorre a banalização do sofrimento no trabalho? Hoje, as doenças mentais e transtornos psíquicos têm o mesmo "status" das demais doenças relacionadas ao trabalho ou ainda são negligenciadas e tratadas como tabus?

Carla Garcia Bottega - O sofrimento ético proveniente do trabalho pode mobilizar o sujeito a agir individual ou coletivamente em relação à violência e injustiça ou pode ser negado, com a banalização inclusive do sofrimento alheio. Na medida em que os trabalhadores não possuem espaço coletivo para falarem sobre o seu trabalho, se não são reconhecidos como aqueles que podem intervir na organização de suas práticas cotidianas, são levados a um embotamento pessoal. Isso é traduzido pelo silêncio, já que não há o que dizer. São levados a desacreditarem da sua potência, como transformadores das adversidades, que sofrem e vivem.

Ao mesmo tempo, são induzidos na crença que seu sofrimento é da ordem do individual e, por essa razão, não tem espaço no ambiente coletivo. Acabam não conseguindo compartilhar, com outros trabalhadores, os sentimentos e vivências semelhantes. Como conseqüências, o individualismo e a competição no trabalho são saídas para esse sujeito que silencia e não divide as adversidades vividas com outros trabalhadores.

Mesmo com este movimento social pela competição exacerbada, os trabalhadores que acreditam na mobilização coletiva buscam seus pares para a discussão, mas, como não encontram parceiros, na maioria das vezes, acabam por também silenciar gradativamente. Os sujeitos não encontram solidariedade para suportar as dificuldades coletivamente, já que a falta da solidariedade está também no espaço público. Dessa forma desacreditam que estão certos, em suas reivindicações, e muitas vezes chegarão ao adoecimento, por descrença em si mesmos.

Nas entrevistas que realizei, ficam evidentes nos relatos dos trabalhadores as tentativas - das chefias e/ou profissionais de saúde da empresa - de que seu sofrimento e sintomatologia sejam atribuídos a questões particulares, individuais,

histórias progressas de adoecimento. Assim, acabam buscando afastar cada vez mais qualquer relação com a situação de trabalho, a execução das tarefas ou vivências traumáticas ocorridas no ambiente laboral. Em resumo, a responsabilidade pelo cuidado é apenas do trabalhador, assim como a culpa de não ter se cuidado, caso algo aconteça.

IHU On-Line - Qual o perfil do trabalhador que hoje tem sua saúde mental mais ameaçada? Quais as atividades mais expostas e que lógica comum interliga essas atividades?

Carla Garcia Bottega - Nas entrevistas, a relação de importância para com o trabalho, dedicação, interesse em permanecer trabalhando esteve presente em todas as falas. Mesmo aqueles que foram assediados ou estão afastados por longos períodos, todos falam da importância do trabalho em suas vidas. As histórias de extrema dedicação ao trabalho, de "vestir a camiseta" da instituição são as mais comuns nos casos de adoecimento. Os relatos demonstram que muitos trabalhadores largavam tudo em função do trabalho, inclusive família, filhos e os cuidados com a saúde.

Nos aspectos de dedicação ao trabalho, os relatos são afetivos e carregados de sentimentos, estes muitas vezes ambivalentes devido ao sofrimento, mas a relação de pertencimento ao trabalho sempre está presente. Sabe-se que as pessoas trabalham para contribuir com o seu local específico de trabalho, mas também com a sociedade, dando sua contribuição social. Porém, o que ocorre atualmente é que esta retribuição simbólica ou moral está cada vez mais esvaziada, mais sem sentido. Há uma supervalorização da retribuição material, e, por mais que esta seja importante, não é suficiente para alimentar o pertencimento e engajamento do trabalhador ao seu trabalho.

Trabalhadores mais expostos

Alguns autores e pesquisas apontam que os trabalhadores da saúde, educação e segurança estariam mais expostos ou vulneráveis ao adoecimento em função de seu contato com outro sujeito que também sofre, somando-se a isso as pressões provenientes da organização do trabalho. Em minha prática clínica, e para a tese, tive contato com trabalhadores e trabalhadoras das áreas do comércio, educação, segurança patrimonial, indústria e saúde. Independentemente dos que estão trabalhando atualmente, todos já estiveram afastados anteriormente por motivos de

“

O estímulo ao individualismo exacerbado não permite a construção de vínculos, sejam eles na comunidade ou no trabalho

saúde por longos períodos. Mesmo que o motivo do adoecimento seja relacionado ao trabalho, e a ambivalência sobre este adoecer esteja presente nos relatos de seus sentimentos, todos têm uma relação de pertencimento com o trabalho de extrema dedicação.

Outro aspecto importante é que o ciclo de adoecimento é visível, manifesto pela permanência no trabalho mesmo em casos de adoecimento e com licenças saúde indicadas em avaliação médica, mas não utilizadas. O medo de se afastar do trabalho é uma constante, pelos sentimentos de inutilidade e descarte exacerbados pelo discurso gerencial de fácil substituição. Esses trabalhadores, em sua maio-

ria afastados das atividades laborais, relatam profundo sofrimento e situações de adoecimento relacionadas ao seu trabalho. Alguns, chegando ao desespero e desesperança de mudanças em suas vidas, fizeram tentativas de suicídio. É possível afirmar que o trabalho para este grupo tem se constituído mais como fonte de sofrimento e consequente adoecimento, na medida em que a permanência nos espaços laborais chegou ao insuportável.

IHU On-Line - Como conceber ações de proteção à saúde mental ao trabalhador? Que tipo de política pública deve e precisa ser desenvolvida para assegurar a saúde mental do trabalhador e qual o papel das organizações privadas (as empresas) e entidades de classe (sindicatos) nesse processo?

Carla Garcia Bottega - É importante compreender que a prescrição para a execução do trabalho se tornou mais rígida, ao mesmo tempo que diminuíram as explicações ou esclarecimentos de como realizá-lo. As cobranças e exigências provenientes de chefias foram ficando mais rudes, severas, e nem sempre claras, aumentando as situações de punições e advertências por questões/erros que não foram explicitadas para o trabalhador. Somadas às mudanças citadas no gerenciamento, acrescentam-se a sobrecarga de trabalho, novas formas de controle, bem como processos de avaliação de desempenho individualizado; nesse sentido, como não é possível avaliar o trabalho apenas por seu resultado e de forma individualizada, os trabalhadores desenvolvem sentimentos de desconfiança e injustiça. É possível verificar o quanto as mensagens da gestão são paradoxais, de dupla linguagem, confundindo até mesmo as chefias imediatas que também estão subordinadas à hierarquia com relação semelhante.

A compreensão do que se vive atualmente no mundo do trabalho precisa ser discutida entre gestores

e trabalhadores, resgatando espaços coletivos de planejamento, negociação e gestão. Os sindicatos e espaços de representação têm um papel importante neste aspecto. Alguns sindicatos possuem acompanhamento jurídico, médico e psicológico, e este tem sido o único espaço de acolhimento para alguns trabalhadores.

Alternativas

Nesse sentido, coloco como sugestão da minha tese para composição no Sistema Único de Saúde - SUS a construção de uma Linha de Cuidado em Saúde Mental do Trabalhador que possa pensar ações de cuidado entre os profissionais, usuários e serviços que priorizem o momento de vida do usuário e possam ser resolutivas visando à promoção de saúde. A partir da escuta atenta, enquanto tecnologia leve, o acolhimento no serviço e a possibilidade de cuidado integral ao sujeito em sofrimento podem garantir qualidade e resolutividade.

É necessário investimento na relação clínica e esse investimento precisa ser tanto do usuário quanto do profissional de saúde, assim como o serviço de saúde precisa se mostrar acolhedor ao atendimento. Aquele que busca atendimento está fragilizado em sua condição de "ser" e busca estabelecer minimamente um estado anterior ao da doença. Mas, para isso, é preciso que os profissionais da saúde incluam na entrevista inicial dos usuários a questão do trabalho. Um simples questionamento voltado para a atividade de trabalho realizada pode abrir caminhos diversos daqueles em que fosse apenas investigada a sintomatologia manifesta. Por isso na Linha de Cuidado são construídos e pactuados, com os envolvidos, movimentos para ações que sejam mais resolutivas acompanhadas com a responsabilização da equipe e serviço. Isso pode ser expresso em um projeto terapêutico que coletivamente traçado pode vir a ser dinâmico e flexível o suficiente às situações apresentadas.

Clínica na Linha de Cuidado

A clínica, expressa na Linha de Cuidado, é uma clínica de suporte e acompanhamento que pressupõe a criação de vínculo e confiança entre usuário e profissional da saúde.

“

Com modelos de gestão tão coercitivos e punitivos, os espaços de reunião e encontro se reduziram à passagem de informação, cobranças coletivas

de. Importante ressaltar que, por ser uma clínica que no seu cotidiano traz expressões de sofrimento/ adoecimento de grande complexidade, é preciso que a equipe e outros serviços deem suporte na discussão da operacionalidade dos casos e como apoio aos profissionais que fazem o atendimento. Essa clínica pode ser tanto em caráter individual, inicialmente, quanto de forma coletiva, na medida em que os grupos oferecem importante suporte para os participantes que reconhecem nos pares situações semelhantes às suas. O grupo resgata o caráter coletivo que não se encontra nos espaços de trabalho.

As linhas de cuidado estão presentes na legislação recente, em saúde do trabalhador, mas apenas em diretrizes amplas, sem desenvolvimento. Em outras políticas de saúde, como a de saúde mental, da mulher, da criança e do adolescente, por exemplo, já foram constitu-

ídas linhas de cuidado que têm sua efetividade.

IHU On-Line - Como avalia a legislação trabalhista brasileira acerca da proteção de saúde mental do trabalhador? E como Sistema Único de Saúde - SUS e Previdência Social vêm desempenhando esse papel de acolhida/proteção ao trabalhador que tem sua saúde mental ameaçada?

Carla Garcia Bottega - Apesar de saber e reconhecer o esforço de pesquisadores e clínicos do trabalho na construção de conhecimento nesta área, há necessidade de propor novas possibilidades e de sistematizar o que já vem sendo realizado no campo da saúde mental. Entendo que ocorreram avanços importantes nos últimos anos no desenvolvimento do campo da saúde mental do trabalhador, principalmente com a compreensão proposta pela Clínica Psicodinâmica do Trabalho, desenvolvida por Dejours³. Por outro lado, é grande a dificuldade para a investigação e para o acompanhamento dos trabalhadores com sofrimento mental relacionado ao trabalho.

Consideram-se, ainda, as dificuldades no estabelecimento do nexos com o trabalho e no diagnóstico de adoecimento psíquico relacionado ao trabalho, pois mesmo que este tipo de adoecimento apresente alta prevalência entre os agravos que acometem a população de trabalhadores, sua identificação, diagnóstico e registro frequentemente deixam de ser realizados pela rede de serviços de saúde pública e privada. Apesar da ampliação multidisciplinar nos atendimentos do SUS, na maioria das vezes os profissionais não

³ **Christophe Dejours**: psicanalista e psiquiatra, professor de Psicologia no Conservatoire national des arts et métiers. Ele é autor de diversos livros, dos quais destacamos *Souffrance en France: la banalisation de l'injustice sociale* (Paris: Seuil, 1998); *Travail, usure mentale. Essai de psychopathologie du travail* (Paris: Bayard, 2000). De Christophe Dejours publicamos uma entrevista sobre esse livro, na 15ª edição, de 29 de abril de 2002. (Nota da IHU On-Line)

conseguem estabelecer a relação entre saúde mental e trabalho, já que carecem de ferramentas orientadoras para investigação e atendimentos.

A Política Nacional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora recentemente regulamentada (Portaria N° 1.823, de 23 de agosto de 2012), conforme determinação do Ministério da Saúde deve ser articulada à Política e ao Plano Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador - PNSST, em todo o âmbito do SUS, além do Ministério do Trabalho e Emprego e da Previdência Social. Busca desconstruir que o processo de adoecimento seja responsabilidade do trabalhador e não dos modelos de desenvolvimento e/ou processos produtivos, o que pode ser verificado no acréscimo do princípio da precaução, além dos princípios gerais do SUS. Também reforça ações já existentes desenvolvidas em muitos municípios, compreendendo a necessidade da articulação intersetorial e das atribuições nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal.

Desafios à política

Há uma busca de articulação de diversas ações em saúde do trabalhador, mas a política enquanto tal é ainda muito recente. Não se tem serviços que atendam especificamente à saúde mental dos que estão em sofrimento e adoecimento psíquico pelo trabalho, a não ser em algumas ações desenvolvidas pelos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador - Cerest.

Previdência Social

No contato que tive com trabalhadores e trabalhadoras, a avaliação do serviço prestado pela Previdência Social foi uma constante. Um aspecto comum a todos que comentaram sobre o serviço é que este precisa ser mais humanizado, ágil e levar em consideração os

laudos/atestados e a fala do trabalhador. A desconfiança sentida nas avaliações periciais, além da maratona para atendimentos e comprovação do adoecimento, deixa cada vez mais fragilizado o trabalhador que já está em sofrimento.

SUS

Quanto às vivências de atendimento na rede de serviços do SUS, as situações são variadas. Daqueles que buscaram atendimento psicoterápico em Centros de Atenção Psicossocial - Caps ou encaminhamento via Unidade Básica de Saúde - UBS disseram não ter conseguido ou se sentido acolhidos. Também é importante registrar que alguns, por estarem em momento de extre-

“

O individualismo e a competição no trabalho são saídas para esse sujeito que silencia e não divide as adversidades vividas

ma fragilidade, ou mesmo pela falta de entendimento do que estão vivenciando, sequer conseguiram buscar algum tipo mais específico de atendimento em saúde mental.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Carla Garcia Bottega - Apesar do quadro do mundo do trabalho na atualidade não ser dos mais animadores, a prática tem demonstrado que a possibilidade de escuta ao que é vivido no trabalho traz mudanças para a vida dos trabalhadores. A promoção de espaços cole-

tivos de discussão, em pesquisas e intervenções, a pedido dos trabalhadores e de algumas instituições tem modificado a realidade do trabalho. Os passos dados ainda são curtos e pequenos, pelo cuidado necessário para com os trabalhadores e em relação às modulações provenientes da organização do trabalho.

É preciso atenção e constante atualização com o que acontece no cotidiano da vida, no real do trabalho, pois o sofrimento no trabalho tem levado as pessoas à retração, ao silenciamento, e se não há espaço para a fala, significa que também não há espaço para a escuta. O que facilmente se lê como “descomprometimento ou desmobilização” no trabalho tem sido consequência do silenciamento dos trabalhadores sobre o seu próprio trabalho.

Na medida em que não há espaço para uma construção do sentido do sofrimento, nas relações sociais, surge o desânimo, a decepção e, até mesmo, o desespero. Trabalhadores e trabalhadoras, apesar de doentes, não querem se afastar de seus postos de trabalho pelo medo da substituição imediata por outro profissional e pelo estigma que ainda permanece em relação ao adoecimento mental. Mesmo doentes, as pessoas trabalham. E esta questão na lentidão dos encaminhamentos, dos atendimentos, na passagem por diversos profissionais, ou mesmo a espera por uma solução, debilita ainda mais este trabalhador que continua a sofrer mesmo após ser afastado.

Como diz Dejours, as pessoas não querem fazer mal suas atividades, querem fazer um trabalho bem feito, mas muitas vezes são forçadas a realizá-lo mal pelas pressões da organização do trabalho. Também porque não querem e mesmo não podem se sentir descartáveis, como apenas mais uma peça da engrenagem. ■



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

WWW

ihu.unisinos.br



unisinos.br/blogs/ihu



fb.com/InstitutoHumanitasUnisinos



instagram.com/_ihu



youtube.com/ihucomunica



twitter.com/_ihu

***Profa. Dra. Fernanda
Bragato***

***O genocídio do
povo Kaiowá
Guarani em debate***



***19 de novembro
(quinta)***

17h30 às 19h

***Sala Ignacio Ellacuría e
Companheiros – IHU***

Mais informações

IHU.UNISINOS.BR

IHU ON-LINE



INSTITUT
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Tema de Capa

Zumbi presente

Por Leslie Chaves

Dia 20 de Novembro marca o Dia da Consciência Negra, para os movimentos sociais negros desde meados da década de 1970, mas para o calendário oficial brasileiro a partir de 10 de novembro de 2011, quando foi promulgada a Lei 12.519/2011¹. Além de ser um importante elemento de construção da identidade dos afro-brasileiros, a data é um momento para rememorar as conquistas, reconhecer os avanços e refletir sobre os desafios e obstáculos ainda a superar na busca da construção de uma sociedade mais equânime.

Da ideia de cidadania concedida à cidadania conquistada. Esse é o deslocamento que se propôs na transferência desse momento de mobilização de 13 de Maio para 20 de Novembro. O dia 13 de Maio de 1888 é a data em que foi abolida a escravidão no Brasil, momento que automaticamente evoca a figura da Princesa Isabel assinando a Lei Aurea, documento que oficializou (mas não promoveu) a libertação dos escravizados.

O dia 20 de Novembro de 1695 é a data da morte em combate de Zumbi dos Palmares. Herói negro genuinamente brasileiro que teve sua trajetória negligenciada durante muito tempo pela historiografia oficial. Foi líder do Quilombo dos Palmares, comunidade formada na Serra da Barriga em Alagoas, que representa um dos mais significativos movimentos de resistência e luta contra a opressão e pela liberdade.

Zumbi nasce com o corpo e o espírito livres da escravidão em um dos diversos quilombos que se espalhavam em Alagoas e pelo país. Com poucos dias de vida ele é levado por tropas militares após um ataque à sua comunidade. Então recém-nascido, Zumbi é entregue a um padre que o batiza com o nome de Francisco, o educa, alfabetiza e ensina-lhe Latim. Considerado muito inteligente pelo padre, o menino torna-se coroinha aos dez anos.

Aos 15 anos de idade Francisco foge para o Quilombo dos Palmares, assume o nome africano Zumbi e passa a lutar por liberdade à frente de um exército formado por negros fugidos, índios e brancos pobres. Em sua trajetória de lutas está Dandara dos Palmares, sua companheira de vida e de combate na defesa do quilombo. Dandara se tornou ícone da força feminina na resistência contra a escravidão, representando a importância do papel das mulheres na história.

Após décadas de combates e vitórias, o Quilombo dos Palmares foi aniquilado pelo forte armamento de fogo e grande contingente militar no último confronto, e em 20 de novembro de 1695 Zumbi foi morto lutando.

Foram atribuídos diversos significados ao nome do líder de Palmares, mas um desses sentidos em especial pode traduzir o significado da militância dos movimentos sociais negros ao longo da construção do país:

Zumbi: aquele que nunca morre.

O espírito de Zumbi permanece vivo no anseio e nas lutas por um Brasil mais equânime e que reconheça a própria origem e história.

¹ **Lei 12.519/2011:** Lei sancionada em 10-11-2011 pela presidente Dilma Rousseff, que institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de novembro, data do falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares. Disponível em <http://bit.ly/1yhWZKT>. (Nota da **IHU On-Line**)

Origens do 20 de Novembro: Grupo Palmares e sua estratégia subversiva

Para Deivison Campos, a reivindicação de novos lugares sociais para os afro-brasileiros a partir da herança cultural e identitária negra foi a principal tática de insurgência do grupo

Por Leslie Chaves

Em busca de suas raízes identitárias e geográficas, em 1971 um grupo de jovens negros se reúne para formar o Grupo Palmares, mobilização considerada um dos marcos da constituição dos movimentos sociais negros modernos e do processo de reorganização dessas mobilizações depois do Golpe Militar no Brasil. De acordo com o pesquisador Deivison Campos, o sentimento diaspórico dos integrantes provocado pela perda de seu espaço foi o contexto inicial dessa mobilização. “A desconstituição dos territórios negros tradicionais de Porto Alegre, Colônia Africana e Ilhota principalmente, e o deslocamento da população para regiões mais periféricas da cidade nos anos 1960, que costumam chamar de pequena diáspora, criou as condições para o surgimento do grupo. A consequência mais direta foi que o sentido de pertencimento perdeu sua relação espacial. Tendo se tornado essencialmente simbólico, demandou a construção de um discurso identitário”, explica, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line.

O legado deixado pelo Grupo Palmares para a trajetória de lutas dos movimentos sociais negros e para a construção da identidade brasileira e dos afrodescendentes é evidenciado na proposição do Dia da Consciência Negra. Segundo Campos, o grupo adota a data da morte de Zumbi, 20 de Novembro, como forma de valorizar cultural, histórica e politicamente o papel dos afro-brasileiros na sociedade. Os referenciais negros são os que balizam as lutas por melhores espaços na sociedade. Ação que evidencia o

caráter subversivo de atuação do grupo, segundo o pesquisador. “A subversão pode ser observada nas proposições de transformação de atuação e sociais do grupo e nas estratégias utilizadas para isso. As referências de origem, coletividade, resistência e movimento vão constituir os princípios para a construção de uma identidade afro-referenciada. Esses elementos vão balizar não só essa identidade, mas as ações do movimento social a partir de então. Nacionalizado como Dia da Consciência Negra, a partir de 1978, com a criação do Movimento Negro Unificado, tornou-se referência para as principais manifestações populares contra o racismo a partir de então”, ressalta.

Deivison Campos é graduado em Jornalismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, especialista em História Contemporânea pela Faculdade Porto-Alegrense - Fapa, mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC-RS e doutor em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Atualmente, é professor e coordenador do curso de Jornalismo e integrante da coordenação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena - Neabi da Universidade Luterana do Brasil - Ulbra. Também é líder da área de Comunicação, Linguagens e Mídias da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN, e membro convidado da Comissão de Direitos Humanos Sobral Pinto, da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RS, para atuar na Subcomissão da Verdade Sobre a Escravidão Negra.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - De que maneira e com que proposta é construído o Grupo Palmares? Como foi articulado em plena vigência do regime militar no país?

Deivison Campos - A desconstituição dos territórios negros tradicionais de Porto Alegre, Colônia Africana e Ilhota principalmente, e o deslocamento da população para regiões mais periféricas da cidade nos anos 1960, que costumava chamar de pequena diáspora, criou as condições para o surgimento do grupo. A consequência mais direta foi que o sentido de pertencimento perdeu sua relação espacial. Tendo se tornado essencialmente simbólico, demandou a construção de um discurso identitário. Esse discurso vai ser construído por um dos grupos de jovens negros que se reuniam no Centro da cidade, tornando um território transitório por onde muitos passavam a caminho de casa na volta do trabalho. Esses encontros possibilitaram que ideias fossem fomentadas e circulassem entre aqueles grupos.

O questionamento ao 13 de Maio como um dia a ser comemorado foi o motivador da formação de um grupo de estudos para a proposição de uma outra data. A figura de Zumbi vinha sendo utilizada, desde a década de 1920, como símbolo de Liberdade por grupos de esquerda. Esse uso tornou-se corrente no período ditatorial, como na peça teatral *Arena, Conta Zumbi*¹, de 1967. O grupo de jovens negros adota a data da morte de Zumbi, 20 de Novembro, e vai ressignificar o seu uso em 1971. Inicialmente, o grupo adota estratégias culturais de valorização de indivíduos negros marginalizados pela história oficial. Torna-se, no entanto, um símbolo de resistência e coletividade, origem do nome Palmares. A proposta torna-se o fato político que vai potencializar o discurso identitário que vinha sendo fomentado pelo

¹ **Arena Conta Zumbi**: é um espetáculo teatral que aborda a luta dos quilombolas de Palmares. O musical foi escrito por Gianfrancesco Guarnieri e Augusto Boal em 1965, com música de Edu Lobo, direção de Augusto Boal e direção musical de Carlos Castilho. (Nota da IHU On-Line)

movimento Black², principalmente no Rio, traduzindo movimentos negros de África, Consciência Negra, e da Diáspora, Black Power, principalmente. Também possibilitará a construção de uma agenda política para o movimento social a partir de então, a substituição de uma narrativa de liberdade concedida para a de uma liberdade conquistada. A evocação à Palmares, proposta pelo grupo para ocorrer em 20 de novembro, denominado então Dia do Negro, foi confundida em sua primeira edição, 1971, com uma peça de teatro. Por isso, foram chamados à Polícia Federal para prestar esclarecimentos. Usando a estratégia sincrética, através de

“
O grupo de jovens negros adota a data da morte de Zumbi, 20 de Novembro, e vai ressignificar o seu uso em 1971

² **Movimento Black Rio**: surgido nos anos 1970, foi uma espécie de resposta a uma época de contestação, de luta por direitos humanos, de uma procura involuntária por uma identidade negra universal, com base no que os negros americanos reivindicavam e que os africanos recém-libertos do domínio colonial europeu se permitiam fazer em sua terra, após séculos de diáspora para América e a própria Europa. O gênero que fundia a soul music ao samba ganhava uma projeção inédita e transbordava e importava ideias: os artistas burlavam suas canções, enquanto os adeptos em geral se espelhavam na luta pelos direitos civis nos Estados Unidos para combater o preconceito racial. Os artistas negros tornaram-se subversivos por exibir orgulho de sua cultura e cor. Não pretendiam, necessariamente, se vincular à luta armada ou, apesar da importação de valores, aos Panteiras Negras. A musicalidade era o ponto de convergência daquela geração e a influência estrangeira surgiu como uma opção à MPB, que não oferecia canais para ela se expressar. Entretanto, com o período ditatorial a ação repressiva surtiu efeito neutralizador e o ímpeto e a atitude original se esvaíram. (Nota da IHU On-Line)

atividades culturais, a proposta do 20 foi nacionalizada a partir de 1973 e adotada em 1978, pelo Movimento Negro Unificado, em sua institucionalização, como o Dia da Consciência Negra.

IHU On-Line - Como a proposta do Grupo Palmares foi recebida no país naquela época?

Deivison Campos - O surgimento da proposta está ligado ao acesso de um maior número de jovens negros, mesmo que proporcionalmente insignificante, no mercado de trabalho com formação superior. A falta de oportunidades leva à discussão sobre o lugar do negro na sociedade brasileira até então silenciada pelo mito da democracia racial. O branqueamento social, fortalecido pela ideia de mestiçagem, não mais atendia as demandas dos grupos letrados - categoria de Clóvis Moura³. Trata-se, portanto de um projeto potente de desnaturalização do lugar social ocupado historicamente pelo negro no Brasil, mas inicialmente restrito em seu alcance. Certamente, com os fluxos do que Gilroy⁴ chama de esfera pública alternativa, negros de outras cidades e estados tinham alguma informação sobre o que estava acontecendo em Porto Alegre.

As reportagens publicadas no Jornal do Brasil em maio de 1973 e novembro de 1974 foram determinantes para a nacionalização e o aumento da repercussão da proposta. A repercussão social se dará efetivamente com a *Marcha dos 300 anos de Zumbi* em 1995, 24 anos depois da evocação. É possível dizer, no entanto, que os órgãos do Regime Militar⁵ mantiveram,

³ **Clóvis Moura [Clóvis Steiger de Assis Moura]** (1925-2003): Sociólogo, jornalista e historiador brasileiro. Foi militante do Partido Comunista Brasileiro e um dos pioneiros da defesa do movimento negro brasileiro. (Nota da IHU On-Line)

⁴ **Paul Gilroy** (1956): sociólogo inglês, renomado pesquisador das culturas negras diaspóricas. Entre outras publicações, uma de suas principais obras é *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência*. (São Paulo: Editora 34, 2001) (Nota da IHU On-Line)

⁵ **Regime Militar**: Movimento deflagrado em 1º de abril de 1964. Os militares brasileiros, apoiados pela pressão internacional an-

conforme documentos, o acompanhamento permanente da atuação dos diferentes grupos negros pelo temor do surgimento de organizações como os Panteras Negras⁶. Essa perspectiva não se restringia aos militares.

Na edição de 19 de novembro de 1971 do *Correio do Povo*, lê-se a primeira evocação midiática ao 20 de Novembro e, ao mesmo tempo, uma repercussão com Gilberto Freyre⁷, que descartava a possibi-

ticomunista liderada e financiada pelos EUA, desencadearam a Operação Brother Sam, que garantiu a execução do Golpe, que destituiu do poder o presidente João Goulart, o Jango. Em seu lugar os militares assumem o poder. Sobre a ditadura de 1964 e o regime militar o IHU publicou o 4º número dos Cadernos IHU em Formação, intitulado Ditadura 1964. A memória do regime militar. Confira, também, as edições nº 96 da IHU On-Line, intitulada O regime militar: a economia, a igreja, a imprensa e o imaginário, de 12 de abril de 2004, e nº 95, de 5 de abril de 2005, 1964 – 2004: hora de passar o Brasil a limpo. (Nota da **IHU On-Line**)

6 Panteras Negras (em inglês, Black Panther Party ou BPP): originalmente denominado Partido Pantera Negra para Auto-defesa (em inglês, Black Panther Party for Self-Defense) foi uma organização política extraparlamentar socialista revolucionária norte-americana e ligada ao nacionalismo negro. Fundada em 1966, na cidade de Oakland, Califórnia, por Huey Newton, Bobby Seale, a organização permaneceu ativa nos Estados Unidos até 1982. A finalidade original da organização era patrulhar guetos negros para proteger os residentes dos atos de brutalidade da polícia. Posteriormente, os Panteras Negras tornaram-se um grupo revolucionário marxista que defendia o armamento de todos os negros, a isenção dos negros de pagamento de impostos e de todas as sanções da chamada “América Branca”, a libertação de todos os negros da cadeia e o pagamento de indenizações aos negros por “séculos de exploração branca”. A ala mais radical do movimento defendia a luta armada. Em seu pico, nos anos de 1960, o número de membros dos Panteras Negras excedeu 2 mil, e a organização coordenou sedes nas principais cidades. (Nota da **IHU On-Line**)

7 Gilberto Freyre (1900-1987): escritor, professor, conferencista e deputado federal. Colaborou em revistas e jornais brasileiros. Foi professor convidado da Universidade de Stanford (EUA). Recebeu vários prêmios por sua obra, entre os quais, em 1967, o prêmio Aspen, do Instituto Aspen de Estudos Humanísticos (EUA) e o Prêmio Internacional La Madoninna, em 1969. Entre seus livros, citamos: *Casa grande & Senzala e Sobrados e Mocambos*. Sobre Freyre, confira o Cadernos IHU nº 6, de 2004, intitulado *Gilberto Freyre: da Casa-Grande ao Sobrado. Gênese e Dissolução do Patriarcalismo Escravista no Brasil*. Algumas Considerações, disponível em <http://bit.ly/cadihu06>. (Nota da **IHU On-Line**)

lidade de radicalização dos negros brasileiros pelo fato de, segundo ele, o país sempre ter mantido a harmonia entre as raças. Entre os negros organizados, há articulações importantes em São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro e Bahia. O 20 de Novembro vai ser o fato

“

Trata-se de um projeto potente de desnaturalização do lugar social ocupado historicamente pelo negro no Brasil

político para a construção de um novo discurso de identidade, aproveitando as estratégias de autoestima dos movimentos musicais Black, que começaram pelo Rio, mas expandiram-se para diversos estados.

IHU On-Line - Como o Grupo Palmares se posicionava no cenário dos movimentos sociais negros no Brasil em um período de arrefecimento da militância no contexto da ditadura?

Deivison Campos - O Grupo Palmares é o marco da constituição do chamado Movimento Negro Moderno e do processo de reorganização do movimento social depois do Golpe Militar. Essa proeminência se dá pelo fato de o grupo ter surgido em 1971, com uma proposta que confronta questões estruturais, como o lugar do negro na sociedade, e conjunturais, como o discurso unificador de identidade dos militares, num período de repressão violenta e desarticulação de qualquer tipo de associação. O viés culturalista adotado pelo grupo e a opção por atuar na esfera legal possível evitou a perseguição direta pelo regi-

me, apesar de receberem muitos “avisos”. A valorização de negros marginalizados pela história e de práticas e manifestações culturais de matriz afro num primeiro momento facilitou a atuação do grupo. O uso do desejo de setores da imprensa de falar em liberdade, a imagem de Zumbi tinha este apelo, também foi uma estratégia importante de interlocução com outros grupos.

O desenvolvimento da atuação, coincidindo com o processo de abertura, vai aprofundar e ampliar a pauta de atuação e reivindicações socioeconômicas do Palmares. Mesmo sem a possibilidade de uma interlocução com grupos internacionais e as restrições de diálogo com as nacionais, Maria Paula Nascimento Araújo mostra numa pesquisa - publicada no livro *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970* (Rio de Janeiro: FGV, 2001), como a ação do grupo está ligada aos movimentos pela diferença da chamada Nova Esquerda que surge com o esvaziamento do projeto da grande revolução comunista, após as denúncias contra Stalin⁸ nos anos 1960. Os grupos negros nacionais, articulados em torno da cultura, acabam por assumir o fato político oferecido pelo Palmares. O 20 de Novembro vai significar a substituição de uma concepção de liberdade concedida, portanto de

8 Josef Stalin (1878-1953): ditador soviético, líder máximo da URSS de 1924 a 1953 e responsável pela condução de uma política nomeada como stalinismo. Chegou a estudar em um colégio religioso de Tbilisi, capital georgiana, para satisfazer os anseios de sua mãe, que queria vê-lo seminarista. Mas logo acabou enveredando pelas atividades revolucionárias contra o regime czarista. Passou anos na prisão e, quando libertado, aliou-se a Vladimir Lenin e outros camaradas, que planejavam a Revolução Russa. Stalin ocupou o posto de Secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética entre 1922 e 1953 e, por conseguinte, o de chefe de Estado da URSS durante cerca de um quarto de século. Sobre Stalin, confira a entrevista concedida pelo historiador brasileiro Ângelo Segrillo à edição 265 da IHU On-Line, *Nazismo: a legitimação da irracionalidade e da barbárie*, analisando a obra *Prezado Sr. Stalin* (Rio de Janeiro: Zahar, 2008), de autoria de Susan Butler, disponível em <http://bit.ly/1j3t54H>. (Nota da **IHU On-Line**)

subalternidade, por uma postura de liberdade conquistada.

IHU On-Line - Existem pontos que diferenciam o Grupo Palmares de outros movimentos daquela época e de hoje? Quais? De que maneira?

Deivison Campos - O surgimento do Palmares coincide com a desarticulação total dos movimentos sociais pela perseguição e confronto desencadeados pelo AI-5⁹ e a opção pela luta armada por alguns setores da resistência ao regime. As principais diferenças, portanto, relacionam-se com a opção em manter-se dentro da esfera legal de atuação, propor o reconhecimento da diversidade e denunciar a diferença racial constituinte da sociedade brasileira e, ainda, tratar-se de uma proposta de construção de identidade de uma imensa parcela da população marginalizada. Ao mesmo tempo, a demanda apresentada pelo grupo propõe reformulações profundas na organização social, considerando que a desigualdade racial foi silenciada a fim de manter os privilégios da população branca. A ideia da valorização da cultura e da história dos negros no Brasil como estratégia de atuação está na base dos documentos e atuação do grupo.

IHU On-Line - Em sua pesquisa você aponta que o Grupo Palmares subverteu a esfera política e social. De que maneira se dá essa subversão? Que papel ela desempenha na construção da identidade étnica negra e nas lutas dos movimentos sociais negros?

⁹ **AI-5** (Ato Institucional Número Cinco): decretado pelo general Arthur da Costa e Silva, que ocupava a cadeira de presidente, em 13 de dezembro de 1968, foi um instrumento de poder que deu ao regime militar poderes políticos absolutos. A primeira consequência do AI-5 foi o fechamento por quase um ano do Congresso Nacional. O ato representou o ápice da radicalização do regime de exceção e inaugurou o período em que as liberdades individuais foram mais restringidas e desrespeitadas, constituindo-se em movimento final de “legalização” da arbitrariedade que pavimentou uma escalada de torturas e assassinatos contra opositores reais e imaginários ao regime. (Nota da **IHU On-Line**)

Deivison Campos - As relações raciais no Brasil são, até a atualidade, pautadas pela negação do racismo como constituinte da cultura e mesmo do projeto de Nação brasileira. A denúncia dessa situação foi pauta permanente dos grupos anteriores que encontraram na aproximação com a cultura euro-brasileira a estratégia de inserção social. Palmares representa a negação dessa estratégia e a negociação do acesso a novos lugares sociais a partir de uma identidade negra, portanto subverte o que está posto em termos de socialização. Essa valorização da diversidade, por outro lado, vai de encontro ao discurso unificador de identidade e cultura brasileira, defendido pelo Regime Militar. As denúncias de diferenças de oportunidades e marginalização socioeconômica também confrontam a imagem do país em pleno desenvolvimento - Milagre Econômico¹⁰, propagado no período. A principal subversão proposta encontra-se, no entanto, na transformação do modelo de sociedade. Produzida a partir do período republicano, manteve os privilégios de uma elite branca e que se viu não somente denunciada, mas questionada inicialmente pelo Grupo Palmares, seguido de diferentes grupos durante os anos 70. Os principais documentos do Palmares estão publicados em jornais, de pro-

¹⁰ **Milagre econômico brasileiro**: é a denominação dada à época de excepcional crescimento econômico durante o Regime Militar no Brasil, entre 1968 e 1973, também conhecido pelos opositores como “anos de chumbo”. Nesse período do desenvolvimento brasileiro, a taxa de crescimento do PIB saltou de 9,8% a.a. em 1968 para 14% a.a. em 1973, e a inflação passou de 19,46% em 1968, para 34,55% em 1974. Paradoxalmente, houve aumento da concentração de renda e da pobreza. Durante o milagre instaurou-se um pensamento ufanista de “Brasil potência”, que se evidenciou com a conquista da terceira Copa do Mundo em 1970 no México, quando se criou o mote: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Durante o milagre, a alta nas bolsas de valores brasileiras iniciada ao final da década de 1960 resultou em um clima de euforia generalizada – incentivado por canções como Pra frente Brasil –, apelidado pelo autor Elio Gaspari de “patriotada”. Segundo Reinaldo Gonçalves, professor da UERJ e economista, o período do milagre econômico foi o que gerou maior crescimento econômico desde a Proclamação da República. (Nota da **IHU On-Line**)

priedade dessas elites econômicas. O grupo aproveitou a disposição de se falar em liberdade para pautar a questão étnico-racial. O abandono do 13 de Maio, Dia das Raças, pelo 20 de Novembro, inicialmente Dia do Negro e depois Dia da Consciência Negra, também afronta lógicas impostas pela história oficial.

A subversão apontada, portanto, pode ser observada nas proposições de transformação de atuação e sociais do grupo e nas estratégias utilizadas para isso. As referências de origem, coletividade, resistência e movimento vão constituir os princípios para a construção de uma identidade afro-referenciada. Esses elementos vão balizar não só essa identidade, mas as ações do movimento social a partir de então. Nacionalizado como Dia da Consciência Negra, a partir de 1978, com a criação do Movimento Negro Unificado, tornou-se referência para as principais manifestações populares contra o racismo a partir de então.

IHU On-Line - A proposta do Grupo Palmares dialogava com os movimentos sociais negros internacionais? De que maneira?

Deivison Campos - Esse diálogo se deu mais a partir de rastros do que por um diálogo efetivo. Luther King¹¹, cujas ideias circulavam principalmente através de revistas, pregava a resistência pacífica e na esfera legal, por exemplo, o que se aproxima das premissas do grupo. Ângela Davis¹² foi uma referência

¹¹ **Martin Luther King** (1929-1968): pastor e ativista político estadunidense. Pertencente à Igreja Batista, tornou-se um dos mais importantes líderes do ativismo pelos direitos civis (para negros e mulheres, principalmente) nos Estados Unidos e no mundo, através de uma campanha de não-violência e de amor para com o próximo. É a pessoa mais jovem a receber o Prêmio Nobel da Paz, o que ocorreu em 1964, pouco antes de seu assassinato. (Nota da **IHU On-Line**)

¹² **Angela Davis** (1944): é uma professora e filósofa socialista estado-unidense que alcançou notoriedade mundial na década de 1970 como integrante do Partido Comunista dos Estados Unidos, dos Panteras Negras, por sua militância pelos direitos das mulheres e contra a discriminação social e racial nos Estados Unidos e por ser personagem de um dos mais polêmicos e famosos julgamentos criminais da recente história dos

importante, pois o nome é recorrente nas falas dos antigos participantes do Palmares. Com ela, o estilo e propostas do movimento Black Power¹³ foram traduzidos pelos jovens negros. Esse processo já vinha acontecendo pelo movimento musical Black. Nas festas, os DJs usavam o microfone para falar mensagens de autoestima, o Black is Beautiful¹⁴. Por outro lado, havia informações sobre as linhas do pan-africanismo¹⁵ e, principalmen-

Estados Unidos. Na década de 1960, Angela tornou-se militante do partido e participante ativa dos movimentos negros e feministas que sacudiam a sociedade norte-americana da época, primeiro como filiada da SNCC de Stokely Carmichael e depois de movimentos e organizações políticas como o Black Power e os Panteras Negras. (Nota da **IHU On-Line**)
13 Black Power (em português: Poder negro): foi um movimento entre pessoas negras no mundo ocidental, especialmente nos Estados Unidos. Mais proeminente no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o movimento enfatizou o orgulho racial, racismo e da criação de instituições culturais e políticas negras para cultivar e promover interesses coletivos, valores antecipadamente, e segura autonomia para os negros. A expressão “Black Power” foi criada por Stokely Carmichael, militante radical do movimento negro nos Estados Unidos, após sua vigésima sétima detenção em 1966. “Estamos gritando liberdade há seis anos. O que vamos começar a dizer agora é poder preto”, anunciou. (Nota da **IHU On-Line**)

14 Black is Beautiful: é um movimento cultural que foi iniciado no Estados Unidos na década de 1960 por afro-americanos e mais tarde se espalhou pelo mundo através dos escritos do Movimento da Consciência Negra, de Steve Biko na África do Sul. Esse movimento teve o objetivo de contrapor a ideia prevalecente na cultura norte-americana que pessoas que apresentam traços físicos típicos negros eram menos atraentes ou desejáveis do que os brancos. O movimento também incentivou homens e mulheres a parar de tentar eliminar seus traços africanos, a partir de alisamento dos cabelos ou por tentativas de clarear ou branquear a pele. (Nota da **IHU On-Line**)

15 Pan-africanismo: é uma ideologia que propõe a união de todos os povos da África como forma de potencializar a voz do continente no contexto internacional. Relativamente popular entre as elites africanas ao longo das lutas pela independência da segunda metade do século XX, em parte responsável pelo surgimento da Organização de Unidade Africana, o pan-africanismo tem sido mais defendido fora de África, entre os descendentes dos africanos escravizados que foram levados para as Américas até ao século XIX e dos emigrantes mais recentes. Eles propunham a unidade política de toda a África e o reagrupamento das diferentes etnias, divididas pelas imposições dos colonizadores. Valorizavam a realização de cultos aos ancestrais e defendiam a ampliação do uso

te, das guerras de descolonização da África, a efetivação do Black Power. Todos esses elementos subsidiaram as discussões, ações e documentos produzidos pelo Palmares. No entanto não havia fluxos formais devido às restrições tecnológicas e ao contexto repressor do período.

IHU On-Line - O que representa para a sociedade em geral, para a militância e construção da identidade étnica negra o deslocamento da ideia do “13 de Maio” para o “20 de Novembro” como data evocativa das lutas dos movimentos sociais negros?

Deivison Campos - Florestan Fernandes¹⁶ apontou nos anos 1950 que os movimentos negros deveriam atualizar as relações raciais do Brasil e principalmente fazer com que a sociedade assuma integralmente o regime democrático. Ao desencadear a construção de uma identidade negra e uma agenda política, essa mudança efetivou uma atualização do debate. Por outro lado, a adoção da postura resistente provoca um permanente tensionamento dos lugares sociais e exigências por oportunidades. A *Marcha dos 300 anos de Zumbi*, diretamente influenciada por esse deslocamento, desencadeou o processo de reconhecimento oficial pelo Estado brasileiro da existência do racismo e deu início aos grupos de trabalho que levaram ao estabelecimento de políticas específicas e afirmativas¹⁷. No que

das línguas e dialetos africanos, proibidos ou limitados pelos europeus. A teoria pan-africanista foi desenvolvida principalmente pelos africanos na diáspora americana descendentes de africanos escravizados e pessoas nascidas na África a partir de meados do século XX como William Edward Burghardt Du Bois e Marcus Mosiah Garvey, entre outros, e posteriormente levados para a arena política por africanos como Kwame Nkrumah. No Brasil foi divulgada amplamente por Abdias Nascimento. (Nota da **IHU On-Line**)

16 Florestan Fernandes (1920–1995): sociólogo e político brasileiro. Foi duas vezes deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores. (Nota da **IHU On-Line**)

17 Ações afirmativas: Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente.

se refere à identidade, além do branqueamento como única estratégia de promoção social, o período significado pelo 13 manteve a maioria da população em situação de subalternidade e negação. O reconhecimento da história de resistência negra ao processo escravista e de marginalização levou à adoção de novos referenciais de identidade. A ressignificação da palavra negro, em detrimento da expressão a pessoa de cor, simboliza essa nova postura. Quanto ao movimento negro, criou o fato político que se impõe como referência para todas as ações e discursos.

IHU On-Line - O que representa a figura de Oliveira Silveira no Grupo Palmares? E para o contexto das lutas dos movimentos sociais negros?

Deivison Campos - Oliveira Silveira foi a continuidade, o fio condutor do Palmares. Ele esteve no quarteto que criou o grupo e manteve-se até sua extinção em 78 e na tentativa de reorganização nos anos 80. Através dos livros, que lhe revelaram a Negritude e a literatura feita na África, resgatou e ressignificou a experiência Palmarina. Costumava dizer que o grupo buscava uma valorização da coletividade e, por isso, optaram pelo nome do quilombo e não de seus líderes e heróis, fugindo da individu-

Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural. São medidas que englobam tanto a promoção da igualdade material e de direitos básicos de cidadania, como também formas de valorização étnica e cultural. Esses procedimentos podem ser de iniciativa e âmbito de aplicação público ou privado, e adotados de forma voluntária e descentralizada ou por determinação legal. As ações afirmativas no Brasil partem do conceito de equidade expresso na constituição, que significa tratar os desiguais de forma desigual, isto é, oferecer estímulos a todos aqueles que não tiveram igualdade de oportunidade devido a discriminação e racismo. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade que as ações afirmativas são constitucionais e políticas essenciais para a redução de desigualdades e discriminações existentes no Brasil. (Nota da **IHU On-Line**)

alidade que se impunha na sociedade racista. Por isso, representa o articulador, alguém que conseguiu congregando pessoas interessadas em construir uma sociedade melhor. Oliveira também foi o narrador dessa história. Registrou em seus livros e em seus arquivos pessoais não só a trajetória do grupo, mas de várias outras manifestações culturais negras. Para o movimento social, pelo fato de ter persistido no Palmares, tornou-se o Griô¹⁸ que restaurou socialmente uma história silenciada. Mais do que viver o Grupo Palmares, viveu Palmares.

IHU On-Line - De que modo você avalia os processos que chegaram até a instituição do "Dia Nacional da Consciência Negra", a partir da lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011? E o fato de não ter sido instituído feriado na data em Porto Alegre?

Deivison Campos - A lei significou somente o reconhecimento de uma data estabelecida pelo movimento social negro. Ao mesmo tempo que se trata de uma das conquistas alcançadas pelo movimento social, demonstra a dificuldade em se reconhecer a história da população negra. A aprovação aconteceu 40 anos depois de sua primeira evocação e 33 anos depois de sua nacionalização; ou seja,

18 Griô: indivíduo que, numa comunidade (p.ex., de âmbito religioso ou folclórico), detém a memória do grupo e funciona como difusor de tradições. (Nota da **IHU On-Line**)

Deivison Campos



aprovaram-se até mesmo as questionadas políticas afirmativas antes desse reconhecimento.

Originalmente denominado Dia do Negro, em 1971, pelos integrantes do Palmares, a data foi tornada Dia da Consciência Negra em 1978. O conceito de consciência negra foi formulado por Steve Biko¹⁹ também nos anos 70 na África do Sul, em meio ao regime de Apartheid²⁰.

19 Steve Biko – Stephen Bantu Biko (1946-1977): era um ativista anti-apartheid da África do Sul na década de 1960 e 1970. Líder estudantil, fundou o Movimento da Consciência Negra (Black Consciousness Movement), que capacitava e mobilizava grande parte da população negra urbana. Desde sua morte sob custódia da polícia, ele foi chamado de mártir de um movimento anti-apartheid. Enquanto vivia, seus escritos e ativismo tentou capacitar as pessoas negras, e era famoso por seu slogan "black is beautiful", que o próprio descreveu como: "você está bem como você é, comece a olhar para si mesmo como um ser humano". Mesmo que Biko nunca tenha sido um membro do Congresso Nacional Africano (ANC), foi incluído no panteão dos heróis de luta, indo tão longe como a utilização de sua imagem para cartazes de campanha nas primeiras eleições não-raciais da África do Sul em 1994. (Nota da **IHU On-Line**)

20 Apartheid: palavra em africâner que significa "separação"; foi um regime de segregação racial adotado de 1948 a 1994 pelos sucessivos governos do Partido Nacional na África do Sul, no qual os direitos da maioria dos habitantes foram cerceados pelo governo formado pela minoria branca. A segregação racial na África do Sul teve início ainda no período colonial, mas o apartheid foi introduzido como política oficial após as eleições gerais de 1948. A nova legislação dividia os habitantes em grupos raciais ("negros", "brancos", "de cor", e "indianos"), segregando as áreas residenciais, muitas vezes através de remoções forçadas. Também havia segregação na saúde, educação e outros serviços

Contém em si a proposição do conhecimento e valorização da história dos povos negros que respaldem uma identidade. A construção dessa data passa pelos protestos organizados em 1988, 100 anos da Abolição, e 1995, 300 anos de Zumbi.

A negativa do feriado em Porto Alegre deve-se menos à legislação e mais à permanência do entendimento de que se vive uma democracia racial e pelo histórico abandono das populações negras pelo poder público. Por outro lado, atende aos interesses econômicos principalmente do comércio que pressiona para que não seja aprovado mais um dia de fechamento. Numa perspectiva política, nos últimos anos, o poder público tem pulverizado atividades no dia 20 a fim de que a marcha, sempre o principal evento das manifestações de protesto, tenha uma concentração menor de pessoas. É um conjunto de fatores que buscam, em última análise, manter o *status quo* e evitar que as transformações estruturais necessárias aconteçam. ■

públicos, fornecendo aos negros serviços inferiores aos dos brancos. O apartheid trouxe violência e um significativo movimento de resistência interna, bem como um longo embargo comercial contra a África do Sul. Reformas no regime durante a década de 1980 não conseguiram conter a crescente oposição, e em 1990, o presidente Frederik Willem de Klerk iniciou negociações para acabar com o apartheid, o que culminou com a realização de eleições multirraciais e democráticas em 1994, que foram vencidas pelo Congresso Nacional Africano, sob a liderança de Nelson Mandela. (Nota da **IHU On-Line**)

Sou pai, marido e cientista. Estudar me deu todas as oportunidades e possibilidades na vida, pois nasci numa comunidade pobre, negra e que desapareceu como um dia foi pela urbanização de Porto Alegre. Busco continuamente tornar-me um ser humano melhor e isso passa por adquirir conhecimento crítico para poder intervir positivamente em questões que me afetam e cercam. O Jornalismo me fornece a visada pela qual olho o mundo. Há décadas, milito por uma sociedade mais justa e humana *stricto sensu*, com ênfase nas relações étnico-raciais. As pessoas me interessam profundamente, mas prezo as relações francas e espontâneas. Por acreditar que se ensina a ser humano pelo exemplo, me entrego e busco fazer o melhor que eu posso em tudo o que me envolvo. Acho que tem importado a quem se interessa que é quem interessa. Meu principal projeto é minha família e tenho investido tudo nisso. As vivências negras também ocupam um lugar importante em minha vida, principalmente os batucões sagrados e profanos. Atualmente, me interessa aprender a viver mais o momento.

Oliveira Silveira: a face poética da luta

O poeta e ativista que foi um dos fundadores do Grupo Palmares é considerado um dos grãos da cultura e história negra

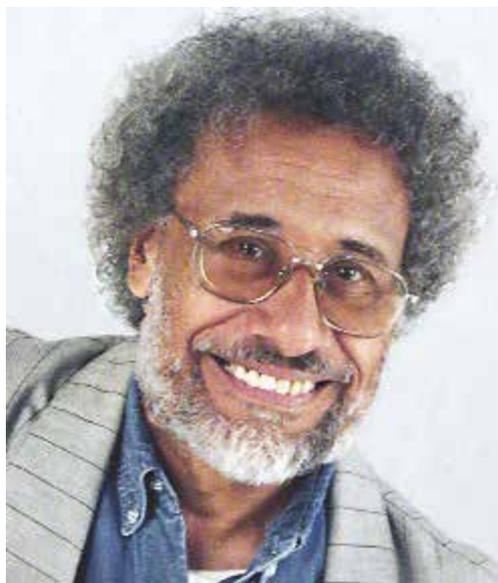
Por Leslie Chaves

Griô, aquele sábio que toma para si o papel de preservar e compartilhar com as novas gerações o legado histórico e cultural de uma comunidade, é como alguns pesquisadores identificam Oliveira Silveira. Certamente também é uma das principais imagens que vem na mente dos que tomaram contato com a sua produção literária e, principalmente, dos que o conheceram pessoalmente.

A aparência doce e o temperamento tranquilo escamoteavam o espírito crítico e combativo que sempre o moveu nas lutas contra as desigualdades raciais e pela valorização da cultura afro-brasileira. Infelizmente, Oliveira Silveira partiu em 2009, em decorrência de um câncer, mas se mantém presente na inestimável contribuição dos seus escritos e na sua atuação junto ao Grupo Palmares, do qual foi um dos fundadores e continuou levando a diante seus objetivos, mesmo depois do término da mobilização em 1978. O Grupo Palmares foi o proponente do 20 de Novembro como data evocativa do Dia da Consciência Negra no Brasil.

Nascido em 1941 na área rural de Rosário do Sul, cidade do interior do Rio Grande do Sul, Oliveira Silveira era filho de uma mãe negra e de um pai branco. Poeta com uma relevante produção literária e ativista dos movimentos sociais negros, Silveira graduou-se em Letras - Português e Francês pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, lecionando português e literatura no ensino médio. Também foi conselheiro da Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Seppir.

Entre 2003 e 2006, o jornalista, professor na Universidade Luterana do Brasil - ULBRA



e doutor em Ciências da Comunicação pela Unisinos, Deivison Campos realizava encontros sistemáticos com Oliveira Silveira. As conversas faziam parte de sua pesquisa de campo para a escritura da dissertação de mestrado em História Social, que cursava na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Seu objeto de estudo foi a atuação do Grupo Palmares. Deivison Campos cedeu à IHU On-Line uma dessas conversas com Oliveira Silveira. No encontro, realizado em 04-12-2004, o poeta revelou um pouco do olhar de quem viveu o importante momento de reposicionamento das lutas dos movimentos sociais negros no Brasil.

Confira a seguir a entrevista que Oliveira Silveira concedeu a Deivison Campos e as impressões do pesquisador sobre este encontro.

Oliveira Silveira já me aguardava no hall de entrada do Hotel Everest no Centro de Porto Alegre quando cheguei para entrevista.

Recebeu-me com um sorriso tímido e acolhedor, que considero sua marca. Sempre que nos encontramos me passava a cópia de al-

gum documento ou texto sobre o 20 e dessa vez não foi diferente. Entregou a cópia de um estatuto que nunca foi aprovado. Era 04 de

dezembro de 2004 e estávamos no hotel para uma atividade ainda relativa ao mês da Consciência Negra daquele ano. Aproveitamos uma agenda em comum para mais uma entrevista que aconteceu no bar do térreo do Hotel.

Antes, conversamos um pouco sobre meu encontro com outros integrantes do grupo. Falou sobre seu interesse pela cultura Angola e seus rastros no estado, além do trabalho que iniciava com os clubes negros. Sua voz era sempre suave e falava de forma lenta e em volume baixo. Enquanto conversávamos, os que chegavam faziam questão de cumprimentá-lo e trocar algumas palavras, tornando as respostas cada vez mais objetivas para atender a todos.

Os encontros sistemáticos haviam começado um ano antes e seguiriam até 2006. No período, realizava minha pesquisa de mestrado sobre a reorganização do movimento negro depois do golpe militar, a partir do Grupo Palmares e da evocação ao 20 de novembro. Depois disso, seguimos realizando atividades em conjunto. Outras vezes preferia que eu falasse em seu lugar sobre o Grupo Palmares e o 20 de Novembro. Oliveira segue vivo em sua poesia e na luta antirracista.

Deivison Campos - Que tipo de informação chegava no Brasil, naquele momento, sobre as questões da África e a movimentação dos negros no resto das Américas? Que tipo de informação em Porto Alegre se tinha sobre essa movimentação?

Oliveira Silveira - Na década de 1970, quando nós começamos o trabalho com o Grupo Palmares, havia notícias procedentes da Europa sobre socialismo. Da África vinham as ideias da luta pelas independências, Pan-fricanismo¹,

1 **Pan-africanismo:** é uma ideologia que propõe a união de todos os povos da África como forma de potenciar a voz do continente no contexto internacional. Relativamente popular entre as elites africanas ao longo das lutas pela independência da segunda metade do século XX, em parte res-

etc. Chegavam informações da Europa e Caribe, porque tem militantes nestas áreas, como o Negritude² de Césaire,³ lá na França. Dos Estados Unidos vinham as ideias do movimento negro, notícias referentes primeiro a Luther King⁴

ponsável pelo surgimento da Organização de Unidade Africana, o pan-africanismo tem sido mais defendido fora de África, entre os descendentes dos africanos escravizados que foram levados para as Américas até ao século XIX e dos emigrantes mais recentes. Eles propunham a unidade política de toda a África e o reagrupamento das diferentes etnias, divididas pelas imposições dos colonizadores. Valorizavam a realização de cultos aos ancestrais e defendiam a ampliação do uso das línguas e dialetos africanos, proibidos ou limitados pelos europeus. A teoria pan-africanista foi desenvolvida principalmente pelos africanos na diáspora americana descendentes de africanos escravizados e pessoas nascidas na África a partir de meados do século XX como William Edward Burghardt Du Bois e Marcus Mosiah Garvey, entre outros, e posteriormente levados para a arena política por africanos como Kwame Nkrumah. No Brasil foi divulgada amplamente por Abdias Nascimento. (Nota da IHU On-Line)

2 **Negritude (Négritude em francês):** corrente literária francesa que agregou escritores negros francófonos e também uma ideologia. Os objetivos do movimento Negritude são a valorização da cultura negra em países africanos ou com populações afro-descendentes expressivas que foram vítimas da opressão colonialista. Considera-se geralmente que foi René Maran, autor de *Batouala*, o precursor da negritude. Todavia, foi Aimé Césaire quem criou o termo em 1935, no número 3 da revista *L'étudiant noir* ("O estudante negro"). Com o conceito pretendia-se em primeiro lugar reivindicar a identidade negra e sua cultura, perante a cultura francesa dominante e opressora, e que, ademais, era o instrumento da administração colonial francesa (Discurso sobre o colonialismo, Caderno dum retorno ao país natal etc). O conceito foi retomado mais adiante por Léopold Sédar Senghor, que o aprofunda, opondo a razão helênica à emoção negra. (Nota da IHU On-Line)

3 **Aimé Fernand David Césaire (1913-2008):** foi um poeta, dramaturgo, ensaísta e político da negritude. Além de ser um dos mais importantes poetas surrealistas do mundo, inclusive no dizer do líder deste movimento, Breton. Aimé Césaire foi, juntamente ao Presidente do Senegal, Léopold Sédar Senghor, o ideólogo do conceito de negritude, sendo a sua obra marcada pela defesa de suas raízes africanas. (Nota da IHU On-Line)

4 **Martin Luther King** (1929-1968): pastor e ativista político estadunidense. Pertencente à Igreja Batista, tornou-se um dos mais importantes líderes do ativismo pelos direitos civis (para negros e mulheres, principalmente) nos Estados Unidos e no mundo, através de uma campanha de não-violência e de amor para com o próximo. É a pessoa mais jovem a receber o Prêmio Nobel da Paz, o que ocorreu em 1964, pouco antes de seu assassinato. (Nota da IHU On-Line)

e a seguir *Black Panthers*⁵, Poder Negro⁶.

Deivison Campos - Como essas informações chegavam, com a imprensa censurada, etc., quais canais de comunicação foram criados para se ter acesso a essas informações?

Oliveira Silveira - Essas eram justamente as informações que vinham pela imprensa, a não ser as ideias que vinham do socialismo que já vinham de toda a movimentação marxista-socialista.

Deivison Campos - Então havia pouca censura sobre informações que vinham de fora?

Oliveira Silveira - Não é que não houvesse. Seguramente, sim. Mas o problema maior eram as ideias socialistas, que já circulavam por

5 **Panteras Negras** (em inglês, Black Panther Party ou BPP): originalmente denominado Partido Pantera Negra para Auto-defesa (em inglês, Black Panther Party for Self-Defense) foi uma organização política extraparlamentar socialista revolucionária norte-americana e ligada ao nacionalismo negro. Fundada em 1966, na cidade de Oakland, Califórnia, por Huey Newton, Bobby Seale, a organização permaneceu ativa nos Estados Unidos até 1982. A finalidade original da organização era patrulhar guetos negros para proteger os residentes dos atos de brutalidade da polícia. Posteriormente, os Panteras Negras tornaram-se um grupo revolucionário marxista que defendia o armamento de todos os negros, a isenção dos negros de pagamento de impostos e de todas as sanções da chamada "América Branca", a libertação de todos os negros da cadeia e o pagamento de indenizações aos negros por "séculos de exploração branca". A ala mais radical do movimento defendia a luta armada. Em seu pico, nos anos de 1960, o número de membros dos Panteras Negras excedeu 2 mil, e a organização coordenou sedes nas principais cidades. (Nota da IHU On-Line)

6 **Black Power** (em português: Poder negro): foi um movimento entre pessoas negras no mundo ocidental, especialmente nos Estados Unidos. Mais proeminente no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o movimento enfatizou o orgulho racial, racismo e da criação de instituições culturais e políticas negras para cultivar e promover interesses coletivos, valores antecipadamente, e segura autonomia para os negros. A expressão "Black Power" foi criada por Stokely Carmichael, militante radical do movimento negro nos Estados Unidos, após sua vigésima sétima detenção em 1966. "Estamos gritando liberdade há seis anos. O que vamos começar a dizer agora é poder preto", anunciou. (Nota da IHU On-Line)

aqui e já acompanhávamos há muito tempo. Sentíamos algumas restrições, tanto é que em nosso trabalho tivemos que recorrer a aquelas liberações da censura para determinadas promoções.

Deivison Campos - Como essas ideias eram discutidas, trabalhadas e até que ponto surgiram ideias e discussões sobre temas mais locais?

Oliveira Silveira - A partir de 1964, na verdade, todo mundo começou a exercer uma autocensura. No trabalho do grupo sempre tínhamos muito cuidado. Eu lembro que nessa época tentamos fazer uma entidade que não tinha caráter político. Era um Centro Rosariense - pessoas vindas de Rosário do Sul - para ficarmos vinculados à cidade.

Uma das pessoas que apareceu nesse grupo foi com o objetivo de fazer grandes alertas sobre a questão da repressão. Coisas que a princípio não preocupavam o grupo. Porque não havia nenhuma ação de caráter subversivo, mas esse cuidado sempre existiu. Procurávamos fazer coisas que não entrassem em choque. Principalmente a partir da criação do Grupo Palmares que é de 1971. No momento em que nós tentávamos fazer o primeiro ato de 20 de novembro, foi necessário pedir uma autorização da censura. Na época, saiu uma nota na Folha da Tarde dizendo *Zumbi - A homenagem dos negros do teatro*; e o teatro era muito visado. Então, como seria no Clube Náutico Marcílio dias, na Avenida Praia de Belas, o pessoal do clube nos ligou informando que tinha idoso lá e que alguém da Polícia Federal informou que teríamos que pedir essa licença, o que foi feito. Não se tratava de teatro. Apenas o grupo pretendia depois ter um departamento de teatro o que nunca aconteceu. A idéia do ato era o de passar informações às pessoas a respeito de Palmares. Era um ato que não tinha nenhuma apresentação teatral.

Deivison Campos - De que forma se deu o encontro das pessoas que formaram o grupo? Que tipo

de experiência essas pessoas traziam e como se unificaram para formar um grupo?

Oliveira Silveira - Nesse momento a gente não sabia determinadas coisas, como, por exemplo, que em São Paulo havia um jornal clandestino, fotocopiado, intitulado *A Árvore das Palavras*, que saía sem assinatura e caracteriza bem esse período. Aqui em Porto Alegre o que nós fizemos foram reuniões informais. Foi acontecendo ao natural. Aqueles encontros na Rua da Praia, naquela área onde negros se encontravam, se reuniam e então formavam alguns grupinhos para conversas, um desses foi o nosso.

Ali começávamos a falar sobre as questões negras, surgindo a questão do 13 de maio. O grupo não via motivos para comemorar esta data. Um dos componentes era inclusive um dos grandes adversários do 13 de Maio, chamado Jorge Gonçalves dos Santos. Com aquilo, surgiu a idéia de encontrar outras datas. Foi o trabalho que eu realizei. Estudar um pouco mais de História, rever a história do Brasil e a história do negro. Então, eu cheguei ao 20 de novembro. Especialmente através de uma publicação da Abril *Grande Personagens da Nossa História*, dedicada a Zumbi. Lá estava a história de Palmares e a morte de Zumbi em 20 de novembro de 1695. Como era um fascículo, não poderia ser tomado como uma fonte muito segura. E eu continuei tentando localizar outras fontes. Cheguei ao Edson Carneiro, que escreveu o livro *Quilombo dos Palmares* (São Paulo: WMF Martins, 2011, 5ª edição), que confirmava a data e o autor é um pesquisador consagrado. Então não tive dúvida de que poderia ser proposta aquela data como alternativa ao 13 de maio. Até porque, a gente reconhecia, ou entendia que Palmares tinha sido a passagem mais importante, marcante na história do negro do Brasil, por ter durado mais de um século com todas aquelas características que reuniu.

Para corroborar a data ainda apareceu um livro de Ernesto Ennes, intitulado *As Guerras nos Palmares* (São Paulo: Companhia Editora Na-

cional, 1938), que eu tinha em casa e não lembrava. O livro transcreve documentos da época das campanhas contra Palmares e aí não tive dúvida. Como não tínhamos a data de nascimento de Zumbi, ou do início de Palmares, nós, por analogia com Tiradentes, adotamos a data da morte de Zumbi. Então, o grupo aceitou e até adotou esse nome, porque foi aí que formalizamos a criação do grupo. Em junho de 1971 o grupo já fez uma programação para aquele ano. Seria uma homenagem ao Luís Gama⁷, isso tudo com a preocupação das datas. A homenagem para o Luiz Gama seria no dia 24 de agosto, que era a data da morte, também, porque a do nascimento já havia passado, era 21 de junho. Então marcamos a homenagem para agosto e depois para o José do Patrocínio⁸ em 9 de outubro e, por fim, 20 de Novembro em homenagem a Palmares. Fizemos o ato vocativo ao 20 de Novembro, no próprio dia 20, um sábado, no clube Náutico Marcílio Dias.

Deivison Campos - Como foi a leitura que a imprensa fez dessa primeira movimentação, parece ter tido acompanhamento interessante das atividades?

7 Luís Gonzaga Pinto da Gama (1830 – 1882): foi um rábula, orador, jornalista e escritor brasileiro. Nascido de mãe negra livre e pai branco, foi contudo feito escravo aos 10, e permaneceu analfabeto até os 17 anos de idade. Foi um dos raros intelectuais negros no Brasil escravocrata do século XIX, o único autodidata e o único a ter passado pela experiência do cativeiro; pautou sua vida na defesa da liberdade e da república, ativo opositor da monarquia, veio a morrer seis anos antes de ver seus sonhos concretizados. Conquistou judicialmente a própria liberdade e passou a atuar na advocacia em prol dos cativos, libertando mais de 500 deles. Aos 29 anos já era um autor consagrado e considerado “o maior abolicionista do Brasil”. No dia 3 de novembro de 2015, 133 anos após sua morte, a Ordem dos Advogados do Brasil e de São Paulo concederam à Luís Gama o título de advogado pelos seus relevantes serviços prestados junto aos tribunais na libertação dos escravos. (Nota da **IHU On-Line**)

8 José Carlos do Patrocínio (1853 – 1905): foi um farmacêutico, jornalista, escritor, orador e ativista político brasileiro. Destacou-se como uma das figuras mais importantes dos movimentos Abolicionista e Republicano no país. Foi também idealizador da Guarda Negra, que era formada por negros e ex-escravos. (Nota da **IHU On-Line**)

Oliveira Silveira - A imprensa foi fundamental nesse sentido porque ajudou a difundir. Desde o primeiro momento, tivemos apoio. Quando passamos a nosso primeiro ato - Luiz Gama - ele foi noticiado no Correio do Povo, o José do Patrocínio também, e o primeiro 20 de Novembro. A gente era meio limitado. Não distribuíamos bem a matéria para imprensa e talvez por isso não tenhamos tido mais apoio e não tenha tido uma repercussão mais forte no início. No ano seguinte, o ato seguinte, se deu através da imprensa. Preparei um material que ocupou sete páginas da Revista ZH, editado pelo Juarez Fonseca, no Jornal Zero Hora. Ele acolheu a ideia e utilizou todo material que preparei. Um histórico sobre Palmares - já aí utilizando o livro do Décio Freitas⁹ - que se somou a bibliografia conhecida. Por que é importante dizer que nós chegamos ao 20 sem conhecer o Décio Freitas e sua obra. O Décio, conhecemos exatamente no dia do primeiro ato. Ele compareceu anonimamente e ao final se apresentou e me presenteou com um exemplar do livro editado no Uruguai. O livro tinha sido editado em agosto, um mês depois da formalização do Grupo Palmares. Então, a partir daí, li o livro e já nessa matéria para ZH, utilizei como fonte de pesquisa, destacando a importância do livro. A matéria também incluiu informações sobre o posicionamento do Grupo Palmares, redigida por Helena Vitória dos Santos Machado. A outra matéria era um poema de Solano Trindade e um conto meu intitulado Zumbi no Morro. Ilustrado pela Maria Lídia Magliane, artista plástica, que também fez a capa da revista ZH [19/11/71].

Deivison Campos - **Esse momento coincide com o desmantelamento de territórios negros em Porto Alegre, processo de periferização da população. Os en-**

⁹ **Décio Freitas**: Sobre ele, conferir o boletim **IHU On-Line** n.º 92, de 15 de março de 2004, os depoimentos de Gunter Axt e Ieda Gutfriend. (Nota do **IHU On-Line**)

contros do centro tinham relação com isso, lugar de encontro de quem vem de longe?

Oliveira Silveira - Sem dúvidas, acho que o encontro preenchia esta função. Pois o centro da cidade é de todo mundo, todos os habitantes têm direito ao centro. A oportunidade melhor de encontro numa cidade como Porto Alegre. A Colônia Africana já havia sido dissolvida na década de 1950, com o deslocamento para Vila Jardim, Bom Jesus, a Ilhota desfeita, com o pessoal sendo enviado para Restinga, o Areal tinha perdido a força como centro carnavalesco. O carnaval tinha ido para o centro e sido institucionalizado, passando para a Avenida Borges, depois Avenida João Pessoa.

Estes pontos continuam existindo hoje, mas estão sempre sendo dissolvidos pela ação do poder público. Não quer dizer que seja só o poder público, mas são medidas que acabam prejudicando. É o caso da esquina Democrática que era sempre um centro de encontro principalmente da juventude nas sextas-feiras, trocando informações sobre festas, etc. então os próprios grupos políticos, movimentos faziam atos exatamente ali. Colocando um poder de som e atrapalhando a comunicação das pessoas. Eu sempre condenei isso. Os atos deviam ser um pouco afastados desse local de reunião porque afinal de contas há sistema de som.

Outro ponto bastante prejudicado foi na frente da Confeitaria Mateus, na Avenida Borges, porque agora tem estacionamento de microônibus e carro, assim como a própria Rua da Praia que estava livre dos veículos e voltou a ter tráfego. Mas esses pontos sempre existirão, acho que preenchem esta função de agregar as pessoas que estão espalhadas pelas cidades, cada vez em bairros mais distantes.

Deivison Campos - **Qual é o valor simbólico do 20 de novembro? Havia uma dimensão disso nos**

primeiros momentos em que a data foi proposta?

Oliveira Silveira - Sim, porque seria a alternativa com sentido de ser uma liberdade conquistada, como foi o caso de Palmares, contra uma liberdade doada, que foi a abolição. Palmares tinha um sentido completamente diferente por ser conquistado através da luta, foi uma construção negra. Era esse o sentido. Agora, nós no Grupo Palmares, não tínhamos a intenção de individualizar a questão do 20 de Novembro na figura de Zumbi, embora ressaltássemos toda a importância dele como herói. Nós visávamos mais o coletivo. Colocávamos homenagem aos Palmares - Palmares o momento maior. Era um posicionamento contrário à historiografia oficial, dita oficial, de centralizar tudo na figura de um herói como se fizesse tudo sozinho, quando tem um coletivo trabalhando junto. Então queríamos trabalhar nessa perspectiva. O movimento negro ao aderir ao 20 de novembro fez o caminho contrário e seguiu o caminho oficial, centralizando na figura de Zumbi. Pode até ter sido positivo numa fase de transição para não romper totalmente com o comum, com o que era ensinado nos bancos escolares, mas o fato é que houve essa individualização que pode ter sido positiva sim, mas nós procuramos o coletivo. De qualquer forma, o fato é que o 20 de novembro se propagou para todo o país.

Deivison Campos - **Se discutia a questão da identidade? O que é ser negro?**

Oliveira Silveira - Uma das coisas importantes que aconteceram foi essa afirmação da palavra negro. Usar a palavra negro como coisa positiva, inclusive negando a palavra moreno, muito usada. Isso é uma conquista do movimento negro como um todo. No grupo tínhamos isso também. É algo de muito significativo, essa coisa da aceitação. ■

A preponderante geografia dos corpos

De acordo com Kabengele Munanga, apesar da inexistência de raças biológicas e da ideia da mestiçagem brasileira, o racismo persiste e escolhe seus alvos pela aparência física

Por Leslie Chaves

Com frequência o argumento de que o Brasil é um país mestiço, onde não se pode definir quem é branco e quem é negro, é utilizado para negar a existência do racismo brasileiro e, em consequência, para desconstruir as lutas de combate ao preconceito racial e à implementação de políticas públicas com esta finalidade, como, por exemplo, o sistema de cotas raciais nas universidades públicas. De acordo com Kabengele Munanga, essa justificativa cai por terra quando se examina mais de perto o cotidiano das relações sociais brasileiras e o perfil da população do país. “As diferenças fenotípicas são inegáveis. Prova disso: os policiais não têm dúvida para distinguir brancos e negros. A dificuldade de distinguir ambos está somente no olhar ‘mentiroso’ de alguns estudiosos, políticos e midiáticos. Como explicar o racismo à brasileira se as pessoas não sabem distinguir negros e brancos por causa da miscigenação?”, provoca.

O antropólogo afirma, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, que no país, apesar desse contexto racializado, ainda há a crença de que a desigualdade de classe é o principal fator de discriminação dos negros. “Alguns, por inércia do mito de democracia racial, continuam a acreditar que a classe socioeconômica é o único critério de discriminação dos negros no Brasil. No entanto, é pela geografia dos corpos que somos vistos e percebidos antes de descobrir nossas classes sociais”, explica. E ainda questiona: “Como um policial enxergaria o professor Kabengele Munanga de passagem na periferia de qualquer cidade brasileira? Pela cor da pele ou pela classe social?”

Falando a partir do ponto de vista de quem é espectador, mas também vivenciou e vivencia os cenários raciais do outro lado do atlântico negro, no Congo, e do Brasil, Munanga aponta a importância de conhecermos nossas próprias origens, nosso lugar no país e no mundo. “Quem somos, de onde viemos e por onde vamos? Sem a consciência de quem somos na formação histórica do Brasil não existimos política e coletivamente. Consequentemente não podemos nos mobilizar ou nos organizar para reivindicar nossos direitos na sociedade ou lutar para a transformação da sociedade. Aqui está o conteúdo político-ideológico da consciência identi-

tária, que constitui coletivamente uma plataforma de mobilização política”, frisa.

Kabengele Munanga nasceu na República Democrática do Congo, onde se graduou em Antropologia Cultural pela Universidade Oficial do Congo, na cidade de Lubumbashi, instituição em que trabalhou como professor e pesquisador. Em meados da década de 1970 iniciou o curso de doutorado em Antropologia na Universidade de Louvain, na Bélgica. Entretanto, em função do contexto político congolês, que passava por um período ditatorial na época, não pôde concluir seus estudos. Em 1974, a partir de um convênio entre a Universidade de São Paulo - USP e a Universidade Oficial do Congo, o pesquisador foi convidado a retomar seus estudos no Brasil pelo professor Fernando Mourão, do departamento de Sociologia da USP e então vice-diretor do Centro de Estudos Africanos na universidade. No ano de 1977 concluiu o doutorado em Antropologia Social pela USP e retorna ao Congo. No entanto, no final da década de 1970 Kabengele Munanga se exila no Brasil em função da situação política de seu país. Mais tarde se naturaliza brasileiro. Atualmente é professor pesquisador sênior da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB e da USP, onde também obteve livre-docência em 1997 com o trabalho *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra* (Petrópolis: Vozes, 1999).

Ao longo de sua trajetória acadêmica no Brasil, o antropólogo recebeu diversos prêmios e títulos honoríficos, entre os quais a Comenda da Ordem do Mérito Cultural, contribuição aos estudos da cultura brasileira, pela Presidência da República do Brasil; Grau de Oficial da Ordem do Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, pelo Palácio do Itamaraty; e Comenda da Ordem do Mérito dos Palmes, Grau de Oficial, pelo Governo do Estado de Alagoas; entre outros. Entre sua vasta produção bibliográfica destacam-se *Origens africanas do Brasil contemporâneo: Histórias, línguas, culturas e civilizações* (São Paulo: Global, 2009), *Superando o racismo na escola* (Brasília: Ministério da Educação, Secretaria do Ensino Fundamental, 1999) e *Negritude. Usos e Sentidos* (São Paulo: Ática, 1986).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais elementos do antigo processo de definição de raças baseado na botânica e zoologia ainda implicam nos processos de construção e legitimação das relações de dominação e de sujeição entre os grupos sociais?

Kabengele Munanga - O conceito de raça tal como foi empregado na Zoologia e na Botânica significava simplesmente categoria, espécie ou sorte, sem nenhum conteúdo de hierarquização das espécies vegetais e animais em plantas e animais superiores e inferiores e nada tinha com as cores dessas espécies. Portanto não havia nenhuma relação com o conteúdo hierarquizante dado a esse conceito pelos iluministas e naturalistas na modernidade ocidental.

IHU On-Line - A evolução dos estudos das ciências biológicas comprovou que o conceito de raça não é uma realidade biológica, ou seja, não é capaz de explicar a diversidade humana e não pode dividi-la em grupos estanques. Porém, a ideia de raça ainda persiste no imaginário social, e conforme o senhor afirma, ganha um sentido etnossemântico, político-ideológico. O senhor poderia falar um pouco sobre esse sentido não biológico para o conceito de raça? O que significa esse deslocamento?

Kabengele Munanga - Se os chamados cientistas dessa época tivessem limitado sua classificação da diversidade humana aos critérios que eles consideravam objetivos e científicos, mas que na realidade não eram, eles não teriam criado nenhum mal à humanidade. O conceito de raça teria sido abandonado e os critérios de classificação (cor da pele, diferenças morfológicas entre grupos humanos, diferenças genéticas, doenças "raciais" etc.) teriam sido simplesmente abandonados como acontece na história das ciências. Infelizmente hierarquizaram os grupos humanos em inferiores e superiores ao fazer a relação intrínseca entre as diferenças biológicas, as aptidões

intelectuais, morais, psicológicas e estéticas. E essa hierarquização foi utilizada política e ideologicamente para legitimar as desigualdades entre as chamadas raças, a colonização, o holocausto¹ e todas as formas de racismo que conhecemos.

IHU On-Line - Quais são as origens da ideia de racismo? Que mudanças essa concepção vem sofrendo ao longo do tempo? O deslocamento da noção biológica para a sociológica sobre raça tem influência nesse processo?

Kabengele Munanga - A palavra racismo derivada da raça aparece na literatura científica por volta de 1920. Como todos os "ismos", remete à ideologia, isto é, à crença numa humanidade hierarquizada a partir de critérios na época considerados científicos, ou seja, racionais e que deu origem ao racismo científico ou racialismo que foi institucionalizado nos Estados Unidos e no regime do *apartheid*² e mais

¹ **Holocausto:** também conhecido como Shoá (em hebraico: HaShoá, "a catástrofe"; em iídiche: Churban ou Hurban, do hebraico para "destruição"), foi o genocídio ou assassinato em massa de cerca de seis milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial, no maior genocídio do século XX, através de um programa sistemático de extermínio étnico patrocinado pelo Estado nazista, liderado por Adolf Hitler e pelo Partido Nazista e que ocorreu em todo o Terceiro Reich e nos territórios ocupados pelos alemães durante a guerra. Dos nove milhões de judeus que residiam na Europa antes do Holocausto, cerca de dois terços foram mortos; mais de um milhão de crianças, dois milhões de mulheres e três milhões de homens judeus morreram durante o período. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Apartheid:** (palavra em africâner que significa "separação") foi um regime de segregação racial adotado de 1948 a 1994 pelos sucessivos governos do Partido Nacional na África do Sul, no qual os direitos da maioria dos habitantes foram cerceados pelo governo formado pela minoria branca. A segregação racial na África do Sul teve início ainda no período colonial, mas o *apartheid* foi introduzido como política oficial após as eleições gerais de 1948. A nova legislação dividia os habitantes em grupos raciais ("negros", "brancos", "de cor" e "indianos"), segregando as áreas residenciais, muitas vezes através de remoções forçadas. Também havia segregação na saúde, educação e outros serviços públicos, fornecendo aos negros serviços inferiores aos dos brancos. O *apartheid* trouxe violência e um significativo movimento de resistência interna, bem como um longo embargo comercial contra a África do Sul. Reformas no regime durante a década de 1980

tarde no nazismo³. Ao decretar, no início da segunda metade do século XX, que cientificamente a raça não existe, o racismo científico deixou de existir, mas o racismo de fato já incorporado nas culturas de diversas sociedades continua a persistir, e é contra ele que se luta hoje. As raças como construção sociológica ou política continuam a existir no imaginário coletivo de todos os racistas, e a raça como noção e ferramenta de análise sociológica e histórica se mantém no vocabulário das ciências sociais. Não se trata mais de raças biológicas, mas sim de raças sociais. Em outros termos, depois da morte científica da raça, seu filhote "racismo" continua solto no mundo e faz vítimas independentemente da mãe já morta.

IHU On-Line - Como a argumentação da "inexistência de raças humanas" é utilizada como estratégia para desconstruir os debates a respeito do racismo?

Kabengele Munanga - Algumas pessoas pensam que o racismo não existe mais, porque a raça da qual derivou deixou de existir. Este argumentou foi utilizado para combater as políticas de ação afir-

não conseguiram conter a crescente oposição, e em 1990 o presidente Frederik Willem de Klerk iniciou negociações para acabar com o *apartheid*, o que culminou com a realização de eleições multirraciais e democráticas em 1994, que foram vencidas pelo Congresso Nacional Africano, sob a liderança de Nelson Mandela. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Nazismo:** conhecido oficialmente na Alemanha como Nacional-Socialismo (em alemão: Nationalsozialismus), é a ideologia praticada pelo Partido Nazista da Alemanha, formulada por Adolf Hitler e adotada pelo governo da Alemanha de 1933 a 1945. Esse período ficou conhecido como Alemanha Nazista ou Terceiro Reich. Mesmo incorporando elementos comuns tanto da direita quanto da esquerda política, o nazismo é considerado um movimento essencialmente de extrema-direita. Os nazistas foram um dos vários grupos históricos que utilizaram o termo "nacional-socialismo" para descrever a si mesmos e, na década de 1920, tornaram-se o maior grupo da Alemanha. Os ideais do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (Partido Nazista) são expressos no seu "Programa de 25 Pontos", proclamado em 1920. Entre os elementos-chave do nazismo, há o antiparlamentarismo, o pangermanismo, o racismo, o coletivismo, a eugenia, o antisemitismo/antijudaísmo, o anticomunismo, o totalitarismo e a oposição ao liberalismo econômico e político. (Nota da **IHU On-Line**)

mativa⁴ ou das cotas no Brasil, um país mestiço onde negros e brancos não existem mais como raças para justificar as chamadas cotas raciais. No entanto, as diferenças fenotípicas são inegáveis. Prova disso: os policiais não têm dúvida para distinguir brancos e negros. A dificuldade de distinguir ambos está somente no olhar “mentiroso” de alguns estudiosos, políticos e midiáticos. Como explicar o racismo à brasileira se as pessoas não sabem distinguir negros e brancos por causa da miscigenação?

IHU On-Line - Apesar de contemporaneamente a ideia de raça se distanciar do campo biológico, os marcadores genéticos (principalmente a cor da pele) ainda são um critério relevante usado pelo imaginário social na divisão e hierarquização dos grupos sociais no Brasil. Que implicações essa situação traz para os debates acerca do racismo no complexo contexto de formação populacional brasileiro?

Kabengele Munanga - Se a geografia dos corpos existe, que outro critério é usado para distinguir brancos e negros? Alguns, por inércia do mito de democracia racial⁵,

4 Ações afirmativas: são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural. São medidas que englobam tanto a promoção da igualdade material e de direitos básicos de cidadania, como também formas de valorização étnica e cultural. Esses procedimentos podem ser de iniciativa e âmbito de aplicação público ou privado, e adotados de forma voluntária e descentralizada ou por determinação legal. As ações afirmativas no Brasil partem do conceito de equidade expresso na constituição, que significa tratar os desiguais de forma desigual, isto é, oferecer estímulos a todos aqueles que não tiveram igualdade de oportunidade devido a discriminação e racismo. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade que as ações afirmativas são constitucionais e políticas essenciais para a redução de desigualdades e discriminações existentes no Brasil. (Nota da **IHU On-Line**)

5 Mito da democracia racial: concepção que defende que a gramática das relações raciais no Brasil é a miscigenação, caracte-

continuum a acreditar que a classe socioeconômica é o único critério de discriminação dos negros no Brasil. No entanto, é pela geografia dos corpos que somos vistos e percebidos antes de descobrir nossas classes sociais. Como um policial enxergaria o professor Kabengele Munanga de passagem na periferia de qualquer cidade brasileira? Pela cor da pele ou pela classe social? Talvez já tivesse sido morto antes de descobrirem que pertencem à classe média intelectual, como aconteceu anos atrás com o jovem dentista

rística que, de acordo com essa ideia, garante a harmonia na heterogênea sociedade brasileira. Esse foi construído ao longo do tempo a partir de experiências isoladas de pesquisadores de outros países no Brasil. Trata-se do resultado de um processo que foi se desenvolvendo aproximadamente durante um século até chegar, em meados da década de 1930, à obra de Gilberto Freyre, autor considerado ícone dessa discussão. Casa Grande & Senzala (1933), que pensa as bases da organização social brasileira e o papel da colonização portuguesa nesse processo, é considerada uma das mais importantes obras de Freyre e já lança os primeiros fundamentos da ideia de Lusotropicalismo – o entendimento de que a mestiçagem é uma característica inata do modo de ser português. Freyre foi o primeiro estudioso na sociologia moderna que resgatou o “mito do paraíso racial”, o reconstituindo a partir de um viés científico, tornando-se um dos principais responsáveis pela legitimação científica da ideia da harmonia entre raças no Brasil. A essa conjuntura, o pesquisador acrescenta o caráter hierárquico, mas não político, entre as diferentes raças, o qual também, para o estudioso, não impediria a harmonia racial. Ao longo dos anos, Freyre passou por diversos termos até chegar à expressão “democracia racial”, mas sempre girando em torno do tema das relações raciais. Foi só nos anos 1960 que esse intelectual brasileiro se apropriou da expressão. Também foi nessa época que o movimento negro, ao se aproximar das influências do movimento negritude e das origens culturais africanas, começou a tensionar o ideal de “democracia racial”. Expressão que ao longo da história ganhou diversos significados. Resumidamente, refletiu, durante as décadas de 1930 e 1940, uma oposição aos regimes de governo totalitaristas vigentes na Alemanha e na Itália no período; nos anos de 1950 foi aproximado do universo individualista ocidental ganhando a conotação de ideal de igualdade de oportunidades e respeito aos direitos civis e políticos; para então a partir de 1960 retomar seu sentido original, elaborado por Freyre, referente essencialmente à mestiçagem como mote da harmonia racial, tornando-se para a militância negra e para intelectuais, como os da escola de Florestan Fernandes, a tradução do racismo à brasileira, o mito e a chave interpretativa da cultura e das relações sociais no Brasil. (Nota da **IHU On-Line**)

negro⁶ morto pela ação de policiais na cidade de Guarulhos, no Estado de São Paulo. Lembraria a piada do macaco que estava correndo para atravessar a fronteira entre o Brasil e o Paraguai. “Macaco, por que está correndo tanto, com a língua para fora?”, lhe foi perguntado. “Lá no Brasil estão matando todos os animais que têm orelhas grandes”, respondeu. “Mas você não tem orelhas grandes, por que então está com medo?”, questionaram-lhe. “Até provar, ‘meu amigo’, já estaria morto!”, respondeu o macaco.

IHU On-Line - Em que patamar se encontra o Brasil em relação a outros países, como a África do Sul e os Estados Unidos, no combate ao racismo?

Kabengele Munanga - Não poderia avaliar os avanços realizados nesses países em políticas de combate ao racismo por falta de estatísticas, além do fato de não ser estudioso dessas regiões geográficas. No entanto, em matéria de ensino superior, as diferenças entre brancos e negros, nos Estados Unidos, que eram absurdas, se reduzem hoje a cerca de 10%, enquanto a brasileira está acima de 80%, graças às políticas de cotas. Isto não quer dizer que as manifestações racistas recuaram nos Estados Unidos, apesar de terem elegido um presidente negro.

6 Caso Flávio Ferreira de Sant’Ana: aos 28 anos, o jovem negro formado em Odontologia voltava do Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, no dia 3 de fevereiro de 2004, onde tinha ido levar sua namorada, a suíça Anita Joos, de 30 anos. Mais ou menos na mesma hora e região, o comerciante Antonio dos Anjos, 29 anos, havia dado queixa aos policiais que se encontravam em uma viatura, de que teria sido assaltado. Flávio guiava o próprio carro, um Gol, em Santana (zona norte de São Paulo) e foi interpelado por cinco policiais militares do 5º Batalhão da Polícia Militar (Jaçanã), naturalmente porque era negro e estava ao volante de um automóvel. Foi interpelado e em seguida morto com dois tiros. Ao ver o dentista morto no chão, o comerciante declarou que não se tratava do ladrão que o tinha assaltado. Ao constatar o engano, os policiais simularam um tiroteio para alegar que só revidaram a tiros depois que a vítima disparou. Os policiais colocaram uma pistola 357 nas mãos de Flávio, e no bolso dele a carteira do comerciante Antônio Alves dos Anjos, vítima de assalto. (Nota da **IHU On-Line**)

As leis racistas institucionalizadas não existem mais na África do Sul, nem nos Estados Unidos. Mas todos praticam um racismo de fato semelhante ao do Brasil de hoje com dinâmicas e consequências diferentes. De qualquer modo, todos os racismos são abomináveis, não existindo nem piores, nem melhores que os outros, pois cada um faz suas vítimas.

IHU On-Line - O senhor poderia falar um pouco sobre a ideia de etnia? Em que ela se diferencia da ideia de raça? Como essa concepção se insere nos debates a respeito do racismo e da diversidade na contemporaneidade?

Kabengele Munanga - O conceito de etnia tem um conteúdo cultural, histórico e psicológico, enquanto o conceito de raça tem um conteúdo morfológico. Em todos os grupos humanos ditos raças negra, branca e amarela, têm-se etnias ou grupos étnicos. Alguns estudiosos advogam o abandono do conceito de raça na luta contra o racismo e sua substituição pelo conceito mais "cômodo" de etnia. Considero essa substituição como um eufemismo que nada resolve, pois o racismo no século XXI não precisa mais da base pseudocientífica ou do conceito de raça. Ele se reformula com base em outras essencializações como etnia, cultura, identidade, história. É um racismo diferencialista e não mais científico. Em *africânder*⁷, o *apartheid* significa desenvolvimento separado em nome do respeito às diversidades culturais dos povos da África do Sul. Vê-se que os racistas da África do Sul não precisaram recorrer ao conceito de raça para reformular, em 1948, a ideologia segregacionista do *apartheid*. Recorreram sim ao conceito de etnia, de diversidade cultural e identitária que alguns consideram mais cômodos comparativamente ao conceito de raça. O que prova que o racismo como ideologia pode parasitar

⁷ **Africânder (Africâner, Africano ou Afrikaans)**: é uma língua do ramo germânico do grupo indo-europeu falada na África do Sul e na Namíbia. Desenvolvida durante o período em que a Holanda colonizou uma parte da África, o que levou ao desenvolvimento do "Africânder", que é baseado no neerlandês/Holandês. (Nota da **IHU On-Line**)

por todos os conceitos, mesmo por aqueles considerados neutros.

IHU On-Line - Que implicações do desrespeito ao pertencimento étnico pode trazer para a organização social? Como, por exemplo, nos casos dos conflitos entre o mapa geopolítico pré-colonial e o atual do continente africano, que envolve questões culturais e territoriais.

Kabengele Munanga - Em todas as sociedades humanas, as diferenças, sejam elas étnico-culturais, regionais ou geográficas, socioeconômicas, de sexo, gêneros, religião, língua etc., podem ser manipuladas para formar clientelas nas lutas pelo poder social, econômico, político, religioso etc. Vejam o que acontece na Espanha, no Canadá, na Bélgica, nos países Balcãs, no oriente médio, entre outros. É nesta linha de raciocínio que podemos entender o que acontece em alguns países africanos onde as diferenças étnicas são manipuladas nas guerras civis. Digo bem guerras civis e não guerras étnicas que existiram na África antes das invasões coloniais e que tinham a ver com a formação dos impérios que em toda a história da humanidade utilizaram a violência. Não é exclusividade, nem propriedade da África. É um dado da história da humanidade. O que era a Europa ocidental até a segunda guerra mundial, senão um campo de batalha?

IHU On-Line- Poderia falar um pouco sobre o conceito de população que o senhor utiliza em seus trabalhos para se referir aos diferentes grupos sociais?

Kabengele Munanga - Para evitar o conceito de raça e suas ambiguidades, eu prefiro em meus textos utilizar o conceito demográfico de população (população negra, população branca, população indígena) ou conceito de sociedades humanas. Assim não corro o risco de cair nas armadilhas ideológicas dos conceitos de raça e etnia.

IHU On-Line - O senhor cita o pluralismo existente entre os diversos modos de ser negro, bran-

co, amarelo ou vermelho emergido da condição histórica e cultural dos sujeitos. De que modo essa noção se insere no contexto da dinâmica contemporânea das relações sociais? A partir dessa ideia, o combate à discriminação e ao preconceito pode avançar? De que modo?

Kabengele Munanga - A diversidade e suas diferenças é a coisa mais natural e está presente por toda parte no universo mineral, vegetal e animal. Como seres humanos somos animais entre os demais animais e acreditamos, até prova em contrário, que somos animais racionais que se desenvolveram em cultura e história. No entanto, percebe-se que a diversidade que constitui nossa riqueza coletiva constitui ao mesmo tempo a matéria-prima para construir nossas identidades e os germes para a construção dos preconceitos. Se nossa sobrevivência coletiva está nas diferenças, por que não criar a partir dela uma multicultural ou pluralismo cultural que desembocaria numa cultura de paz e na construção de uma democracia que cria a igualdade entre os diferentes em vez dos conflitos que nascem das desigualdades? Creio que devemos "aperfeiçoar" nossas relações humanas com base não somente nas semelhanças, mas também com respeito às nossas diferenças. O pluralismo está em toda parte: religiões, pensamentos, filosofias de vida, visões de mundo, sexos, gêneros etc. Sem ele não existimos ontologicamente.

IHU On-Line - Qual é a importância de se reconhecer o conteúdo político envolvido na ideia de identidade étnico-racial negra? O que representa a construção dessa identidade política na busca de transformações da condição do negro no Brasil?

Kabengele Munanga - Quem somos, de onde viemos e por onde vamos? Sem a consciência de quem somos na formação histórica do Brasil não existimos política e coletivamente. Consequentemente não podemos nos mobilizar ou nos organizar para reivindicar nossos di-

reitos na sociedade ou lutar para a transformação da sociedade. Aqui está o conteúdo político-ideológico da consciência identitária, que constitui coletivamente uma plataforma de mobilização política.

IHU On-Line - Como essa identidade se relaciona com a noção de "identidade mestiça", utilizada como argumento de reprodução do mito da democracia racial?

Kabengele Munanga - A mestiçagem faz parte da história da humanidade, pois a pureza é um mito. Até o Conde Joseph Arthur de Gobineau⁸, autor do "Ensaio

⁸ **Joseph Arthur de Gobineau** (1816-1882): foi um diplomata, escritor e filósofo francês. Foi um dos mais importantes teóricos do racismo no século XIX. Segundo ele, a miscigenação era inevitável e levaria a raça humana a graus sempre maiores de degenerescência física e intelectual. Vivendo em Paris, a partir de 1835, tornou-se funcionário público como secretário do escritor Alexis de Tocqueville, nomeado ministro, em 1849. Como diplomata, Gobineau serviu em Berna, Hanover, Frankfurt, Teerã, Rio de Janeiro e Estocolmo. Chega ao Brasil em 1869, enviado por Napoleão III para uma missão diplomática. Nunca escondeu sua animosidade para com o país, que deixou um ano depois, em 1870. Travou amizade com o imperador Pedro II, que perdeu durante muitos anos depois de sua partida do Brasil. Não conseguiu ver com bons olhos nenhum aspecto da sociedade brasileira, a não ser sua amizade com D. Pedro II. Para ele o Brasil não tinha futuro, considerava o país marcado pela presença de raças que julgava inferiores. A mistura racial daria origem a mestiços e pardos degenerados e estereis. Para Gobineau, esta característica já teria selado a sorte do país: a degeneração levaria ao desaparecimento da população. A única saída para os brasileiros seria o incentivo à imigração de "raças" europeias, consideradas superiores, segundo o filósofo. (Nota da **IHU On-Line**)

sobre as desigualdades das raças", considerado como um dos pais das doutrinas racistas, não o nega apesar de suas contradições sobre a degenerescência da mestiçagem. A questão está na manipulação da mestiçagem para escamotear ou camuflar os problemas da sociedade e a discriminação racial, como o faz o mito da democracia racial ou como disseram alguns durante o debate sobre cotas ao afirmar que não precisava de cotas para negros num país onde eles não existem mais, tendo em vista que todos os brasileiros são mestiços e que a palavra "negro" introduziria uma discriminação ao avesso e exaltaria a consciências das raças que cientificamente não existem mais. Na hipótese de que "somos" todos mestiços, podemos afirmar que a discriminação racial contra negros e mestiços não existe no Brasil de 2015? Só cegos e surdos no cotidiano brasileiro poderiam arriscar tal afirmação.

IHU On-Line - De que forma os debates contemporâneos acerca da ideia de raça, etnia e racismo incidem na construção e implantação de políticas de ação afirmativa no Brasil?

Kabengele Munanga - Antes da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância correlata⁹,

⁹ **III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância Correlata**: realizada em Durban, África do Sul, entre 31 de agosto e 8 de setembro de 2001, a conferência promo-

organizada pela Organização das Nações Unidas - ONU, em Durban, África do Sul, em agosto/setembro de 2001, as palavras cotas e políticas de ação afirmativa não faziam parte do vocabulário do brasileiro comum. Elas resultam das lutas reivindicatórias do movimento negro de várias gerações, mas que culminaram nos debates candentes que se acenderam desde as preparativas brasileiras para essa 3ª Conferência Mundial da ONU e depois dela. A consciência das desigualdades raciais e suas denúncias foram importantes, mas a retórica em si não foi suficiente para deflagrar o processo de transformação sem apontar concretamente as propostas de mudanças no exemplo das cotas ou reservas de vagas para negro, cujo caminho de institucionalização se aprofunda em outros setores da vida nacional, como estamos observando hoje. ■

vida pela Organização das Nações Unidas - ONU reuniu delegações de 170 países com o objetivo de definir estratégias globais de combate ao racismo e à discriminação em suas distintas vertentes e manifestações. Desse encontro, resultou a Declaração e Programa de Ação adotados pela terceira conferência, um documento que reúne a Declaração enumerando os objetivos, análises do contexto mundial e as bases para a construção do conjunto de resoluções contido no Programa de Ação. O documento, considerado um dos mais abrangentes sobre a questão do racismo, da discriminação racial e da intolerância, é visto como uma das primeiras ações mais concretas e globais com esse objetivo. A versão eletrônica do documento está disponível em <http://bit.ly/1WJClhE>. A Primeira e a Segunda Conferência Mundial de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial aconteceram em Genebra em 1978 e 1983 respectivamente. (Nota da **IHU On-Line**)

Kabengele Munanga



Eu me vejo apenas como um cidadão, um sonhador comum que acredita que os problemas de nossas sociedades têm soluções. O que falta muitas vezes é a vontade política e a coragem coletiva para enfrentá-los. É claro que ninguém tem respostas e receitas prontas. Há resistências, dúvidas e inércias das ideologias passadas e presentes no caminho das lutas; há interesses de grupos que querem manter o *status quo*, entre outros obstáculos previsíveis e imprevisíveis, mas a experiência humana mostra que em qualquer luta sempre há conquistas, perdas e às vezes retrocessos. Por que não ter a coragem de corrigir os rumos, fazer uma autocrítica a partir dos resultados alcançados em termos de sucessos e insucessos? Costumo dizer, quem não tem nada não perde nada ao tentar lutar, pelo contrário, só pode ganhar!

Do apagamento à visibilidade – Os negros, a imprensa e a luta política

José Antônio dos Santos analisa a história dos negros em perspectiva com os meios de comunicação criados por eles próprios

Por Leslie Chaves e Ricardo Machado

Do caminho entre a libertação formal na escravatura, com a abolição de 1888, ao (re)começo da construção social e política, o papel dos negros na construção de meios de comunicação foi fundamental para a consolidação da própria cultura. Na contramão da ladainha que defendia que os negros eram incapazes de acompanhar o conhecimento produzido nas universidades, eles criaram seus próprios meios. “Os meios de comunicação têm papéis fundamentais em todas essas questões, por isso a população negra sempre tomou a iniciativa de participar das discussões e criar seus próprios canais de representação política e cultural, para fazer um contradiscurso que afirme a sua inteligência e civilidade”, pondera José Antônio dos Santos, em entrevista por e-mail à IHU On-Line.

Os modestos, mas significativos, avanços ocorridos a partir de 1888 e 1891, com a Constituição Republicana, abriram maiores possibilidades de alfabetização, inserção social e organização política, ainda que os negros tenham continuado marginalizados. Esta minúscula brecha, porém, permitiu que os negros que trabalhavam como gráficos e revisores nos grandes jornais construíssem seus próprios informativos. “No pós-abolição, a publicação de jornais

constituiu-se como um espaço público de reivindicação de direitos à moradia, educação, acesso ao mercado de trabalho e para a denúncia de arbitrariedades policiais cometidas contra a população negra. A invasão de bailes e casas de batuque, a perseguição nas ruas, a proibição de procissões religiosas e carnavalescas eram temas correntes na imprensa negra”, recorda o professor. “A história da imprensa negra no Brasil e, particularmente, no Rio Grande do Sul tem nos revelado o completo desconhecimento dessa rica fonte de pesquisa que foi deixada ao largo pelos historiadores”, complementa.

José Antônio dos Santos é graduado em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, realizou mestrado em História Social na Universidade Federal Fluminense - UFF e doutorado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC-RS. Atualmente é professor e pesquisador da história e da cultura negra no Brasil Republicano e da diáspora africana nas Américas. É editor da Revista da Extensão da UFRGS e membro do Conselho de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Educação Tutorial dessa mesma Universidade.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual a importância da representação do negro, tanto a partir das demandas de interesse dessa população quanto a partir da presença e participação, nos meios de comunicação?

José Antônio dos Santos - A representação equitativa da população negra nos meios de comunicação no Brasil, conforme a

sua importância histórico-social e expressão populacional, assim como os aspectos positivos dessa representação, ainda são muito inferiores aos diversos papéis que os negros e negras desempenharam na nossa história. Os meios de comunicação são absolutamente hegemônicos pela representação eurocêntrica - o homem branco heterossexual se mantém no topo da

cadeia reprodutiva de estereótipos e imaginários sociais. Aqueles que foram a base evolutiva econômica e cultural dos processos de ocupação territorial, urbanização, industrialização e desenvolvimento, são ainda sub-representados nos meios de comunicação. Este quadro se mantém, em alguns casos, por atitudes deliberadas de chefes de redações, jornalistas e outros

profissionais em manter o *status quo* dos privilégios adquiridos ao longo do tempo, em muitas outras situações, por completo desconhecimento e desinteresse em buscar informações atualizadas da participação dos negros nesses processos. Recentemente, quando, pela primeira vez desde a abolição, houve uma discussão nacional sobre as desigualdades raciais no acesso à educação superior (o debate sobre as políticas de ações afirmativas ou cotas), tivemos a oportunidade de acompanhar o discurso de uma parte significativa da opinião pública que foi embasado em argumentos do final do século XIX. Ou seja, se aproximavam muito daqueles que defendiam a escravidão, pautada no argumento da incapacidade dos negros em administrar suas próprias vidas, repetindo a ladainha das dificuldades que teriam para acompanhar o conhecimento produzido nas universidades. Os meios de comunicação têm papéis fundamentais em todas essas questões, por isso a população negra sempre tomou a iniciativa de participar das discussões e criar seus próprios canais de representação política e cultural, para fazer um contradiscurso que afirme a sua inteligência e civilidade.

IHU On-Line - Como se dá o surgimento da imprensa negra no contexto de violência e exclusão do sistema escravocrata, onde a maioria da população negra era analfabeta e empobrecida? Que temas abordava e onde se desenvolveu com mais intensidade?

José Antônio dos Santos - Inicialmente, é necessário afirmar que, conforme as pesquisas vêm demonstrando, havia, no final do século XIX, um contingente expressivo de abolicionistas radicais ou reformistas, intelectuais e políticos negros envolvidos na defesa das principais causas da população negra, aqui entendida no amplo espectro que abarcava as(os) africanas(os) escravizadas(os), ex-escravizados(as) e seus descendentes. A abolição da escravidão, em 1888, e a Constituição republicana, de 1891, abriram maiores possibilidades de alfabetização, inserção social, organização po-

lítica e a criação de meios de comunicação voltados aos interesses e sociabilidades dessa população. Os periódicos escritos e impressos por negros, inicialmente, foram produzidos de forma artesanal, regionalizada e com baixa circulação. A iniciativa se deu a partir da experiência que muitos deles tiveram como gráficos e revisores nos grandes jornais do período. Uma vez que eles não se viam representados nos jornais diários, criaram os seus com objetivos diversos, mas, principalmente, para divulgar seus interesses e notícias específicas de suas comunidades: festas de aniversário, nascimento, casamentos, bailes, jogos de futebol, enfermidades e óbitos. Também eram recorrentes na imprensa negra as denúncias contra o racismo e o preconceito reinantes no país: escolas que não recebiam alunos negros, a proibição do ingresso em cafés, confeitarias, teatros, hotéis e cinemas, dentre outras tantas situações cotidianas. A manutenção e a distribuição dos jornais se davam pelo pagamento de anúncios, mensalidades, semestralidades e pela distribuição e leitura em locais públicos, o que tornava o acesso bastante ampliado, inclusive àqueles(as) que não sabiam ler. Em geral, os jornalistas e redatores negros eram reconhecidos em suas comunidades onde assumiam papéis de lideranças, ocupando cargos em sociedades esportivas, culturais e beneficentes. As mulheres negras também tiveram participação fundamental na criação e manutenção dos jornais, algumas como redatoras de colunas ou simples leitoras, a maioria como participante ou organizadora de festas, bailes e quermesses para arrecadar recursos para os jornais.

IHU On-Line - Qual é a importância de os afro-brasileiros assumirem o protagonismo no debate das demandas de seus interesses a partir da construção de espaços como a imprensa negra?

José Antônio dos Santos - No pós-abolição, a publicação de jornais constituiu-se como um espaço público de reivindicação de direitos à moradia, educação, acesso ao mercado de trabalho, e para a de-

núncia de arbitrariedades policiais cometidas contra a população negra. A invasão de bailes e casas de batuque, a perseguição nas ruas, a proibição de procissões religiosas e carnavalescas eram temas correntes na imprensa negra. Os negros passaram a assumir lugares de maior protagonismo nos diversos espaços da sociedade quando do início da publicação dos seus próprios jornais. O que foi uma forma de enfrentamento ao processo de marginalização e guetização pelo qual passou a maioria dessa população desde o final da escravidão, que levou à criação de meios de comunicação e representação daqueles que se viram jogados à própria sorte. Diversas estratégias de integração e ascensão social foram criadas e divulgadas nos jornais, desde a busca do acesso à educação por meio da criação de escolas, o apadrinhamento, a partidarização, a confissão religiosa, o envolvimento nos movimentos sociais, como o movimento operário, por exemplo. Muitos dos intelectuais negros buscaram essas alternativas e tornaram públicas aos demais, demonstrando a necessidade de serem reconhecidos como construtores do país, e do respeito público às suas idiosincrasias culturais e religiosas.

IHU On-Line - Em um de seus trabalhos o senhor afirma que a imprensa negra, ao longo de sua trajetória, ressignificou as categorias "raça" e "negro" e serviu de base até para a manutenção dos jornais. Como se dá esse processo? Que novas concepções são construídas?

José Antônio dos Santos - As categorias que identificavam os povos em termos de cor e raça, até, principalmente, o início do século XX, serviram para hierarquizar a humanidade em civilizados-incivilizados, desenvolvidos-primitivos, e para transformar alguns em senhores e outros em escravizados.

Como sabemos, a modernidade nasceu intimamente associada à intolerância e à negação das diversidades culturais e étnicas, servindo como justificativas para toda sorte de exploração e genocídio. Nesse sentido, os termos "raça" e "ne-

gro” foram usados por cientistas, intelectuais e políticos para classificar grupos humanos diversos, como os africanos, de forma absolutamente homogênea, preconceituosa e estereotipada. Quando os intelectuais negros começaram a intervir nesse processo, p. ex., W.E.B. Du Bois¹ nos EUA, fizeram críticas contundentes ao pensamento social de matriz europeia e buscaram a unidade de todos os afrodescendentes na diáspora. No Brasil, também a imprensa negra buscou tornar positivas algumas características que identificavam os negros como oriundos do processo escravagista. A cor da pele não deu ao negro a possibilidade de fugir de sua origem africana; mesmo quando obteve educação e dinheiro, ou “subiu na vida”, teve de enfrentar o estigma de ser descendente de escravizados. Sem o trabalho educativo da importância dos escravizados na história do país, com o desconhecimento das culturas e civilizações africanas, ninguém se identificaria com os termos - “raça” e “negro” - que remetem a aspectos genéticos de “inferioridade” e a um “lugar primitivo” (África). Quanto mais conhecemos a história do continente africano, mais aprendemos que isso tudo foi invenção dos colonizadores, cientistas e intelectuais europeus. Talvez, em virtude disso, tenhamos atualmente a maioria da população brasileira identificada como negra e o termo raça sendo usado de forma positiva como sinônimo de afrodescendente. Os jovens negros e negras usam com orgulho, cada vez mais, turbantes, roupas coloridas e cabelos soltos, são afirmações de uma negritude que singrou os mares, cruzou o tempo, e se mantém viva.

¹ **William Edward Burghardt “W. E. B.” Du Bois** (1868-1963): foi um sociólogo, historiador, ativista, autor e editor. Nascido no interior do estado de Massachusetts, Du Bois cresceu em uma comunidade relativamente tolerante e integrada. Recebeu um diploma em 1888 pela Universidade Fisk, e um segundo diploma por Harvard em 1890. Depois de dois anos de estudo na Universidade de Berlin, recebeu seu Ph.D (título de doutor) pela Harvard em 1895. W.E.B. Du Bois foi um autor prolífico, que publicou mais de vinte livros ao longo de sua vida. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - Durante a trajetória histórica da imprensa negra brasileira houve uma articulação com a imprensa negra ou outras organizações de outros países? De que maneira?

José Antônio dos Santos - Os jornais da imprensa negra do Rio Grande do Sul eram trocados com os “coirmãos”, expressão que usavam, de todo o Brasil. As fronteiras eram superadas no lombo das mulas, navios, ferrovias e estradas, nas malas dos viajantes, intelectuais e trabalhadores os jornais viajavam, e eram espalhados por todos os lugares. Há registros, nesses periódicos, de artigos preocupados com o genocídio e a exploração colonial no continente africano e de casos de linchamentos de negros nos Estados Unidos. O principal e ainda atuante jornal da imprensa negra norte-americana, o *Chicago Defender*, muitas vezes teve como referência e parceiro de diálogo a nossa imprensa, nomeadamente, os jornais de São Paulo. No nosso caso, o racismo deles parecia mais cruel, afinal, nos Estados Unidos os negros eram mortos e segregados, enquanto vivíamos na “democracia racial”. Para a imprensa negra norte-americana, o Brasil era visto como o paraíso da harmonia e igualdade racial, imagem que se esfacelava tão logo eles chegavam ao nosso país. Enfim, os jornais, com suas imagens e palavras, sempre carregam consigo a representação parcial de uma realidade.

IHU On-Line - O que a trajetória da imprensa negra pode revelar sobre o contexto sócio-histórico do negro no Brasil?

José Antônio dos Santos - A história da imprensa negra no Brasil e, particularmente, no Rio Grande do Sul tem nos revelado o completo desconhecimento dessa rica fonte de pesquisa que foi deixada ao largo pelos historiadores. Ainda hoje, os jornais escritos por negros no Estado são desconhecidos dos jornalistas, os cursos de graduação em jornalismo, assim como os principais livros e manuais sobre a história da imprensa desconhecem essas publicações. Os cursos de história do Brasil, em boa parte, ainda não enfocam a participação

dos intelectuais negros na construção do pensamento social e cultural brasileiro, estamos presos ao imaginário do negro açoitado no tronco ou escondido na mata. Há um universo a ser descortinado, no mundo rural e nas cidades, temos pouco espaço imaginativo para pensar as outras formas de integração dos negros, homens e mulheres, à sociedade brasileira. Ainda carecemos de pesquisas sobre os intelectuais, operários, lideranças, médicos, jornalistas, engenheiros e políticos negros que construíram o país e foram deixados de lado na nossa história. A imprensa negra, conjugada com outras fontes de pesquisa, pode nos ajudar a descobrir esse passado, contribuir para a construção de identidades e reforçar a autoestima dos jovens negros.

IHU On-Line - A imprensa em geral e a imprensa negra contribuíram para os processos de legitimação do 20 de Novembro como data substitutiva ao 13 de Maio? De que maneira?

José Antônio dos Santos - A imprensa negra, nos primórdios, quando publicava fotos e biografias das principais lideranças negras contra a escravidão - Luiz Gama,² José do Patrocínio,³ Aurélio Veríssimo de Bittencourt,⁴ André Rebou-

² **Luís Gonzaga Pinto da Gama** (1830-1882): foi orador, jornalista e escritor brasileiro. Nascido de mãe negra livre e pai branco, foi contudo feito escravo aos 10, e permaneceu analfabeto até os 17 anos de idade. Conquistou judicialmente a própria liberdade e passou a atuar na advocacia em prol dos cativos, sendo já aos 29 anos autor consagrado e considerado “o maior abolicionista do Brasil”. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **José Carlos do Patrocínio** (1853-1905): foi um farmacêutico, jornalista, escritor, orador e ativista político brasileiro. Destacou-se como uma das figuras mais importantes dos movimentos Abolicionista e Republicano no país. Foi também idealizador da Guarda Negra, que era formada por negros e ex-escravos. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **Aurélio Veríssimo de Bittencourt** (1849-1919): foi um jornalista e escritor brasileiro. Iniciou sua vida profissional como jornalista. Foi, depois, funcionário público, em 1868, chegando a secretário do presidente da província. Foi um dos fundadores da Sociedade Partenon Literário em Porto Alegre, dirigente do Jornal do Commercio entre 1903 e 1911. (Nota da **IHU On-Line**)

ças⁵ - demonstrava quanto havia sido importante a mobilização dos escravizados e seus descendentes naquele processo que levou à abolição. Embora houvesse alguns jornalistas que louvassem a Princesa Isabel,⁶ afinal, foi ela quem assinou o documento que extinguiu o cativo e, como se sabia na época, tinha manifestas intenções abolicionistas, muitos articulistas daquela imprensa também recuperavam o protagonismo negro e denunciavam a situação em que se encontrava a maioria dos negros. Portanto, muitos intelectuais daquele período tinham consciência do papel fundamental que a população negra havia desempenhado para a conquista da abolição. A liberdade de todos os escravizados foi um passo fundamental para a construção da nação brasileira, mas foi apenas o primeiro, eram necessários muitos outros. Nesse sentido, o Dia Nacional da Consciência Negra, ou 20 de Novembro, foi outra conquista necessária, que resultou de demandas contemporâneas do Movimento Negro. Havia a necessidade de romper com o período anterior e registrar uma data para chamar a atenção da sociedade para as necessidades e capacidades da população que se originou daquele processo, que, embora, relegada à margem pelo Estado nacional é o principal contingente

5 **André Pinto Rebouças** (1838-1898): foi um engenheiro, inventor e abolicionista brasileiro. Ele passou seus últimos 6 anos trabalhando pelo desenvolvimento de alguns países africanos. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Princesa Isabel** (1846-1921): apelidada de "a Redentora", foi a herdeira presuntiva do Império do Brasil com o título de Princesa Imperial. Nasceu no Rio de Janeiro, a filha mais velha do imperador D. Pedro II do Brasil e sua esposa D. Teresa Cristina das Duas Sicílias, sendo assim membro do ramo brasileiro da Casa de Bragança. (Nota da **IHU On-Line**)

populacional do país e exige atenção. Não podemos esquecer que, antes de Zumbi dos Palmares,⁷ não tínhamos nenhum herói negro no panteão nacional e nenhuma data que pudéssemos chamar de nossa. A imprensa, de um modo geral, é fundamental para a legitimação de reivindicações e garantia de conquistas. Atualmente, tudo passa pela aprovação ou reprovação da mídia, termo que abarca todas as formas de comunicação de massa. Então, desde que o Grupo Palmares, em Porto Alegre, em 1971, propôs o dia 20 de Novembro no meio negro da cidade, também teve artigo publicado por Oliveira Silveira,⁸ no principal jornal do estado, no ano seguinte. Logo eles buscaram a criação dos seus periódicos, como foi o caso do jornal *Tiçã*, criado no final daquela década, que hoje é tido como primordial para o Movimento Negro brasileiro contemporâneo.

IHU On-Line - De que forma o senhor avalia a imprensa negra hoje, sobretudo após o advento da internet e mais recentemente das redes sociais? Que papel ela desempenha no contexto contemporâneo da internet que oferece mais potencialidades de co-

7 **Zumbi dos Palmares** (1655-1695): último líder do Quilombo dos Palmares. Foi capturado e entregue a um missionário português quando tinha aproximadamente seis anos. Aos 15 anos de idade, fugiu e retornou a seu local de origem. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Oliveira Ferreira Silveira** (1941-2009): foi um poeta brasileiro. Formou-se em Letras (Português e Francês) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Militante do Movimento Negro em Porto Alegre, foi um dos fundadores do Grupo Palmares, sendo um dos líderes da campanha pelo reconhecimento do Dia da Consciência Negra em 20 de novembro. Morreu de câncer, aos 67 anos. (Nota da **IHU On-Line**)

municação tanto para a militância quanto para o racismo?

José Antônio dos Santos - O termo imprensa negra, ao que tudo indica, foi criado pelos jornalistas negros envolvidos com a fundação e manutenção dos primeiros periódicos que tinham como alvo essa população. Ainda usamos esse termo para definir e agrupar todas as mídias que se dirigem para esse agrupamento populacional ou estão envolvidas em temáticas, questões e reivindicações que lhe dizem respeito. Com a internet e as redes sociais, mas também com o ingresso de maior número de negros e negras às universidades, e o crescimento da classe média negra, houve um processo crescente de acesso às novas formas de comunicação, o que se transformou em mecanismos de divulgação de atividades, meios de reivindicação e mobilização social e denúncias públicas de casos de racismos e preconceitos no Brasil e no mundo. Sem dúvida, vivemos um tempo exuberante em termos de acesso à informação e conhecimentos, e a população negra em geral, mas, especialmente, os intelectuais e militantes negros, têm feito farto e apropriado uso dessas novas mídias na defesa dos seus interesses. As desigualdades, o racismo e o preconceito se mantêm, mesmo com todo o aporte tecnológico, conhecimento apenas não muda as pessoas que criam e comandam as máquinas. O que pode fazer a diferença no futuro é a punição para casos de racismo na rede (internet), por exemplo, e a educação para o respeito daqueles(as) que são diferentes, mas também o uso que fazemos da tecnologia para divulgar outras histórias do negro no Brasil, na África e na diáspora. ■

José Antônio dos Santos



Sou um negro intelectual envolvido nas principais questões da humanidade.

Movimentos afro-latino-americanos: unidos pela diáspora e contra a opressão

De acordo com Laura Cecilia López, apesar das especificidades de cada país, o histórico colonial e pós-colonial une as realidades latinas

Por Leslie Chaves

O processo de colonização da América Latina, guardadas algumas particularidades, envolveu a exploração de territórios, a ocupação desses espaços e a opressão dos habitantes originários e dos povos que foram levados como força de trabalho para estas regiões, no caso majoritariamente os africanos escravizados, que introduziram a experiência da diáspora onde foram inseridos. No período pós-colonial, conforme a antropóloga Laura Cecilia López, também havia um objetivo comum quanto à formação populacional desses países. “A constituição dos Estados nação nas Américas se deu num cenário de geopolíticas globais de raça, que tinham como horizonte o embranquecimento da nação”, aponta.

A partir das similitudes e da troca de informações sobre as diferenças nos contextos sociais e históricos, construiu-se uma rede transnacional de movimentos sociais negros na América Latina, conforme ressaltou a antropóloga, que durante suas pesquisas encontrou reivindicações e pensamentos compartilhados por esses grupos militantes. “Um conceito que ressoou é o de reparação, e esse ponto pode ser tomado como comum às mobilizações afro-latino-americanas: a ideia de reparação pelo crime de lesa humanidade que significou a escravidão, que nos remete a um horizonte almejado pela militância negra de um novo pacto social em cada país das

Américas, no qual a sociedade como um todo se responsabiliza por esse passado e os efeitos de racismo até a atualidade”, explica.

Ao longo da entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Laura Cecilia López abordou diversos aspectos do cenário dos movimentos sociais afro-latino-americanos, como as mobilizações de mulheres negras, as políticas públicas direcionadas aos afrodescendentes e a organização política dos movimentos e dos governos na abordagem das desigualdades raciais. A pesar de reconhecer os avanços alerta: “ainda são reduzidas as experiências de transformação institucional mais profunda, que atinjam epistemologias, modos de lidar positivamente com a pluralidade de sujeitos”.

Laura Cecilia López é argentina, graduada em Ciências Antropológicas (Orientação Sociocultural) pela Universidad de Buenos Aires - Argentina, mestre e doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Atualmente é professora dos Programas de Pós-graduação em Saúde Coletiva e em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Tem experiência na área das Ciências Sociais, com ênfase em Antropologia das Populações Afro-americanas, Antropologia do Corpo e da Saúde, Estudos Descoloniais.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em sua pesquisa em que países latino-americanos foram examinadas as mobilizações afro-latino-americanas? Em linhas gerais, qual o contexto dos movimentos sociais negros latinos foi encontrado? A partir dos dados

emergidos desses países é possível se ter uma perspectiva do que ocorre na América Latina como um todo?

Laura Cecilia López - Para responder essas questões devo come-

çar com a minha trajetória de pesquisa e como fui construindo um caminho metodológico para pensar contextos locais e transnacionais em relação às mobilizações afro-latino-americanas. Venho desenvolvendo trabalhos sobre processos

identitários e mobilizações políticas negras a partir da monografia de conclusão do curso de Antropologia na Universidade de Buenos Aires (Argentina), que analisou as construções de identidade étnica de afro-uruguaios imigrantes em Buenos Aires em torno da cultura performática do candombe. Dei continuidade na dissertação de mestrado em Antropologia Social (realizado no Brasil, na UFRGS), na qual examinei as reconfigurações do ativismo afro-argentino em face de processos transnacionais e os desdobramentos de um pleito com o Estado sobre a implementação da contabilização dos afrodescendentes no censo nacional argentino.

Nesses trabalhos, esboçava-se a possibilidade de indagar na transnacionalidade desses processos: seja no primeiro caso, através dos laços étnicos e formas artísticas que atravessavam fronteiras nacionais; seja no segundo, que destacava as conexões de fluxos globais e processos nacionais através das articulações e reconfigurações do ativismo negro. Mas também demonstravam a necessidade de comparar “para ver melhor” as expressões políticas e poéticas da diáspora africana nas Américas, como elas se constituem local e transnacionalmente, e como vêm a interferir no espaço “branco” e/ou “mestiço” da nação. Foi assim que escolhi o Cone Sul como contexto regional e três cidades próximas (Buenos Aires, Montevideu e Porto Alegre) - mas de três países diferentes (Argentina, Uruguai e Brasil), mas que apresentavam conexões entre si - como cenário local para a realização da pesquisa de doutorado.

Na tese de doutorado em Antropologia Social (também realizada na UFRGS) analisei itinerários e perspectivas das mobilizações políticas negras contemporâneas no Cone Sul¹, em cenários de im-

1 **Cone Sul** (em espanhol: *Cono Sur*): é uma região composta pelas zonas austrais da América do Sul, ao sul do Trópico de Capricórnio, formando uma espécie de grande península que define o sul do subcontinente. Geograficamente, o Cone Sul da América é a porção sul do continente americano, cuja forma se

plementação de políticas públicas com enfoque étnico-racial. Na minha argumentação, a partir de levar a sério as perspectivas e as próprias vozes críticas dos meus interlocutores, questiono a ideia de vários intelectuais brancos de que os movimentos negros latino-americanos são produto de uma “imposição” do imperialismo estadunidense através de fundações e financiamentos globais para os países periféricos, pressupondo a não existência de racismo nas sociedades latino-americanas.

Nesse sentido, proponho pensar que a dimensão transnacional dos movimentos negros é inerente à própria ideia e historicidade da **diáspora africana nas Américas** e sua ligação com a experiência de escravidão, que provocou o deslocamento forçado e violento de milhões de africanos dentro do sistema-mundo criado com a colonização e o capitalismo; com a desumanização de sujeitos negros e ameríndios, através de relações coloniais que tem efeitos até hoje; com uma experiência de raça que vincula tempos e espaços (o que vivenciaram nossos ancestrais, forma parte da nossa corporeidade); com se constituir como um coletivo com conexões, trânsitos e perspectivas culturais para além das nações e crítico das ideologias nacionais baseadas na ideia de homogeneidade, seja pela mestiçagem ou pelo branqueamento.

Lembremos que a constituição dos Estados nação nas Américas se deu num cenário de geopolíticas globais de raça, que tinham como horizonte o embranquecimento da nação. Nos diálogos em campo e com literatura da área, reconstitui um cenário em que a Conferência Mundial Contra o Racismo², organizada pelas Nações Unidas, e realizada em Durban, África do Sul, em 2001, se tornava central para entender os movimentos afro-latino-americanos, tanto por ter sido um espaço propício para se pensar como coletivo e alcançar uma vi-

assemelha a de um triângulo escaleno. (Nota da **IHU On-Line**)

2

sibilidade ao denunciar o racismo nos países latino-americanos (pensemos que em épocas anteriores a visibilidade mundial do racismo estava vinculada ao *Apartheid*³ sul-africano e ao regime Jim Crow⁴ do sul dos Estados Unidos), quanto por pactuar com os diferentes Estados um plano de ação a ser desenvolvido em cada país em relação a políticas públicas antirracistas. Então, ao longo do meu campo pude acompanhar tanto processos preparatórios da Conferência na Argentina e no Uruguai, e seus desdobramentos e efeitos nas políticas, incluindo já nesse período meu campo no Brasil.

Um conceito que ressoou nesses diálogos com a militância negra é o de **reparação**, e esse ponto pode ser tomado como comum às mobilizações afro-latino-americanas: a ideia de reparação pelo crime de lesa humanidade que significou a escravidão, que nos remete a um horizonte almejado pela militância negra de um novo pacto social em cada país das Américas, no qual a sociedade como um todo se responsabiliza por esse passado e os efeitos de racismo até a atualidade.

IHU On-Line - Quais aspectos você destaca como mais marcantes da experiência de militância negra em cada um dos países pesquisados? Em que se distanciam e se aproximam os processos de mobilização nesses países?

Laura Cecilia López - Do meu campo na Argentina, desde finais da década de 1990 até o ano 2005,

3

4 **Leis de Jim Crow**: foram leis estaduais e locais decretadas nos estados sulistas e limítrofes nos Estados Unidos, em vigor entre 1876 e 1965, e que afetaram afro-americanos, asiáticos e outros grupos. As leis mais importantes exigiam que as escolas públicas e a maioria dos locais públicos (incluindo trens e ônibus) tivessem instalações separadas para brancos e negros. Estas *Leis de Jim Crow* eram distintas dos *Black Codes* (1800-1866), que restringiam as liberdades e direitos civis dos afro-americanos. A segregação escolar patrocinada pelo estado foi declarada inconstitucional pela Suprema Corte em 1954 no caso *Brown v. Board of Education*. Todas as outras leis de Jim Crow foram revogadas pelo *Civil Rights Act* de 1964. (Nota da **IHU On-Line**)

posso destacar as mobilizações contemporâneas dos afro-argentinos que se retroalimentaram com a chegada de imigrantes afro-latino-americanos e africanos a partir da década de 1980, com grandes tensões para se definir como movimento. O grande desafio dessas mobilizações me parece ser a desconstrução do imaginário nacional que apagou quase que completamente a presença negra (embora a produção cultural que mais caracteriza o país internacionalmente seja o tango, com raízes afro até no seu próprio nome...).

O processo pós-Durban fortaleceu um órgão criado na década de 1990, o Instituto Nacional de Combate a la Discriminación - INADI, mecanismo ressaltado nas avaliações internacionais após Durban. Em seus primeiros anos, atendia basicamente as manifestações antissemitas, porém, a partir de 2003, foram ativados fóruns internos ao INADI para tratar outras temáticas, entre elas, a discriminação racial contra os afrodescendentes, indígenas e imigrantes latino-americanos e africanos; e assim orientar as políticas promovidas pelo Instituto. O processo Durban abriu espaço também para a discussão sobre a contabilidade dos afrodescendentes no censo argentino como um processo de reconhecimento desse segmento da população no espaço da nação.

No caso do Uruguai, no campo realizado entre 2006 e 2008, me deparei com um movimento negro contemporâneo com uma forte inserção internacional remetida às décadas de 1990 e os anos 2000 (foi bastante importante a presença da delegação afro-uruguaia na Conferência de Durban), e com um processo de fragmentação da organização que foi central nessa internacionalização. Esta reconfiguração parecia particularmente derivada de tensões de gênero, sendo que a maioria das novas organizações eram de mulheres negras. Também percebi que os laços étnicos que conformam uma coletividade na linguagem do candombe eram retomados pela militância

como força identitária. O trânsito é fluido entre esses universos sendo que os próprios militantes “políticos” tem laços pessoais, de parentesco, de vizinhança, e experiências próximas ao universo do candombe. Uma militância baseada na linguagem da família e da vizinhança.

Confrontei-me também com uma situação particular de mudanças políticas aceleradas, relacionadas com a posse do Frente Ampla⁵ do governo nacional e a inserção de militantes negros na esfera do Estado. A construção da trama de políticas públicas com perspectiva étnico-racial toma um novo impulso e são criados escritórios em diferentes órgãos do governo para orientar as políticas para a equidade racial.

No Brasil, no campo realizado desde o ano 2005, identificamos um movimento negro contemporâneo com uma grande pluralidade e expandido a nível nacional, que começa com ações disseminadas pelas organizações nos anos 1970 nas diferentes cidades do Brasil e com uma tentativa de unificação da luta antirracista com a criação do Movimento Negro Unificado - MNU a finais dessa década. A junção da militância negra com a participação em partidos políticos (particularmente o Partido dos Trabalhadores) e em sindicatos ao longo dos anos 1980 e 1990 apresentou um espaço de disputas e alianças a partir de visões da sociedade diferenciadas, mas que reforçaram a intervenção do movimento negro na esfera pública no sentido de constituir

⁵ **Frente Ampla** (em espanhol: *Frente Amplio – FA*) é uma coalizão eleitoral de centro-esquerda do Uruguai, da qual integram vários partidos políticos e organizações da sociedade civil. Foi fundada em 5 de fevereiro de 1971 na tentativa de eleger Líber Seregni à presidência da República. Com o golpe militar de 27 de junho de 1973 foi colocada na ilegalidade e reprimida, assim como os líderes que a formavam. Seu líder à época, Líber Seregni, é preso. Mais de trinta anos depois, já na democracia, elegeu Tabaré Vázquez para presidente do Uruguai. Após cinco anos de um governo popular, elege seu sucessor, José Mujica. Em 2014, Tabaré Vázquez é eleito presidente novamente. (Nota da **IHU On-Line**)

problemas sociais legitimados que resultassem em políticas públicas.

Observamos uma militância com múltiplos pertencimentos e relações, inserida em partidos políticos e outros movimentos sociais. A militância articula espaços negros, com organizações que vão das que gravitam nos laços familiares e de vizinhança até entidades de alcance nacional. Percebi tensões e alianças em torno de discussões elaboradas pela militância de como interpretar as relações de poder no Brasil: relacionando raça/classe, raça/território, raça/gênero, para dar forma a projetos políticos negros. Estas distinções delinearam ações e demandas que se expressam hoje de maneira convergente em torno das discussões sobre políticas de ação afirmativa: de acesso à educação, saúde, direito a terras e territórios étnicos, mercado de trabalho.

Os processos de mobilização nesses três países se distanciam pelas conjunturas locais diferenciadas, em termos de relações raciais e de historicidade da população negra nesses três países que é muito diferente: na Argentina, com uma invisibilidade gritante da população negra; no Uruguai, com uma presença cultural importante através do candombe (embora no imaginário uruguaio seja um gênero artístico identificado como símbolo nacional e não necessariamente à população negra, mas que na sua vivência cotidiana sim corporifique uma experiência e memória negra); no Brasil, com uma presença forte da população negra, embora no sul exista uma invisibilidade, mas com um cenário de visibilizar o racismo como constituinte da sociedade.

Algumas similitudes foram observadas em termos de lógica política: a dinâmica de segmentariedade e aliança foi algo que me chamou a atenção nos três países e que pode ser pensado em termos mais cosmológicos ou cosmopolíticos. Nesse sentido, interpretei uma lógica que implicitamente questiona ao Estado ocidental, que se pretende Um e que pretende uma população que opere com a mesma lógica classi-

ficatória. A definição de demandas da militância, por um lado, parece se enquadrar na lógica das divisões do Estado (saúde, educação, etc.), mas por outro a questiona pela sua própria dinâmica e por ser um coletivo que se conforma a partir de outras dimensões, como ressaltai em termos da diáspora, que superaram o espaço e o tempo restrito da nação.

IHU On-Line - As mobilizações afro-latino-americanas se articulam na América Latina? De que modo? Que reflexos esse modo de organização tem no contexto das lutas dos movimentos sociais negros?

Laura Cecilia López - Sim, se articulam. Nas minhas pesquisas reconstitui a conformação de redes transnacionais de ativistas organizados em torno de causas coletivas antirracistas, que encontraram um cenário mundial favorável a partir da década de 1970 em circuitos de identificações através de diferentes realidades coloniais e pós-coloniais e de lutas pela redemocratização em vários países da América Latina.

Nesse cenário, as mobilizações negras no Cone Sul inseriram a questão racial em contextos em que predominava uma noção de movimento social vinculada à classe. Nos anos de 1990, estas redes se disseminam - paradoxalmente - com a expansão do neoliberalismo e com o foco de atores globais em temáticas afrodescendentes e indígenas como objeto de financiamento e parceria com Organizações Não Governamentais - ONGs na América Latina. Como já mencionamos, a Conferência de Durban de 2001 é um exemplo destas articulações locais-globais.

Podemos vislumbrar as ações da sociedade civil organizada junto a agências internacionais que promoveram o evento e pressionaram os Estados da América Latina a remodelar ou mesmo criar instituições e políticas com o propósito de reparar às populações afrodescendentes. Esses reordenamentos transnacionais tiveram vários im-

pactos nos planos nacionais. Entre eles, contribuíram para a legitimação de espaços públicos de debate sobre relações raciais nos diferentes países da América Latina, e a implementação de políticas públicas com perspectiva étnico-racial.

IHU On-Line - As agendas das mobilizações afro-latino-americanas apresentam pontos em comum? Quais? Como esse fato se reflete na luta dos negros na América Latina?

Laura Cecilia López - Sim, vou dar o exemplo das discussões para incluir nos censos da América Latina a contabilização da população negra. Esta demanda vem da década de 1990, quando começaram a se expandir redes transnacionais de militantes que dialogavam com agências financiadoras como o Banco Mundial. Relação bastante complexa no sentido desses órgãos estarem incentivando as ações da sociedade civil organizada correlacionadas com as políticas de ajuste estrutural, mas que foi um cenário interessante para as mobilizações afro-latino-americanas, particularmente em países com uma invisibilidade grande (como no caso da Argentina), porque as colocou como atores que podiam ser ouvidos pelos agentes do Estado.

O caso das discussões dos censos é emblemático, porque sem dados estatísticos para mostrar percentuais de população negra e indicadores sociais desse segmento era impossível qualquer demanda de política pública. Inclusive, como na Argentina, era difícil desconstruir a própria invisibilidade sem a presença no censo. Cabe destacar que, até a década de 1990, o Brasil era o único país da região que tinha algum tipo de registro étnico-racial. Com as discussões sobre multiculturalismo em várias reformas das Constituições nos diferentes países latino-americanos, relacionadas às mobilizações negras e indígenas por direitos de cidadania também foi impulsionado um questionamento e uma transformação nos modos de registrar a diversidade da população nacional

por parte do Estado. Isso teve um impacto nos censos de população nos diferentes países.

No início dos anos 2000, teve uma série de estudos exploratórios em diversos países latino-americanos de como introduzir variáveis que contemplassem aos afrodescendentes financiados pelo Banco Mundial, e ainda experiências assumidas pelos próprios órgãos estatísticos. Assim, a questão da inclusão de variáveis étnico-raciais nos censos passou a ser uma demanda das mobilizações afro-latino-americanas, que teve um desdobramento interessante na rodada de censos do ano 2010, em que militantes, órgãos estatísticos nacionais e organizações globais realizaram uma série de eventos para discutir essa inclusão nos países da região.

IHU On-Line - Você aponta que a perspectiva da diáspora inaugura o "momento contemporâneo" dos movimentos sociais negros latino-americanos. Em que consiste a noção de diáspora? Por que e como ela inaugura esse "novo tempo" desses movimentos?

Laura Cecilia López - A linguagem da diáspora foi uma elaboração que emergiu na década de 1960 entre intelectuais e ativistas negros como resposta ao pan-africanismo, entendido em termos de "mesmidade" e comunalidade cultural assumidas a-historicamente como unidade política entre as pessoas negras. Nesse sentido, apontou-se um sentido historizado e politizado da diáspora, entendida como um circuito transnacional de políticas e culturas por sobre a nação e além dos oceanos, que conformara uma arena de contestação e de identificação baseados em pleitos e negociações da diferença. Desta forma, repensavam-se as narrativas históricas e culturais pautadas por noções de centro e periferia e, em uma perspectiva multi-localizada, começava-se a problematizar as experiências identitárias, no caso, de afrodescendentes.

Nos Estados Unidos, as mobilizações pelos direitos civis ressemantizaram o termo "negro", que pas-

sou a representar uma tentativa de reivindicar uma herança africana que havia sido negada aos norte-americanos negros pelo racismo. Mas, como projeto político historicamente específico localizado na dinâmica sócio-política e econômica nesse país, a ideologia do Poder Negro⁶ não reivindicava simplesmente um passado ancestral pré-determinado. No próprio processo também se construía uma versão particular dessa herança. Segundo Stuart Hall⁷, as lutas por redescobrir as “raízes/rotas” africanas no interior das complexas configurações da cultura caribenha (mas que pode ser pensado também para as Américas de modo geral) e por falar, através desse prisma, das rupturas do navio, da escravidão, da colonização, da exploração e da racialização produziram o sujeito negro nas Américas e a “África” na diáspora.

Lembramos ainda que a Conferência de Durban, tal como analisa Agustín Láo-Montes⁸, inaugurou um momento de protagonismo dos movimentos afro-latino-americanos na arena transnacional, colocando em primeiro plano noções de justiça baseadas nas experiências diaspóricas na América Latina, que chamam a atenção para a convergência de igualdade racial e pluralismo cultural. Mesmo que tais

6 **Black Power** (em português: Poder negro): foi um movimento entre pessoas negras no mundo ocidental, especialmente nos Estados Unidos. Mais proeminente no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o movimento enfatizou o orgulho racial, racismo e da criação de instituições culturais e políticas negras para cultivar e promover interesses coletivos, valores antecipadamente, e segura autonomia para os negros. A expressão “Black Power” foi criada por Stokely Carmichael, militante radical do movimento negro nos Estados Unidos, após sua vigésima sétima detenção em 1966. “Estamos gritando liberdade há seis anos. O que vamos começar a dizer agora é poder preto”, anunciou. (Nota da **IHU On-Line**)

7 HALL, Stuart. Da diáspora. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. (Nota da Entrevistada)

8 LAO-MONTES, Agustín. Sin justicia étnico-racial no hay paz: las afro-reparaciones en perspectiva histórico-mundial. In: MOSQUERA, Claudia; BARCELOS, Luiz C. (ed.) Afro-reparaciones: Memorias de la Esclavitud y Justicia Reparativa para negros, afro-colombianos y raizales. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006.

noções de pluralismo dos Estados nacionais já estivessem postas em cartas constitucionais (no Brasil, por exemplo) nos anos de 1980 e 1990, resultantes de um debate intenso dos períodos de transição de ditaduras, em Durban há uma reconfiguração de noções de justiça que enfatizam os modos como Estados nacionais invisibilizam as conexões entre desigualdade social e racismo, assim como não viabilizam transformações pluriculturais. Nesse sentido, que é proposto que a perspectiva diaspórica inaugura o momento contemporâneo dos movimentos negros.

IHU On-Line - As mobilizações afro-latino-americanas contemporâneas têm incidido no âmbito político de proposição de ações institucionais e políticas públicas de combate às desigualdades raciais e ao racismo? De que maneira? Qual é a situação deste cenário?

Laura Cecilia López - Nos diferentes países teve processos diversos, conforme as conjunturas. No Brasil, os efeitos das mobilizações negras vêm sendo grandes, embora bastante dificultados precisamente porque as agendas antirracistas propõem uma desconstrução do que é chamado de racismo institucional, que se expressa de maneira disseminada nas instituições. Se considerarmos o racismo como algo estrutural da sociedade brasileira (junto com classe social, gênero), este provoca situações que afetam a população como um todo, tendo efeitos negativos em mais da metade da população brasileira (se levarmos em consideração os percentuais de população negra do IBGE⁹).

Após a Conferência de Durban, e com o Partido dos Trabalhadores assumindo a presidência da nação (pensemos que muitos militantes do movimento negro militavam no PT, fundaram o partido, então tive-

9 No último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE apontou que 50,7% é negra, número que inclui os percentuais de pretos e pardos. (Nota da **IHU On-Line**)

ram uma incidência direta em vários rumos políticos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva), foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir, órgão guarda-chuva para as várias políticas com enfoque nas desigualdades raciais e na diversidade étnico-racial.

A Conferência de Durban, se tornando um espaço de protagonismo dos movimentos afro-latino-americanos, como antes falei, teve um efeito potencializador, por exemplo, na discussão de ações afirmativas no ensino superior. Vivenciamos mais de 10 anos de ações afirmativas no Brasil e no momento vemos uma onda conservadora que afeta as várias dimensões da nossa vida social, entre elas, oposições a considerar políticas que desconstruam o racismo. Vivemos também uma crise de legitimidade das políticas redistributivas (e que eu incluiria os sistemas de cotas, já que redistribuem vagas sejam no ensino superior, nos concursos públicos, etc., com um olhar de equidade, de justiça social) que afeta também as ações afirmativas.

Podemos falar de um certo sucesso no acesso e conclusão de cursos de estudante negros. Porém, me parece que ainda são reduzidas as experiências de transformação institucional mais profunda, que atinjam epistemologias, modos de lidar positivamente com a pluralidade de sujeitos que estão passando por essas instituições. Essa mudança talvez se potencialize quando se pensarem ações afirmativas, como em algumas universidades existem, que atinjam a pós-graduação e ainda os concursos de professores. Essa dinâmica deveria também atingir outros domínios públicos: por exemplo, existe a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, com a finalidade de trabalhar os impactos do racismo na vida, na saúde dos sujeitos e coletivos negros. Com mais profissionais negros formados, com currículos universitários que assumam uma perspectiva étnico-racial para pensar a saúde, com ações afirmativas para ocupar cargos por esses

profissionais negros formados, poderia ser fortalecida a política.

IHU On-Line - Em um de seus trabalhos você trata da questão das mobilizações negras a partir da concepção do corpo como instância de construção de identidade em contextos racializados. Como funciona a articulação dessas duas concepções para pensar a militância negra?

Laura Cecilia López - Como coloca a autora indiana Avtar Brah¹⁰, o poder racializado opera em e através dos corpos. Mesmo retomando a Foucault, interpretamos que raça produz efeitos de poder nas populações e nos corpos, como formas de biopoder. Então a centralidade do corpo para entender os fenômenos de racialização das relações sociais é fundamental. Mas ao mesmo tempo, e aí discuto com intelectuais brancos que destacam o poder opressivo de raça (e em muitos casos chegam a propor a eliminação do próprio conceito como categoria de análise), sem entender o poder criativo. Criativo no sentido de resistência, de corporeidade, de estética, etc.

Me parece que o que os movimentos negros propõem é precisamente desconstruir a racialização das relações sociais e do próprio corpo, que coloca à população negra numa situação de desvantagem e a desumaniza, lhe retira a humanidade. Mas ao mesmo tempo, as mobilizações negras também visibilizam o vínculo entre corpo e raça de maneira a expressar uma diferença, uma pluralidade de experiências, uma incorporação da história, que não pode ser apagada.

IHU On-Line - Em que consiste o deslocamento da concepção de "corpo colonizado" para "corpo descolonizado"? Como se deu e o que significa esse movimento no contexto da América Latina?

Laura Cecilia López - Eu trabalho com o conceito de "corpo colo-

niais" de Frantz Fanon¹¹, a partir da inquietação de interpretar as experiências dos movimentos negros na perspectiva de uma filosofia política afro-latino-americana, e busco referenciais também afro-latinos para exprimir essa perspectiva. Um dos pontos centrais propostos pelo pensador afro-caribenho é que a crítica ao colonialismo produz um deslocamento tanto em termos de temporalidade/historicidade (a passagem de uma subjetividade colonial a uma subjetividade decolonial); quanto da espacialidade: a criação política de uma geografia diferente para a subjetividade colonial, que visibiliza a marca colonial, mas retirando a positividade que a produzia.

O corpo colonial é o lócus principal desse deslocamento, sendo a pergunta crítica da descolonização que lhe dá visibilidade e organiza suas potencialidades. Eu retomo a poesia de Victoria Santa Cruz, *Negra Soy*¹², precisamente como expressão poética do deslocamento do corpo colonizado ("me senti negra, como eles diziam, e retrocedi") ao corpo descolonizado ("no fim compreendi, já tenho a chave, negra sou"), deslocamento que implica o "situar-se como negra", uma situacionalidade descolonial. Entender esse deslocamento numa perspectiva afro-latino-americana me parece de extrema importância para levar a sério as propostas político-estéticas de justiça racial e da densidade das experiências que corporificam a raça e a diáspora.

IHU On-Line - Nessa perspectiva, quais seriam os aspectos mais marcantes da corporeidade das mulheres negras latinas na militância que inclui os aspectos do "gênero" nas lutas negras e da "raça" nas lutas feministas? Como é o cenário das mobilizações de mulheres na América Latina? Há

¹¹ FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008 [1952].

_____. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968 [1961]. (Nota da entrevistada)

¹² SANTA-CRUZ, Victoria. *Me gritaron negra*. Disponível em <http://bit.ly/1HPWKea> (Nota da entrevistada)

articulação entre as mulheres negras dos países latinos?

Laura Cecilia López - A visibilidade política do corpo negro é uma constante nas mobilizações negras, sejam de homens ou de mulheres. Porém, existem diferentes expressividades desses corpos na articulação de raça e gênero. Seguindo as trilhas dos meus interlocutores em campo, me chamou a atenção que as mulheres negras davam uma visibilidade maior para o "corpo colonial", no sentido de crítica à própria ideia de mestiçagem, que constitui os ideários das nações latino-americanas.

O corpo e a sexualidade, assim como a reprodução vinculada à ideologia da mestiçagem, apresentaram-se durante o trabalho de campo como centro das atenções da militância das mulheres negras, vinculando a autonomia sexual em relação à reprodução (um assunto do feminismo) à dupla opressão de gênero e raça, expressa na imagem hipererotizada da mulher negra.

A crítica de raça e gênero do feminismo negro chama a atenção ao lugar das mulheres negras na reprodução da nação. Se o movimento negro (com um perfil masculino de liderança, questão criticada pelas feministas negras) propõe em sua raiz uma crítica à democracia racial enquanto "mito", questionando as posições desiguais em termos raciais na sociedade brasileira, a crítica do movimento de mulheres negras se faz "corpo" ao atribuir à "mestiçagem" a violência sexual do homem branco colonizador sobre as mulheres africanas e indígenas. Crítica que se constitui por meio da conexão diaspórica desse processo de opressão nas Américas. O corpo da mulher negra se torna visível como objeto de múltiplas opressões e o centro das disputas políticas. Esta violência de raça e gênero aparece como o ponto inicial de uma narrativa subalterna que critica o poder do ponto de vista do corpo que o sofre e produz uma identificação afro-diaspórica.

IHU On-Line - Qual a importância das mobilizações das mulhe-

res negras para a militância negra latino-americana?

Laura Cecilia López - As mobilizações de mulheres afro-latino-americanas me parecem de fundamental importância, já que questionam ao mesmo tempo vários sujeitos “totais”: seja “o” sujeito negro (no masculino - geralmente se fala “o negro”), seja “a” mulher (muitas vezes identificada como uma mulher branca, de classe média). As pensadoras feministas negras estão chamando a atenção para a pluralidade de experiências de ser mulher, de ser negra, e assim por diante. As nossas existências são plurais, só que estamos muito acostumados a pensar através de uma filosofia do Um, do Estado, da sociedade ocidental. As filosofias da diferença que questionam esse Um, desestabilizam nosso pensamento e as instituições promotoras de políticas.

Um exemplo no Brasil são as políticas orientadas para a promoção da igualdade racial separadas das políticas promotoras da igualdade de gênero. Geralmente o esforço de articulação desses conjuntos de políticas tem a ver com a ação da militância. Porque não projetar políticas sensíveis à interseccionalidade de raça e gênero (e outras como, orientação sexual, classe, etc.) se os próprios sujeitos demandantes, particularmente as feministas negras, estão apontando essa experiência complexa de desigualdades? Quer dizer que não levamos a sério como sociedade a complexidade das opressões na nossa sociedade, demanda na esfera pública por vários atores. É inte-

ressante porque no Uruguai, existe uma Secretaria da Mulher Afro-uruguia dentro do Instituto da Mulher, que depende do Ministério de Desenvolvimento Social. Podemos perceber várias interseccionalidades contempladas na inserção da temática, mas, ao mesmo tempo, que política de desenvolvimento social atingiria aos homens negros? Eles entrariam como pobres e não como negros? É complexo porque nossas instituições funcionam na lógica do Um e não da pluralidade.

IHU On-Line - O que representa para o cenário de lutas da militância e construção da identidade étnica negra o deslocamento da ideia do “13 de maio” para o “20 de novembro” como data evocativa das lutas dos movimentos sociais negros no Brasil?

Laura Cecilia López - Me parece um deslocamento potente que envolve uma transformação profunda do lugar dos sujeitos negros na nação e para além dela, já que o 20 de novembro foi inspirado não só pelas lutas históricas locais, mas também diaspóricas: as ideias de Negritude¹³, as independências

13 Negritude (Négritude em francês): corrente literária francesa que agregou escritores negros francófonos e também uma ideologia. Os objetivos do movimento Negritude são a valorização da cultura negra em países africanos ou com populações afro-descendentes expressivas que foram vítimas da opressão colonialista. Considera-se geralmente que foi René Maran, autor de *Batouala*, o precursor da negritude. Todavia, foi Aimé Césaire quem criou o termo em 1935, no número 3 da revista *L'étudiant noir* (“O estudante negro”). Com o conceito pretendia-se em primeiro lugar reivindicar a identidade negra e sua cultura, perante a cultura francesa dominante e opressora, e que, ademais,

africanas, os movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos. O dia 20 de novembro como data da Consciência Negra origina-se numa organização de Porto Alegre, o Grupo Palmares, celebração que depois se expande pelo Brasil e por outros países, grupo que reuniu militantes, intelectuais, poetas e escritores e teve como figura central Oliveira Silveira, que se tornou um ícone da intelectualidade afro-brasileira. O comunitarismo do quilombo dos Palmares, proposto pelo grupo, expressava uma liberdade conquistada, substituindo a ideia de liberdade concedida do dia 13 de maio. Produzia-se um deslocamento da colonialidade para a decolonialidade a partir de constituir um sujeito negro que conquista sua liberdade, ator da sua própria história, incorporando o ideário de Palmares.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Laura Cecilia López - Gostaria de destacar a ideia que perpassou a minha tese de doutorado, e que se relaciona com o que projeto como horizonte de luta no Dia da Consciência Negra: a necessidade de levar a sério a perspectiva afro-latino-americana como uma filosofia política que nos interpela como sociedade para que novos pactos sociais / éticos / estéticos antirracistas possam ser realizados. ■

era o instrumento da administração colonial francesa (*Discurso sobre o colonialismo, Caderno dum retorno ao país natal etc*). O conceito foi retomado mais adiante por Léopold Sédar Senghor, que o aprofunda, opondo a razão helênica à emoção negra. (Nota da **IHU On-Line**)

Laura Cecilia López



Quem eu sou tem a ver com múltiplas experiências da vida, mas com certeza as minhas interlocutoras e interlocutores de pesquisa me ajudaram a constituir a forma como eu me vejo no mundo: me vejo como uma mulher branca latino-americana antropóloga, que questiona a branquitude como sistema de privilégios e como universal ético/estético, comprometida com as lutas políticas/epistemológicas que expressam e reivindicam equidades e pluralidades.

Religiões de matriz africana e cristianismo: um diálogo possível?

Para Volney J. Berkenbrock, ao mesmo tempo que essas duas tradições religiosas são diversas, elas se afetam mutuamente na tarefa de encontrar o sentido da vida

Por Leslie Chaves

Os sistemas religiosos, ao propor formas de viver e interpretar o mundo e experienciar o divino, também revelam importantes aspectos históricos e socioculturais de um grupo social. O Brasil, um país multicultural, foi construído a partir da contribuição de muitos povos que carregam consigo sua herança cultural, a qual se expressa a partir de diversos elementos, entre esses a religião. Atraído por “mundos diferentes do seu”, o teólogo Volney J. Berkenbrock mergulhou na tradição religiosa de matriz africana para entender, a partir do Candomblé, essa cosmovisão do sagrado e que relações são possíveis de serem estabelecidas com o catolicismo. “Qual resposta de sentido encontra quem faz a experiência dos Orixás e em que medida o cristianismo pode dialogar com isto. Este tema serviu não apenas para o doutorado, mas para nortear minhas pesquisas até hoje: a religião dos Orixás como um sistema de sentido, de compreensão da existência e, sobretudo, de respostas às questões do ser humano. É uma temática de pesquisa e curiosidade que nunca se acabaram”, explica.

Ao longo da entrevista concedida por e-mail à *IHU On-line*, Berkenbrock fala sobre essa investigação, que foi intitulada *A experiência dos Orixás* e desenvolvida durante seu curso de doutorado em Teologia, mas que, como ele menciona, tornou-se um marco que continua orientando seu olhar de pesquisador a respeito da temática das religiões.

Além das principais características da experiência religiosa do Candomblé, o teólogo aborda a situação da identidade do católico a partir do diálogo com as religiões de matriz africana, não só diante das diferenças teológicas, mas também

perante o contexto social e histórico que cercam as tradições religiosas. Ainda, traz o tema do sincretismo religioso, um modo peculiar do brasileiro de se relacionar com o sagrado e transitar pelo cenário multicultural do país, onde as diferentes tradições religiosas, como o catolicismo e o Candomblé, se afetam e constroem-se reciprocamente. “Entendo que o sincretismo é um processo permanente de diálogo, parte da dinâmica cultural. Assim, dentro dele, há elementos que são interessantes numa análise. Um deles é justamente esta mútua influência. Ao falarmos de sincretismo no Brasil muitas vezes se pensa logo nas religiões afro-brasileiras, como se fossem somente elas passíveis de serem sincretizadas; fazendo uma análise mais apurada se pode perceber que - mesmo estando em condição social muito adversa - as compreensões religiosas de matriz africana também deixaram marcas em tradições cristãs”, aponta.

Volney J. Berkenbrock é frei franciscano e doutor em Teologia pela Faculdade de Teologia Católica da Universidade Federal de Bonn, Alemanha, título que obteve com a tese *A experiência dos Orixás* (Petrópolis: Vozes, 1998), trabalho publicado em 1995 na Alemanha (*Die Erfahrung der Orixás*. Bonn: Verlag N. Borengaesser, 1995) e em 1998 no Brasil. Atualmente é professor do programa de Pós-graduação em Ciência da Religião na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Tem experiência na área de Teologia, com ênfase em História das Religiões, atuando principalmente nos temas eclesiologia, diálogo inter-religioso, história das religiões, Igreja Católica, Cristianismo e Candomblé.

Confira a entrevista.



Enfrentar a questão do papel de cristãos na história da constituição da América Latina é muito importante

IHU On-Line - De onde partiu seu interesse pelas religiões de matriz africana? Quais foram os objetivos de sua pesquisa? Por que a escolha do Candomblé especificamente?

Volney J. Berkenbrock - O meu interesse pelas religiões de matriz africana começou de forma um tanto casual. Quando fazia a faculdade de Teologia, o professor da disciplina chamada Sociologia da Religião nos deu uma tarefa: visitar algum ritual de uma religião que não fosse de tradição cristã e tentar descrever o que ali tínhamos visto e o que havíamos entendido. Eu, como outros colegas de curso, fui procurar alguma casa na linha do que o professor tinha pedido. Alguém do grupo sabia que não muito longe de onde morávamos havia um templo religioso que não era cristão. E tivemos a informação de que haveria ritual numa sexta-feira. Para lá nos dirigimos: Tenda Espírita de Oxóssi, assim chamava-se a casa.

Eu nunca havia entrado num templo religioso que não fosse cristão e nunca havia participado de qualquer ritual religioso onde Jesus Cristo e a Bíblia não fossem uma referência. Tudo ali naquele templo foi novidade para mim: a organização do espaço, a defumação, os símbolos, as cores, a música, a dança, as consultas, as entidades... Fiquei vendo aquele ritual, sem entender praticamente nada. Disseram-nos que Vovó Luiza é que estava presente. Um dos membros do grupo, mais corajoso um pouco, foi fazer uma consulta. Nós outros só observávamos (e certamente éramos observados). Terminado o

ritual, como não havíamos entendido quase nada, perguntamos se alguém poderia nos explicar algo, pois precisávamos apresentar em aula o relato da visita. Aquela senhorinha - Vovó Luiza - dispôs-se a responder nossas perguntas. E ali ficou um bom tempo tentando nos explicar o que significava cada coisa, bem como os momentos do ritual.

Para mim abriu-se um novo mundo: uma realidade da qual nunca tinha tomado conhecimento, mas que tinha uma lógica, uma compreensão, uma organização. E muitas pessoas tinham ido ao ritual - para se consultar - dado que era uma casa relativamente grande. Tomado por uma curiosidade que sempre me foi natural para quase tudo, pensei comigo: estas pessoas todas que aqui estão não são loucas; elas devem encontrar um sentido nisto tudo; elas devem encontrar aqui respostas para o que buscam. Este foi o ponto de partida: uma curiosidade enorme por entender o que ali acontecia, qual era a lógica que regia aquele mundo, qual resposta de sentido encontravam as pessoas. Saí daquela visita com o propósito de tentar entender isto. Depois da visita, procurei os livros da biblioteca sobre o assunto. Li avidamente diversas obras. Comecei a perceber que aquele mundo era muito mais amplo e complexo do que eu inicialmente imaginara. Das leituras comecei a entender que havia, por exemplo, Umbanda e Candomblé; que macumba era uma palavra mais pejorativa que descritiva; que Vovó Luiza não era o nome da senhorinha que nos atendeu, mas sim o nome da entidade que ela recebera no dia do

ritual; que a casa que visitamos era um templo da Umbanda etc.

Num primeiro momento, diria que meu interesse pelas religiões de matriz africana no Brasil foi entender como funciona aquele mundo. Como eu não tinha tido anteriormente qualquer contato com alguma religião desta tradição, quer positivo, quer negativo, confesso que não tive qualquer medo do contato. Para mim tudo era novidade. E posso dizer que muito aprendi e achei tudo muito interessante.

O doutorado

Terminada já a graduação em Teologia e estando eu alguns anos depois às voltas com uma temática para o doutorado - na Universidade de Bonn, Alemanha - participei de um seminário dirigido por meu orientador (Hans Waldenfels) com a temática: O espírito nas religiões não cristãs. Resolvi então buscar meus conhecimentos antigos sobre as religiões de matriz africana no Brasil e tentar apresentar no seminário o tema do espírito (entidades, orixás, guias) nestas religiões. Meu orientador achou a temática interessante e me incentivou a mudar a temática inicial do doutorado. Eu intentava pesquisar um tema dentro da Pneumatologia¹. Meu orientador me disse: isto muitos já fizeram; faça algo ligado à temática do Brasil, alguma coisa que seja interessante para a Igreja do Brasil. Achei a ideia tentadora e conversei com Leonardo Boff², meu

¹ **Pneumatologia:** é o estudo de seres espirituais e phenomena, especialmente as interações entre os humanos e Deus. Pneuma é a palavra grega para “respiração”, que metaforicamente descreve um ser de espírito ou influência. Em Teologia Cristã, pneumatologia se refere ao estudo do Espírito Santo. Na doutrina Cristã popular, o Espírito Santo é a terceira pessoa de Deus na Trindade. Algumas formas de Cristianismo negam que o Espírito Santo seja pessoal, embora assegurando que pode, em algumas ocasiões, influenciar as pessoas. No Evangelho de João, pneuma é unido a renascimento em água e espírito que foram sugeridos para ser o batismo. (Nota da IHU On-Line)

² **Leonardo Boff** (1938): teólogo brasileiro, autor de mais de 60 livros nas áreas de teologia, espiritualidade, filosofia, antropologia e mística. Boff escreveu um depoimento sobre

antigo professor de Teologia Sistemática e que me havia incentivado a continuar os estudos. Ele achou a temática muito boa e assim decidi mudar o rumo da pesquisa de doutorado que estava apenas iniciando.

Faltava ainda especificar mais a busca e, após mais leituras, a pergunta inicial me veio novamente à mente: que respostas encontram as pessoas que buscam estas religiões? Era necessário estreitar a temática e me decidi então pelo Candomblé. Esta decisão deveu-se muito mais ao fato de ter já lido muito material sobre esta religião do que - por exclusão - de outra tradição. Focando ainda mais a pesquisa, cheguei ao tema específico de meu doutorado: a experiência religiosa no Candomblé. Ou seja, qual resposta de sentido encontra quem faz a experiência dos Orixás e em que medida o cristianismo pode dialogar com isto. O tema serviu não apenas para o doutorado, mas para nortear minhas pesquisas até hoje: a religião dos Orixás como um sistema de sentido, de compreensão da existência e, sobretudo, de respostas às questões do ser humano. É uma temática de pesquisa e curiosidade que nunca se acabaram.

IHU On-Line - De que forma a perspectiva da Teologia da Libertação se insere em sua pesquisa sobre o Candomblé? Por que a escolha desta abordagem teológica neste trabalho?

as razões que ainda lhe motivam a ser cristão, publicado na edição especial de Natal da **IHU On-Line**, número 209, de 18-12-2006, disponível em <http://bit.ly/iBjvZq>, e concedeu uma entrevista sobre a Teologia da Libertação na **IHU On-Line** número 214, de 02-04-2007, disponível em <http://bit.ly/kaibZx>. Na edição 238, de 01-10-2007, intitulada *Francisco. O santo*, concedeu a entrevista *A ecologia exterior e a ecologia interior. Francisco, uma síntese feliz*, disponível em <http://bit.ly/km44R2>. Sua entrevista mais recente à **IHU On-Line** intitula-se *Ecologia integral. A grande novidade da Laudato Si'*. "Nem a ONU produziu um texto desta natureza" e está disponível em <http://bit.ly/1lk6J6U>. Sua mais recente entrevista para **IHU On-Line** foi em 04-10-2015, intitulada "Francisco de Assis. O protótipo ocidental da razão cordial e emocional", disponível <http://bit.ly/1N6u6Gf>. (Nota da **IHU On-Line**)

Volney J. Berkenbrock - Fiz minha graduação em Teologia na década de 1980, período forte da Teologia da Libertação³. Um dos pontos altos desta teologia era o seu famoso método, muito bem estudado e apresentado por outro professor que tive, Clodovis Boff⁴. Nele, a análise da realidade é o ponto de partida. Para mim, esta metodologia encaixou-se como uma luva: como analisar esta realidade religiosa do Candomblé? Eu poderia, pois, utilizar um método que já me era familiar e aplicá-lo ao meu objeto de pesquisa. Ao mesmo tempo, toda a linguagem da libertação que estivera presente na teologia e aplicada geralmente à realidade social, política, econômica, eclesial, ganhava para mim outro elemento. Era sabido que as pessoas destas tradições religiosas de matriz africana eram oprimidas e discriminadas por muitos aspectos. Mas os discursos sobre como pensar num processo de libertação para estas pessoas abrangiam quase exclusivamente a questão étnico-racial, econômica, política

³ **Teologia da Libertação**: escola teológica desenvolvida depois do Concílio Vaticano II. Surge na América Latina, a partir da opção pelos pobres, e se espalha por todo o mundo. O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez é um dos primeiros que propõe esta teologia. A Teologia da Libertação tem um impacto decisivo em muitos países do mundo. Sobre o tema confira a edição 214 da **IHU On-Line**, de 02-04-2007, intitulada *Teologia da libertação*, disponível para download em <http://bit.ly/bsMG96>. Leia, também, a edição 404 da revista **IHU On-Line**, de 05-10-2012, intitulada *Congresso Continental de Teologia. Concílio Vaticano II e Teologia da Libertação em debate*, disponível em <http://bit.ly/SSYVTO>. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **Clodovis Boff**: frade da ordem dos Servos de Maria, nasceu em Concórdia, Santa Catarina, em 1944. Possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Mogi das Cruzes, graduação em Teologia pela Universidade Católica de Lovaina e doutorado em Teologia pela Universidade Católica de Lovaina. É autor de vários livros, entre os quais citamos *Uma Igreja para o Novo Milênio* (5. ed. São Paulo: Paulus, 2003). Atualmente, reside em Curitiba e leciona teologia na Universidade Católica de Curitiba. De suas obras, citamos *Teoria do Método Teológico* (4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009) e *O Livro do sentido. Crise e busca de sentido hoje* (São Paulo: Paulus, 2014). Confira a entrevista especial concedida por Boff à revista **IHU On-Line**, "O Documento de Aparecida é o ponto mais alto do Magistério da Igreja latino-americana e caribenha", disponível em <http://bit.ly/Kgi7O>. (Nota da **IHU On-Line**)

e eclesial. E muito pouco a questão religiosa (e teológica) destas pessoas.

IHU On-Line - De que maneira a diversidade cultural é abordada pela Teologia, sobretudo no contexto latino-americano?

Volney J. Berkenbrock - Ao avançar em meus estudos sobre o Candomblé e como a teologia cristã - inclusive a Teologia da Libertação - interpretava esta realidade, comecei a notar algo que para mim se tornou cada vez mais um problema bastante complexo. A teologia cristã, na maioria dos casos, ao abordar a diversidade cultural a entende mais como diversidade de costumes, de línguas, de expressões. Mas se pensa quase sempre numa teologia cristã subjacente a esta diversidade. Mesmo a Teologia da Libertação, considerada avançada em sua época, continuava a pensar as questões políticas, sociais, econômicas sempre a partir da matriz cristã. A questão cultural era ainda incipiente para a Teologia da Libertação. Passados cerca de 30 anos desde que terminei minha formação teológica básica, vejo que muito se avançou nesta questão da diversidade cultural dentro da teologia, sobretudo com a chamada teologia pluralista das religiões.

IHU On-Line - Em sua pesquisa o senhor afirma que o reconhecimento da alteridade do outro (nesse caso os fiéis das religiões de matriz africana) interpela a identidade cristã. Por quê? De que forma acontece essa inter-pelação e que implicações pode trazer para a identidade católica especificamente?

Volney J. Berkenbrock - Quando nos aproximamos da realidade das religiões de matriz africana no Brasil, começam a aparecer diversos aspectos para o cristianismo que interpelam a sua identidade. Há um aspecto que é a questão histórica ligada à escravidão: como pôde acontecer que cristãos escravizaram pessoas, milhões de pessoas, durante séculos? Isto é um tipo

de interpelação: a distância entre o proposto e o vivido no cristianismo. Enfrentar a questão do papel de cristãos na história da constituição da América Latina é muito importante. Não se trata simplesmente de revolver o passado, mas sim de - a partir do que ocorreu no passado - pensar nesta relação entre fé cristã e forma de vida para os tempos em que vivemos. Esta interpelação pode ser vista tanto no sentido de vivência de cada fiel, como também para a instituição cristã. Trata-se aqui da necessidade da instituição de estar atenta sempre novamente à proposta do Evangelho. Especificamente, para o catolicismo como instituição, é preciso haver a constante preocupação em suas estruturas organizacionais por espelhar a identidade cristã, quer dizer, o seguimento da proposta de amor, de serviço, de misericórdia de Jesus Cristo. Este é, pois, um tipo de interpelação que o contato com as religiões de matriz africana no Brasil faz à identidade cristã. Esta interpelação aponta para um desafio aos cristãos: viver cristãmente.

Outra interpelação à identidade cristã é de natureza mais profunda e radical. O cristianismo se propõe a ser uma resposta de sentido a todo ser humano de uma forma ampla e uma proposta de caminho para se chegar à realização deste sentido. Sem aprofundar muito aqui a questão, percebo que uma compreensão mais aprofundada dos sistemas religiosos de matriz africana, que aportaram em nosso país pela escravidão e aqui se reorganizaram, mostra que eles apresentam igualmente tanto uma proposta de sentido como uma oferta de caminho para se chegar à realização. Ou seja, estes sistemas religiosos se apresentam com a mesma proposta de totalidade de sentido que tem o cristianismo. Esta constatação interpela a identidade cristã no sentido então de - minimamente - levar em consideração não ser nesta realidade a única proposta de sentido religioso. Mas a maior interpelação à identidade cristã decorrente desta constatação está no fato de terem

sido as propostas religiosas de sentido destas tradições aquelas que responderam à busca pelo sentido de milhares de pessoas jogadas neste mundo de escravizados ou descendentes de escravos. Foi nestas tradições religiosas que muitas destas pessoas encontraram acolhida e caminho de sentido.

Não basta aos cristãos, frente a esta constatação, dizer que as pessoas da época, que escravizaram, não viveram o cristianismo de uma forma verdadeira. Seria uma saída pela tangente. É preciso levar em consideração o fato de haver uma proposta de sentido paralela à do cristianismo e que foi e é realidade para milhares de pessoas. Diante disto, a identidade cristã precisa novamente voltar à questão posta acima: o problema da distância entre o proposto e o vivido. Somente através do vivido é que a identidade cristã pode ser verificada. E é esta verificação (pela vida) o desafio que os outros sistemas religiosos colocam à identidade cristã.

IHU On-Line - Como o contexto sócio-histórico é abordado pela Teologia no estudo das religiões de matriz africana, sobretudo nos cenários brasileiro e latino-americano, marcados pela violência advinda dos processos de colonização e escravidão? De que forma são tratados a presença e o papel da Igreja Católica nesse âmbito? Qual era esse papel?

Volney J. Berkenbrock - Há aqui duas questões que queria distinguir: uma delas é o papel que a Igreja católica - em todos os seus níveis - desempenhou na história da escravidão. Não foi um papel dos mais gloriosos. Pelo contrário, as vozes advindas da Igreja católica contra a escravização de africanos e contra tudo o que isto envolvia foram poucas, foram fracas e foram exceções. É preciso então trabalhar esta questão histórica: por um lado entendê-la e por outro seguir o caminho da reparação, da restituição. Isto dado que o passado não pode mais ser mudado. Outra questão, advinda da análise do papel da Igreja católica na escla-

vidão, é o aprendizado que disto se pode retirar para que a Igreja católica e todos os seus organismos estejam atentos a questões atuais, para nelas não desempenharem papéis que em um futuro não muito distante venham a ser percebidos não apenas como equívocos históricos, mas como atitudes contra a proposta do Evangelho.

Nesta linha, há uma lista enorme de questões a serem trabalhadas, como, por exemplo, o papel e a importância da mulher na Igreja, o papel da Igreja na questão ecológica, a complexa questão de gênero, a situação das regras para os sacramentos etc. Não estou apontando aqui nenhuma sugestão concreta para estas questões. Estou apenas apontando alguns temas onde é necessária uma atenção maior para que no futuro não se tenha que reconhecer que teria sido possível fazer diferente. O papa Francisco, aliás, tem sido uma voz muito corajosa nesta linha. Tem pedido constantemente uma Igreja misericordiosa, uma Igreja em saída, uma Igreja da alegria do Evangelho e não somente guardiã das estruturas antigas.

IHU On-Line - De que forma seu trabalho se insere em um contexto amplo da compreensão que a Igreja Católica tem sobre as outras religiões e o diálogo inter-religioso?

Volney J. Berkenbrock - Vivemos hoje numa situação cultural onde o pluralismo é cada vez mais a regra. Tudo é plural, ou quase tudo. E isto também em termos de religião: há muitas possibilidades. Consequência disto é que há propostas que podem ser escolhidas. Ter alguma religião (ou não ter) é uma questão de opção. Em princípio, qualquer pessoa pode fazer sua opção religiosa. Vemos isto como um direito. Esta é a forma de pensamento e sentimento que temos hoje. Mas isto coloca para as religiões duas questões muito importantes: A partir de qual ponto de vista as pessoas escolhem uma religião? E como estas opções religiosas (suas organizações) vão conviver?

Quanto à primeira questão, penso que cada vez menos a opção religiosa se dá pela proposta de *doxa* (o que tal religião apresenta como verdade) e cada vez mais a opção religiosa é feita a partir da proposta de práxis (qual proposta de vida tem esta religião). Para a Igreja católica, não vejo isto como um problema, mas como uma grande chance: apresentar-se cada vez mais como uma proposta de vida. Na segunda questão está para mim o grande desafio de nosso tempo: como conviver. Não podemos mais sonhar com um mundo unitário, onde todos vão se entender sobre uma série de questões. Vivemos num mundo plural, onde a diversidade será a regra (pelo menos nos próximos tempos). E sendo então assim, o desafio é conviver com a diversidade. Digo isto não apenas em termos religiosos. Também em termos políticos, culturais, de costumes etc. se coloca o mesmo desafio da convivência. Nesta linha, no meu contato de mais de 30 anos com as religiões de matriz africana no Brasil aprendi algo sobre a convivência. Depois deste tempo, não vejo mais estas casas como lugar de pesquisas, mas sim como casas de amigos. Aprendemos a conviver em muitos aspectos: participamos em conjunto de muitos momentos, tristes ou alegres. Assim muitas vezes sou convidado para festas de família, de aniversário, para um churrasco e também para as festas religiosas.

Marcou-me muito o que ocorreu quando do falecimento de uma filha de santo numa casa de Candomblé. A família da falecida era de tradição católica e morava no interior; a pessoa falecida morava na capital e tinha se iniciado no Candomblé. Nos momentos antes do sepultamento, de forma espontânea e em sintonia com a Mãe-de-santo, eu conduzi as orações de tradição católica e ela conduziu o cortejo com a procissão e a cantiga do Candomblé. Foi um momento de convivência: unidos pela dor da perda de uma pessoa amiga, unidos pela diversidade da fé.

IHU On-Line - Quais são as principais diferenças e semelhanças entre as concepções teológicas católicas e do Candomblé? Que contribuições essas religiões podem trazer uma à outra já que ambas são cultuadas intensamente no Brasil gerando inclusive o fenômeno da dupla militância, conforme o senhor pontua?

“

O que geralmente chamamos de sincretismo é um grande diálogo inter-religioso

Volney J. Berkenbrock - Tanto o sistema religioso do cristianismo católico quanto do Candomblé são muito complexos e amplos para se poder apontar de maneira rápida semelhanças e diferenças. Queria aqui acenar apenas para um elemento: na tradição cristã existe a compreensão de bem e mal. No Candomblé não existe esta compreensão, mas sim a de equilíbrio: as coisas estão equilibradas ou desequilibradas. Na tradição católica, para o mal (o pecado), existe o perdão. No Candomblé algo estaria desequilibrado e exigiria alguma ação para recompor o equilíbrio. São concepções diferentes que geram atitudes diferentes. Enquanto se está pensando em fiéis desta ou daquela tradição, isto fica mais fácil de perceber: concepções diferentes e atitudes religiosas diferentes.

Mas temos entre nós uma particularidade chamada às vezes de dupla militância. Como fazer então? Aí a pergunta pelas diferenças já se torna mais complexa. E é especialmente mais complexa pelo fato de que a expressão *dupla militância* é advinda do modo de pensar cristão. Para o modo de pensar próprio do Candomblé não há aqui qualquer duplicidade, pois se tem

ali uma forma de pensar inclusiva. Não há duas coisas: as duas atitudes fazem parte de uma única realidade, assim o compreendem. Levei anos para perceber que de fato um membro da tradição do Candomblé que frequenta também a tradição católica não sente isto como uma duplicidade (e muito menos como contradição), mas como uma única realidade. Esta forma de pensar inclusiva é uma característica marcante do povo lorubano, que está na raiz do Candomblé.

IHU On-Line - De que maneira o sincretismo religioso se construiu ao longo da história do Brasil, persistindo contemporaneamente? De que modo o senhor avalia essa prática?

Volney J. Berkenbrock - A temática do sincretismo nas religiões de matriz africana no Brasil é um dos aspectos muito estudados e posto em evidência. Muito se quis fazer para entender como surgiu ou se formou o sincretismo. Hoje tendo a pensar o sincretismo num âmbito bem maior que é o do diálogo intercultural. É um fenômeno que ocorre em praticamente toda a história conhecida das religiões. Não há religião que tenha nascido pura de qualquer influência, nem que tenha se mantido pura de qualquer influência, nem que tenha chegado a um estado que não mais vai ser influenciada por outras tradições religiosas. O próprio cristianismo é um exemplo claro de um grande sincretismo, formado de raízes judaicas (que tinham muitas influências egípcias, babilônicas, persas), por influências gregas e romanas, por influências germânicas e assim por diante. Com as divisões institucionais dentro do cristianismo em diversas igrejas, estes processos sincréticos se tornam ainda mais claros: ora esta, ora aquela influência se torna mais visível. Assim, o processo de formação das religiões afro-brasileiras também é perpassado por muitos sincretismos. Eu os vejo não como mistura ou - o que seria pior ainda - como degeneração religiosa, mas sim como o resultado de um diálogo cultural sempre presente na história das re-

ligiões. O que geralmente chamamos de sincretismo é, a meu modo de ver, um grande diálogo inter-religioso. Constituído não por vias de encontros para este fim, mas por vias da dinâmica cultural.

IHU On-Line - O que o sincretismo religioso revela sobre o modo dos brasileiros de viverem a experiência religiosa? E sobre o contexto sócio-histórico?

Volney J. Berkenbrock - Percebendo o sincretismo como um processo inerente à dinâmica cultural, é interessante perguntar-se quais mecanismos o conduziram. Como algumas coisas se formaram de uma maneira e outras de outra? Penso que um dos elementos importantes para se entender o caminho do processo dialogal do sincretismo é o que chamaria de lógica do objetivo. As coisas se juntam, se interinfluenciam mais quando há objetivos comuns que são visados. Assim, a busca da experiência religiosa pode ser entendida como um elemento impulsionador do sincretismo. Mas este é apenas um elemento na grande teia que o sincretismo vai permanentemente tecendo. Nela muitos são os coloridos que fazem o todo sempre mais belo.

IHU On-Line - Em sua pesquisa o senhor afirma que o processo de sincretismo não teve e não tem uma mão única, ou seja, influenciou as religiões de matriz africana e o catolicismo mutuamente. Que elementos evidenciam essa afetação mútua nos campos religiosos afrodescendente e católico? O que nos revelam os processos de "desafricanização" dos negros e mestiços e "reafricanização" da sociedade e cultura brasileira?

Volney J. Berkenbrock - Entendo que o sincretismo é um processo permanente de diálogo, parte da dinâmica cultural. Assim, dentro dele, há elementos que são interessantes numa análise. Um deles é justamente esta mútua influência. Ao falarmos de sincretismo no Brasil muitas vezes se pensa logo nas religiões afro-brasileiras, como se fossem somente elas passíveis de serem sincretizadas; fazendo uma análise mais apurada se pode perceber que - mesmo estando em condição social muito adversa - as compreensões religiosas de matriz africana também deixaram marcas em tradições cristãs.

Em termos de catolicismo, por exemplo, uma marca interessante

é a importância que se dá à missa de 7º dia (e 30º). Na tradição do Candomblé, há um ritual fúnebre feito dias ou semanas depois do sepultamento, que é uma despedida do falecido da comunidade. Na tradição católica existe a missa de 7º dia (ou 30º). É uma tradição antiga. Mas em diversos lugares do Brasil ela tomou uma importância muito grande. É uma espécie de momento de despedida do grupo de amigos, uma espécie de homenagem-despedida. Nisto, penso, há influência da tradição do Candomblé.

Esta influência não está apenas no catolicismo. Se formos para o universo das igrejas pentecostais, por exemplo, há ali influências muito maiores como momentos de transe ou de expressão corporal. Outro elemento de análise interessante neste processo de diálogo intercultural é o que tem ocorrido entre o Brasil e a África negra. Este tem se intensificado nos últimos tempos e gera dentro das tradições religiosas afro-brasileiras a chamada reafricanização, ou seja, um processo de influência africana novamente sobre os descendentes destas tradições no Brasil. ■

Volney J. Berkenbrock



Sou um franciscano que continua encantado com a pluralidade religiosa. Vejo esta não como um problema, mas como uma imensa riqueza de formas de pensar e viver. Todas tentando desvendar o mistério da vida. E isto me leva a crer cada vez mais na grandiosidade do mistério divino e pensar/sentir que somos, cada pessoa ou cada tradição religiosa, guardiães de pedaços deste imenso tesouro. E que cada qual cuide o melhor possível de sua parte, mas também admire com maravilhamento as partes cuidadas pelos outros.

LEIA MAIS...

— *Candomblé. A unidade entre dois níveis de existência.* Entrevista especial com Volney J. Berkenbrock publicada na revista *IHU On-Line*, nº 309, de 28-09-2009, disponível em <http://bit.ly/1La58oV>

Os corpos matáveis de uma sociedade

Alexandre Ciconello destaca que o racismo também é atualizado na violência contra o negro numa sociedade que finge não existir preconceito, mas que mata jovens e mulheres

Por Leslie Chaves e João Vitor Santos

A violência e o homicídio de negros são mais uma faceta do racismo que se vive no Brasil. É o que defende o advogado e assessor de direitos humanos da Anistia Internacional Alexandre Ciconello. “Quem está morrendo é esse invisível, e o racismo faz com que a outra parte da sociedade, a sociedade branca, não se interesse por isso”, destaca ao lembrar que as maiores vítimas de homicídios são homens jovens, negros e moradores de periferia. Para Ciconello, essa falta de visibilidade faz com que a sociedade e até o poder público não encarem o problema de frente. “Temos de romper com a indiferença e isso tem a ver com racismo, pois aqueles que estão morrendo não são os filhos daqueles que têm poder numa sociedade. Se fosse, essa situação já teria mudado. Afinal, quem está morrendo é o outro, aquele que não tem voz e que está em situação subalterna”, completa.

Na entrevista concedida por telefone à IHU On-Line, Ciconello destaca

que ainda há o desafio de lutar contra o estigma de que todo jovem de periferia é ou pode vir a ser bandido. “Em geral, a polícia tem essa concepção do elemento suspeito, o jovem e o homem negro, e que suas vidas valem menos, são corpos matáveis”. São como pessoas de menos valor e que, dada a situação, sua execução é aceitável. É neste mesmo contexto que estão as mulheres negras, que morrem muito mais do que as mulheres brancas. “O corpo da mulher negra é ainda mais visto como objeto do que o corpo da mulher branca. Há todo um estereótipo de que a negra é boa de cama”, analisa.

Alexandre Ciconello é assessor de direitos humanos da Anistia Internacional. Advogado, formado pela Universidade de São Paulo, é especialista em Direitos Humanos pela American University (Humphrey Program - Fulbright), Washington, e mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como entender a situação de vulnerabilidade da população negra no Brasil, especificamente relacionada com a violência a que são expostos?

Alexandre Ciconello - Um dos fatores é a violência em si. O Brasil é um país muito violento e a sua forma letal realmente afeta mais a juventude negra. É importante

destacar que a violência está presente na sociedade brasileira de diversas formas. Podemos falar em violência sexual, violência doméstica, violência contra as mulheres e também a outros povos, como os indígenas. Tudo isso é um contexto que tem a ver com a nossa formação e também com as relações sociais e como os conflitos são resol-

vidos no país, ainda com base em muita violência. E a aliança desse cenário com o racismo, algo muito presente na sociedade brasileira, faz com que a população negra tenha mais dificuldade de acessar direitos e enfrente um cotidiano de discriminação, preconceito e violência.



A segurança pública é focada na guerra das drogas, baseada numa polícia militarizada que visa enfrentar um inimigo interno que seria o traficante

Assim, os assassinatos hoje no Brasil são muito maiores, proporcionalmente, entre a população negra e especialmente entre o negro jovem. São várias explicações para entender por que isso acontece. O número de homicídios vem crescendo no Brasil desde a década de 1980. É o contrário de outros indicadores sociais, como saúde e educação, que vêm melhorando depois da Constituição de 88, considerando os indicadores de violência letal, que é a violência mais grave, pois é quando se tira a vida de alguém. Se desagregarmos os dados entre população branca e negra, veremos uma queda em homicídios entre jovens brancos e aumento na taxa de homicídios na população negra. Dado que é muito preocupante.

IHU On-Line - A que podemos atribuir essa diferença? Por que diminuem os homicídios entre brancos e aumentam entre os negros?

Alexandre Ciconello - Isso tem a ver com o fato de que a maioria dos negros no país são pobres, e a violência é também seletiva em termos etários, raciais e sociais. Além disso, estão inseridos nos territórios mais pobres, nas periferias, onde as taxas de homicídios são mais altas. Outro fator é que não há política de redução de homicídios enquanto política de segurança pública. A segurança pública é focada na guerra das drogas, baseada numa polícia militarizada que visa enfrentar um

inimigo interno que seria o traficante. E é muito localizada nesse enfrentamento em locais muito pobres, favelas e periferias. Não há uma política de redução de homicídios, de preservação de vidas. Assim, temos uma política pública de segurança militarizada e voltada para o combate em territórios de favelas e periferias, sem muito respeito aos direitos à população que ali mora. E favelas e periferias são territórios majoritariamente negros.

Um segundo ponto é que há hoje um estereótipo racista muito associado à juventude negra de favela, numa ideia de que o jovem negro está ligado ao crime, ao tráfico. Há uma criminalização, uma leitura de que a juventude é desviada, criminalizada, e que é preciso fazer um projeto social para os jovens não irem para as drogas. Ou seja, há a visão de uma juventude que acaba muito mais os criminalizando e tratando dos riscos e não de sua potencialidade. As políticas públicas e a sociedade não veem a juventude, em especial a juventude negra, na sua potencialidade criativa, seus talentos, mas sim como um eventual problema que vai se criar na sua relação com a droga e os demais aspectos "desviantes". Isso afeta a autoestima desse jovem, e as políticas públicas todas, de educação, saúde, não atentam para isso e seguem nessa linha de criminalização. Na prática, não temos políticas públicas realmente voltadas para juventude.

Há, ainda, a realidade da sociabilidade violenta e a participação na mídia nisso. A televisão coloca certa masculinidade relacionada ao poder, à potência, no sentido de que é necessário o uso de armas e a solução dos conflitos só se dá de forma violenta. Isso aparece na música e em várias outras expressões culturais que exaltam uma masculinidade violenta, agressiva e preconceituosa que afeta a juventude em geral. Não é à toa que 93% dos homicídios são entre homens.

IHU On-Line - Dentro dessa lógica de política de segurança pública baseada na militarização, como se dá a constituição do estereótipo do suspeito padrão nesse sujeito negro jovem? E como combater esse estigma?

Alexandre Ciconello - Ele não só é considerado suspeito como ainda pode ser morto. É ainda mais perverso. A polícia atua sobre esse suspeito padrão através do racismo institucional das corporações policiais. Há vários exemplos disso. Existem cartuns e ilustrações em manuais de corporações em que sempre representam o criminoso como negro. E essa criminalização da população negra vem acontecendo no Brasil desde sempre, bem como suas expressões. O samba, por exemplo, foi criminalizado, o mesmo ocorreu com a capoeira, as religiões de matriz africana. Vemos até hoje um retrocesso nessa área. O *funk*, muito mais recente, também foi criminalizado.

Temos uma sociedade que tem padrões racistas e que criminalizam as expressões da cultura negra e também os seus jovens. A face visível disso é que, para a polícia, o suspeito padrão é o jovem negro, independentemente de classe social. Temos vários casos de violência e até assassinatos praticados pela polícia porque os suspeitos eram jovens negros que estavam na favela, simplesmente andando, sem nenhum tipo de justificativa. Os homicídios cometidos pela polícia são parte importante

desses números da violência contra negros. Só na cidade do Rio de Janeiro, os homicídios praticados por força policial, chamados autos de resistência, somam entre 15 e 20% do total. Isso é uma escala muito alta. Não sabemos quantas pessoas a polícia mata no Brasil. Há apenas estimativas, mas os números não são confiáveis, pois cada estado tem sua metodologia.

O professor Michel Misse¹, por exemplo, estima que cerca de 30% de todos os homicídios do país teriam participação da polícia. Em geral, a polícia tem essa concepção do elemento suspeito, o jovem e o homem negro, e que suas vidas valem menos, são corpos matáveis. São pessoas que podem ser mortas, como se o destino desses jovens fosse a violência, o tráfico. É muito perversa a imagem e a autoimagem que se acaba constituindo da juventude negra.

Desafios para subverter a lógica de corpos matáveis

O primeiro passo é romper com a indiferença. A Anistia² lançou a campanha *Jovem Negro Vivo* com esse objetivo. É preciso desnaturalizar essa questão, não pode ser visto como algo natural. Essa discussão - sobre a preservação de vidas, em especial de negros jovens - deveria ser a agenda pública

1 **Michel Misse:** bacharel em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre e doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ/SBI/UCAM. Atualmente é professor Associado do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Publicou recentemente *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana* (Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2006; 2a. edição: 2011), *Acusados e Acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações* (Rio de Janeiro, Editora Revan/Faperj, 2008), *As Guardas Municipais no Brasil* (Rio, Booklink/Finep, 2010) e *O Inquérito Policial no Brasil* (Rio, Booklink/Fenapaf, 2010). (Nota da **IHU On-Line**)

2 O entrevistado refere-se à Organização Não Governamental Anistia Internacional. Para mais detalhes, acesse anistia.org.br. (Nota da **IHU On-Line**)

principal do país, com discussões nas universidades, nas associações, nas igrejas e em qualquer lugar. É preciso, também, reduzir a violência policial, mudar a lógica de segurança pública que hoje não tem o foco na redução de homicídios. Se o foco fosse esse, teríamos mais

“

Não há política de redução de homicídios enquanto política de segurança pública

pesquisas, saberíamos por que as pessoas estão morrendo, teríamos mais elementos para saber onde os jovens negros estão morrendo e quais são as dinâmicas dessas mortes e como mudar isso.

Infelizmente, o que se vê é a criminalização de favelas e periferias. A política entra em favelas com blindados, com fuzis e suas balas de longo alcance matando crianças e jovens sob o argumento de legítima defesa. Essa política de combate às drogas é que vem causando muito mais mortes e abusos, destruição, do que o próprio consumo de drogas individual provoca. Isso tem que mudar. Há um coronel do Estado Maior da Polícia Militar aqui do Rio de Janeiro que fala: numa política onde o foco é a guerra não há como preservar as vidas. A imprensa também colabora muito com essa política nos seus discursos, nas narrativas de programas policiais que estimulam e que exaltam o combate, a polarização da sociedade entre polícia e criminosos. É uma cortina de fumaça para esconder uma polícia ineficiente, corrupta e que pratica ainda execuções extrajudiciais como parte de seu *modus operandi*.

Temos de romper com a indiferença e isso tem a ver com racismo, pois aqueles que estão morrendo não são os filhos daqueles que têm poder numa sociedade. Se fosse, essa situação já teria mudado. Afinal, quem está morrendo é o outro, aquele que não tem voz e que está em situação subalterna. Os negros não têm representação no Congresso Nacional, não têm poder econômico, não são diretores e presidentes de grandes empresas, não têm presença na mídia, não têm voz em artigos como colunistas de jornais, é uma situação invisível. Então, quem está morrendo é esse invisível, e o racismo faz com que a outra parte da sociedade, a sociedade branca, não se interesse por isso.

IHU On-Line - O último mapa da violência³ aponta que, num período de dez anos, houve aumento de 54,2% na taxa de homicídios contra mulheres negras, enquanto o índice caiu 9,8% entre as mulheres brancas. Qual a sua interpretação dessa realidade? Por que as mulheres negras são as mais atingidas por essa violência?

Alexandre Ciconello - São os mesmos fatores que atingem os homens negros jovens, com algumas diferenças. O homem morre muito no espaço público, em conflitos interpessoais e também em razão da ação da polícia, envolvimento com criminalidade e trânsito. As mulheres são mortas no espaço doméstico, por pessoas muito ligadas ao seu convívio familiar ou mesmo seus parceiros. Essa morte de mulheres negras ainda tem muito a ver com a questão do machismo, o poder do homem sobre a mulher. E, mais uma vez: a redução de homicídios é o foco, assim, não se produzem informações suficientes para se saber em detalhes as circunstâncias dessa morte, em

3 O sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou material sobre o Mapa da Violência. Confira em <http://bit.ly/1kSP1XC>. (Nota da **IHU On-Line**)

que contexto essas mulheres estão morrendo.

Podemos perceber que esse é também um contexto do racismo, nesse caso, à mulher negra. Ela muitas vezes é vista como objeto sexual, usada como objeto de prazer dos homens. Temos visto manifestações de mulheres tomando espaço com relatos de assédios que têm sofrido. Mas as mulheres negras ainda sofrem mais em decorrência do racismo. O corpo da mulher negra é ainda mais visto como objeto do que o corpo da mulher branca. Há todo um estereótipo de que a negra é boa de cama.

IHU On-Line - Isso também não tem a ver com o local onde vivem as mulheres? É também uma questão de vulnerabilidade social?

Alexandre Ciconello - É também isso. Sempre que falamos da sociedade negra, tem a ver com as questões socioeconômicas. Há alguns discursos que dizem: "isso ocorre porque são pobres, não há questão de racismo no Brasil". Isso não é verdade! As discriminações se multiplicam. Recentemente, vi uma entrevista muito interessante da consulesa da França em São Paulo⁴. Ela é uma mulher negra, bonita, rica e poderosa, mas sempre sofre racismo no Brasil. Se fosse pobre, haveria ainda outras questões, vulnerabilidades e preconceitos. A maioria das mulheres pobres no Brasil são negras, ganham menos no mercado de trabalho, têm menos direitos trabalhistas - basta ver que a maioria das empregadas domésticas são negras - e isso as leva

⁴ **Alexandra Loras**: é uma das líderes francesas mais Influentes com menos de 40 anos. Seus pontos de vista transformadores sobre raça, gênero, sexualidade e poder lhe trouxeram em 2013 o prêmio Mulher destaque do ano Organização Brasileira das Mulheres Empresarias - OBME. Possui mestrado em Gestão de Mídia pelo IEP- Paris (Sciences Po), mora no Brasil atualmente e é curadora do Bailinho da Bastilla ao lado do Marido Damien, Cônsul Geral da França em São Paulo. Nasceu e cresceu na França, viveu na Alemanha, Inglaterra, Espanha, México, EUA e Suécia. E ainda tem em seu histórico mais de 50 países quais conheceu. (Nota da **IHU On-Line**)

a condições de moradia precária e menos segurança.

IHU On-Line - Qual é o peso da questão racial no tema da violência?

Alexandre Ciconello - Não tem como falar em violência no Brasil sem passar pela questão racial. A forma como o poder foi estruturado no Brasil, o poder político, econômico e simbólico, é racista. Coloca negros e negras em posições subalternas. Usam-se as forças de segurança para marginalizar territórios majoritariamente negros, as expressões das culturas... Lógico que se avançou muito desde a escravidão, mas é só acompanharmos relatos hoje do que acontece nas

“
As políticas públicas e a sociedade não veem a juventude, em especial a juventude negra, na sua potencialidade criativa

favelas e periferias do Brasil para ver o que os jovens estão dizendo. O *rap*, o *funk* falam do que se passa na favela: um jovem negro volta para casa e é revistado, leva tapa na cara.

Histórias como essas descobrimos através de um relatório que a Anistia elaborou, *Você Matou Meu Filho*⁵. Fala de um contexto na região de Acari, no Rio de Janeiro. Lá, por exemplo, a polícia entra na casa de uma família negra e pergunta para uma mulher:

⁵ A íntegra do relatório pode ser acessada em <http://bit.ly/1MsoCaf>. (Nota da **IHU On-Line**)

“Quem sabe quem mora aqui do lado?”. Ela diz que não sabe e o policial responde: “Como você não sabe, sua mulher de bandido, filha da puta”. Ou seja, representa uma criminalização não só da juventude negra, mas de todo o território basicamente negro e das pessoas que vivem ali. É um território em que o Estado Democrático de Direito não chega.

A polícia, a repressão, continua com um viés racista contra a população negra e pobre. Se formos analisar, há o componente do racismo institucional que prioriza outra agenda que não essa. O racismo institucional é quando as instituições, os seus procedimentos e práticas se reproduzem lá no racismo. Assim, diariamente negros e negras passam por situações discriminatórias em vários espaços, mercado de trabalho, na rua, no ônibus, em tudo. São decisões que reforçam essa institucionalização do racismo. Você vê um jovem negro sem camisa e já puxa sua bolsa. O jovem vai ao shopping e o segurança começa a segui-lo, ou então vai em busca de um emprego e não consegue. Sei de um caso, no Distrito Federal, em que menos de 10% dos atendentes dos bancos eram negros. Isso gerou uma ação do Ministério Público do Trabalho⁶ para entender por que os bancos não contratavam ninguém negro para atendimento, somente para posições mais subalternas.

Então, levando esse contexto para polícia, vemos que ela realmente vê que a vida do jovem negro não tem valor. Isso gera uma série de mecanismos na polícia e na própria sociedade, que acobertam a impunidade. É quando se diz aquela infeliz frase que “bandido bom é bandido morto”. Ao falar isso, não estamos nos referindo a político corrupto suspeito de roubar milhões, estamos falando do estereótipo do negro da favela com

⁶ Confira reportagem sobre o tema no sítio do Ministério Público do Trabalho, disponível em <http://bit.ly/1HoFmZs>. (Nota da **IHU On-Line**)

arma na mão e de chinelo. A construção social desse bandido que pode ser morto é o jovem negro. Porque quando traficante de drogas branco é pego na zona sul do Rio de Janeiro, ou numa área mais nobre, até a imprensa fala: "estudante é preso por traficar drogas na zona sul". É diferente quando ocorre na favela. É algo muito entranhado, visível e ridículo.

IHU On-Line - Inúmeras pesquisas apontam para situações de racismo e vulnerabilidade de negros, revelando um contexto de marginalização. Mas essas pesquisas acabam se efetivando em políticas públicas?

Alexandre Ciconello - Não. É essa a dimensão do racismo institucional nas políticas públicas. Ou seja, esses dados revelados não são priorizados nas políticas públicas porque há racismo. Há dados, evidências de que o Brasil é um dos países mais violentos do mundo, em termos absolutos é onde mais se mata, e quem está morrendo são jovens negros e ninguém faz nada. Por quê? É a dimensão do racismo institucional na política pública. E quando falo em política pública me refiro desde a definição da agenda. Isso nunca entra na agenda. Desde o início do Governo Dilma há uma pressão para que o Governo Federal lidere um pacto nacional de redução de homicídios. Isso não foi feito até hoje, não há uma prioridade. A prioridade é outra, e nos estados também.

Alexandre Ciconello



Não se quer diminuir o número de homicídios e a letalidade policial, pois a maioria dos que morrem são jovens pobres e negros. Quem está morrendo não tem voz, não há pressão efetiva, embora se faça essa pressão na periferia. Por isso que a campanha da Anis-

“

A polícia atua sobre esse suspeito padrão através do racismo institucional das corporações policiais

tia tinha esse componente de falar de todas essas questões. Além de romper com a indiferença, há um manifesto pedindo política pública para reduzir homicídios, política pública para os jovens, para que os tirem dessa situação de vulnerabilidade e violência.

IHU On-Line - Gostaria que falasse mais da campanha Jovem Negro Vivo.

Alexandre Ciconello - A campanha começou apresentando esses dados de forma bem forte, dando visibilidade ao tema. E temos várias ações de comunicação, víde-

os, artigos de mídia e palestras para buscar essa visibilidade para o tema. Em várias cidades do Brasil temos ativistas que se engajam nessa causa e vão para a rua falar com as pessoas e pedir que participem de nosso manifesto, que clama por ver o jovem vivo. As pessoas se comprometem e pedem políticas públicas de redução de homicídios de forma urgente no país. Com a força dessas assinaturas e do manifesto vamos fazer a entrega dessas reivindicações ao Governo Federal e em alguns estados para que se comprometam com isso e com um pacto nacional para redução dos homicídios.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Alexandre Ciconello - Gostaria apenas de convidar a conhecer o relatório *Você Matou meu Filho*⁷. São dados importantes, histórias de vidas importantes. Ali, tem a história de um menino, o Eduardo, de dez anos, assassinado pela polícia na porta de casa com tiro na cabeça. O inquérito foi concluído dizendo que os policiais agiram em legítima defesa. Lamentavelmente os estados e o Governo Federal não têm colocado essa questão como central. Isso é lamentável. E o pacto nacional pela redução de homicídios ainda não saiu do papel. ■

⁷ Disponível em <http://bit.ly/1MsoCaf>. (Nota da IHU On-Line)

Eu sou um cara branco, que sempre me indignei com as injustiças e desigualdades no nosso país. E que milito desde sempre para que todos tenham uma vida digna, livre da violência.

O Atlântico Negro reeditado

Para o sociólogo Alex André Vargem, os fluxos migratórios contemporâneos resgatam essa noção nas relações entre “Brasil e África” e “Brasil e Haiti”

Por Leslie Chaves

O contexto cultural gerado a partir do tráfico de negros africanos escravizados para as Américas foi denominado como Atlântico Negro pela historiografia. Entretanto, essa noção assume dimensões mais vigorosas a partir dos estudos do inglês Paul Gilroy (*O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, 2001), renomado pesquisador das culturas negras diaspóricas, que se centraliza nesse cenário para pensar os fluxos interculturais e multidimensionais que têm início no período colonial e continuam até hoje. O estudioso pensa a cultura produzida no trânsito da diáspora, a qual simultaneamente se sente estrangeira e local, em um eterno processo de negociação em busca de integração e construção identitária.

Contemporaneamente, com a intensificação dos processos migratórios no mundo e no Brasil, principalmente em relação à migração de africanos e haitianos, que estão em grande número no país, pode-se dizer que as trocas culturais têm se renovado nesse fluxo. Para o sociólogo Alex André Vargem, essa é a parte positiva do resgate do Atlântico Negro, porém a preocupação são os elementos que revelam estagnações e retrocessos. O pesquisador se refere especialmente às condições de transporte dos migrantes, que em alguns casos viajam clandestinamente, e à situação de vida deles após a entrada no país, diante da falta de políticas públicas para atendê-los. “Podemos fazer um resgate da história do Atlântico Negro, onde a questão central é que ainda hoje, em pleno século XXI,

africanos chegam ao Brasil em porões de navios. O tempo passou, mas o processo social ainda não mudou. Se antes eles vinham como escravos, hoje eles vêm como refugiados; se antes se almejava a carta de alforria, agora se almeja a carta de refúgio. Então o tempo passou, mas o processo social diaspórico não mudou, e isso é inaceitável que aconteça no Brasil e no mundo”, ressalta.

Ao longo da entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, Vargem aborda diversos aspectos da questão migratória no Brasil, mas principalmente a vulnerabilidade a que estão expostos os migrantes e refugiados. Os povos negros são os mais atingidos pelas dificuldades e violências. “É necessário considerar um conjunto de vulnerabilidades que atingem os migrantes, sobretudo os negros. Quando se trata dos debates migratórios, não se faz um recorte racial e essa é uma questão central, pois envolve aspectos específicos que são esquecidos e negligenciados”, aponta.

Alex André Vargem é graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, com formação sobre Direito Internacional dos Refugiados pelo International Institute of Humanitarian Law - IIHL, na Itália. É colaborador do jornal *Nosotros Imigrantes*, membro da Transnational, Lives, Mobility and Gender, rede de pesquisadores do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal, e integrante do Instituto do Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil - IDDAB.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Que reflexos a noção de diáspora tem na construção da identidade dos povos africanos e seus descendentes espalhados por diversos países?

Alex André Vargem - Quando falamos de diáspora há toda uma dimensão cultural, política, econômica e sociológica de sujeitos que buscam um outro lugar, uma nova

identidade, uma reconstrução no âmbito de uma sociedade diversa da sua, na tentativa de encontrar o próprio lugar no mundo. Nessa busca por um lugar de pertença se



A organização dos negros brasileiros sempre se remeteu à diáspora a partir do resgate da ancestralidade e da cultura

desenvolvem diversos processos de natureza social. Existem processos de integração e de conflito que são permeados por muitas indagações, como: De onde sou? Para onde vou? Onde vou me estabelecer? O que será de mim e conseqüentemente dos meus familiares? Trata-se de um processo complexo que envolve a dimensão dos fluxos migratórios e a reconfiguração identitária desses grupos.

IHU On-Line - A perspectiva da diáspora incide sobre a organização dos movimentos sociais negros ao redor do mundo e no Brasil? Por quê? De que forma?

Alex André Vargem - Pensando do ponto de vista histórico há uma série de movimentos Pan-africanistas¹ que sempre debateram essa questão do papel e do lugar

¹ **Pan-africanismo:** é uma ideologia que propõe a união de todos os povos da África como forma de potencializar a voz do continente no contexto internacional. Relativamente popular entre as elites africanas ao longo das lutas pela independência da segunda metade do século XX, em parte responsável pelo surgimento da Organização de Unidade Africana, o pan-africanismo tem sido mais defendido fora de África, entre os descendentes dos africanos escravizados que foram levados para as Américas até ao século XIX e dos emigrantes mais recentes. Eles propunham a unidade política de toda a África e o reagrupamento das diferentes etnias, divididas pelas imposições dos colonizadores. Valorizavam a realização de cultos aos ancestrais e defendiam a ampliação do uso das línguas e dialetos africanos, proibidos ou limitados pelos europeus. A teoria pan-africanista foi desenvolvida principalmente pelos africanos na diáspora americana descendentes de africanos escravizados e pessoas nascidas na África a partir de meados do século XX como William Edward Burghardt Du Bois e Marcus Mosiah Garvey, entre outros, e posteriormente levados para a arena política por africanos como Kwame Nkrumah. No Brasil foi divulgada amplamente por Abdias Nascimento. (Nota da IHU On-Line)

dos negros e, posteriormente, dos afrodescendentes, fora da África. Particularmente aqui no Brasil a organização dos negros brasileiros sempre se remeteu à diáspora a partir do resgate da ancestralidade, da cultura, através da dança, música e outros elementos, e até da força de trabalho, que também é uma dimensão que faz parte dessa herança.

A organização desses grupos acontece de diversas formas. Há, por exemplo, grupos de congolezes no mundo que têm redes sociais estabelecidas, que se comunicam entre si a partir de diferentes países. Hoje existem também movimentos africanistas que procuram fazer uma integração com os mais de 50 países africanos e esses grupos têm representatividade em diversos países na Europa, como, por exemplo, França e Bélgica. Muitos dos que integram esses movimentos são, sobretudo, migrantes e refugiados nesses países que outrora foram colonizadores das nações de origem dessas pessoas. Além da integração, esses grupos procuram reunir seus participantes de diversas nacionalidades africanas em torno da busca de direitos e de soluções de problemas comuns entre eles. Ultimamente isso também tem acontecido aqui no Brasil. Principalmente os congolezes e camaroneses que estão aqui têm buscado estabelecer este *link* com outros africanos da diáspora residentes em diferentes países. Procuram fazer um paralelo entre situações que ocorrem com eles aqui e outros acontecimentos semelhantes que se passaram com grupos no Canadá, França, Bélgica, Estados Unidos etc. A ideia é trocar

informações sobre como lidaram com determinadas circunstâncias, mas sempre pensando nas questões da integração e da busca do reconhecimento de direitos. Esta é um pouco da dinâmica que eu tenho observado mais recentemente nos grupos que estão se estabelecendo aqui.

IHU On-Line - Como o uso da internet e, mais recentemente, das redes sociais na militância negra se relacionam com a ideia de diáspora africana?

Alex André Vargem - Uma das principais ferramentas para a comunicação entre os migrantes ou refugiados e seus familiares e amigos, que estão nas suas nações de origem ou mesmo na diáspora em diversos países, são as redes sociais e outras plataformas da internet, como o *Skype* e o *WhatsApp*. Esses aparatos facilitaram muito a comunicação, sobretudo porque ela torna-se mais barata. Sobre esse assunto, um dado interessante quando falamos em fluxos migratórios, particularmente os que estão vindo para o Brasil, é que a partir desse contato através da internet os migrantes já conhecem um pouco da realidade do lugar para o qual estão indo.

Além disso, eles ainda obtêm informações mais práticas, como que tipo de documentos é necessário para entrar em determinado país, quais são os procedimentos para ficar em situação regular, como é a obtenção do visto e ainda se existem e como são os processos de acolhimento. Com esses contatos, às vezes, alguns desses sujeitos quando chegam a outro país, como aqui no Brasil, por exemplo, já são recepcionados por uma comunidade. Outro exemplo são os fluxos migratórios que estão acontecendo na Europa, o caso dos sírios indo para a Inglaterra, Suécia, Finlândia etc. Muitos desses grupos já têm parentes estabelecidos nesses países, não escolheram aleatoriamente para onde migrar. Laços são reforçados e até outros são construídos a partir desse contato facilitado pela internet. Assim,

torna-se favorável a migração para lugares onde há essa estrutura de acolhimento, que propicia a integração dessas pessoas na “nova” sociedade.

IHU On-Line - É possível falar na conformação de uma “diáspora negra contemporânea” e de um “Novo Atlântico Negro” a partir dos processos de migração de africanos para o Brasil?

Alex André Vargem - É possível fazer esta afirmação, sim. Mas antes de entrar nessa questão especificamente, eu gostaria de falar um pouco sobre as diversas categorias jurídicas que existem quanto à migração, as quais muitas vezes acabam se confundindo um pouco. Temos o refugiado, o solicitante de refúgio, o migrante econômico e o indocumentado. Embora do ponto de vista sociológico o processo não seja tão diferente, essas categorias jurídicas se diferenciam entre si. Os refugiados, por exemplo, de acordo com a convenção de 1951 da Organização das Nações Unidas - ONU, são aqueles que apresentam um fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política. Muitas vezes, um migrante que se enquadre em outra das categorias também pode ser considerado um refugiado, mas socialmente, porém não juridicamente. Já o migrante é definido como aquele que migra por motivos econômicos.

Se pensarmos hoje a questão do refúgio no mundo e dentro desse cenário global o Brasil - que ratificou uma série de convenções e acordos internacionais em relação a esse tema -, não se trata de um fenômeno novo, aqui no país já está em curso há muito tempo. Essas pessoas chegam aos países de diversas formas: diretamente, de avião ou por via terrestre, ou pelos navios, meio que às vezes pode se configurar como indireto, uma vez que em muitos casos, como por exemplo, aqui no Brasil, os migrantes entram clandestinamente nessas embarcações com o intuito de aportar em um país eu-

ropeu e acabam chegando ao solo brasileiro. Essa última situação é menos frequente, mas acontece. Analisando-a, ainda é possível fazer outra reflexão quando vemos africanos fazendo essa travessia do Atlântico em porões de navios, sendo, de acordo com vários relatos, espancados pela tripulação, confinados e até jogados no mar. A partir desse fenômeno podemos fazer um resgate da história do Atlântico Negro, onde a questão central é que ainda hoje, em pleno século XXI, africanos chegam ao Brasil em porões de navios. O tempo passou, mas o processo social ainda não mudou. Se antes eles vinham como escravos, hoje eles vêm como refugiados; se antes se almejava a carta de alforria, agora se almeja a carta de refúgio. Então o tempo passou, mas o processo so-

“
No contato através da internet os migrantes já conhecem um pouco da realidade do lugar para o qual estão indo

cial diaspórico não mudou, e isso é inaceitável que aconteça no Brasil e no mundo.

Também é importante mencionar que é necessário desconstruir um pouco o mito do Brasil como país acolhedor, porque além dos conflitos com a população local, há muitos desses migrantes que não querem estar no país e o veem como uma escala, um lugar para juntar dinheiro para ir para nações mais desenvolvidas.

IHU On-Line - Há dados sobre a quantidade e situação dos imigrantes negros (de países africa-

nos e do Haiti) que estão vivendo no Brasil?

Alex André Vargem - Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no censo mais recente, de 2010, apontam que há pouco mais de 14 mil africanos em situação regular no Brasil. Mas considero esse número muito pequeno e até irrisório tendo em vista a realidade que conhecemos. Então, há a necessidade de se ter dados mais precisos para podermos trabalhar políticas públicas direcionadas a esta população. Sabemos, a partir da nossa experiência de campo, conhecendo os contextos e grupos sociais, que há uma migração irregular, ou indocumentada, que é bem maior do que esse número. Existem diversos órgãos governamentais que trabalham com os migrantes e/ou refugiados, que fazem a contagem dessas pessoas, porém me parece que não há uma conversação entre essas diferentes instâncias e aí não se chega a um número preciso; assim se trabalha com estimativas.

Especificamente sobre os refugiados, hoje se fala que eles são 8.500 em situação regular, de diferentes origens como Síria, Congo, Angola, entre outros. Mas ressalto que esse número se refere só aos refugiados reconhecidos. E os que não foram reconhecidos?

Recentemente no Brasil se discute a formulação de um órgão que sistematize os números dos diversos setores que trabalham com esse tema, mas ainda há uma carência do Estado brasileiro nesse sentido. Alerto que o nosso país nunca pensou antes em potencializar as políticas migratórias e para refugiados. Tanto que a nossa primeira conferência sobre migração, o Comigrar², foi no ano passado, 2014. Isso é um total absurdo. Muitos

² **Conferência de Migrações e Refúgio - Comigrar**: evento realizado de 30 de maio a 1º de junho de 2014, em São Paulo, com o objetivo de promover um diálogo social para subsidiar a construção da Política Nacional sobre Migrações e Refúgio pautada nos direitos humanos. O evento foi promovido pelo Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho e Ministério das Relações Exteriores, com apoio as agências das Nações Unidas

comemoraram, mas no meu ponto de vista não temos que comemorar, precisamos é fazer uma reflexão e nos envergonharmos, porque só em 2014 o Estado brasileiro e a sociedade pensaram nessas políticas públicas.

Eu parto sempre da ideia do mito do acolhimento para entender essa situação. Se o brasileiro é acolhedor, para que criar políticas públicas? É necessário considerar um conjunto de vulnerabilidades que atingem os migrantes, sobretudo os negros. Quando se trata dos debates migratórios, não se faz um recorte racial e essa é uma questão central, pois envolve aspectos específicos que são esquecidos e negligenciados.

IHU On-Line - Como estão sendo recebidos os imigrantes negros (de países africanos e do Haiti) no Brasil? Há diferenças entre a recepção de imigrantes negros e não negros aqui?

Alex André Vargem - Há diferenças sim. Por exemplo, muitas vezes os solicitantes de refúgio e mesmo os que chegam em situação irregular são impedidos de permanecer no país porque agentes federais os consideram ameaças à segurança nacional, à saúde pública etc. Isso configura uma violação dos direitos dessas pessoas, principalmente o direito de solicitar refúgio, prerrogativa prevista nos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário. A diferença na recepção já começa por aí, no primeiro contato com as autoridades fronteiriças.

No tocante ao tema da imigração, no Brasil infelizmente ainda se tem uma visão policialista dos refugiados e/ou migrantes. Nos grandes aeroportos há o chamado "conector", que é um espaço de confinamento onde as pessoas ficam semanas e até meses quando as autoridades alegam que elas apresentam algum tipo de irregularidade ao chegar ao país. Essas pessoas ficam confinadas, tentando encontrar uma saída para o proble-

ma apontado ou aguardando a deportação. Isso é um total absurdo. O grande problema é que não há nenhum tipo de regulamentação ou lei para a existência do "conector". Práticas semelhantes também se repetem na recepção de migrantes/refugiados que chegam por terra.

“

É necessário considerar um conjunto de vulnerabilidades que atingem os migrantes, sobretudo os negros

Depois do ingresso no Brasil, eles são colocados em situação regular quanto à permissão de entrada, mas ficam jogados à própria sorte no país. O que acaba acontecendo, às vezes, é que eles se tornam moradores de rua, buscando espaços nos albergues que atendem essa população. Eu tenho uma visão crítica quanto a isso, pois o visto humanitário, concedido aos migrantes na chegada, nada mais é que uma forma de igualá-los aos moradores de rua. Alguns consideram esse documento como uma benesse do Estado, mas na verdade revela a ausência de políticas públicas migratórias, que gera um conjunto de violências e dificuldades para um processo de integração.

O slogan "Brasil de braços abertos"³, usado para falar sobre o debate migratório no país, de fato não é verdadeiro. A imigração

³ **Brasil de braços abertos:** expressão dita pela presidente Dilma Rousseff em mensagem gravada para as redes sociais para as celebrações de 2015 do Dia da Independência. A presidente mencionou que, mesmo vivendo momento de dificuldades, o Brasil está "de braços abertos" para receber refugiados. (Nota da **IHU On-Line**)

aqui é selecionada. O acolhimento funciona para determinados grupos sociais, de uma nacionalidade específica e, sobretudo, de uma raça específica. Os imigrantes negros não são vistos como potenciais desenvolvedores, como talentos. A sociedade os vê como aqueles que trazem doenças, pobreza, marginalização, violência etc. Enquanto isso o imigrante branco é tratado de outra forma.

IHU On-Line - O racismo tem atingido os imigrantes negros (de países africanos e do Haiti) no Brasil? De que maneira? Os movimentos sociais negros ou outras entidades têm tratado dessa questão? E o poder público?

Alex André Vargem - Os migrantes e/ou refugiados africanos, ou haitianos, no ponto de vista de uma parcela significativa da sociedade e também do poder público, são considerados indesejáveis. Quando essas pessoas estão no âmbito da sociedade brasileira, morando em diversas cidades em busca do processo de integração, elas sofrem variados tipos de violência e de racismo. Estive conversando em São Paulo com comunidades de haitianos, congoleses e senegaleses e eles relataram que, andando no centro da cidade, muitas vezes são chamados de macacos. Outra situação que me contaram aconteceu com dois amigos, um haitiano e um senegalês. Enquanto eles andavam também pelo centro, um senhor viu que se tratava de estrangeiros e cuspiu neles.

Ocorre desde esta violência física e psicológica mais direta na rua, até o racismo em espaços como a universidade. Muitos dos estudantes estrangeiros negros que estão nas universidades públicas vêm por convênios e acordos bilaterais Brasil-África. Mesmo nas universidades de ponta, como as públicas e algumas particulares, estes estudantes se deparam com a violência racial. Um caso clássico foi o da Universidade de Brasília - UNB em 2007, quando um grupo de estudantes brancos brasileiros ateou fogo em um alojamento de

estudantes africanos. Outra situação ocorreu na Universidade Estadual Paulista - Unesp, na cidade de Araraquara, que é o campus de Ciências Humanas, onde foram feitas pichações contra a presença de estudantes intercambistas africanos. Foi pichada a seguinte frase: "Sem cotas para animais da África". Esse absurdo aconteceu em 2012 e revelou uma grande carga de preconceito, xenofobia e racismo. O mais paradoxal é que isso tudo se deu em um campus de Ciências Humanas. Iguais a esses, há diversos outros casos, que não são isolados, fazem parte de um contexto de racismo.

Desse modo, quando esses estrangeiros negros, sejam eles migrantes, refugiados ou estudantes intercambistas, estão em território brasileiro, eles se deparam com essas violências racistas diretas, através de insultos pessoais e às vezes até ataques à integridade física que resultam em morte; e indiretas, a partir das pichações, por exemplo. Aquela violência que o brasileiro racista e xenofóbico não manifesta contra corpos negros brasileiros, ele manifesta contra corpos negros africanos e haitianos.

Infelizmente esse racismo e xenofobia não vêm só da sociedade, também vêm do poder público. Sempre cito o caso emblemático que nós tivemos em São Paulo no ano de 2012, nessa que é uma das maiores cidades do mundo, que alguns definem como cosmopolita. Em uma tarde de dia de semana, no centro da cidade, prenderam quase 600 africanos e haitianos sob a alegação de que eles apresentavam indícios de irregularidade. Mas o que são esses indícios de irregularidade? E por que só migrantes, refugiados e estudantes intercambistas negros foram detidos? No caso específico dos haitianos, eles tinham visto humanitário. O Brasil outorga ao haitiano o visto humanitário e depois este haitiano se torna objeto de manifestações racistas pela própria autoridade que lhe concedeu este documento. Isso é um contrassenso e coloca em xeque o mito do Brasil como país acolhedor.

IHU On-Line - Como é o trabalho do Instituto do Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil - IDDAB?

Alex André Vargem - Ao longo desses quase dez anos de atuação,

nós temos trabalhado com palestras de conscientização e sensibilização, formação para diversos públicos e pesquisa. Também realizamos o encaminhamento de alguns casos pensando em como atender os migrantes/refugiados a partir das nossas políticas e serviços gerais (como o Sistema único de Saúde - SUS e a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, entre outros) diante da escassez e ineficiência das políticas públicas específicas para eles.

Assim, o trabalho que vem sendo realizado busca a conscientização do público brasileiro e também dos imigrantes, no sentido do entendimento da realidade do Brasil, principalmente no tocante ao contexto sócio-histórico e econômico das relações raciais no país, como a trajetória do processo de escravidão brasileiro, as desigualdades raciais etc. É necessário explicar que eles estão pisando em um território cujas estruturas sociais foram construídas a partir dessas bases. Precisamos preparar essas pessoas para o que elas podem vir a enfrentar, elas têm que conhecer a realidade do lugar em que vão se estabelecer para não terem uma visão romantizada. ■



Alex André Vargem

Sou um observador e questionador da realidade, e contestador de algumas das questões sociais invisíveis.

LEIA MAIS...

- *Imigrantes negros que chegam ao Brasil deparam-se com “racismo à brasileira”, diz sociólogo.* Entrevista com Alex André Vargem reproduzida nas **Notícias do Dia**, em 20-10-2015, disponível em <http://bit.ly/1WPRyU3>.

Duas faces de preconceito em uma só

Simone Vieira da Cruz fala das dificuldades de ser mulher negra na atualidade, em uma sociedade racista e machista

Por Leslie Chaves e João Vitor Santos

Imagine o preconceito como uma moldura, como se cada face desse tipo de discriminação gerasse uma moldura pesada e dura. Assim, se você é mulher tem de aprender a viver com o peso da desigualdade de gênero e mostrar que você tem os mesmos direitos e capacidades que os homens. Se você é negro, tem de provar que não tem menos valor do que qualquer outro. Agora, imagine ser mulher e negra numa sociedade que se diz pós-moderna, mas que nutre o racismo e o machismo. Essa realidade é vivida por milhares de brasileiras, como Simone Vieira da Cruz, psicóloga e ativista das questões raciais e de gênero. “São as mulheres negras que ampliam a agenda do movimento negro quando apontam a desigualdade de gênero produzida no âmbito deste movimento e a necessidade de fazer essa discussão e mudar as relações”, completa.

Na entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, reconstitui os desafios e lutas pelos quais ela e muitas outras mulheres passam diariamente. Lutas que não significam apagar sua negritude ou feminilidade. “Nossas lutas são importantes para que possamos mostrar para a sociedade que não somos todas iguais, temos especificidades que nos diferenciam,

diferenciam nossas lutas e isso demanda políticas públicas que deem conta de todas nós”, destaca. Para ela, apesar dos desafios, a luta contra essas duas formas de preconceito as deixa fortalecidas. “Nossa luta sempre foi por sobrevivência, para poder viver com dignidade. Neste aspecto incorporar o recorte de gênero na luta do movimento negro é fortalecer essa luta que sempre foi legítima”.

Simone Vieira da Cruz é mestre em Saúde Coletiva pela Unisinos, é ex-bolsista da Fundação Ford - International Fellowships Program (2008). Durante seu mestrado, também realizou estágio no Departamento de Psicologia Social da Universidade Autônoma de Barcelona. Ainda é especialista em Psico-Oncologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e graduada em Psicologia pela Universidade Luterana do Brasil. Atualmente, é secretária Executiva da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras - AMNB, Integrante da Associação Cultural de Mulheres Negras e pesquisadora na área de Saúde da População Negra e HIV/Aids, movimento negro e de mulheres negras.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual é o papel das mulheres negras na história de luta dos movimentos sociais negros?

Simone Vieira da Cruz - As mulheres negras foram e são fundamentais na história de luta dos movimentos sociais negros. São as mulheres negras que ampliam a agenda do movimento negro quando apontam a desigualdade de gênero produzida no âmbito deste movimento e a necessidade de fazer essa discussão e mudar as relações. Mas é importante destacar que as marcas do patriarcado sempre foram presentes e que o movimento de mulheres negras enquanto um movimento independente surge a

partir desse não reconhecimento da agenda das mulheres negras no movimento negro, como uma ação política.

IHU On-Line - De que maneira o racismo atinge as mulheres negras? Por que é necessário o recorte de gênero nas lutas afrodescendentes?

Simone Vieira da Cruz - O racismo atinge toda a população negra, e com as mulheres negras não é diferente. Nós, mulheres negras, vivenciamos todos os aspectos da desigualdade de gênero que afetam as mulheres de modo geral, no entanto o racismo só é vivenciado por nós. Racismo é a discriminação pela cor da pele. Pela cor da pele

preta, e somente nós vivenciamos isso. É essa violência do racismo que nos coloca em uma condição pior. Nossa luta sempre foi por sobrevivência, para poder viver com dignidade. Neste aspecto incorporar o recorte de gênero na luta do movimento negro é fortalecer essa luta que sempre foi legítima.

IHU On-Line - Quando e de que maneira as mulheres negras militantes começam a incluir mais formalmente os aspectos do “gênero” nas lutas negras e da “raça” nas lutas feministas?

Simone Vieira da Cruz - As mulheres negras sempre demarcaram suas lutas tanto no movimento negro quanto no feminista. No entan-

to, a dificuldade de reconhecimento dessas lutas por um histórico mito da democracia racial e da manutenção de um sistema patriarcal impediu que nossas lutas se fortalecessem no interior desses movimentos. A agenda inicia, no entanto, a partir da denúncia contra a esterilização das mulheres negras.

IHU On-Line - Qual a importância das mobilizações das mulheres negras para a militância e para as lutas feministas?

Simone Vieira da Cruz - Nossas lutas são importantes para que possamos mostrar para a sociedade que não somos todas iguais, temos especificidades que nos diferenciam, diferenciam nossas lutas e isso demanda políticas públicas que deem conta de todas nós.

IHU On-Line - Como é o contexto das mobilizações de mulheres negras militantes brasileiras, e delas com mobilizações de outros países?

Simone Vieira da Cruz - As mulheres negras no Brasil mantêm estreitas relações com mulheres negras de outros países, participando de redes internacionais de mulheres negras da América latina e do Caribe, assim como dos Estados Unidos. É a partir da participação em redes que nos articulamos com mulheres negras de outros países, denunciando o racismo existente no Brasil em nível internacional.

A partir da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras - AMNB, reunimos organizações de mulheres negras de vários estados do Brasil. Esta articulação tem o objetivo de fortalecer a ação política das mulheres negras no Bra-

sil e, a partir disso, articular com redes internacionais.

IHU On-Line - Quando nasce e como é o trabalho da "Articulação de Mulheres Negras Brasileiras"?

Simone Vieira da Cruz - A Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras é criada a partir da organização da mulheres negras brasileiras para participação na Conferência de Durban, África do Sul, em 2001. Logo após a Conferência, a Articulação se institucionaliza reunindo organizações de mulheres negras de vários estados brasileiros para uma ação coletiva de acompanhamento dos resultados da conferência. Atualmente, a AMNB possui 27 organizações filiais, sendo representada em vários estados e em todas as regiões do Brasil. O trabalho efetivo se dá na atuação em espaços como os conselhos nacionais: de saúde, de mulheres, de igualdade racial, dentre outras proposições.

IHU On-Line - Quando nasce e como é o trabalho da "Associação Cultural de Mulheres Negras - ACMUN", da qual você é integrante?

Simone Vieira da Cruz - A ACMUN foi fundada em 1994 a partir do trabalho de mulheres negras que atuavam na comunidade Maria da Conceição, a partir do trabalho de conscientização e valorização do papel das mulheres negras. O trabalho da ACMUN sempre foi focado em mulheres negras de comunidade na perspectiva de levar informações e orientações sobre a saúde, identidade e políticas públicas. Desde então, atuamos através do desenvolvimento de projetos comunitários, de saúde, educação e direitos humanos em geral.

IHU On-Line - Quais são os principais pontos da agenda dos movimentos de mulheres negras hoje?

Simone Vieira da Cruz - São muitas as nossas agendas, mas todas se focam no enfrentamento ao racismo. O racismo é fruto da desigualdade que vivenciamos, da violência que sofremos em diferentes aspectos, violência física, moral, psicológica, e pela perda de nossos filhos, sobrinhos etc. É por essas violências que iremos marchar em 18 de novembro¹.

IHU On-Line - Quais são as principais conquistas das mobilizações de mulheres negras no Brasil? E os próximos desafios?

Simone Vieira da Cruz - Infelizmente nossas conquistas, como a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPPIR, acaba de ser fusionada com a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria das Mulheres. No entanto, apesar disso, temos muitas lutas pela frente, precisamos avançar, e nossa principal ação de mobilização nos últimos anos tem sido para a realização/concretização da Marcha das Mulheres Negras, contra o racismo, a violência e pelo bem viver. O título da marcha demarca nossos principais desafios. ■

¹ A Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver será realizada em Brasília, dia 18 de novembro de 2015, com concentração a partir das 9h no Ginásio Nilson Nelson. A expectativa é de que participem 20 mil mulheres de todos os estados e regiões do Brasil. A mobilização é pela garantia de direitos já conquistados, pelo direito à vida e a liberdade, por um país mais justo e democrático e pela defesa de um novo modelo de desenvolvimento baseado na valorização dos saberes da cultura afro-brasileira. (Nota da **IHU On-Line**)

Simone Vieira da Cruz



Sou Simone Cruz, psicóloga ativista do movimento de mulheres negras. Sou aquela que acredita em um amanhã melhor. Trabalho diariamente com a expectativa de que meu trabalho propicie com que mais mulheres negras tomem consciência de seu lugar no mundo enquanto mulheres negras referências de nossas ancestrais e não de um padrão europeu.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

WWW

ihu.unisinos.br



unisinos.br/blogs/ihu



fb.com/InstitutoHumanitasUnisinos



instagram.com/_ihu



youtube.com/ihucomunica



twitter.com/_ihu



CICLO DE ESTUDOS
SAÚDE E SEGURANÇA NO
TRABALHO NA REGIÃO DO VALE
DO RIO DOS SINOS

09 A 26 DE NOVEMBRO DE 2015
UNISINOS - São Leopoldo

IHU ON-LINE



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

**IHU em
Revista**

Agenda de Eventos

Confira os eventos que ocorrem no Instituto Humanitas Unisinos - IHU entre 16-11-2015 e 27-11-2015



O genocídio do povo Kaiowá Guarani em debate

Palestrante: Profa. Dra. Fernanda Bragato - Unisinos

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/1MnUMUm>

Ciclo de Estudos: Saúde e segurança no trabalho na região do Vale do Rio dos Sinos

Conferência - Capitalismo Biocognitivo e Trabalho: desafios à saúde e segurança

Conferencista: Profa. Dra. Elsa Cristine Bevia - FURB

Data: 26-11-2015

Horário: 18h às 20h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

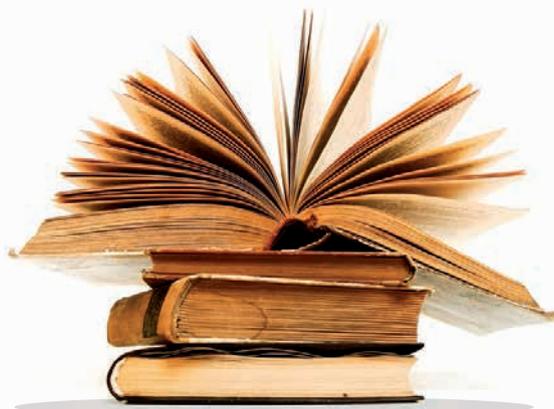
** O Ciclo também compreende atividades na modalidade de Ensino à Distância - EAD

Saiba mais em <http://bit.ly/1WOFMJy>



Cadernos Teologia Pública

Cadernos Teologia Pública divulga artigos que apresentam a contribuição da teologia com os debates que se desenvolvem na esfera pública da sociedade e na universidade, com abertura ao diálogo com as ciências, com a cultura e com as religiões.



ENTREVISTA

Metafísicas Africanas – Eu sou porque nós somos

O título desta entrevista sintetiza a Filosofia Ubuntu, que juntamente com a racionalidade do Sul-Global, é debatida por Jean Bosco Kakozi Kashindi

Por Ricardo Machado

“Com o Ubuntu operou-se a mudança da concepção da identidade a partir do ‘eu sou porque tu não és’ (concepção excludente) para o ‘eu sou porque nós somos, e dado que somos então eu sou’ (concepção includente)”. Desta maneira objetiva, mas contundente, Jean Bosco Kakozi Kashindi demonstra um dos principais deslocamentos teóricos e práticos da racionalidade do continente africano em relação ao olhar ocidental hegemônico. Em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, ele explica que a filosofia africana oferece elementos para pensar, também, a realidade latino-americana e caribenha. “Eu estimo que nessas culturas - dominadas, exploradas e marginalizadas - existe um potencial enorme para pensar, a partir de outras racionalidades, a realidade latino-americana e caribenha, e, dessa maneira, dar uma nova seiva aos processos de transformação ou de mudança que ocorreram na região”, propõe.

Ao explicar tal mudança de concepção ontológica, o entrevistado apresenta os três postulados éticos que emergem. “Primeiro, todas as pessoas são valiosas em si mesmas, motivo pelo qual ninguém pode ser considerado como inútil na sociedade; segundo, se todas as pessoas são valiosas em si mesmas, segue-se que são sujeitos, isto é, agentes que podem e devem incidir na sociedade na qual vivem; terceiro, no horizonte do Ubuntu, os

sujeitos são como tais pela relação intrínseca e imprescindível que têm com os outros *lato sensu*, daí a intersubjetividade inerente e constitutiva das pessoas”, explica.

Jean Bosco Kakozi Kashindi é natural da República do Congo, onde se graduou em Filosofia e Ciência Humanas. Especializou-se em Religião, no Centre de Formation Missionnaire Notre Dame d’Afrique, na cidade de Bukavu (República Democrática do Congo). Realizou mestrado em Estudos Latino-americanos pela Universidade Nacional Autônoma do México - UNAM. Atualmente é doutorando em Filosofia e Ciências Humanas na cidade de Bukavu. Sua pesquisa é referente ao Ubuntu na África do Sul (Joanesburgo) na Universidade de Witwatersrand.

Jean Bosco Kakozi Kashindi esteve na Unisinos em 2014 apresentando a conferência *La vivencia de Ubuntu y la descolonización africana. Caso de Sudáfrica*, durante o evento Conversações Interculturais no Sul Global - Descolonização, Direito e Política em debate, que foi realizado em parceria com o Instituto Humanitas Unisinos - IHU.

A entrevista foi publicada nas Notícias do Dia, atualizadas diariamente no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, em 08-11-2015, disponível em <http://bit.ly/1ONg7MW>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - De que trata exatamente a Filosofia africana bantu e como ela explica uma condição de existência no Sul Global?

Jean Bosco Kakozi Kashindi - A filosofia africana bantu¹ é um pen-

¹ Não existem diferenças teóricas significativas para dizer “filosofia africana bantu” ou simplesmente “filosofia africana”. Porque,

primeiro, seguindo Cheik Anta Diop, apesar da diversidade de vivências culturais, existe uma unidade cultural dos povos que moram no sul do Saara; segundo, o bantu limita-se no aspecto linguístico, razão pela qual em um mesmo país é possível encontrar povos que compartilham uma mesma cultura, um mesmo espaço..., mas alguns falam uma língua bantu e outros uma língua não-bantu (nilótica, por exemplo); terceiro, o termo “bantu” foi durante muito tempo utilizado pejorati-

samento que me atreveria a chamar de crítico, que nasceu quase no final da primeira metade do século passado, e que tinha como

vamente pelos brancos durante o *apartheid* na África do Sul para segregar racialmente os negros. Estas razões, entre outras, levaram vários filósofos e/ou pensadores e africanistas a falar apenas de “filosofia africana”. (Nota do Entrevistado)

principal incumbência negar os pressupostos hegelianos amplamente difundidos no Ocidente, de que os homens e as mulheres que viviam no sul do Saara não tivessem nenhum sistema filosófico e, pior ainda, não seriam capazes de filosofar. Foi o missionário franciscano belga Placide Tempels² quem, paradoxalmente, inaugurou oficialmente essa crítica. Em seu livro - já imprescindível nesse campo - *La Philosophie bantoue* (Paris: Présence Africaine, 1945), publicado primeiro em holandês, em 1944, e traduzido, um ano mais tarde, para o francês, demonstrou metódica e comparativamente que os bantu³ tinham uma filosofia como os europeus, mas diferente.

Baseando-se em sua experiência de campo como missionário católico (viveu 28 anos no antigo Congo Belga, hoje República Democrática do Congo, na região dos baluba, no centro e sudeste deste país), pôde demonstrar que os bantu tinham uma ontologia, uma metafísica, uma epistemologia, uma psicologia, uma ética e uma religião baseadas na concepção do ser como força. Esta concorre sempre para procurar a vida. Tempels observou que os bantu se relacionavam com outros seres, animados ou inanimados, com vistas a fortalecer sua vida ou diminuir a força vital de um inimigo. Isto quer dizer que a ontologia bantu dista da ontologia clássica ocidental, que considera o ser enquanto ser. Para os bantu, o ser é força, ou melhor dito, é força vital, porque existe uma relação intrínseca entre “força” e

“vida”.⁴ Desde esta ótica, o ser é sempre concretamente dinâmico; expressa-se como força, a mesma que é a exteriorização da energia e, por conseguinte, está sempre em relação ativa com a vida para aumentá-la e, às vezes, diminuí-la. Esta foi a principal crítica de Tempels, sobre a qual fundamentou todo o edifício da filosofia africana bantu. Após o trabalho do missionário belga, houve críticas a favor ou contra que foram situadas em diferentes correntes da filosofia africana: a corrente ontológica, chamada também de “etnofilosofia”; a refutação do “tempelsianismo” (Fabien Eboussi-Boulaga⁵), a destruição da “etnofilosofia” (Marcien Towa⁶ e Paulin Hountondji⁷); Crítica da crítica da “etnofilosofia”, entre outras.⁸ Embora estas correntes tenham aberto o fazer filosófico africano, foi o trabalho pioneiro de Tempels que influenciou e propulsou todos os trabalhos posteriores. Em suma, a filosofia africana bantu foi uma reflexão crítica reivindicativa de um tributo eminentemente humano que é a razão. Se os africanos têm uma ontologia diferente, uma ética diferente, metafísica... infere-

-se que possuem uma racionalidade diferente da ocidental.

Pois bem, reivindicar uma racionalidade diferente, isto é, uma cosmovisão diferente, uma maneira diferente de ver o mundo e de viver nele, é assumir-se simplesmente como humano e, por conseguinte, posicionar-se na existência. Atualmente, reivindicar sua humanidade como africano - como o que fez o ex-presidente sul-africano Thabo Mbeki,⁹ em seu discurso de 8 de maio de 1996, na adoção da nova Constituição da África do Sul, quando começou dizendo “I am African (Eu sou africano) - é ter consciência da posição que se ocupa no mundo. Esta não pode ser outra senão a marginalização, a exploração e a dominação. Então, o simples fato de sentir a necessidade de gritar aos quatro ventos que os africanos pensam, que têm uma racionalidade..., é denunciar implícita e explicitamente a condição de existência da maioria dos africanos, a mesma que estes últimos compartilham proporcionalmente com outros habitantes do Sul Global.

IHU On-Line - De que forma a perspectiva filosófica africana bantu torna-se uma ferramenta produtiva para pensar a realidade latino-americana e caribenha?

Jean Bosco Kakozi Kashindi - Na minha maneira de ver as coisas, a filosofia africana é irmã da filosofia latino-americana e caribenha, porque ambas nascem do desejo da emancipação da “tutela” ou dominação ocidental; em ambas há uma preocupação com a busca do próprio, das identidades locais. Vendo-o desta perspectiva, a filosofia africana não apenas pode ser uma ferramenta produtiva para pensar e transformar a realidade latino-americana e caribenha, mas

9 Thabo Mvuyelwa Mbeki (1942): é um político da África do Sul e ex-presidente do país, que governou entre 14 de junho de 1999, sucedendo a Nelson Mandela, e 20 de setembro de 2008, quando renunciou por falta de apoio político no parlamento de seu partido, Congresso Nacional Africano, deixando o cargo vago. (Nota da IHU On-Line)

4 Ver TEMPELS, Placide. *La philosophie bantoue*. Paris: Présence Africaine, 1945. p. 30-47. (Nota do Entrevistado)

5 **Fabien Eboussi Boulaga (1934):** é um filósofo camaronês, nascido na cidade de Bafia, no Camarões. Realizou estudos no Seminário Menor de Akono no sul de Camarões, antes de entrar na Companhia de Jesus, em 1955. Foi ordenado sacerdote em 1969. É conhecido por suas posições teóricas, incluindo a publicação do “problema Bantu”, em 1968, o que provocou um protesto em círculos da Igreja. (Nota da IHU On-Line)

6 **Marcian Towa (1931-2014):** é um filósofo nascido no Camarões. Sua filosofia tornou-se influente no pensamento africano no século XX, influenciando inúmeros outros estudiosos. (Nota da IHU On-Line)

7 **Paulin Hountondji (1942):** é um filósofo e político beninense. Hountondji foi educado na École Normale Supérieure, em Paris, graduando-se em 1966, onde realizou doutorado em 1970, cuja tese foi sobre Edmund Husserl. Depois de dois anos de ensino em Besancon (França), em Kinshasa e Lubumbashi (República Democrática do Congo), ele aceitou um cargo na Université du Bénin Nationale, onde ainda leciona como professor de Filosofia. (Nota da IHU On-Line)

8 Ver BIYOGO, Grégoire. *Histoire de la philosophie africaine. Livre III, Les courants de pensée et les livres de synthèse*. Paris: L'Harmattan, 2006. (Nota do Entrevistado)

2 **Placide Tempels (1906-1977):** padre franciscano belga, que foi missionário na região da África Central que atuou como etnofilósofo. Tornou-se conhecido por seu livro *La Philosophie bantoue* (Paris: Présence Africaine, 1945). (Nota da IHU On-Line)

3 Não se deveria fazer a concordância deste apelativo e tampouco se deveria colocar artigo e plural e dizer os bantus ou bantues, porque em si este termo já está no plural; “bantu” significa pessoas. E os artigos estão sobrando e poderiam desorientar um pouco a compreensão, porque em línguas bantu não apenas não existem, mas também que “bantu” inclui os dois gêneros (masculino e feminino), neutro, inclusive. No entanto, nas línguas neolatinas costuma-se antepor artigo apenas, na minha opinião, por motivos eufônicos. (Nota do Entrevistado)

também pode aprender muito desta última.

Tanto a África como a América Latina foram colonizadas por países da Europa ocidental, mas essa colonização foi um pouco diferente: na América Latina, antes da colonização, houve a conquista; os europeus chegaram com a intenção de não apenas enriquecer as metrópoles, mas de fixar-se no “novo mundo”. Daí os topônimos como “Nova Espanha”, “Nova Inglaterra”, “Nova York”, “Nova Galícia”, “Nova Granada”, etc. A África, ao contrário, não foi conquistada no sentido próprio do termo, mas simplesmente colonizada; e foram raros os topônimos tipo “novo este”, “novo aquele”. Em termos gerais, os europeus não tinham muito interesse em se fixar definitivamente na África (esta não era “nova” para eles), mas explorar em grande escala as matérias-primas, com a mão de obra barata ou, às vezes, escravizada, para as indústrias das metrópoles.

Filosofia Africana

Dito isso, a filosofia africana tem a virtude de refletir sobre uma realidade que tem algo em comum com a realidade latino-americana e caribenha, mas difere em vários aspectos pelos contextos sócio-históricos de ambos os continentes. Um destes aspectos é, por exemplo, as línguas autóctones. Estas seguem sendo uma fonte inesgotável para as pesquisas em ciências sociais e humanidades. Relacionado a isso, também as culturas autóctones, às vezes consideradas como “autenticamente africanas”, foram uma mina para empreender práxis de libertação ou de transformação política, social... de países africanos. Os exemplos ilustrativos disso são abundantes. Com efeito, muitos líderes políticos e/ou intelectuais se valeram de recursos de suas línguas e culturas, para propor mudanças simbólicas e concretas em seus países. Aqui podemos citar alguns casos, como o de Thomas

Sankara,¹⁰ em Burkina Faso (recorrendo à cultura e línguas nativas, mudou o nome de seu país que antes se chamava “Haute Volta”); Julius Kambarage Nyerere, na Tanzânia, recorreu às culturas africanas e à língua swahili, para propor um “socialismo africano”, que chamou de “Ujamaa”, que significa o fato de viver em família, em comunidade. O caso exitoso das duas últimas décadas foi o uso do “Ubuntu” (humanidade, o humano), na África do Sul. Neste país, utilizou-se esta “sabedoria” africana para pensar uma nova África do Sul, uma nova identidade sul-africana mais incluyente. Assim, também foi possível evitar o derramamento de sangue que muitos profetas de desgraças já haviam prognosticado.

Novas racionalidades

Em suma, a filosofia africana oferece elementos que podem ser valiosos para pensar de forma diferente a realidade latino-americana e caribenha. Nesta última região, não se considerou, em seu justo valor, as contribuições das culturas subordinadas (principalmente as indígenas e “afro”). Eu estimo que nessas culturas - dominadas, exploradas e marginalizadas - existe um potencial enorme para pensar, a partir de outras racionalidades, a realidade latino-americana e caribenha, e dessa maneira dar uma nova seiva aos processos de transformação ou de mudança que ocorreram na região. A racionalidade

¹⁰ **Thomas Isidore Noël Sankara** (1949-1987): foi um militar e líder político de Burkina Faso. Foi um popular capitão e o primeiro-ministro quando o país ainda se chamava República do Alto Volta. Logo depois, tornou-se o quinto presidente voltense desde a libertação do jugo francês e o primeiro de Burkina Faso. Ele também enunciou os objetivos da “revolução democrática e popular” com as tarefas de erradicar a corrupção, a luta contra a degradação ambiental, o empoderamento das mulheres, e aumentar o acesso à educação e cuidados de saúde. Durante o curso de sua presidência, Sankara implementou com sucesso programas que muito reduziram a mortalidade infantil, aumentaram as taxas de alfabetização e frequência escolar e aumentaram o número de mulheres que ocupam cargos governamentais. Seu governo tentou abolir também os privilégios tribais e banii as mutilações genitais, os casamentos forçados e a poligamia. (Nota da **IHU On-Line**)

ocidental chegou aos seus limites e nos está levando ao precipício da autodestruição! É o momento de considerar novamente outras racionalidades que foram marginalizadas pela suposta “racionalidade universal”. Nisso, a filosofia africana se apresenta como uma alternativa.

IHU On-Line - Que racionalidades o Sul Global apresenta como alternativa à perspectiva hegemônica? Que relação nós temos com o “outro” a partir da perspectiva Ubuntu?

Jean Bosco Kakozi Kashindi - Já existem racionalidades anti-hegemônicas que, independentemente das polêmicas que há em torno delas, podemos asseverar que são racionalidades do Sul Global.¹¹ A filosofia da libertação, o pós-colonialismo, o “giro decolonial”, o “pachamamismo”, a filosofia maia tojolabal, o Ubuntu, entre outras, são esforços louváveis na busca de outras vias para “sentipensar”¹² a “nossa América”.

Ubuntu

O Ubuntu, por exemplo, considerado como “humanismo africano”, “ética africana” ou “filosofia africana” por antonomásia, tem seus fundamentos nas vivências comunitaristas das pessoas, ou seja, na alteridade. Com efeito, nos estudos sobre o Ubuntu, fala-se sempre

¹¹ Entendo o “Sul Global” no sentido que lhe dão Boaventura de Sousa Santos e outros estudiosos latino-americanos e caribenhos próximos ao “giro decolonial”, isto é, “Sul Global” como uma posição na existência ou uma condição de existência no sistema mundo capitalista europeu e norte-atlântico, mais que uma localização geográfica. Essa condição de existência alude à dominação e injustiças históricas do “hemisfério norte” para com o “hemisfério sul”, as mesmas que produziram pobreza, marginalização social, exploração, racismo... (Nota do Entrevistado)

¹² Retomo este termo do filósofo mexicano maia tzeltal Juan López Intzín. Ver INTZÍN, Juan López. *Ich 'el ta muk': la trama en la construcción mutua y equitativa del Lekil kuxlejal (vida plena-digna)*. Conferência dada em 14 de abril de 2011 no Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, da Universidade Nacional Autónoma do México, Cuernavaca, Morelos. Disponível em: <http://www.educrim.org/drupal612/sites/default/files/Lopez.pdf>. (Nota do Entrevistado)

do aforismo xhosa¹³ onde encontramos essa expressão: “Ubuntu ngamuntu ngabanye abantu” ou seu equivalente em zulu: “Umntu ngumuntu ngabantu” (a pessoa é ou torna-se pessoa no meio de ou através de outras pessoas). No horizonte do Ubuntu, parafraseando Desmond Tutu,¹⁴ a outra pessoa é condição de possibilidade para a minha realização como ser humano; o outro me dá confiança na minha humanidade, porque a compartilhamos; minha humanidade está inextricavelmente ligada à da outra pessoa, pois pertencemos a um feixe de vida, diria o prêmio Nobel da Paz, Desmond Tutu.

Concepção humanista

Então, a partir dessa concepção humanista, a relação com o outro¹⁵ torna-se ontológica, epistemológica, social e politicamente falando, necessária, vital. Pois sem o outro, não existe a possibilidade da humanidade, do conhecimento da vida; com o outro, ao contrário, postula-se o humano e outros valores como a solidariedade afetiva, calorosa, a responsabilidade... e liberta-se dos ídolos da morte que são o egoísmo, a marginalização social, o racismo, entre outros.

13 Xhosa e zulu são etnias sul-africanas. O atual presidente da África do Sul, Jacob Zuma é zulu, ao passo que Nelson Mandela era xhosa, e o arcebispo emérito Desmond Tutu também é xhosa.

14 **Desmond Tutu** (1931): Bispo anglicano sul-africano. Trabalhou como professor secundário e, em 1960, ordenou-se sacerdote anglicano. Após estudar teologia por cinco anos na Inglaterra, foi nomeado deão da catedral de Santa Maria, em Johannesburgo, sendo o primeiro negro a ter tal nomeação. Sagrado bispo, dirige a diocese de Lesoto de 1976 a 1978, ano em que se torna secretário-geral do Conselho das Igrejas da África do Sul. Sua proposta para a sociedade sul-africana inclui direitos civis iguais para todos; abolição das leis que limitam a circulação dos negros; um sistema educacional comum; e o fim das deportações forçadas de negros. Sua firme posição anti-apartheid – a política oficial de segregação racial – lhe vale, em 1984, o Prêmio Nobel da Paz. (Nota da IHU On-Line)

15 Cabe mencionar que esse “outro”, na perspectiva da filosofia africana, não se limita apenas aos seres humanos, mas inclui também outras entidades cósmicas (animais, árvores, ar, rios, etc.). Daí a dimensão ético-ecológica do Ubuntu. (Nota do Entrevistado)

IHU On-Line - Como a ideia de identidade é reorganizada pela perspectiva do Ubuntu?

Jean Bosco Kakozi Kashindi - A identidade é um aspecto fundamental no Ubuntu. De fato, este último foi levado à arena política, na África do Sul, para também ajudar a repensar a identidade sul-africana. Era preciso sair da concepção de “cidadãos” separados, que está por trás da ideologia da segregação racial, para inventar uma identidade sul-africana incluyente; era preciso “criar” uma nova concepção da cidadania sul-africana. Nesta, deviam caber todas as cores, todas as culturas, todas as narrativas nacionalistas (africâner, britânica, zulu, xhosa, tswana, etc.) que compunham a África do Sul. Com o Ubuntu operou-se a mudança da concepção da identidade a partir do “eu sou porque tu não és” (concepção excludente) para o “eu sou porque nós somos, e dado que somos então eu sou”¹⁶ (concepção incluyente).

Matriz conceitual

Ora, na conceitualização que Rамose faz do Ubuntu,¹⁷ este último é entendido como “humaness” ou “humanity”, em vez de “humanism”. O matiz conceitual que este autor estabelece entre ambos os termos é de suma importância para a questão da identidade. Para este autor, “humaness” é uma interpretação melhor do conceito de Ubuntu do que “humanism”, pois sugere tanto uma condição de ser, como um estado de devir, de abertura ou de incessante desenvolvimento [do

16 Este enunciado é do escritor e filósofo queniano John Mbiti. Neste enunciado encontra-se a tradução que Desmond Tutu dá à máxima xhosa “Ubuntu ngamuntu ngabanye abantu”; costuma traduzi-la como “eu sou porque nós somos”. O acadêmico e religioso ganês Noah Dzobo, por sua vez, dando uma precedência ontológica ao “nós”, define a ética comunitarista africana como “nós somos, portanto sou; e porque eu sou então somos”. Para uma aproximação a esses postulados da ética africana, ver: EZE, Michael Onyebuchi. *Intellectual history in contemporary South Africa*. New York: MacMillan, 2010, pp. 94-95. (Nota do Entrevistado)

17 Ver RAMOSE, Mogobe B. *African Philosophy through Ubuntu*. Harare: Mond Books Publishers, 2002. (Nota do Entrevistado)

ser]. Desta maneira, [humaness] opõe-se a qualquer “-ism”, incluindo o “humanism”, porque esse [-ism] tende a sugerir uma condição de finalidade, um fechamento ou uma espécie de algo absoluto, incapaz de ou resistente a qualquer movimento.¹⁸ Então “humaness” evoca a ideia de humanidade como atividade, ou seja, como um processo aberto, uma humanidade que está sendo. Isto é fundamental para a compreensão e a vivência das identidades. Estas são vistas então não como algo acabado, mas como algo que está sempre em processo, algo que segue sendo. Nesta perspectiva, então, uma identidade nacional - por exemplo, a sul-africana - deve ser entendida como aberta, já que o ser humano nunca termina de ser.

Vendo-o assim, as identidades devem viver em uma tensão dialética entre a “exclusão” dos outros e a inclusão dos mesmos em um “nós”. A exclusão não deve ser entendida como negação dos outros (não estamos no “eu sou porque tu não és”), mas como uma diferenciação ou distinção dentro do “nós”. Afinal de contas, este último vai sendo, ontológica, epistemológica e fenomenologicamente falando, na atividade de “reunir diferenciando”. Isto lembra precisamente o que o filósofo mexicano Leopoldo Zea dizia: “somos iguais porque somos diferentes”.

IHU On-Line - De que maneira os conceitos de subjetividade e intersubjetividade são tensionados e reconstruídos pela lógica do Ubuntu?

Jean Bosco Kakozi Kashindi - Dado que em Ubuntu parte-se do aforismo “Umntu ngumuntu ngabantu” (“a pessoa é pessoa no meio de outras pessoas” ou “eu sou porque nós somos”), entende-se que existe uma igualdade ontológica de todas as pessoas, e dentro dessa igualdade há uma relação existencial, vital, que permite que alguém seja o que é; por isso uma interdependência vital entre não

18 Ver *Ibid.*, p. 123. (Nota do Entrevistado)

só todos os humanos, mas também entre estes e outras entidades cósmicas. Sob esta ótica, deduzem-se três postulados éticos importantes: primeiro, todas as pessoas são valiosas em si mesmas, motivo pelo qual ninguém pode ser considerado como inútil na sociedade; segundo, se todas as pessoas são valiosas em si mesmas, segue-se que são sujeitos, isto é, agentes que podem e devem incidir na sociedade na qual vivem; terceiro, no horizonte do Ubuntu, os sujeitos são como tais pela relação intrínseca e imprescindível que têm com os outros *lato sensu*, daí a intersubjetividade inerente e constitutiva das pessoas. Parafrazeando Lenkersdorf,¹⁹ esta intersubjetividade é “nosótrica”, pois evoca aquele “nós” sempre aberto, constitutivo do eu, mas sem aniquilá-lo. Nisso se vê precisamente a tensão insolúvel que se vive sempre entre o “eu” e o “nós”. Esta tensão dialética deve ser, no meu modo de ver, o motor da transformação de qualquer sociedade.

IHU On-Line - Qual é a contribuição da perspectiva do Ubuntu à filosofia latino-americana?

Jean Bosco Kakozi Kashindi - A filosofia africana tem muito em comum com sua irmã filosofia latino-americana. Na minha opinião, a especificidade da contribuição do Ubuntu à última está em recuperar e/ou restaurar o ser humano todo dentro da sociedade, entendida esta como uma “comunidade cósmica de vida”. Ou seja - em termos kantianos,²⁰ mas ampliando o

19 Ver LENKERSDORF, Carlos. *Filosofar en clave tojolabal*. México: Porrúa, 2002. (Nota do Entrevistado)

20 **Immanuel Kant** (1724-1804): filósofo prussiano, considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, representante do Iluminismo. Kant teve um grande impacto no romantismo alemão e nas filosofias idealistas do século XIX, as quais se tornaram um ponto de partida para Hegel. Kant estabeleceu uma distinção entre os fenômenos e a coisa-em-si (que chamou *noumenon*), isto é, entre o que nos aparece e o que existiria em si mesmo. A coisa-em-si não poderia, segundo Kant, ser objeto de conhecimento científico, como até então pretendera a metafísica clássica. A ciência se restringiria, assim, ao mundo dos fenômenos, e seria constituída pelas formas a priori da sensibili-

postulado ético do filósofo alemão -, uma concepção do ser humano não como meio, mas como fim em si mesmo; não obstante, esse ser humano sempre deve estar consciente da alteridade, no sentido amplo, que o constitui. É um ser humano consciente de que a especificidade que o distingue de outros seres cósmicos (consciência, vontade, liberdade...) o torna mais responsável pelo cuidado e não pela destruição ou extinção desses outros que o constituem. E tudo isso encontra-se *mutatis mutandis* nas filosofias ou nas cosmovisões dos povos originários das Américas. Por esta razão, a contribuição do Ubuntu ou da filosofia africana à filosofia latino-americana seria, em poucas palavras, recordar a esta última que as racionalidades subalternas, oprimidas, marginalizadas ou desprezadas pela racionalidade ocidental imperante têm recursos inesgotáveis para pensar de maneira diferente a realidade da região e transformá-la.

IHU On-Line - Por que devemos pensar no outro como ponto de partida ético?

Jean Bosco Kakozi Kashindi - A “revolução levinasiana”, se se pode dizer assim, consistiu em superar Heidegger,²¹ antepondo a

dade (espaço e tempo) e pelas categorias do entendimento. A **IHU On-Line** número 93, de 22-03-2004, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra do pensador com o título *Kant: razão, liberdade e ética*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon93>. Também sobre Kant foi publicado o **Cadernos IHU em formação** número 2, intitulado *Emmanuel Kant - Razão, liberdade, lógica e ética*, que pode ser acessado em <http://bit.ly/ihuem02>. Confira, ainda, a edição 417 da revista **IHU On-Line**, de 06-05-2013, intitulada *A autonomia do sujeito, hoje. Imperativos e desafios*, disponível em <http://bit.ly/ihuon417>. (Nota da **IHU On-Line**)

21 **Martin Heidegger** (1889-1976): filósofo alemão. Sua obra máxima é *O ser e o tempo* (1927). A problemática heideggeriana é ampliada em *Que é Metafísica?* (1929), *Cartas sobre o humanismo* (1947), *Introdução à metafísica* (1953). Sobre Heidegger, confira as edições 185, de 19-06-2006, intitulada *O século de Heidegger*, disponível em <http://bit.ly/ihuon185>, e 187, de 03-07-2006, intitulada *Ser e tempo. A desconstrução da metafísica*, em <http://bit.ly/ihuon187>. Confira, ainda, **Cadernos IHU em formação** n° 12, *Martin Heidegger. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessado em <http://bit.ly/ihuem12>.

ética à ontologia. Para Lévinas,²² o rosto do Outro irrompe antes que qualquer outro discurso, e o faz a partir da sua nudez e do temor que inspira. Mas esse outro vive em uma sociedade concreta, isto é, que tem um contexto histórico de sua formação, um sistema político concreto, valores comuns, etc. Por esta razão, a ética e a ontologia, na minha forma de ver, são chamadas a conviver em uma dialética aberta ou, nas palavras do filósofo mexicano Mauricio Beuchot,²³ em uma dialética analógica. Esta ajudaria, por exemplo, a pensar uma justiça prudencial que não leve em conta apenas os agravos ou danos cometidos, mas o contexto e as circunstâncias em que foram cometidos.

Outro como ponto de vista ético

Dito isso, evocar o outro como ponto de partida ético é, no horizonte do Ubuntu, fundamental.

ly/ihuem12. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista **IHU On-Line**, de 10-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon328>, intitulada *O biologicismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência A crítica de Heidegger ao biologicismo de Nietzsche e a questão da biopolítica, parte integrante do **ciclo de estudos Filosofias da diferença** - pré-evento do **XI Simpósio Internacional IHU: O (des) governo biopolítico da vida humana**. (Nota da **IHU On-Line**)

22 **Emmanuel Lévinas** (1906-1995): filósofo e comentarista talmúdico lituano, de ascendência judaica e naturalizado francês. Foi aluno de Husserl e conheceu Heidegger, cuja obra *Ser e tempo* o influenciou muito. “A ética precede a ontologia” é uma frase que caracteriza seu pensamento. Escreveu, entre outros, *Totalidade e Infinito* (Lisboa: Edições 70, 2000). Sobre o filósofo, confira a entrevista com Rafael Haddock-Lobo, publicada em 30-08-2007 no sítio do IHU, intitulada *Lévinas: justiça à sua filosofia e a relação com Heidegger, Husserl e Derrida*, disponível em <http://bit.ly/1b277kk>, e a edição número 277 da **IHU On-Line**, de 14-10-2008, intitulada *Lévinas e a majestade do Outro*, disponível em <http://bit.ly/1gsnUOI>. (Nota da **IHU On-Line**)

23 **Mauricio Hardie Beuchot Puente** (1950): é um filósofo mexicano reconhecido como um dos principais pensadores contemporâneos da América Latina. Possui ampla obra sobre filosofia da linguagem, filosofia analítica, o estruturalismo e Hermenêutica. Ele é fundador da proposta chamada hermenêutica analógica, hoje reconhecida como uma proposta original e inovadora. (Nota da **IHU On-Line**)

Pois a realidade social que se vive depende muito das relações tecidas com a alteridade; em termos lenkersdorffianos, depende da “cosmovivência”.²⁴ Explico-me: tomemos o exemplo da marginalização social no México. A maioria dos pobres no México são pessoas indígenas e afro-mexicanas; em todo o caso, são pessoas de cor escura ou menos branca.²⁵ Esta situação é assim, em grande medida pelo contexto histórico-social (conquista espanhola, escravização dos africanos, mestiçagem, etc.) no qual o México foi “inventado”.

Nesse contexto, o outro (índigenas e africanos) foi considerado pelos brancos (espanhóis) como inferior e inclusive como não humano. As relações interpessoais racializadas que nasceram desse contexto seguem afetando atualmente milhões de indígenas e afrodescendentes. Relacionado a isso, a racionalidade ocidental que levou à institucionalização destas relações racializadas desprezou, marginalizou e, em certa medida, destruiu as racionalidades indígenas e africanas ou “afro”. Assim se arremeteu sobre os povos originários e os escravizados africanos, explorando impiedosamente os recursos naturais deste país. Exemplos como este são abundantes na região, mas estão fora do alcance desta entrevista. Devemos destacar que a racionalidade que sustentou tanto a conquista como a escravização só podia ser “anti-humana”, “anticósmica”; eu a chamaria realmente de “altercida”²⁶; nela imperava justamente o “eu sou porque tu não és”.

24 A “cosmovivência” é o modo particular maia tojolabal de entender, explicar e viver a realidade. Os tojolabales, segundo Lenkersdorf, sentem-se membros do cosmos que vive, o que implica uma relação muito respeitosa com as outras entidades cósmicas que, na sua cosmovisão, são “não objetos”, ou seja, sujeitos, e fazem parte do “nós”. Ver: “Vivir sin objetos”. In: *El saber filosófico. Tópicos No. 3*, Coord. Martínez Contreras Jorge, Ponce de León Aura, Asociación Filosófica de México. México: Siglo XXI, 2007. (Nota do Entrevistado)

25 Isto me faz recordar da afirmação do sociólogo e antropólogo Roger Bastide, segundo o qual nas Américas a riqueza tem cor. (Nota do Entrevistado)

26 Nas minhas reflexões para a tese de doutoramento (La Dimensión ética-política

Ética

Voltando à pergunta, partir do outro como ponto de partida ético - vale a redundância - é então considerar que vivemos em um mundo, em uma sociedade, que é, parafraseando Tempels, como uma rede, onde não se pode mover um fio sem que os outros se movam. Com outras palavras, já não há a necessidade de demonstrar que dependemos não apenas dos outros seres humanos, mas também de outras entidades cósmicas (ar, água, montanhas, árvores, minerais, animais, etc.) que nos possibilitam viver. Negligenciar o Outro é, na perspectiva do Ubuntu, desumanizar-se. Urge, pois, sair ao encontro desse Outro, reconhecê-lo e construir com ele uma solidariedade afetiva, calorosa, como a própria etimologia da ética indica.

IHU On-Line - Por que pensar a realidade do Sul Global a partir de uma perspectiva eurocêntrica mostrou-se incapaz de dar conta dos desafios colocados às comunidades do “Novo Mundo”?

Jean Bosco Kakozi Kashindi - Creio que a resposta a esta pergunta pode ser encontrada esboçada em linhas anteriores. Aqui bastaria recordar que pensar a realidade do Sul Global a partir de uma perspectiva somente eurocêntrica, isto é, a partir da racionalidade ocidental, já mostrou seus limites. E isto pelo simples fato de que a América Latina não é a Europa nem os Estados Unidos, por mais que queiram que assim seja! Embora os europeus e as culturas e civilizações europeias tenham desembarcado, seguem presente, na região latino-americana e caribenha, outras culturas e civilizações não europeias. O que isso significa? Significa que há, na região, outras racionalidades que seguem operando contra, paralela ou transversalmente à ocidental.

de Ubuntu y la superación del racismo en “nuestra América”. México: UNAM, 2014, em análise), uso este termo para significar a ideologia, os desejos, as atitudes, as ações... que tendem sempre a matar, exterminar, destruir esse Outro que nos constitui. (Nota do Entrevistado)

Passar por alto esta realidade não é senão fazer a “política do avestruz”, ou seja, fingir não ver as ameaças. O que não quer dizer que se defende o desaparecimento e a exclusão da racionalidade ocidental; propõe-se antes uma inclusão verdadeira e consequente de outras racionalidades operantes na região, que durante séculos foram marginalizadas. É preciso apostar em um diálogo frutífero com elas em benefício do bem de todas as sociedades latino-americanas e caribenhas.

IHU On-Line - Em um contexto globalizado, cujo financeirismo abarca praticamente a totalidade das relações sociais, como é possível promover uma ruptura epistemológica em nome de uma perspectiva mais democrática?

Jean Bosco Kakozi Kashindi - Nossos sonhos mais diurnos são que os detentores do poder na região e/ou a elite das nossas sociedades ouvissem o clamor de seus povos e se dignassem a descer ao “vale de lágrimas” para sentir também na própria carne as realidades humanas e socialmente intoleráveis... Agora me vêm à mente os rostos dos mendigos, das “meninas e meninos de rua”, as pessoas sem lar... que pululam nas ruas das grandes cidades latino-americanas; como não recordar que há milhões de pessoas que trabalham duramente, inclusive fazendo horas extras, para ganhar uma miséria, ao passo que para outras pessoas basta que assinem algum documento ou estejam presentes sem tocar em praticamente nada, para ganhar milhões... Já em nossas sociedades capitalistas e neoliberais fala-se e vive-se com “pessoas descartáveis”. Estamos nos pontos extremos da lógica da exploração capitalista, um dos monstros criados pela racionalidade ocidental.

Vozes que se levantam

Como romper com essa lógica? Não tenho uma resposta contundente, já que o capitalismo, assim como a hidra, soube como renascer

das suas cinzas, soube revestir-se de outros rostos, deixando o fundo igual. No entanto me atrevera a dizer que nem tudo está perdido; há esperanças. Já há vozes que se levantam, tanto no Sul como no Norte, para lutar por novos modelos econômicos, por um mundo mais justo e multipolar, por uma nova forma de relacionar-nos com o meio ambiente ou a natureza, etc. Já não se pode seguir com a imposição epistêmica da racionalidade ocidental. Esta não deve ter a exclusividade de dizer a todo o mundo o que devem conhecer, como devem fazer, em que devem crer, o que devem esperar, etc.

Barbárie

Vários intelectuais do Norte²⁷ já fizeram críticas, às vezes duras, contra a racionalidade ocidental, demonstrando sua barbárie e seus limites. No entanto, são poucos os que se voltaram para ver o que está acontecendo no Sul Global. Nesta região “posicional” e não estritamente geográfica já estão ocorrendo ensaios de outras epistemologias, como a proposta de Boaventura de Sousa Santos,²⁸ o giro decolonial, o pachamamismo, entre outras. Nessas epistemologias o componente ético-político está muito presente. Trata-se de lutar contra o colonialismo, modo de pensar e agir da colonização e, evidentemente, fruto da racionalidade ocidental. Empreender as lutas contra esse colonialismo a partir de outras racionalidades é, na minha opinião, descolonizar as mentes, libertar não ape-

27 De maneira particular a chamada “Escola de Frankfurt”. (Nota do Entrevistado)

28 **Boaventura de Sousa Santos** (1940): doutor em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale, Estados Unidos, e professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal. É um dos principais intelectuais da área de ciências sociais, com mérito internacionalmente reconhecido, tendo ganho especial popularidade no Brasil, principalmente depois de ter participado nas três edições do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Confira a entrevista *O Fórum Social Mundial desafiado por novas perspectivas*, concedida por Boaventura ao sítio do IHU em 30-01-2010, disponível em <http://bit.ly/BoaventuraIHU>. (Nota da **IHU On-Line**)

nas os seres humanos, mas toda a natureza que está ameaçada pela lógica da exploração capitalista. Fazendo-o assim é também libertar a vida, é escutar, respeitar e reconhecer esse Outro que me constitui; é, afinal de contas, libertar também a democracia, para viver aquilo que Lenkersdorf chama de “cosmocracia”.²⁹

IHU On-Line - Em que medida os problemas das nações latino-americanas são uma espécie de problema ético, em última medida, um problema do homem que é incapaz de reconhecer o outro como semelhante?

Jean Bosco Kakozi Kashindi - A América Latina nasce, seguindo Enrique Dussel,³⁰ do encobrimento do outro. Por isso, esta região já vem à existência com um problema ético. As consequências desse problema não se fizeram esperar: em menos de um século de presença ocidental, a população originária

29 Lenkersdorf define-a como um “governo” que se vive no mundo maia tojolabal, onde há um reconhecimento e/ou respeito mútuo entre todos os entes que compõem o cosmos. Exclui-se a prepotência, a presença de líderes, caudilhos, chefes destacados, presidentes, superiores, partidos. Nesse “governo”, a convivência política caracteriza-se pelo consenso de todos os que representam o “nós”, conceito chave da cosmocracia. Ver LENKERSDORF, Carlos. “Vivir sin objetos”. In: *El saber filosófico*. Tópicos No. 3, Coord. Martínez Contreras Jorge, Ponce de León Aura, Asociación Filosófica de México. México: Siglo XXI, 2007, pp. 71, 73. Em relação à organização sociopolítica de uma sociedade, trata-se de algum modo de deslocar o olhar da pessoa, como é o caso, teoricamente falando, da democracia, e fixá-lo em todo o cosmos; é reconhecer e incluir as outras entidades cósmicas nas decisões que afetam toda a comunidade, entendidas essas entidades, na cosmovisão tojolabal, como “não objetos”, ou seja, também como sujeitos. (Nota do Entrevistado)

30 **Enrique Dussel** (1934): filósofo argentino radicado (exilado) desde 1975 no México. É um dos maiores expoentes da Filosofia da Libertação e do pensamento latino-americano em geral. Autor de uma grande quantidade de obras, seu pensamento discorre sobre temas como: filosofia, política, ética e teologia. Tem se colocado como crítico da pós-modernidade chamando por um novo momento denominado transmodernidade. Tem mantido diálogos com filósofos como Apel, Gianni Vattimo, Jürgen Habermas, Richard Rorty, Lévinas. É um crítico do pensamento eurocêntrico contemporâneo. (Nota da **IHU On-Line**)

foi dizimada e reduzida quase à metade. Isto foi um dos lados da destruição das “Índias Ocidentais”. Como quiseram remediar essa situação? A Junta de Valladolid³¹ (1550-1551) criou um marco político-jurídico que abriu a possibilidade da escravização dos africanos nas Américas. Novamente, isso foi um grave problema não apenas jurídico, mas também ético, já que os africanos que cruzaram o Atlântico e chegaram às Américas não eram capturados e/ou vendidos no contexto de uma guerra justa; também não eram animais ou “peças de ébanos”, sem alma, sem consciência, vontade e liberdade.

Pois bem, apesar das estritas proibições para mesclar-se, as três principais matrizes culturais e “raciais” (a indígena, a africana e a europeia) se mesclaram. Não obstante as mesclas que se produziram e as teorias estrategicamente voluntaristas da mestiçagem (México, Colômbia...), da democracia racial (Brasil), entre outras, que foram brandidas no desejo de romper com a época colonial, a inferiorização do outro diferente, “não branco”, permanecia em pé. Como resultado, temos, hoje, na América Latina e no Caribe, sociedades profundamente desiguais, racistas e excludentes.

Então, como já chamaram a atenção Simón Bolívar,³² Arturo

31 **Junta de Valladolid**: é o nome habitual do famoso debate realizado em 1550 e 1551 no Colégio de San Gregorio, em Valladolid, na Espanha. A questão de fundo era a controvérsia nas conquistas com relação aos ameríndios, e que teve duas formas antagônicas de conceber a expansão europeia: a primeira, representada por Bartolomé de las Casas, hoje considerado um pioneiro na luta pelos direitos humanos, defendia o direito dos indígenas de não serem dizimados e aculturados; e a segunda proposta por Juan Ginés de Sepúlveda, que sustenta a lei e a conveniência de domínio espanhol sobre os índios, que eram vistos como naturalmente inferiores. Embora a história tenha demonstrado a racionalidade vencedora, na ocasião não houve resolução final. (Nota da **IHU On-Line**)

32 **Simón José Antonio de la Santísima Trinidad Bolívar Palacios y Blanco** (1783-1830): general e líder revolucionário responsável pela independência em relação à Espanha de vários territórios da América do Sul. (Nota da **IHU On-Line**)

Andrés Roig,³³ Leopoldo Zea,³⁴ entre outros, o problema da América Latina é o problema do homem no sentido genérico; é, afinal de contas, o problema da alteridade. E isto encontra um eco favorável no Ubuntu. Segue-se considerando o outro como inferior, como subumano, como não cidadão ou cidadão de segunda categoria... Ainda estamos longe de sair do túnel da multidão de problemas que seguem acometendo muitos países da região e, por conseguinte, freando o desenvolvimento harmonioso do subcontinente americano.

IHU On-Line - Ao olhar para a realidade do Sul Global no século XXI, que avanços e limites podemos perceber na proposição de racionalidades alternativas aos nossos desafios éticos?

Jean Bosco Kokozi Kashindi - Confesso não ter elementos suficientes para fazer um juízo cabal sobre avanços e limites das racionalidades alternativas. No entanto, gostaria de assinalar aqui tão somente alguns avanços que considero pertinentes e alguns pontos que poderiam ser limites.

Avanços

Na região houve muitos avanços nas propostas teórico-éticas que estão impactando os movimentos sociais indígenas, afros e camponeses. Entre algumas propostas que ajudaram nas mobilizações sociais, poderíamos citar “o giro decolonial”, a interculturalidade de Catherine Walsh,³⁵ a “epistemologia do sul” de Boaventura de

33 **Arturo Andrés Roig** (1922-2012): foi um filósofo e historiador argentino. Nascido em Mendoza, entrou na Universidade Nacional de Cuyo, de onde saiu em 1949 depois de ganhar uma licenciatura em Ciências da Educação. (Nota da **IHU On-Line**)

34 **Leopoldo Zea Aguilar** (1912-2004): filósofo mexicano defensor do latino-americanismo integral na história. Ficou reconhecido por sua tese de graduação O positivismo no México (1945), em que aplicou e estudou o positivismo no contexto de seu país na transição dos séculos XIX e XX. (Nota da **IHU On-Line**)

35 **Catherine Walsh**: professora na Universidade Andina Simon Bolívar, em Quito, Equador. (Nota da **IHU On-Line**)

Sousa Santos, a ética ecológica de Leonardo Boff,³⁶ a filosofia tojolabal de Carlos Lenkersdorf, a ética de libertação de Enrique Dussel, as contribuições teórico-metodológicas de estudos de gênero e da mulher (cada país tendo suas especificidades), etc. Relacionado a isso, é preciso mencionar também a importância das redes de intelectuais e/ou lutadores sociais que perseguem um objetivo essencialmente comum. Neste sentido, são dignos de apreço os encontros do Fórum Social Mundial.

Estamos vivendo, pois, uma época de muitas propostas teóricas, cujo ponto em comum é dizer um basta à lógica da organização social, política, econômica, religiosa e cultural a partir da racionalidade ocidental, isto é, desde uma racionalidade capitalista do homem branco, cristão, machista... No entanto, ainda falta um longo caminho a percorrer, e isso não apenas pela inércia das pessoas que estão no conforto, mas, sobretudo, pela dificuldade de mudar as estruturas que, durante séculos, se encarregaram de produzir o sistema desumano no qual vivemos.

Desafios

Aqui me vêm à mente algumas perguntas que expressam realmente os limites das racionalidades alternativas. Vejamos um caso ilustrativo: a educação (em seu sentido mais amplo e não reduzido à escola) foi um dos campos de batalha mais importantes tanto para

36 **Leonardo Boff** (1938): teólogo brasileiro, autor de mais de 60 livros nas áreas de teologia, espiritualidade, filosofia, antropologia e mística. Boff escreveu um depoimento sobre as razões que ainda lhe motivam a ser cristão, publicado na edição especial de Natal da **IHU On-Line**, número 209, de 18-12-2006, disponível em <http://bit.ly/iBjvZq>, e concedeu uma entrevista sobre a Teologia da Libertação na **IHU On-Line** número 214, de 02-04-2007, disponível em <http://bit.ly/kaibZx>. Na edição 238, de 01-10-2007, intitulada *Francisco. O santo*, concedeu a entrevista *A ecologia exterior e a ecologia interior. Francisco, uma síntese feliz*, disponível em <http://bit.ly/km44R2>. Sua entrevista mais recente à **IHU On-Line** intitula-se *Os intelectuais que têm algum sentido ético precisam falar sobre a Terra ameaçada* e está disponível em <http://bit.ly/Qpj45L>. (Nota da **IHU On-Line**)

os liberais e socialistas, como para os conservadores, na região. Mas, hoje sabemos que a maior parte da educação no subcontinente está colonizada. Pois o colonialismo, como modo de pensar a realidade, permeou todos os âmbitos da sociedade latino-americana, desde a família, as escolas, as universidades, os centros culturais, até as igrejas. Assim, o colonialismo converteu-se praticamente em uma das culturas do subcontinente. Diante deste panorama, como é possível descolonizar a educação? Quem financia a educação? Quem deve descolonizar a quem? Isso me faz pensar na Tese III de Marx³⁷ sobre Feuerbach,³⁸ segundo a qual são os homens que mudam as circunstâncias e que o educador também precisa ser educado. Portanto, minha dúvida é se todos aqueles que propõem racionalidades alternativas estão suficientemente descolonizados. Daí a importância capital, penso, de fazer uma autocrítica permanente, para seguir firme nos caminhos descolonizadores. ■

37 **Karl Marx** (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Leia a edição número 41 dos **Cadernos IHU ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da **IHU On-Line**, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/ihuon278>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da **IHU On-Line**, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon327>. A **IHU On-Line** preparou uma edição especial sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI*, que retoma o argumento central da obra de Marx *O Capital*, disponível em <http://bit.ly/IHUOn449>. (Nota da **IHU On-Line**)

38 **Ludwig Feuerbach** (1804-1872): filósofo alemão, reconhecido pela influência que seu pensamento exerce sobre Karl Marx. Abandona os estudos de Teologia para tornar-se aluno de Hegel, durante dois anos, em Berlim. De acordo com sua filosofia, a religião é uma forma de alienação que projeta os conceitos do ideal humano em um ser supremo. É autor de *A essência do cristianismo* (2ª ed. São Paulo: Papyrus, 1997). (Nota da **IHU On-Line**)

TEOLOGIA PÚBLICA

A Reforma e o convite aos reparos

Para Marcio Gimenes de Paula, Lutero é símbolo de uma reforma que deu certo. Esse espírito reformador deve ser revisitado para que haja evolução luterana, católica, de outras religiões e da Filosofia

Por Márcia Junges e João Vitor Santos

No último dia 31 de outubro, foram celebrados 498 anos da Reforma Luterana. Muito mais do que uma perspectiva religiosa e teológica, o pensamento de Lutero ilumina uma forma de pensar na modernidade, em especial na Filosofia. Essas duas perspectivas passam pela análise do filósofo e também teólogo Marcio Gimenes de Paula. Na entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ele mergulha no pensamento da Reforma Protestante e seus reflexos nos séculos XIX e XX sob os dois aspectos. Entretanto, deixa claro que a Reforma Luterana não foi algo que rompeu abruptamente com um modelo. “Lutero representa, no fundo, a reforma que deu ‘certo’”, pontua. “Penso que foram inúmeras as reformas que deram ‘errado’ e antecederam a Lutero. Ele recebeu um legado de séculos. Carrega consigo - com todos os méritos, é bom que se diga - séculos de pessoas que sempre quiseram reformar a sua Igreja. Essa é a grande atualidade da Reforma: sua presença na história e seu dinamismo”, completa.

Assim, hoje, na pós-modernidade, Marcio faz um convite para voltarmos o olhar não somente para Lutero e os rompimentos propostos pela Reforma, mas também para sua processualidade. É quando as perspectivas teológicas e filosóficas são atualizadas, numa espécie de evolução do pensamento, como se olhassem para as outras através de

si e vice-versa, num primado de inter-religiosidade e multiplicidade filosófica. “Acho que o protestantismo pode ensinar o catolicismo a se reformar e, quem sabe, o protestantismo, depois de tantos séculos, volte a se reformar novamente olhando o catolicismo”, destaca. Para o professor, vivemos um momento especial para isso, em função da figura do Papa Francisco. Ele vê o pontífice como provocador, que põe as duas grandes vertentes cristãs num momento muito particular de diálogo. “Nosso colega de América do Sul faz, depois de alguns anos de inverno na cúpula da Igreja Católica, um belo discurso de recuperação dos valores evangélicos e dos valores do Concílio do Vaticano II”, conclui.

Marcio Gimenes de Paula possui graduação em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp e em Teologia pelo Seminário Teológico Presbiteriano Independente. É mestre e doutor em Filosofia pela Unicamp. Atua como professor do departamento de Filosofia da Universidade de Brasília. Também é membro colaborador e pesquisador do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa (integrado em projeto de investigação sobre Filosofia da Ação e Valores e em projeto de tradução das obras de Kierkegaard), e membro da Sociedade Brasileira de Estudos de Kierkegaard - Sobreski, da Associação Brasileira de Filosofia da Religião.

Confira a entrevista.

“

No fundo, a grande herança do cristianismo alemão será sempre esta crise de consciência, que é, na verdade, de fundo agostiniano

IHU On-Line - Pensando na Reforma Protestante¹ e considerando ainda o século XIX, o que é o cristianismo alemão e quais são suas raízes fundamentais?

Marcio Gimenes de Paula - O cristianismo é, na verdade, um conjunto complexo que, talvez, podemos dividir num período anterior e num período posterior ao evento da Reforma. Contudo, se o nosso horizonte conceitual é o século XIX, penso que uma abordagem significativa é aquela apresentada por Heine² na sua obra *Contribuição à História da Religião e da Filosofia na Alemanha*³. Ali, com maestria, o autor apresenta, notadamente para um público francês que não conhece bem a religião e a filosofia dos alemães, a peculiaridade do cristianismo (e da filosofia) produzida naquele país.

1 **Reforma Protestante:** movimento reformista cristão liderado por Martinho Lutero, autor das 95 teses pregadas na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg, na Alemanha, em 31 de outubro de 1517, propondo uma reforma na doutrina do catolicismo romano. Lutero foi apoiado por vários religiosos e governantes europeus. Em resposta, a Igreja Católica Romana implementou a Contra-Reforma ou Reforma Católica, iniciada no Concílio de Trento. Em decorrência destes fatos, ocorreu a divisão da chamada Igreja do Ocidente entre os católicos romanos e os protestantes. (Nota da IHU On-Line)

2 **Heinrich Heine [Christian Johann Heinrich Heine]** (1797-1856): poeta romântico alemão, conhecido como “o último dos românticos.” Boa parte de sua poesia lírica, especialmente a sua obra de juventude, foi musicada por vários compositores notáveis como Robert Schumann, Franz Schubert, Felix Mendelssohn, Brahms, Hugo Wolf, Richard Wagner e, já no século XX, por Hans Werner Henze e Lord Berners. (Nota da IHU On-Line)

3 São Paulo: Iluminuras, 1991. (Nota da IHU On-Line)

No entender dele, o cristianismo alemão, inclusive aquele que antecede Lutero⁴, é fortemente marcado por uma herança espiritual, subjetiva, espelha as angústias do homem diante de Deus, a crise em estar nesse mundo cumprindo sua missão e sempre questionando se está fazendo isso de modo adequado ou não. Sempre há um problema ético, um grande dilema moral. No fundo, a grande herança do cristianismo alemão será sempre esta crise de consciência, que é, na verdade, de fundo agostiniano. Por isso, não fortuitamente, se fizermos uma pesquisa, veremos que Santo Agostinho⁵ é talvez um autor muito citado tanto por Lutero como por Calvino⁶. Ainda mais forte do que

4 **Martinho Lutero** (1483-1546): teólogo alemão, considerado o pai espiritual da Reforma Protestante. Foi o autor da primeira tradução da Bíblia para o alemão. Além da qualidade da tradução, foi amplamente divulgada em decorrência da sua difusão por meio da imprensa, desenvolvida por Gutemberg em 1453. Sobre Lutero, confira a edição 280 da IHU On-Line, de 03-11-2008, intitulada *Reformador da Teologia, da igreja e criador da língua alemã*. O material está disponível para download em <http://bit.ly/ihuon280>. (Nota da IHU On-Line)

5 **Santo Agostinho** (Aurélio Agostinho, 354-430): bispo, escritor, teólogo, filósofo foi uma das figuras mais importantes no desenvolvimento do cristianismo no Ocidente. Ele foi influenciado pelo neoplatonismo de Plotino e criou os conceitos de pecado original e guerra justa. (Nota da IHU On-Line)

6 **João Calvino** (1509-1564): teólogo cristão francês, teve uma influência muito grande durante a Reforma Protestante e que continua até hoje. Portanto, a forma de Protestantismo que ele ensinou e viveu é conhecida por alguns pelo nome Calvinismo, embora o próprio Calvino tivesse repudiado contundentemente este apelido. Esta variante do Protestantismo viria a ser bem-sucedida em países como a Suíça (país de origem), Países Baixos, África do Sul (entre os africanóides), Inglaterra, Escócia e Estados Unidos. Leia, também, a edição 316 da IHU On-Line intitulada *Calvino – 1509-1564. Teólogo, refor-*

isso: Feuerbach⁷, crítico do cristianismo do século XIX, sempre cita Agostinho e suas interpretações. A mesma coisa é feita por Kierkegaard⁸ que, mesmo não sendo alemão (e sim dinamarquês) opera dentro desse mesmo horizonte conceitual e, por isso, sua filosofia não deixa de espelhar certa tentativa de recuperar os valores agostinianos no século XIX.

IHU On-Line - O caracteriza o pensamento pós-hegeliano, sobretudo aquele de Feuerbach, Kierkegaard e Nietzsche⁹?

mador e humanista, disponível em <http://bit.ly/10BIrpn>. (Nota da IHU On-Line)

7 **Ludwig Feuerbach** (1804-1872): filósofo alemão, reconhecido pela influência que seu pensamento exerce sobre Karl Marx. Abandona os estudos de Teologia para tornar-se aluno de Hegel, durante dois anos, em Berlim. De acordo com sua filosofia, a religião é uma forma de alienação que projeta os conceitos do ideal humano em um ser supremo. É autor de *A essência do cristianismo* (2ª. ed. São Paulo: Papyrus, 1997). (Nota da IHU On-Line)

8 **Soren Kierkegaard** (1813-1855): filósofo existencialista dinamarquês. Alguns de seus livros foram publicados sob pseudônimos: Victor Eremita, Johannes de Silentio, Constantín Constantius, Johannes Climacus, Vigilius Haufniensis, Nicolás Notabene, Hilarius Bogbinder, Frater Taciturnus e Anticlimacus. Filosoficamente, faz uma ponte entre a filosofia de Hegel e o que viria a ser posteriormente o existencialismo. Boa parte de sua obra dedica-se à discussão de questões religiosas como a natureza da fé, a instituição da igreja cristã, a ética cristã e a teologia. Autor de *O Conceito de Ironia* (1841), *Temor e Tremor* (1843) e *O Desespero Humano* (1849). A respeito de Kierkegaard, confira a entrevista *Paulo e Kierkegaard*, realizada com Álvaro Valls, da Unisinos, na edição 175, de 10-04-2006, da IHU On-Line, disponível em <http://bit.ly/ihuon175>. A edição 314 da IHU On-Line, de 09-11-2009, tem como tema de capa *A atualidade de Soren Kierkegaard*, disponível em <http://bit.ly/ihuon314>. Leia, também, uma entrevista da edição 339 da IHU On-Line, de 16-08-2010, intitulada *Kierkegaard e Dogville: a desumanização do humano*, concedida pelo filósofo Fransmar Barreira Costa Lima, disponível em <http://bit.ly/ihuon339>. (Nota da IHU On-Line)

9 **Friedrich Nietzsche** (1844-1900): filósofo alemão, conhecido por seus conceitos além-do-homem, transvaloração dos valores, niilismo, vontade de poder e eterno retorno. Entre suas obras figuram como as mais importantes *Assim falou Zaratustra* (9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998), *O anticristo* (Lisboa: Guimarães, 1916) e *A genealogia da moral* (5. ed. São Paulo: Centauro, 2004). Escreveu até 1888, quando foi acometido por um colapso nervoso que nunca o abandonou até o dia de sua morte. A Nietzsche foi dedicado o tema de capa da

Marcio Gimenes de Paula - Saiu no Brasil, no final de 2014, uma excelente tradução de uma obra clássica para entendermos o problema dos pós-hegelianos e, em especial, desses três grandes autores. Refiro-me aqui a *De Hegel a Nietzsche*¹⁰, de Karl Löwith¹¹. Ali, com imensa propriedade, esse filósofo, que merece ser mais bem estudado no Brasil, avalia que o que caracteriza o pensamento pós-hegeliano são três características: a) são autores que partem do tema religioso ou do universo teológico, muitos deles, protestantes; b) são autores que

transitam pela literatura; c) são autores que chegam até a política, isto é, tomam a política como um “céu” possível de ser alcançado pela ação dos homens.

Evidentemente, nem todos os autores tratados por Löwith completariam os três passos do mesmo modo ou, talvez, alguns, inclusive, deixaram o caminho um pouco incompleto. Enfim, penso que vale a pena pensar nos pós-hegelianos com o desafio proposto por Löwith.

“

Nietzsche flerta com temas teológicos

IHU On-Line - Quais são as críticas fundamentais que esses filósofos endereçam ao cristianismo?

Marcio Gimenes de Paula - O pensamento de Feuerbach é marcado por uma forte ambiguidade. Ao mesmo tempo em que é uma recusa do cristianismo e uma denúncia da sua fraqueza, ele é, de igual modo, uma busca pelos seus valores mais autênticos. Isto é, ele é uma denúncia de que o cristianismo do século XIX, no fundo, deturpou muito dos valores originários da fé cristã.

Por isso, não fortuitamente, muitos teólogos, incluindo aqui Kierkegaard, serão leitores atentos de Feuerbach. Karl Barth¹², o célebre teólogo protestante, já no século XX escreverá um belo trabalho sobre Feuerbach e percebe no seu pensamento um importante aspecto de crítica ao cristianis-

mo que ajudaria, no seu entender, os próprios cristãos a realizarem uma reforma no seu cristianismo deturpado.

Penso que vale muito a pena refletir sobre isso, isto é, ver Feuerbach não apenas como “inimigo” do cristianismo, mas pensá-lo no horizonte de uma crítica do cristianismo. Tal crítica será fundamental para inúmeras correntes teológicas do século XX, incluindo até mesmo a Teologia da Libertação¹³ feita na América Latina.

Kierkegaard

Já o pensamento de Kierkegaard, esse autor por vezes tão enigmático que flerta com a literatura, com a psicologia, “meio filósofo” e “meio teólogo”, certamente merece um estudo aprofundado. Penso que uma pista significativa talvez possa ser encontrada num lindo texto escrito por Hannah Arendt¹⁴ sobre Kierkegaard. Ali a filósofa diz

13 Teologia da Libertação: escola teológica desenvolvida depois do Concílio Vaticano II. Surge na América Latina, a partir da opção pelos pobres, e se espalha por todo o mundo. O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez é um dos primeiros que propõe esta teologia. A teologia da libertação tem um impacto decisivo em muitos países do mundo. Sobre o tema confira a edição 214 da **IHU On-Line**, de 02-04-2007, intitulada *Teologia da libertação*, disponível para download em <http://bit.ly/bsMG96>. Leia, também, a edição 404 da revista **IHU On-Line**, de 05-10-2012, intitulada *Congresso Continental de Teologia. Concílio Vaticano II e Teologia da Libertação em debate*, disponível em <http://bit.ly/SSVYTO>. (Nota da **IHU On-Line**)

14 Hannah Arendt (1906-1975): filósofa e socióloga alemã, de origem judaica. Foi influenciada por Husserl, Heidegger e Karl Jaspers. Em consequência das perseguições nazistas, em 1941, partiu para os Estados Unidos, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades desse país. Sua filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera econômica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. A edição mais recente da **IHU On-Line** que abordou o trabalho da filósofa foi a 438, *A Banalidade do Mal*, de 24-03-2014, disponível em <http://bit.ly/ihuon438>. Sobre Arendt, confira ainda as edições 168 da **IHU On-Line**, de 12-12-2005, sob o título *Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX*, disponível em <http://bit.ly/ihuon168>, e a edição 206, de 27-11-2006, intitulada *O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975*, disponi-

edição número 127 da **IHU On-Line**, de 13-12-2004, intitulado *Nietzsche: filósofo do martelo e do crepúsculo*, disponível para download em <http://bit.ly/Hl7xwP>. A edição 15 dos **Cadernos IHU em formação** é intitulada *O pensamento de Friedrich Nietzsche*, e pode ser acessada em <http://bit.ly/HdcqOB>. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista **IHU On-Line**, de 10-05-2010, disponível em <http://bit.ly/162F4rH>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica, parte integrante do *Ciclo de Estudos Filosofias da diferença* – Pré-evento do **XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana**. Na edição 330 da revista **IHU On-Line**, de 24-05-2010, leia a entrevista *Nietzsche, o pensamento trágico e a afirmação da totalidade da existência*, concedida pelo Prof. Dr. Oswaldo Giacoia e disponível para download em <http://bit.ly/nqUxGO>. Na edição 388, de 09-04-2012, leia a entrevista *O amor fati como resposta à tirania do sentido*, com Danilo Bilate, disponível em <http://bit.ly/HzaJpJ>. (Nota da **IHU On-Line**)

10 São Paulo: Unesp, 2014. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Karl Löwith** (1897-1973): foi um filósofo alemão, aluno de Martin Heidegger. Embora professasse a religião protestante, Löwith nasceu numa família de religião judaica. Estudou filosofia primeiramente com Husserl em Freiburg e, entre 1919 e 1928 com Heidegger. Em 1934 foi forçado a deixar a Alemanha devido às políticas antissemitas do governo nazi. Viveu primeiro na Itália e em 1936 embarcou em Nápoles para o Japão a convite do seu amigo Kuki Shuzo. Deu aulas na Universidade Imperial de Tohoku, no norte do Japão mas, em 1941, a proximidade deste país com as políticas do Eixo levou-o, pouco antes do ataque a Pearl Harbor, a mudar-se para os Estados Unidos. Entre 1941 e 1952 deu aulas no Hartford Theological Seminary e na New School for Social Research. Nesse ano regressou à Alemanha para dar aulas de filosofia em Heidelberg, onde faleceu. Sua obra mais famosa é *Von Hegel zu Nietzsche* (Stuttgart, Kohlhammer, 1958). (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Karl Barth** (1886-1968): teólogo cristão protestante, pastor da Igreja Reformada e um dos líderes da teologia dialética e dos pensamentos neo-ortodoxos. Lecionou teologia em Bonn, Alemanha, mas, em 1935, recusou-se a apoiar Adolf Hitler e teve que deixar o país, retornando à Basileia. Tornou-se um dos líderes da Igreja Confessante, grupo oposto ao Movimento Cristão Alemão. Foi o principal redator da Declaração Teológica de Barmen. (Nota da **IHU On-Line**)

que “ser radicalmente religioso em tal mundo significa estar sozinho não só no sentido em que a pessoa se posta diante de Deus, mas também no sentido de que ninguém mais se posta diante de Deus”¹⁵. No entender dela, Kierkegaard vive o desafio de ser religioso num mundo totalmente secularizado oriundo do Iluminismo.

Assim, penso que o grande desafio ao qual ele responde é que o cristianismo não é mais uma questão de “geografia”, onde todos nascemos (e morremos) cristãos por pertencermos a um país que é oficialmente cristão, mas antes aponta para o verdadeiro desafio de ser cristão num mundo onde não parece mais fazer sentido ser cristão. É, na verdade, uma posição de existência. Talvez, nesse sentido, se possa dizer que Kierkegaard é “existencialista”. Penso que isso vale mais do que um rótulo de um manual qualquer de filosofia.

Nietzsche

Por fim, a crítica nietzschiana, talvez a mais comentada do século XX, mas não sei se a mais bem conhecida, é outra crítica que não pode ser entendida, segundo penso, sem uma análise consistente da teologia. Afinal, Nietzsche flerta com temas teológicos. Com isso não quero dizer que ele era cristão ou coisa parecida, mas gostaria de chamar atenção para o fato de que toda sua crítica não é compreendida sem o cristianismo. Os nomes dos livros, o uso de referências bíblicas nas passagens, a afirmação de uma moral diferente daquela defendida pelo cristianismo. Para tudo isso ser feito, é preciso de muito cristianismo. Um bom exercício para perceber isso é, talvez, ler obras como o *Anticristo*¹⁶ a partir de tais indagações.

ver em <http://bit.ly/ihuon206>. (Nota da **IHU On-Line**)

15 ARENDT, H. *Compreender – formação, exílio e totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 76. (Nota do entrevistado)

16 NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Últimos opúsculos. Madrid: La España Moderna. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - Qual é a peculiaridade da crítica destinada ao Protestantismo, em específico?

Marcio Gimenes de Paula - Curiosamente Feuerbach, mesmo com todas as críticas ao protestantismo que faz, enxerga a si mesmo como uma espécie de *Lutero segundo*, isto é, alguém que estava realizando na filosofia uma Reforma tal como Lutero havia feito na teologia. Para o pensador alemão, o protestantismo mostraria, com mais clareza que o catolicismo, um mundo onde as coisas já podem ser explicadas ao modo de uma teologia racional e, por isso, o próprio Deus poderia se tornar dispensável. Notemos que tal pista, guardadas as devidas distâncias, não deixa de dialogar com as teses de Max Weber¹⁷.

“
Nietzsche abraça a Renascença, ficando mais próximo de um ideal renascentista, que, por sua vez, parecia mais grego

Kierkegaard, vivendo num ambiente protestante dinamarquês,

17 **Max Weber** (1864-1920): sociólogo alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia. *Ética protestante e o espírito do capitalismo* (Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004) é uma das suas mais conhecidas e importantes obras. Cem anos depois, a **IHU On-Line** dedicou-lhe a sua 101ª edição, de 17-05-2004, intitulada *Max Weber. A ética protestante e o espírito do capitalismo 100 anos depois*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon101>. De Max Weber o IHU publicou **Cadernos IHU em formação** nº 3, 2005, chamado *Max Weber – o espírito do capitalismo* disponível em <http://bit.ly/ihuem03>. Em 10-11-2005, o professor Antônio Flávio Pierucci ministrou a conferência de encerramento do *I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia*, promovido pelo IHU, intitulada *Relações e implicações da ética protestante para o capitalismo*. (Nota da **IHU On-Line**)

vê em Lutero um desafio, mas, ao mesmo tempo, vê na Igreja Luterana, ou ao menos numa fração dela, uma traição aos ideais mais nobres do cristianismo. Penso que, além da imensa obra kierkegaardiana que deve ser examinada para perceber a afinidade e a crítica a Lutero, há um exemplo cinematográfico para quem quer entender a crítica kierkegaardiana: o filme *Luz de Inverno*¹⁸, do sueco Bergman¹⁹. Ali, na trama de um pastor desiludido com o seu tempo e cumprindo apenas os rituais da burocracia, nota-se muito da crítica kierkegaardiana. Vale a pena conferir.

Por fim, alguns estudiosos de Nietzsche nos dias de hoje chegam a dizer que muito da crítica de Nietzsche endereçada a São Paulo é, no fundo, uma crítica a Lutero. Assim, o pensador teria atribuído ao reformador tanto peso que, em virtude disso, teria tecido muitas de suas críticas à teologia paulina. Talvez a crítica mais vigorosa que podemos notar é aquela em que Nietzsche parece ir apontando aos poucos um caráter doentio no cristianismo paulino e luterano. Assim, ao mesmo tempo que afirma tal crítica, tenta exaltar, por exemplo, um cristianismo como aquele oriundo da Renascença católica, onde há mais vida, mais festa, mais apego aos valores daquilo que era humano, demasiadamente humano.

IHU On-Line - Em que sentido se pode falar na filosofia alemã como herdeira da reforma de Lutero?

18 *Luz de Inverno* (1963). (Nota da **IHU On-Line**)

19 **Ernst Ingmar Bergman** (1918-2007): dramaturgo e cineasta sueco. Estudou na Universidade de Estocolmo, onde se interessou por teatro e, mais tarde, por cinema. Iniciou a carreira em 1941, escrevendo a peça teatral “Morte de Kasper”. Em 1944, desenvolveu o primeiro argumento para o filme “Hets”. Realizou o primeiro filme em 1945, “Kris”. Seus trabalhos lidam geralmente com questões existenciais, como a mortalidade, a solidão e a fé. Recentemente foi exibido novamente, no Brasil, o clássico Sétimo Selo. O sítio Instituto Humanitas Unisinos – IHU noticiou a exibição em artigo sob o título “Ingmar Bergman chega aos cinemas em cópia restaurada”, em 31-07-2015, disponível em <http://bit.ly/1RYR4V8>. (Nota da **IHU On-Line**)

Marcio Gimenes de Paula - Nietzsche diz, reafirmando uma posição de Heine²⁰, que Lutero teria sido o primeiro pensador dos alemães. Tal tese não é desprovida de sentido. O modo alemão de pensar a modernidade filosófica passa, sem sombra de dúvida, por Lutero. A ênfase na subjetividade, tomada por sua vez de uma ênfase luterana em Agostinho, será fundamental para muitos dos temas da filosofia alemã. Assim, se pensamos em autores como Kant²¹, Hegel²²,

Fichte²³, Schelling²⁴, por exemplo, não deixamos de ver a presença de Lutero e da sua teologia. Há quem diga, inclusive, que a ética e a moral de Kant, por exemplo, não podem ser compreendidas sem Lutero. Lembremos que uma das razões da rejeição de Schopenhauer²⁵ à moral kantiana residia exatamente no fato de tomá-la como muito re-

ligiosa. Mais do que isso: ela soava como protestante.

IHU On-Line - Nesse sentido, que ressonâncias do protestantismo se apresentam na ética e na política do século XIX?

Marcio Gimenes de Paula - A ética e a política do século XIX, especialmente em contexto alemão, são impensáveis sem os ideais da Reforma Protestante. Há quem diga que o professor de ética que conhecemos atualmente é um sacerdote sem igreja e sem fé, mas com muitos preceitos morais. Isso parece apontar uma coisa muito importante: a ética e a política dos séculos XIX e XX são de matriz teológica. Acaba ultrapassando o teológico e tenta construir, com as próprias mãos, um céu possível e realizável pelos homens. Nesse sentido, a política seria a transfiguração de um sonho teológico. Tal tese é explorada com maestria por Karl Löwith na sua bela obra *O Sentido da História*²⁶. Ali percebemos, na história secularizada, todos os temas da tradição teológica.

IHU On-Line - Em outra entrevista concedida à IHU On-Line²⁷, você afirma que além de um monge ressentido, como Nietzsche classificava Lutero em O Anticristo, o reformador era “um tipo psicológico interessante”. Quais são os impactos dessa caracterização na divisão da história da cristandade ocidental e, também, na formação da filosofia alemã?

Marcio Gimenes de Paula - Nietzsche gostava de trabalhar com a ideia de tipos psicológicos. Para ele, tais figuras espelhavam, como poucas, uma época e seus ideais. Nesse sentido, Lutero seria um tipo psicológico, isto é, representava, com singular energia, um tipo particular de religião desenvolvida na Alemanha, representava um tipo

26 Rio de Janeiro: Edições 70, 1991. (Nota da IHU On-Line)

27 A crítica de Kierkegaard ao cristianismo: uma experiência humanamente impossível?. Revista IHU On-Line, nº 418, de 13-05-2013, disponível em <http://bit.ly/1Obq43N>. (Nota da IHU On-Line)

“

Lutero representa, no fundo, a reforma que deu ‘certo’

20 **Heinrich Heine** [Christian Johann Heinrich Heine] (1797-1856): poeta romântico alemão, conhecido como “o último dos românticos.” Boa parte de sua poesia lírica, especialmente a sua obra de juventude, foi musicada por vários compositores notáveis como Robert Schumann, Franz Schubert, Felix Mendelssohn, Brahms, Hugo Wolf, Richard Wagner e, já no século XX, por Hans Werner Henze e Lord Berners. (Nota da IHU On-Line)

21 **Immanuel Kant** (1724-1804): filósofo prussiano, considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, representante do Iluminismo. Kant teve um grande impacto no romantismo alemão e nas filosofias idealistas do século XIX, as quais se tornaram um ponto de partida para Hegel. Kant estabeleceu uma distinção entre os fenômenos e a coisa-em-si (que chamou *noumenon*), isto é, entre o que nos aparece e o que existiria em si mesmo. A coisa-em-si não poderia, segundo Kant, ser objeto de conhecimento científico, como até então pretendia a metafísica clássica. A ciência se restringiria, assim, ao mundo dos fenômenos, e seria constituída pelas formas a priori da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias do entendimento. A IHU On-Line número 93, de 22-03-2004, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra do pensador com o título *Kant: razão, liberdade e ética*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon93>. Também sobre Kant foi publicado o **Cadernos IHU em formação** número 2, intitulado *Emmanuel Kant – Razão, liberdade, lógica e ética*, que pode ser acessado em <http://bit.ly/ihuem02>. Confira, ainda, a edição 417 da revista IHU On-Line, de 06-05-2013, intitulada *A autonomia do sujeito, hoje. Imperativos e desafios*, disponível em <http://bit.ly/ihuon417>. (Nota da IHU On-Line)

22 **Friedrich Hegel** (Georg Wilhelm Friedrich Hegel, 1770-1831): filósofo alemão idealista. Como Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, tentou desenvolver um sistema filosófico no qual estivessem integradas todas as contribuições de seus principais predecessores. Sobre Hegel, confira no link <http://bit.ly/ihuon217> a edição 217 da IHU On-Line, de 30-04-2007, intitulada *Fenomenologia do espírito, de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1807-2007)*, em comemoração aos 200 anos de lançamento dessa obra. Veja ainda a edição 261, de 09-06-2008, *Carlos Roberto Velho Crime-Lima. Um novo modo de ler Hegel*, disponível em <http://bit.ly/ihuon261>, e Hegel. *A tradução da história pela razão*,

edição 430, disponível em <http://bit.ly/ihuon430>. (Nota da IHU On-Line)

23 **Johann Gottlieb Fichte** (1762-1814): filósofo alemão. Exerceu forte influência sobre os representantes do nacionalismo alemão, assim como sobre as teorias filosóficas de Schelling, Hegel e Schopenhauer. Fichte decidiu dedicar sua vida à filosofia depois de ler as três Críticas de Immanuel Kant, publicadas em 1781, 1788 e 1790. Sua investigação obteve a aprovação de Kant, que pediu a seu próprio editor que publicasse o manuscrito. O livro surgiu em 1792, sem o nome e o prefácio do autor, e foi saudado amplamente como uma nova obra de Kant. Quando Kant esclareceu o equívoco, Fichte tornou-se famoso do dia para a noite e foi convidado a lecionar na Universidade de Jena. Fichte foi um conferencista popular, mas suas obras teóricas são difíceis. Acusado de ateísmo, perdeu o emprego e mudou-se para Berlim. Seus *Discursos à nação alemã* são sua obra mais conhecida. (Nota da IHU On-Line)

24 **Friedrich Schelling** (Friedrich Wilhelm Joseph von Schelling, 1775-1854): filósofo alemão. Suas primeiras obras são geralmente vistas como um elo importante entre Kant e Fichte, de um lado, e Hegel, de outro. Essas obras são representativas do idealismo e do romantismo alemães. Criticou a filosofia de Hegel como “filosofia negativa”. Schelling tentou desenvolver uma “filosofia positiva”, que influenciou o existencialismo. Entrou para o seminário teológico de Tübingen aos 16 anos. (Nota da IHU On-Line)

25 **Arthur Schopenhauer** (1788-1860): filósofo alemão. Sua obra principal é *O mundo como vontade e representação*, embora o seu livro *Parerga e Paralipomena* (1815) seja o mais conhecido. Friedrich Nietzsche foi grandemente influenciado por Schopenhauer, que introduziu o budismo e a filosofia indiana na metafísica alemã. Schopenhauer, entretanto, ficou conhecido por seu pessimismo. Ele entendia o budismo como uma confirmação dessa visão. (Nota da IHU On-Line)

de compromisso com Deus que, por sua vez, se desenvolveria em boa parte do Ocidente cristão dali em diante. Assim, o modo de fazer teologia passa a ser, especialmente em contexto alemão, o modo também de se fazer filosofia. Por isso, caberia talvez lembrar uma outra célebre sentença de Nietzsche no *Anticristo*. No seu entender, o sangue dos filósofos alemães está indissociavelmente unido ao sangue dos teólogos. Penso que essa é uma pista que merece maior cuidado e investigação.

IHU On-Line - Como é possível compreendermos o projeto de Nietzsche de atacar a modernidade em seu cerne e, portanto, atingir Lutero?

Márcio Gimenes de Paula - Essa me parece uma questão muito complexa. É certo que Nietzsche ataca a modernidade. Contudo, ele mesmo não deixa de fazer parte do seu projeto, isto é, ele é um filho da modernidade filosófica alemã, dessa modernidade típica que começa na Reforma e chega até os pós-hegelianos do século XIX. O que talvez seja importante pensar é qual cristianismo Nietzsche atinge com sua crítica a Lutero. Para isso, penso que nos ajuda uma reflexão feita por Cassirer²⁸ na sua obra *Filosofia do Iluminismo*²⁹. Ali o pensador aponta uma diferença crucial entre a Renascença e a Reforma. Para Cassirer, a Reforma enfatiza, e tem como seu ponto de partida, o conceito de pecado e, portanto, molda toda a sua moral a partir disso. Já a Renascença, ainda que não abandone em momento algum o conceito de pecado, parece diminuir a sua força e, com alguma ênfase, parece produzir uma religião mais humanizada, ligada ao artístico, ao estético, ao mundo presente.

²⁸ Ernst Cassirer (1874-1945): filósofo alemão de origem judaica que pertenceu a Escola de Marburg. Foi um dos mais importantes representantes da tradição neokantiana de Marburgo. Desenvolveu uma filosofia da Cultura como uma teoria dos símbolos, baseada na Fenomenologia do Conhecimento. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁹ Campinas: UNICAMP, 1992. (Nota da **IHU On-Line**)

Tal tese é muito longa e certamente mereceria um maior cuidado. Assim, de muito simplório, podemos dizer aqui que Nietzsche abraça a Renascença, ficando mais próximo de um ideal renascentista, que, por sua vez, parecia mais grego. Assim, mais distante do pecado, parece atingir o coração da modernidade, visto que tudo o que vem depois do cristianismo é ainda baseado nesse ideal: democracia, política etc. Não é um assunto simples, mas é, sem dúvida, fascinante.

IHU On-Line - Ao completar 500 anos da Reforma Luterana, qual é a atualidade do debate crítico acerca do legado de Lutero?

Marcio Gimenes de Paula - Lutero representa, no fundo, a re-

“

Nosso colega de América do Sul faz, depois de alguns anos de inverno na cúpula da Igreja Católica, um belo discurso de recuperação dos valores evangélicos e dos valores do Concílio do Vaticano II

forma que deu “certo”. O que isso quer dizer? Penso que foram inúmeras as reformas que deram “errado” e antecederam a Lutero. O que quer dizer reforma certa e reforma errada? Por exemplo, antes de Lutero não podemos nos esquecer de personagens como,

por exemplo, João Huss³⁰, que ao tentar defender suas ideias reformadoras num Concílio é levado à morte. Assim, Lutero é mais do que apenas um homem. Ele recebeu um legado de séculos. Carrega consigo - com todos os méritos, é bom que se diga - séculos de pessoas que sempre quiseram reformar a sua Igreja. Essa é a grande atualidade da Reforma: sua presença na história e seu dinamismo. Assim, mais do que olhar para Lutero, vale olhar para seus antecedentes e para o que se afirma depois dele. É o primeiro cisma do Ocidente que consegue avançar. Isso não é pouca coisa. Heine dizia que a responsabilidade de Lutero é imensa e que Deus deve saber em que ombro havia confiado tão grande missão. Isso é um gracejo. Que vale para sorrir e para pensar.

IHU On-Line - Quais são os sinais de diálogo ecumênico que se apresentam, passados cinco séculos da Reforma?

Marcio Gimenes de Paula - Eu, do ponto de vista pessoal, vejo com muita alegria um Papa como o atual. Nosso colega de América do Sul faz, depois de alguns anos de inverno na cúpula da Igreja Católica, um belo discurso de recuperação dos valores evangélicos e dos valores do Concílio do Vaticano II³¹. O que isso quer dizer?

³⁰ John Huss (1369-1415): foi um pensador e reformador religioso. Ele iniciou um movimento religioso baseado nas ideias de John Wycliffe. Os seus seguidores ficaram conhecidos como os Hussitas. A Igreja Católica não perdoou tais rebeliões e ele foi excomungado em 1410. Condenado pelo Concílio de Constância, foi queimado vivo e morreu cantando um cântico [cântico de Davi, Jesus filho de Davi tem misericórdia de mim]. Um precursor do movimento protestante, a sua extensa obra escrita concedeu-lhe um importante papel na história literária checa. Também é responsável pela introdução do uso de acentos na língua checa por modo a fazer corresponder cada som a um símbolo único. Hoje em dia a sua estátua pode ser encontrada na praça central de Praga, a Praça da Cidade Velha, em checo Staroměstské náměstí. (Nota da **IHU On-Line**)

³¹ Concílio Vaticano II: convocado no dia 11-11-1962 pelo Papa João XXIII. Ocorreram quatro sessões, uma em cada ano. Seu encerramento deu-se a 08-12-1965, pelo Papa Paulo VI. A revisão proposta por este Concílio estava centrada na visão da Igreja como uma

Isso aponta claramente, segundo minha avaliação, para um paradigma ecumênico, amplo, aberto. Acho que vivemos, num mundo corroído de fundamentalismos, um tempo tão bonito quanto foi o pontificado de João XXIII³². Acho que o protestantismo pode ensinar o catolicismo a se reformar e, quem sabe, o protestantismo, depois de tantos séculos, volte a se reformar novamente olhando o catolicismo, pelo menos esse do Papa Francisco. A igreja é reformada exatamente por poder se reformar sempre.

congregação de fé, substituindo a concepção hierárquica do Concílio anterior, que declarara a infalibilidade papal. As transformações que introduziu foram no sentido da democratização dos ritos, como a missa rezada em vernáculo, aproximando a Igreja dos fiéis dos diferentes países. Este Concílio encontrou resistência dos setores conservadores da Igreja, defensores da hierarquia e do dogma estrito, e seus frutos foram, aos poucos, esvaziados, retornando a Igreja à estrutura rígida preconizada pelo Concílio Vaticano I. **O Instituto Humanitas Unisinos – IHU** produziu a edição 297, *Karl Rahner e a ruptura do Vaticano II*, de 15-6-2009, disponível em <http://bit.ly/o2e8cX>, bem como a edição 401, de 03-09-2012, intitulada *Concílio Vaticano II. 50 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/REokjn>, e a edição 425, de 01-07-2013, intitulada *O Concílio Vaticano II como evento dialógico. Um olhar a partir de Mikhail Bakhtin e seu Círculo*, disponível em <http://bit.ly/1cUUZfC>. Em 2015, o **IHU** promoveu o colóquio O Concílio Vaticano II: 50 anos depois. A Igreja no contexto das transformações tecnocientíficas e socioculturais da contemporaneidade. As repercussões do evento podem ser conferidas na **IHU On-Line**, edição 466, de 01-06-2015, disponível em <http://bit.ly/1fYpJ2> e também em Notícias do Dia no sítio IHU. (Nota da **IHU On-Line**)

32 Papa João XXIII (1881-1963): nascido Angelo Giuseppe Roncalli. Foi Papa de 28-10-1958 até a data da sua morte. Considerado um papa de transição, depois do longo pontificado de Pio XII, convocou o Concílio Vaticano II. Conhecido como o “Papa Bom”, João XXIII foi canonizado em 2013 pelo Papa Francisco. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?

Marcio Gimenes de Paula - Queriam lembrar aqui um caso curioso do século XX que foi magistralmente exposto por Hannah Arendt. Refiro-me aqui ao caso da banalidade do mal exposto na obra, que no fundo é uma reportagem, *Eichmann em Jerusalém*³³. Ali, Eichmann, um criminoso nazista de Guerra, é capturado e levado a julgamento. Ao se apresentar no tribunal, o ex-oficial da polícia de Hitler³⁴, ao contrário de ser o monstro que todos espera-

33 Eichmann em Jerusalém – Um relato sobre a banalidade do mal (Original em inglês: *Eichmann in Jerusalem: A Report on the Banality of Evil*): é um livro da filósofa alemã Hannah Arendt, sobre o julgamento de Adolf Eichmann, em Jerusalém, publicado em 1963. Arendt, judia alemã que havia fugido do regime nazista, cobriu o processo de Eichmann numa série de cinco artigos para a revista *The New Yorker*, os quais mais tarde dariam origem ao livro. (Nota da **IHU On-Line**)

34 Adolf Hitler (1889-1945): ditador austríaco. O termo Führer foi o título adotado por Hitler para designar o chefe máximo do Reich e do Partido Nazista. O nome significa o chefe máximo de todas as organizações militares e políticas alemãs, e quer dizer “condutor”, “guia” ou “líder”. Suas teses racistas e antisemitas, bem como seus objetivos para a Alemanha, ficaram patentes no seu livro de 1924, *Mein Kampf* (Minha Luta). No período da ditadura de Hitler, os judeus e outros grupos minoritários considerados “indesejados”, como ciganos e negros, foram perseguidos e exterminados no que se convencionou chamar de Holocausto. Cometeu o suicídio no seu Quartel-General (o Führerbunker) em Berlim, com o Exército Soviético a poucos quarteirões de distância. A edição 145 da **IHU On-Line**, de 13-06-2005, comentou na editoria Filme da Semana, o filme dirigido por Oliver Hirschbiegel, *A Queda – as últimas horas de Hitler*, disponível em <http://bit.ly/ihuon145>. A edição 265, intitulada *Nazismo: a legitimação da irracionalidade e da barbárie*, de 21-07-2008, trata dos 75 anos de ascensão de Hitler ao poder, disponi-

vam ver, afirma três coisas: a) sou cumpridor do meu dever, ou seja, apenas fazia aquilo que me ordenavam os meus superiores; b) sou cristão e luterano; c) sou, do ponto de vista moral, um kantiano.

O que isso parece apontar? Aponta para uma ética produzida por um dado tipo de protestantismo, isto é, a ética do cumprimento do seu dever e, nesse sentido, Kant e os Evangelhos podem estar muito mais próximos do que se pode imaginar. Essa é uma possível interpretação. Contudo, no mesmo século XX, servindo o mesmo protestantismo, temos o exemplo tão notável de uma figura como a de Albert Schweitzer³⁵, médico, teólogo, músico. Um missionário apaixonado que, nas primeiras décadas do século XX, foi capaz de entender o quanto a colonização europeia foi atroz com a África e, despojando-se do seu próprio ambiente cultural, serve nas selvas africanas construindo hospitais e igrejas. Enfim, valeria pensar que o ser protestante pode ser muito diverso e, no século XX, ele assume inúmeras facetas. Ainda bem. ■

vel em <http://bit.ly/ihuon265>. (Nota da **IHU On-Line**)

35 Albert Schweitzer (1875-1965): teólogo, músico, filósofo e médico alsaciano. Formou-se em Teologia e Filosofia na Universidade de Strasbourg, onde atuou como docente. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1952. O sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU publicou uma série de artigos sobre A. Schweitzer, entre os quais destacamos “Albert Schweitzer, um dos precursores do trabalho humanitário”, publicado em 15-08-2015, disponível em <http://bit.ly/1Mx5nwd>. Confira mais artigos em <http://bit.ly/1STtoUg>. (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA MAIS...

- *O indivíduo como ponto inicial na filosofia kierkegaardiana*. Entrevista com Marcio Gimenes de Paula, publicada na revista **IHU On-Line** número 314, de 09-11-2009, disponível em <http://bit.ly/1GT4xx6>.

Uma porta que se abre para o novo

Ao analisar o Sínodo dos bispos, Andrea Grillo entende que mais do que apresentar rupturas e mudanças bruscas, o encontro traz sinais de uma Igreja que sai de si e olha o mundo atual

Por João Vitor Santos | Tradução Sandra Dall'Onder

Há quem diga que o Sínodo dos bispos sobre a família, que teve sua assembleia realizada no Vaticano em outubro, não trouxe mudanças e fracassou em seu relatório final. Entretanto, o teólogo italiano Andrea Grillo destaca que é preciso ir além dos resultados imediatistas para, de fato, entender o saldo desse encontro. “O fato de que o Sínodo, no final, não está fechado para o novo, é um grande sinal de esperança e de visão que o Papa Francisco deixa, de forma sábia e profética”, destaca. Grillo também destaca que é necessário entender que a discussão não se encerra com o documento final. Pelo contrário, é o começo da abertura de uma nova perspectiva. “Estou convencido de que, para além do documento elaborado, que continua a ser provisório e preparatório para outras decisões, o encontro e a discussão fez bem a todos e também permitiu o surgimento da ‘verdadeira face’ de muitos personagens que aparentemente são autoridades”, completa, ao referir a disputa de poder e perspectiva doutrinária presentes no encontro.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line** cerca de duas semanas depois do encerramento do encontro, o italiano analisa em detalhes movimentos que indicam novas perspectivas provocadas pelo Sínodo. “Somente agora podemos encontrar a liberdade de uma linguagem positiva sobre casamento e a família. Podemos,

sobretudo, diminuir o nível de ‘ficção’ e de ‘idealização’ da família. A Igreja, idealizando o casamento, agride o mundo moderno e, infelizmente, agride também a vida de muitos homens e mulheres”, frisa. Grillo também reflete sobre as polêmicas em torno de acontecimentos paralelos ao Sínodo. “Esses fatos são indícios sérios que provam que o *establishment* eclesial, onde é exercido o poder real, tem medo das reformas de Francisco e também manifesta de modo desorganizado a sua ‘*malaeducacion*’”, analisa. Sobre se o Papa sai fortalecido ou não desse cenário (suposto tumor, revelação de homossexualismo na Cúria e oposição de bispos em meio ao Sínodo), sintetiza: “com tudo isto, Francisco parecia calmo e quase se divertia. Sem subestimar os complôs, ele parece vivenciar tudo isso de forma distante, preocupado com outras coisas, muito mais essenciais”.

Andrea Grillo é filósofo e teólogo italiano, leigo, especialista em liturgia e pastoral. Doutor em Teologia pelo Instituto de Liturgia Pastoral, de Pádua, é professor do Pontifício Ateneu Santo Anselmo, de Roma, do Instituto Teológico Marchigiano, de Ancona, e do Instituto de Liturgia Pastoral da Abadia de Santa Giustina, de Pádua. Também é membro da Associação Teológica Italiana e da Associação dos Professores de Liturgia da Itália.

Confira a entrevista.



Durante séculos, formamos e alimentamos indivíduos “monocráticos”: por que agora estes mesmos filhos desejariam o confronto e a disputa em relação ao diálogo com os outros?

IHU On-Line - Como o senhor avalia todo o processo do Sínodo¹, desde a sua preparação até o encontro em si? A Igreja entendeu o princípio da colegialidade, tão presente no Papa Francisco?

Andrea Grillo - A fórmula da “consulta” - animada pelo bom espírito de “inclusão de todos os membros da Igreja” - necessita de grandes esclarecimentos. As perguntas foram muitas vezes redigidas de forma vaga ou ideológica. A aceitação por parte da comunidade não foi estrutural e confiada à boa iniciativa dos bispos e sacerdotes. Um dos casos particularmente surpreendente: o relator geral do Sínodo, tanto da Sessão Extraordinária de 2014 quanto na Ordinária de 2015, durante a fase intermediária, recusou-se a distribuir o questionário na sua diocese em Budapeste. Esta situação desagradável, que demonstra a falta de preparo

pastoral e de qualidade clerical de uma série de arcebispos, radiografa o ponto mais baixo, e quase indescritível, de uma iniciativa que merece louvor, mas ao contrário, terá de ser formulada de forma mais adequada e menos formal.

Mas as dificuldades do questionário são diretamente proporcionais às dificuldades de uma madura e séria cultura da colegialidade. Durante séculos, formamos e alimentamos indivíduos “monocráticos”: por que agora estes mesmos filhos criados em vista de uma cultura monocrática desejariam o confronto e a disputa em relação ao diálogo com os outros? Preferem se esconder atrás de uma “doutrina monolítica” e bastante “petrificada”, como os seus corações. Este modelo de bispo, infelizmente presente no Sínodo, deveria falar sobre tudo, exceto sobre a família, pois pouco a entendem e falam dela sem tato e sem experiência.

IHU On-Line - O Papa sai mais fortalecido do encontro?

Andrea Grillo - Apesar dessas e muitas outras dificuldades, o Papa Francisco pode sair deste Sínodo com um resultado duplo: de um lado ele confrontou os bispos, quase os forçando a se expor. Por outro lado, recebeu um “mandato” amplo e compartilhado - ao menos em linhas gerais - para que tivesse um efeito profundo sobre a pastoral do matrimônio. Mas a grandeza profética das suas palavras tem se destacado sobre os discursos insignificantes ou alucinados de alguns

bispos. A palavra do Papa e outros bispos iluminados fez com que esquecesse a má impressão causada pelos arcebispos e cardeais, que propuseram comparações irresponsáveis e julgamentos desequilibrados sobre o mundo e a história.

IHU On-Line - Quais foram os pontos centrais da fala do Papa Francisco no encerramento do Sínodo? Como interpretá-la?

Andrea Grillo - O Papa, no encerramento do Sínodo, chamou a atenção sobre dois pontos essenciais: primeiro, a disponibilidade da Igreja em se deixar guiar pelo seu Senhor ao longo das estradas inéditas e desconhecidas. Não é preciso ter medo em deixar-se conduzir pelo Espírito, que sopra onde quer. Por outro lado, o Papa censurou todas as formas rígidas da tradição. Algumas palavras parecem libertadoras em relação ao resultado do discurso sinodal.

IHU On-Line - Qual sua interpretação do Relatório Final do Sínodo? O que ele revela acerca do pontificado de Francisco? Como ele pode impactar nos rumos da Igreja?

Andrea Grillo - O relatório final expressa, com grande esforço, mas com clareza, a “retirada de uma proibição”. O texto não fala, de forma alguma, em proibir a inclusão dos divorciados que se casam novamente com o ritual eucarístico, sob certas condições. Desta forma, após o passo dado por João Paulo II², que concedia aos divorciados em segunda união a “comunhão eclesial”, agora o Sínodo em seu documento final “já não nega a comunhão eucarística”. Isto me parece um resultado muito importante, embora mínimo, junto à possibilidade de falar uma língua mais concreta e menos jurídica. Mas nem sempre o documento está à altura da situação. Parece para-

¹ **Sínodo da Família:** em 2013 o papa Francisco convocou o Sínodo sobre a família, intitulado “Sínodo dos Bispos: os desafios pastorais da família no contexto da evangelização”. Na primeira etapa, o Vaticano enviou às dioceses do mundo todo um questionário de 38 perguntas sobre o tema, que serviu como um documento preparatório para a III Assembleia Geral Extraordinária do Sínodo dos Bispos sobre a Família, que ocorreu em outubro de 2014. Durante a III Assembleia Extraordinária do Sínodo dos Bispos, no Vaticano, foi produzido um texto com 46 pontos a serem refletidos pela comunidade católica. Todo esse processo culminou na XIV Assembleia Geral Ordinária, que ocorreu entre 4 e 25 de outubro de 2015, no Vaticano. O discurso do Papa Francisco aos bispos pode ser conferido pelo link <http://bit.ly/1kQWt6o>. O sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU também vem publicando uma série de materiais acerca do Sínodo que pode ser acessado em ihu.unisinos.br. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Papa João Paulo II** (1920-2005): Sumo Pontífice da Igreja Católica Apostólica Romana de 16 de outubro de 1978 até o ano da sua morte, sucedeu ao Papa João Paulo I, tornando-se o primeiro Papa não italiano em 450 anos. (Nota da **IHU On-Line**)

doxal quando, por exemplo, na primeira parte, pede insistentemente que os “políticos” façam as possíveis reformas legislativas e morais, mas, por outro lado, os bispos não falam explicitamente de nenhuma reforma eclesial! Pedem tudo aos outros, mas não estão dispostos a mudar nada no seu mundo. Isto não é uma forma grave de autorreferencialidade?

IHU On-Line - O pontificado de Bergoglio é apoiado nos ideais de misericórdia, perdão, conversão. Como esse e outros conceitos bergoglianos orbitaram no Sínodo? E em que medida fez avançar o debate acerca da família?

Andrea Grillo - Antes de tudo, os conceitos de Bergoglio não são “ideais”, mas estão em sintonia com a palavra exigente do Evangelho, relida na visão serena e profética do Concílio Vaticano II³. O Evangelho não é a negação do mundo, mas a sua salvação. É por isso que vale a pena reunir os bispos, para que discutam sobre a tradu-

ção da doutrina do casamento no contexto atual. O avanço é objetivo. Contanto que se possa sair do paradigma apologético antimoderno, de que foram vítimas os últimos Papas João Paulo II e Bento XVI⁴, de forma mais ou menos evidente.

IHU On-Line - Havia grande expectativa no encontro com relação aos temas como comunhão de casais em segunda união, métodos contraceptivos, união homoafetiva e homossexualidade e o espaço e papel da mulher na Igreja. Como o senhor analisa as discussões acerca desses temas e como avalia sua incidência no relatório final?

“
A grandeza profética das suas palavras tem se destacado sobre os discursos insignificantes ou alucinados de alguns bispos

Andrea Grillo - O relatório final por razões estratégicas e de “tática sinodal” evitou enfrentar as questões sobre as quais os bispos estavam mais divididos. Por isto, não existe muita coisa sobre os “tópicos quentes”. Mas estou convencido de que, para além do documento elaborado, que continua a ser provisório e preparatório para outras decisões, o encontro e a discussão fez bem a todos e também permitiu o surgimento da “verda-

4 Bento XVI, nascido **Joseph Aloisius Ratzinger** (1927): foi papa da Igreja Católica e bispo de Roma de 19 de abril de 2005 a 28 de fevereiro de 2013, quando oficializou sua abdicação. Desde sua renúncia é Bispo emérito da Diocese de Roma, foi eleito, no conclave de 2005, o 265º Papa, com a idade de 78 anos e três dias, sendo o sucessor de João Paulo II e sendo sucedido por Francisco. (Nota da **IHU On-Line**)

deira face” de muitos personagens que aparentemente são autoridades. O autoritarismo que se passa por autoridade e o fundamentalismo que se mostra como fidelidade agora têm nomes e sobrenomes, de forma mais clara do que antes.

IHU On-Line - De que forma podemos interpretar as disputas, as forças que estavam em jogo no Sínodo? Como essas disputas se materializam no relatório final?

Andrea Grillo - Enquanto isso, algumas disputas eram e são inevitáveis e até mesmo saudáveis. Pensar que a comunhão significa “todos estão de acordo” demonstra um conhecimento bem abstrato da comunhão. Algumas das forças em jogo tinham o confronto e a discussão. Então, tentaram antecipá-la e marginalizá-la. No relatório final este “jogo destrutivo” foi amplamente superado, mas aparece na “brevidade do texto”, o que, pelo menos em algumas partes, é “pura referência a si mesmo”; ou seja, ao documento papal que virá. Exercer a colegialidade para depois renunciar a ela, não é uma manifestação extraordinária de coragem e responsabilidade.

IHU On-Line - Em que medida é possível afirmar que o Sínodo abre uma nova temporada, um novo período na Igreja?

Andrea Grillo - Claro, depois do Sínodo, como disse o Papa Francisco, “a palavra família não é mais a mesma”. E é verdade. Superadas as primeiras batalhas, podemos abandonar um estilo defensivo e de condenação. De *Casti Connubii*⁵ de Pio XI⁶ até a *Familiaris Consortio*⁷ de

5 Casti Connubii: encíclica promulgada pelo Papa Pio XI em 31 de dezembro de 1930. Reitera a santidade do matrimônio e proíbe aos católicos o uso de qualquer forma artificial de controle de natalidade e reafirma a proibição do aborto. Explana ainda sobre a autoridade da doutrina da Igreja em questões morais e advoga a cooperação entre o poder civil e a Igreja. (Nota da **IHU On-Line**)

6 Papa Pio XI (1857-1939): nascido Ambrogio Damiano Achille Ratti, foi Papa entre 6 de fevereiro de 1922 e a data da sua morte. (Nota da **IHU On-Line**)

7 Familiaris consortio: Exortação Apostólica, do Papa João Paulo II, de 22 de no-

3 Concílio Vaticano II: convocado no dia 11-11-1962 pelo Papa João XXIII. Ocorreram quatro sessões, uma em cada ano. Seu encerramento deu-se a 08-12-1965, pelo Papa Paulo VI. A revisão proposta por este Concílio estava centrada na visão da Igreja como uma congregação de fé, substituindo a concepção hierárquica do Concílio anterior, que declarara a infalibilidade papal. As transformações que introduziu foram no sentido da democratização dos ritos, como a missa rezada em vernáculo, aproximando a Igreja dos fiéis dos diferentes países. Este Concílio encontrou resistência dos setores conservadores da Igreja, defensores da hierarquia e do dogma estrito, e seus frutos foram, aos poucos, esvaziados, retornando a Igreja à estrutura rígida preconizada pelo Concílio Vaticano I. O **Instituto Humanitas Unisinos** – **IHU** produziu a edição 297, *Karl Rahner e a ruptura do Vaticano II*, de 15-06-2009, disponível em <http://bit.ly/02e8cX>, bem como a edição 401, de 03-09-2012, intitulada *Concílio Vaticano II. 50 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/REokjn>, e a edição 425, de 01-07-2013, intitulada *O Concílio Vaticano II como evento dialógico. Um olhar a partir de Mikhail Bakhtin e seu Círculo*, disponível em <http://bit.ly/1cUUZfC>. Em 2015, o **Instituto Humanitas Unisinos** – **IHU** promoveu o colóquio *O Concílio Vaticano II: 50 anos depois*. A Igreja no contexto das transformações tecnocientíficas e socioculturais da contemporaneidade. As repercussões do evento podem ser conferidas na **IHU On-Line**, edição 466, de 01-06-2015, disponível em <http://bit.ly/1IfYpJ2> e também em Notícias do Dia no sítio **IHU**. (Nota da **IHU On-Line**)

João Paulo II, com a parcial exceção do Vaticano II, tivemos muitos documentos que fazem da família e do casamento um campo de batalha com a civilização moderna. Já *Familiaris Consortio* muda em parte este comportamento, mantendo-se em uma lógica apologética.

Somente agora podemos encontrar a liberdade de uma linguagem positiva sobre casamento e a família. Podemos, sobretudo, diminuir o nível de “ficção” e de “idealização” da família, estilo que o Papa Francisco, citando Freud⁸, reconduziu a “uma forma de agressão.” A Igreja, idealizando o casamento, agride o mundo moderno e, infelizmente, agride também a vida de muitos homens e mulheres. Para evitar esse estilo agressivo e injusto será necessário diferenciar a disciplina em grandes zonas continentais. A “descentralização” será inevitável para interceptar as verdadeiras instâncias do casamento e da família, exigindo atenção escrupulosa em relação ao Evangelho e à cultura.

IHU On-Line - Em que medida o desafio de “traduzir a tradição” foi cumprido pelo Sínodo?

Andrea Grillo - Eu acho que este Sínodo foi um bom exemplo da di-

vembro de 1981, “sobre a função da família cristã no mundo de hoje”. O documento foi editado após a realização do Sínodo dos Bispos celebrado em Roma de 26 de Setembro a 25 de Outubro de 1980. (Nota da **IHU On-Line**)

8 Sigmund Freud (1856-1939): neurologista, fundador da psicanálise. Interessou-se, inicialmente, pela histeria e, tendo como método a hipnose, estudou pessoas que apresentavam esse quadro. Mais tarde, interessado pelo inconsciente e pelas pulsões, foi influenciado por Charcot e Leibniz, abandonando a hipnose em favor da associação livre. Estes elementos tornaram-se bases da psicanálise. Freud nos trouxe a ideia de que somos movidos pelo inconsciente. Freud, suas teorias e o tratamento com seus pacientes foram controversos na Viena do século XIX, e continuam ainda muito debatidos hoje. A edição 179 da **IHU On-Line**, de 08-05-2006, dedicou-lhe o tema de capa sob o título *Sigmund Freud. Mestre da suspeita*, disponível em <http://bit.ly/ihuon179>. A edição 207, de 04-12-2006, tem como tema de capa *Freud e a religião*, disponível em <http://bit.ly/ihuon207>. A edição 16 dos **Cadernos IHU em formação** tem como título *Quer entender a modernidade? Freud explica*, disponível em <http://bit.ly/ihuem16>. (Nota da **IHU On-Line**)

fícil arte, que constitui a Igreja na sua identidade de “discípula” e “serva”: receber após tantas gerações a “boa palavra” sobre o casamento e devolvê-la às que virão enriquecidas pela nossa história e pela nossa experiência. A Igreja fez isso durante muitos séculos. So-

“

Pensar que a comunhão significa “todos estão de acordo” demonstra um conhecimento bem abstrato da comunhão

mente nos últimos dois séculos começamos a pensar que a tradição não é um “jardim a ser cultivado”, mas um “museu a ser preservado.” - de acordo com a feliz expressão com a qual João XXIII⁹ abria o Vaticano II.

Por isso, hoje, diante de tantas dificuldades, mas também diante de novas oportunidades, se nos mantivermos atados a uma linguagem jurídica para proclamar a beleza da comunhão matrimonial, estaremos, sem querer, fazendo o jogo do “inimigo”. E pensar que a única resposta possível para a “crise matrimonial” seja hoje a procura de um “vício original do consentimento” - ou o desinteresse em relação ao ato sexual na segunda união - significa permanecer fixo em categorias e atitudes agora incompatíveis com a maioria das consciências contemporâneas. Os únicos a serem “garantidos” por este método são os bispos e os pa-

9 Papa João XXIII (1881-1963): nascido Angelo Giuseppe Roncalli. Foi Papa de 28-10-1958 até a data da sua morte. Considerado um papa de transição, depois do longo pontificado de Pio XII, convocou o Concílio Vaticano II. Conhecido como o “Papa Bom”, João XXIII foi canonizado em 2013 pelo Papa Francisco. (Nota da **IHU On-Line**)

dres - além da comitiva inevitável de clérigos seculares, que não faltam jamais. Abandonar a autorreferencialidade significa entender que o objetivo dos seus maus hábitos não é o objetivo nem da Igreja, nem de Deus. A expressão “ou Deus ou nada” - pequena concentração de fundamentalismo - demonstra o medo e uma grave incompreensão da história e da vida.

IHU On-Line - Qual sua leitura dos “acontecimentos paralelos” ao Sínodo que tiveram grande destaque na imprensa internacional (a carta dos 13, a publicação da notícia de um suposto câncer do Papa e o fato de o padre polonês Krzysztof Olaf Charamsa vir a público assumir sua homossexualidade)? O que eles significam para além do encontro?

Andrea Grillo - Esses fatos são indícios sérios que provam que o *establishment* eclesial, onde é exercido o poder real, tem medo das reformas de Francisco e também manifesta de modo desorganizado a sua “malaeducacion”. O medo se manifesta de maneiras diferentes, de forma rude ou orgulhosa. Escrever uma carta ao papa com antecedência, para evitar que certas coisas aconteçam no Sínodo ou para desafiar a sua abordagem é um sinal de medo e covardia daqueles que temem a comparação e sofrem quando perdem o poder. Tendo sido os cardeais, somente piora a situação.

Os outros “eventos” - confissões e diagnósticos - pertencem a um gênero “misto”, em que as histórias pessoais e as mitomanias se entrelaçam e são cúmplices. O medo leva à confusão. Mas com tudo isto Francisco parecia calmo e quase se divertia. Sem subestimar os complôs, ele parece vivenciar tudo isso de forma distante, preocupado com outras coisas, muito mais essenciais. Se pensarmos que, enquanto estes cardeais sem nenhuma autoridade moral e eclesial ficam à mercê destes jogos miseráveis de poder, existem pessoas que migram, crianças que morrem no mar, vidas sofridas e

sem esperança, podemos entender a dureza e a franqueza das palavras do Papa Francisco quando ele terminou a Assembleia, olhando de forma profética para um lugar longe dali.

IHU On-Line - Quais os desafios do pontificado pós-sínodo?

Andrea Grillo - O pós-sínodo é mais um avanço, que identificaria em três níveis: de um lado uma "prática das nomeações episcopais" que ajudarão a mudar a lógica da "pastoral ordinária". Uma parte dos problemas do Sínodo deriva de uma "política" das nomeações episcopais intencionalmente modestas. Se você escolher como bispos os sacerdotes "carreiristas", dificilmente ouvirá intervenções significativas sobre problemas reais...

Sob outro aspecto, a "continuação do Sínodo" levará a um documento (Exortação ou Encíclica) com o qual a teologia da família

será traduzida em uma nova linguagem, corajosa e leal, audaciosa e a serviço de uma verdadeira comunicação da fé. Enfim o Jubileu¹⁰, já iminente, reunirá a força de misericórdia e permitirá a lógica do Ano Santo, que se suportem as "exceções", como uma regra mais profunda e verdadeira. Será, creio eu, o espaço de uma verdadeira conversão da autorreferencialidade.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Andrea Grillo - Eu gostaria de acrescentar uma consideração de caráter geral: por muito tempo a

¹⁰ **Jubileo da Misericórdia** (Ano Jubilar): Anunciado pelo Papa Francisco em 13 de março de 2015, o "jubileo extraordinário" é centrado na "misericórdia de Deus". Terá início a 8 de dezembro deste ano e percorrerá todo o ano de 2016. O Ano Jubilar é uma comemoração religiosa da Igreja Católica, celebrada dentro de um Ano Santo, mas o que difere deste é que a celebração jubilar é feita de 25 em 25 anos. A celebração cristã se fundamenta na Bíblia, tanto no Antigo Testamento, de onde temos a tradição judaica como no Novo Testamento. (Nota da **IHU On-Line**)

imprensa quis apresentar o debate sinodal como uma "competição" entre os bispos que queriam permanecer fiéis à tradição e os bispos que queriam se emancipar. Esta representação é falsa e afetada. Na verdade, trata-se de bispos que vivem a comunhão da doutrina, mas que se diferem na forma como iriam traduzir a doutrina comum em disciplina. Alguns se iludem que a atual disciplina vigente pode ficar indiferente à história e à sociedade. Este é um erro de perspectiva, que desqualifica a tarefa "pastoral" dos bispos.

Nestes casos, quando esse sentimento prevalece, os Bispos confessam a "impotência" que parece suspeita e a projeção de uma inadequada compreensão não só da realidade humana, mas do próprio Evangelho. O fato de que o Sínodo, no final, não está fechado para o novo, é um grande sinal de esperança e de visão que o Papa Francisco deixa, de forma sábia e profética. Tenho certeza disso. ■

LEIA MAIS...

- *O filho do Concílio e a luta contra o clericalismo*. Entrevista com Andrea Grillo, publicada na revista **IHU On-Line**, número 465, de 18-05-2015, disponível em <http://bit.ly/1iHvfNw>.
- *O Sínodo: o texto e o evento*. Artigo de Andrea Grillo, publicado nas **Notícias do Dia**, de 03-11-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1iHVoAt>.
- *"Não se pode reduzir a doutrina à disciplina medieval. É preciso profecia."* Artigo de Andrea Grillo, publicado nas **Notícias do Dia**, de 22-10-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1Qj0uMp>.
- *Os Padres sinodais saberão chegar aonde uma criança já chegou?* Artigo de Andrea Grillo, publicado nas **Notícias do Dia**, de 19-10-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1LV0bnY>.
- *O que Carlo Maria Martini diria no Sínodo?* Artigo de Andrea Grillo, publicado nas **Notícias do Dia**, de 16-10-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1S2kxwQ>.
- *As "teses infundadas" do cardeal Müller*. Artigo de Andrea Grillo, publicado nas **Notícias do Dia**, de 15-10-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1RBlywa>.
- *Analogias de tradição: como sair da oposição entre justiça e misericórdia?* Artigo de Andrea Grillo, publicado nas **Notícias do Dia**, de 14-10-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1HwBvy7>.

PUBLICAÇÕES

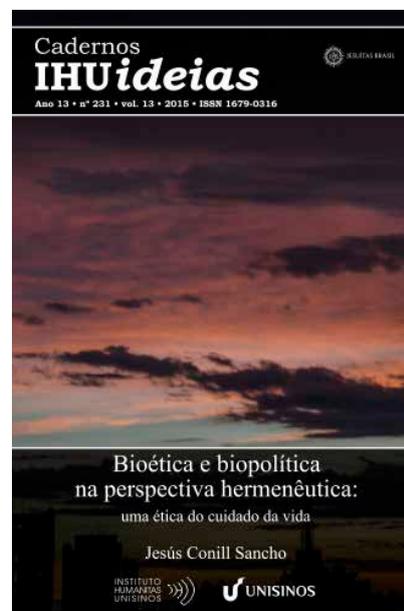
Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida

Cadernos IHU ideias, em sua 231ª edição, publica o artigo Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida, de Jesús Conill Sancho, Universidade de Valência - Espanha.

Sobre a problemática entre o cuidado e a administração da vida, convém refletir, em primeiro lugar, sobre a perspectiva diretora do pensamento, que, na minha opinião, é a hermenêutica. Com efeito, ao longo do desenvolvimento do pensamento contemporâneo foi se introduzindo uma intensa transformação da filosofia, que teve dois impulsos preponderantes: o hermenêutico e o prático. E é nesse contexto que se deve entender a emergência da bioética e da biopolítica, que, por sua vez, constituem duas concreções da plasmação prática da filosofia.

A versão digital está disponível em <http://bit.ly/1N2IGqv>

Esta e outras edições dos Cadernos IHU ideias podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br.



Biopoder e a constituição étnico-racial das populações. Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil

Cadernos IHU ideias, em sua 230ª edição, publica o artigo Biopoder e a constituição étnico-racial das populações. Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil, de Gustavo da Silva Kern doutorando pela Universidade do Rio Grande do Sul - UFRGS e docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC.

O presente trabalho apresenta uma incursão teórica e empírica acerca do biopoder e sua atuação sobre a constituição étnico-racial da população brasileira. Partindo de uma discussão em torno da acepção que Michel Foucault conferiu ao conceito de biopoder e avançando sobre sua análise em torno do "racismo de Estado", passo à abordagem dos discursos racialistas e eugenistas produzidos em nosso país entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Ao problematizar as teorizações em torno do branqueamento da população brasileira, procuro compreender o que Antonio Negri e Giuseppe Cocco chamaram de gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil.

A versão digital está disponível em <http://bit.ly/1SOyP5f>

Esta e outras edições dos Cadernos IHU ideias podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br.



PUBLICAÇÕES

A Constituição Dogmática *Dei Verbum* e o Concílio Vaticano II



Cadernos Teologia Pública, em sua 102ª edição, traz o artigo A Constituição Dogmática Dei Verbum e o Concílio Vaticano II, de Flávio Martinez de Oliveira, UCPel (Universidade Católica de Pelotas).

Situa-se a Dei Verbum em seu contexto próximo e imediato até chegar ao Vaticano II. Nos séculos XIX e XX há avanços e restrições por parte dos documentos magisteriais e na teologia nos principais aspectos abordados no Documento: a Revelação, as fontes da Revelação, as relações entre Escritura e Tradição, a verdade bíblica, a inspiração e os autores divino e humano da Escritura, os métodos de exegese. A complexidade das questões abordadas e o candente debate entre os padres conciliares, com a assessoria dos mais eminentes teólogos, vêm descritos até se chegar à redação definitiva. Os principais temas e as questões que permanecem abertas são enumerados e brevemente analisados. A Dei Verbum apresenta um caráter único que fermenta todo o Concílio Vaticano II. Inova ao assumir o caráter cristológico, eclesiológico, antropológico e pastoral da revelação. Entender esta constituição dogmática permite melhor compreender não somente a história da interpretação da Bíblia que se sucede, mas toda a história da teologia e da Igreja que resulta do Vaticano II, pois a Bíblia, antes relegada à marginalidade, no seu estudo “deve ser como que a alma da sagrada teologia” (DV 24) e, conseqüentemente, da vida da Igreja. Nem tudo foi resolvido, mas o caminho foi largamente aberto e se afirmou na pesquisa, no ensino, na missão, na pastoral.

Confira a edição digital em <http://bit.ly/1H12C9P>

Esta e outras edições dos Cadernos Teologia Pública podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU ou solicitados pelo endereço humanitas@unisinos.br.

Retrovisor

Releia algumas das edições já publicadas da IHU On-Line.

Refugiados, uma diáspora em tempos globais

Edição 362 - Ano XI - 23.05.2011

Disponível em <http://bit.ly/1H13pYd>

O drama mundial dos refugiados é o tema de capa desta edição IHU On-Line. Contribuem para o debate Andrés Ramirez, Peter Balleis, Juan Felipe Carrillo, Padre Alfredo Infante e Wooldy Edson Louidor. Outros entrevistados são Roger Zetter, Paulo Welter, Jacques Wainberg, Karin Kaid Wapechowski e Denise Jardim. Em 1951, quando foi assinada a Convenção de Genebra, que reconheceu a denominação "refugiado" e seus direitos, o mundo vivia as primeiras grandes mudanças estruturais e contabilizava as consequências de grandes conflitos. Hoje, sessenta anos depois, o número de refugiados cresceu proporcionalmente à população e reflete de maneira clara a crise dos tempos globais.



Ubuntu. 'Eu sou porque nós somos'

Edição 353 - Ano X - 06.12.2010

Disponível em <http://bit.ly/1Intwin>

O Ubuntu é o tema de capa desta edição. Participam do debate Dirk Louw, Mogobe Ramose, Dalene Swanson, Dalene Swanson, Bas'Illele Malomalo e Drucilla Cornell.

Dos povos originários da África, surge uma concepção ética que desafia o estilo de vida da sociedade contemporânea: o ubuntu. Para os povos de língua bantu, esse termo significa "eu sou porque nós somos". Essa "filosofia do Nós" pensa a comunidade, em seu sentido mais pleno, como todos os seres do universo. Todos nós somos família.



Fé, justiça e diálogo inter-religioso e intercultural

337 - Ano X - 02.08.2010

Disponível em <http://bit.ly/1RUoxjx>

Fé, justiça e diálogo inter-religioso e intercultural é o tema de capa da edição 337 da IHU On-Line, de 02/08/2010. Contribuem para a discussão Alfredo Ferro Medina, Antônio José Maria de Abreu, João Inácio Wenzel, José Ivo Follmann, Mauricio García Durán, Octavio Figueroa, Roberto Jaramillo Bernal, Thierry Linaud de Guertechin, Pedro Miguel Lamet, Cesar Sanson, André Langer e Darli de Fátima Sampaio

O tema de capa da revista IHU On-Line desta semana é inspirado pela realização, aqui em São Leopoldo, RS, da reunião latino-americana dos coordenadores e diretores dos Centros Sociais da Companhia de Jesus.

Buscando entender melhor a inspiração destes centros sociais espalhados pela América Latina e o serviço que tentam prestar, entrevistamos alguns diretores e pesquisadores que neles atuam.



Cadernos IHU ideias

Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica

Cadernos IHU ideias, em sua 231ª edição, publica o artigo **Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida**, de Jesús Conill Sancho, Universidade de Valência - Espanha. Ao longo do desenvolvimento do pensamento contemporâneo foi se introduzindo uma intensa transformação da filosofia, que teve dois impulsos preponderantes: o hermenêutico e o prático. Leia mais em <http://bit.ly/1H10Vch>.



Biopoder e a constituição étnico-racial das populações

Cadernos IHU ideias, em sua 230ª edição, publica o artigo **Biopoder e a constituição étnico-racial das populações. Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil**, de Gustavo da Silva Kern, doutorando pela Universidade do Rio Grande do Sul - UFRGS e docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC. O trabalho analisa o biopoder e sua atuação sobre a constituição étnico-racial no Brasil. Leia mais em <http://bit.ly/1Sq6UYw>.



Um olhar biopolítico sobre a bioética

Cadernos IHU ideias, em sua 229ª edição, publica o artigo **Um olhar biopolítico sobre a bioética**, de Anna Quintanas Feixas da Universidade de Girona, Espanha. A autora sustenta que nos últimos anos temos defendido a necessidade de cruzar a bioética com os estudos biopolíticos. A razão principal reside no fato de pensar que a bioética corre o risco de converter-se na "cara amável da biopolítica". Leia mais em <http://bit.ly/1WRdgXw>.



Eventos - IHU ideias



Profa. Dra. Fernanda Bragato

O genocídio do povo Kaiowá Guarani em debate

Palestrante
Profa. Dra. Fernanda Frizzo Bragato - Unisinos

Data
Quinta-feira, 19-11-2015

Horário
17h30

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU



ihu.unisinos.br



bit.ly/ihuon



twitter.com/_ihu



youtube.com/ihucomunica



medium.com/@_ihu